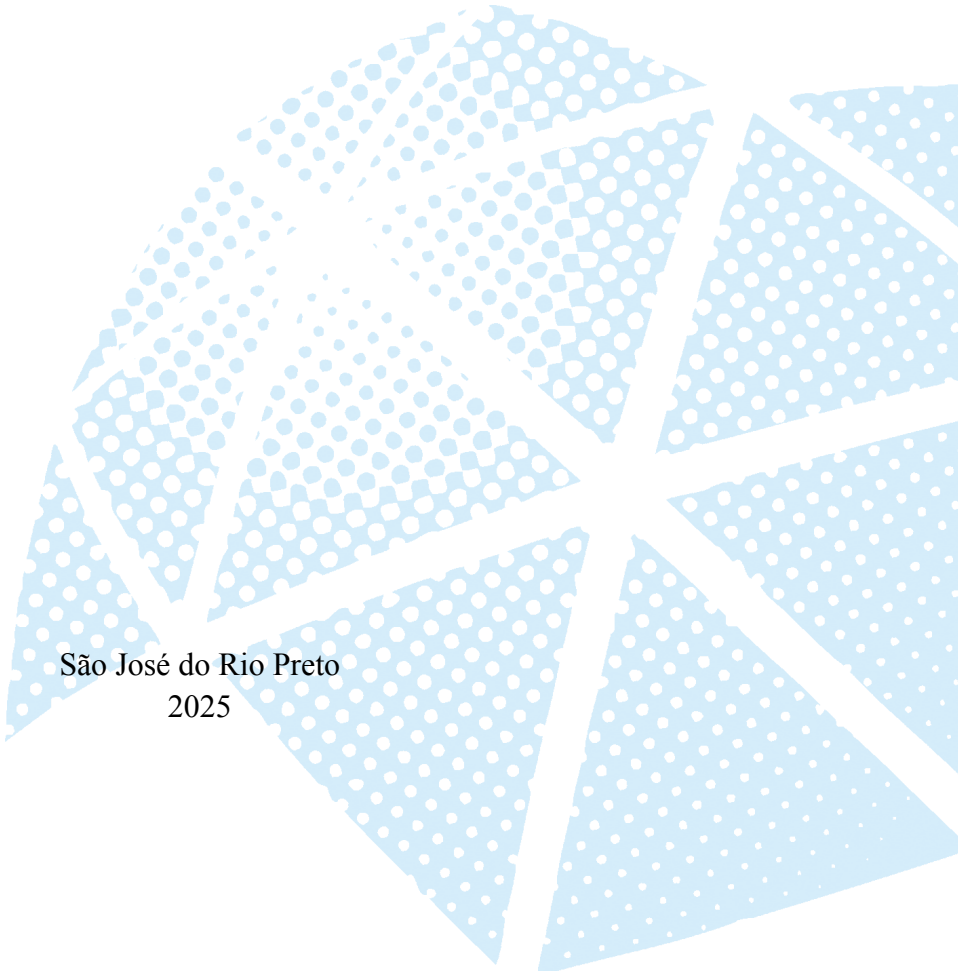


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Campus de São José do Rio Preto

ANNE CAROLINE FERREIRA VELOSO

A construção da personagem Alexandre em *Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*, de Quinto Cúrcio Rufo

São José do Rio Preto
2025



ANNE CAROLINE FERREIRA VELOSO

A construção da personagem Alexandre em *Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*, de Quinto Cúrcio Rufo

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Teoria e Estudos Literários

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Aquati

São José do Rio Preto
2025

V443c Veloso, Anne Caroline Ferreira
A construção da personagem Alexandre em Histórias de Alexandre
Magno da Macedônia, de Quinto Cúrcio Rufo / Anne Caroline
Ferreira Veloso. -- São José do Rio Preto, 2025
244 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas,
São José do Rio Preto
Orientador: Cláudio Aquati

1. Literatura latina. 2. História antiga. 3. Ficção histórica. I. Título.

ANNE CAROLINE FERREIRA VELOSO

A construção da personagem Alexandre em *Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*, de Quinto Cúrcio Rufo

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Campus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria e Estudos Literários

Data da Defesa: 08/09/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Aquati

UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE)

Campus de São José do Rio Preto

Orientador

Prof. Dr. Luiz Henrique Milani Queriquelli

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro Titular

Prof. Dr. Emerson Cerdas

UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr)

Membro Titular

AGRADECIMENTOS

À minha irmã, Ana, pela infinita cumplicidade, e aos meus pais, Jenifer e Marco, pelo ouvido atento e compreensivo, quando pareço pertencer mais ao passado que ao presente. Agradeço profundamente por tudo e mais um pouco.

Ao Prof. Dr. Cláudio Aquati, pelos ilustres anos de formação, pela confiança e companheirismo ao longo do caminho e pelo privilégio de contar com sua orientação.

Ao Prof. Dr. Gelbart Silva e ao Prof. Dr. Luís Totti, pelo valioso tempo disposto à leitura deste trabalho, pelos indispensáveis comentários e conselhos pelos quais ele veio a ser. Ao Prof. Dr. Luiz Queriquelli e ao Prof. Dr. Emerson Cerdas, pela meticulosa leitura, atenciosa avaliação e cativante participação durante a Defesa desta Dissertação. Ao Prof. Dr. Pablo Simpson, pelos ensinamentos, acadêmicos e humanos, e, sobretudo, pela amizade.

Aos colegas e amigos, professores e alunos, que compõem minha retaguarda.

À UNESP, especificamente, ao Ibilce e a todos os seus funcionários e servidores.

À CAPES, pelo apoio no financiamento da pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

HAMLET: Você acha que Alexandre também ficou assim embaixo da terra?

HORÁCIO: Assim mesmo.

HAMLET: E fedia assim? Puá! (*Joga o crânio fora.*)

HORÁCIO: Assim mesmo.

HAMLET: A que serventias vis podemos retornar, Horácio! Nada nos impede de seguir o caminho da nobre cinza de Alexandre, até achá-lo calafetando um furo de barrica.

HORÁCIO: Pensar assim é chegar a minúcias excessivas.

HAMLET: Não, por minha fé, nada disso! É apenas seguir o pensamento com naturalidade. Vê só: Alexandre morreu; Alexandre foi enterrado; Alexandre voltou ao pó; o pó é terra; da terra nós fazemos massa. Por que essa massa em que ele se converteu não pode calafetar uma barrica?

(Shakespeare, *Hamlet*, Ato V, 216-240, trad. Millôr Fernandes)

RESUMO

Este trabalho dedica-se a reflexões analíticas sobre a obra latina *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, *Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*, escrita por Quinto Cúrcio Rufo em meados do século I d.C. Especificamente, propõe-se ao exame dos procedimentos narrativos, retóricos e temáticos que foram desenvolvidos por esse autor romano na composição de um retrato literário de Alexandre, protagonista da obra. Em vista deste objetivo, em primeiro lugar, será estabelecido um panorama teórico das questões que circundam as *Histórias de Alexandre*, tais como datação, autoria e gênero literário. Em seguida, serão observados os principais operadores dessa narrativa latina, da maneira como foram desenvolvidos pelo autor em função da caracterização de Alexandre. Nesse quesito, o estudo parte do princípio de que traços formais e temáticos comuns aos gêneros romanescos e historiográfico são igualmente presentes nas *Histórias de Alexandre*. Portanto, o exame da técnica literária de Cúrcio será conduzido por meio da conciliação de perspectivas historiográficas, na esteira de Mandel (1980) e Marincola (1997), bem como romanescas, com respaldo em Gual (1972), Booth (1983) e Brandão (2005), de maneira atenta às particularidades de tais gêneros na Antiguidade. Por fim, serão discutidos os aspectos temáticos relacionados à personalidade, às motivações e transformações identitárias de Alexandre ao longo da obra, a partir de traduções e análises de excertos selecionados da narrativa latina, os quais iluminam diferentes facetas da personagem, quais sejam, seu generalato, diplomacia, heroísmo ou estatuto divino. Ao cabo de tais considerações, será constatado que as *Histórias de Alexandre* são uma composição historiográfica de grande refinamento literário, cuja contribuição à tradição clássica transparece noutras obras de eras subsequentes ao século I d.C., quer na coleção “Alexandre latino” (Stoneman, 1999), quer na produção moderna, cinematográfica e literária, sobre o macedônio. Também constará, dentre as conclusões do estudo, a observação de que Cúrcio constrói Alexandre como uma personagem suscetível a influências advindas de forças externas (como a *fortuna*), internas (a *cupido*) e do acúmulo de poder político-militar, de modo que sua personalidade e propósito se transformam ao longo do tempo narrativo.

Palavras-chave: *Historiae Alexandri Magni Macedonis*; Quinto Cúrcio Rufo; historiografia romana; romance romano; Alexandre, o Grande.

ABSTRACT

This study is devoted to analytical considerations of the Latin work *Historiae Alexandri Magni Macedonis* (*The Histories of Alexander Magnus of Macedon*), written by Quintus Curtius Rufus amidst the first century CE. Specifically, it proposes an examination of the literary, rhetorical and thematic procedures which were elaborated by this Roman author in the composition of his literary portrait of Alexander, the protagonist of the work. In order to conduct this research, the study will first establish a theoretical framework of the issues surrounding the *Histories of Alexander*, such as its date of composition, authorship and literary genre. Subsequently, the main narrative strategies employed by the author to characterize Alexander will be examined. In this respect, the study considers that formal and thematic features common in both the historiographic and novelistic traditions can be equally found within the *Histories of Alexander*. Therefore, the exam of Curtius' literary technique will be conducted via the intersection of historiographic – following Mandel (1980) and Marincola (1997) – as well as novelistic approaches – as presented by Gual (1972), Booth (1983) and Brandão (2005) – with attentive regard towards the particularities of each genre in Antiquity. Lastly, the thematic aspects related to Alexander's personality, motivation and identity shift throughout the work will be discussed, as prompted by the processes of translation and interpretation of excerpts from the Latin narrative, which in turn illuminate different elements of the character, be it his generalship, diplomacy, heroism or divine status. Following such discussion, the conclusions of this study remark that the *Histories of Alexander* are a historiographic composition of considerable literary refinement, whose contributions to the classical tradition are detectable in subsequent works succeeding the first century CE, whether in the form of the so-called "Latin Alexander" collection (Stoneman, 1999) or the modern literary and cinematographic production surrounding the Macedonian. The study also concludes that Curtius constructs Alexander as a character susceptible to influences which spawn from external (*fortuna*) and internal forces (Alexander's *cupido*), as well as from the accumulation of military and political power, in such a way that his personality and purpose are transformed over the course of the narrative.

Keywords: *Historiae Alexandri Magni Macedonis*; Quintus Curtius Rufus; Roman historiography; Roman novel; Alexander the Great.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS.....	12
CRONOLOGIA DA VIDA DE ALEXANDRE.....	16
2.1. DADOS HISTÓRICOS SOBRE ALEXANDRE, O GRANDE.....	17
2.2. ESPECULAÇÕES E CONSENSOS A RESPEITO DE QUINTO CÚRCIO RUFO..	23
2.3. AS <i>HISTÓRIAS DE ALEXANDRE</i> ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO.....	31
2.3.1. O gênero literário das <i>Histórias de Alexandre</i>	37
3. CONSIDERAÇÕES LITERÁRIAS SOBRE AS <i>HISTÓRIAS DE ALEXANDRE</i>.....	61
3.1. PROCEDIMENTOS FORMAIS DA NARRATIVA.....	63
3.1.1. Seletividade e ênfase no enredo histórico.....	70
3.1.2. Quinto Cúrcio Rufo como narrador, autor e historiador.....	76
3.1.3. Os discursos das personagens da trama.....	88
4. A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM ALEXANDRE EM <i>HISTÓRIAS DE ALEXANDRE</i>.....	101
4.1. QUESTÕES IDENTITÁRIAS DE ALEXANDRE.....	109
4.1.1. As origens de Alexandre.....	115
4.1.2. General e guerreiro.....	133
4.1.3. O estatuto divino e a retórica da religião.....	147
4.2. <i>FERRUM ROBIGO CONSUMIT</i>	164
4.2.1. Alexandre, o afortunado.....	172
4.2.2. <i>Cupido</i> e a corrupção das virtudes.....	185
4.2.3. A tirania de Alexandre.....	202
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
REFERÊNCIAS.....	230

1. INTRODUÇÃO

Alexandre, o Grande, é uma das consagradas figuras da Antiguidade que periodicamente ressurgem no cinema, na literatura e em outras artes que se debruçam sobre os paralelos entre o mundo antigo e o contemporâneo, cada qual com particulares dilemas, heróis e tiranos. Desde a produção literária na Antiguidade grega e romana à escrita moderna de *fanfictions*, o general macedônio é uma figura que perpetuamente cativa a imaginação popular com suas façanhas heroicas e engenhosidade militar, legado glorioso aos parâmetros homéricos, o qual culmina em ao menos duas indagações de natureza antropológica, política e literária. Isto é, o motivo dessa figura ser ciclicamente lembrada e, mais importante, o motivo de ela permanecer pertinente em diferentes culturas e épocas.

Tais questões, e ainda outras de cunho similar, circulam desde o Período Helenístico, época cujo início remonta à morte do próprio Alexandre, em 323 a.C., a partir da qual a vida e os feitos do macedônio se tornaram objeto de estudo em campos como a retórica, a historiografia e, mesmo, as narrativas que posteriormente seriam denominadas romances antigos. Mais recentemente, tais questões encontram respostas em estudos como os de Diana Spencer (2002), que propõe dentre os motivos para a popularidade de Alexandre a qualidade essencialmente dupla de sua personagem. Isto é, por um lado, “[...] como os heróis semi-divinos do mito e da épica, ele emerge como uma figura excitante e perigosa. Mas, diferentemente dos heróis mitológicos, nós pensamos poder localizá-lo em um passado real e histórico” (Spencer, 2002, p. 16)¹, o que, noutras palavras, significa que parte do apelo de Alexandre reside no aspecto trágico e glorioso que ele compartilha com figuras como Aquiles e Hércules, tanto quanto na própria possibilidade de que heróis do tipo possam existir fora da literatura.

Pelo encantamento, portanto, cria-se uma primeira personagem referente à figura histórica, e, definida principalmente pela coragem, curiosidade e carisma, ela com frequência ocupa o protagonismo em obras de viés aventuresco, romântico e sensacionalista. Na esfera cinematográfica, Alexandre tende a ser caracterizado como um jovem e belo conquistador, cujas principais virtudes são a sensibilidade e o idealismo perante a noção de unificação cultural (persa, grega, macedônia e indiana) aliada a certa harmonia política entre civilizações historicamente inimigas, sendo essa a personagem protagonista tanto em *Alexander* (2004), do diretor norte-americano Oliver Stone, quanto no clássico de Bollywood *Sikandar* (1941)²,

¹ “[...] like the semi-divine heroes of myth and epic, he emerges as an exciting, dangerous figure. But unlike the heroes of myth, we believe that we can locate him in a ‘real’, historical past” (Spencer, 2002, p. 16).

² “Sikandar” e suas variantes (“Iskandar”, “Askandar”, “Skandar” etc.) é o apelido persa conferido a Alexandre.

de Sohrab Modi. Trata-se de uma caracterização igualmente popular em obras literárias que, via de regra, mesclam o histórico ao fictício e se propõem ao público juvenil, a exemplo da *Trilogia de Alexandre*³, uma série de romances históricos escritos pela inglesa Mary Renault ao longo do século XX, e, ainda, de grande parte das narrativas paradidáticas infanto-juvenis, nicho do qual a obra *Alexandre, o Grande, e sua sede de fama* (2009), contribuição de Phil Robins à coleção “Mortos de Fama”, é uma representante popular⁴. E, herdeira da caracterização difundida pelos romances históricos de Renault e pelo filme biográfico de Stone, uma recente onda de produção literária independente tem soprado um novo fôlego à visão romântica de Alexandre: uma busca por “Alexander the Great” ou “Alexandros III of Macedon” atualmente fornece mais de 700 resultados⁵ no site *Archive of Our Own*, o principal acervo de *fanfictions*⁶ norte-americanas, narrativas cujo principal interesse aponta para a reconstrução da juventude e dos prováveis relacionamentos amorosos entre Alexandre e os homens de sua corte e pelotão, inserindo-o, na qualidade dupla de figura histórica e personagem da literatura, em discussões contemporâneas de gênero e sexualidade na Antiguidade e na literatura que a contempla (cf. Llewellyn-Jones e Tougher, 2022).

Por outro lado, continua Spencer, o nome de Alexandre também é periodicamente recordado pela imagem de genialidade política e invencibilidade militar que ele evoca, numa visão essencialmente ocidental que tende a ressaltar a extensão do território conquistado e a constante vitória sobre exércitos numericamente superiores como indícios de uma competência política a ser emulada. Noutros termos, ele “[...] fornece um arquétipo para a monarquia e autocracia carismática que continua a ter implicações mesmo para líderes políticos atuais” (Spencer, 2002, p. 19)⁷, de modo que a segunda personagem referente a Alexandre é caracterizada principalmente pela efetividade de suas práticas imperialistas, faceta com frequência conjurada mediante períodos históricos igualmente marcados por traços e tendências imperiais. Daí a presença de Alexandre na obra de Quinto Cúrcio Rufo, por exemplo, que se dedica a escrever sobre o macedônio durante a expansão e as intrigas palacianas do Império Romano no século I d.C., bem como o faz Johann Gustav Droysen (1833) perante as consequências da dominação napoleônica na Europa do século XIX. E, para

³ As obras conhecidas como *A Trilogia de Alexandre* são, respectivamente: *Fire from Heaven* (1969), *The Persian Boy* (1972) e *Funeral Games* (1981).

⁴ ROBINS, P. *Alexandre, o Grande, e sua sede de fama*. Ilustrações de Clive Goddard. Tradução de Eduardo Brandão. Coleção ‘Mortos de Fama’. São Paulo: Editora Seguinte, 2009.

⁵ Disponível em: <https://archiveofourown.org/tags/Alexander%20the%20Great/works>. Última consulta em 05 de outubro de 2024.

⁶ “*Fanfictions*” ou “*fanfics*” são narrativas ficcionais escritas por fãs de determinada figura pública ou personagem, divulgadas em meio digital e, essencialmente, independentes da obra a qual se referem.

⁷ “[Alexander] provides an archetype for monarchy and charismatic autocracy that continues to have implications even for present-day leaders” (Spencer, 2002, p. 19).

além dos eventos históricos e do ambiente político que convidam à lembrança de Alexandre, é certo que o modo como ele é caracterizado em tais obras, geralmente biográficas e/ou historiográficas, é igualmente, senão mais, significativo para a compreensão do porquê tal personagem ressurge na literatura e permanece no imaginário comum. Isto é, pela pena de Sir William Tarn (1933), as campanhas do admirado general macedônio, assim como aquelas conduzidas pela Grã-Bretanha do século XIX, possuíam um caráter civilizatório benéfico, ao passo que, para o historiador alemão Ernst Badian, escrevendo em 1958⁸, o mesmo Alexandre foi o “inventor de expurgos políticos, julgamentos públicos e genocídio sistemático” (Allen, 2005, p. 221)⁹.

Com efeito, definida pelo implacável êxito político-militar em suas campanhas e por estratégias inovadoras em relação aos modelos gregos de combate, a segunda personagem referida por Spencer faz constantes aparições em discursos políticos, quer nos palanques de Barack Obama, quer sobre o cavalo de Napoleão (cf. Martin e Blackwell, 2020), ou, mesmo, sobre o de Júlio César. Afinal, tal processo de recuperação e modelagem da personagem referente a Alexandre não é uma tendência exclusiva da literatura e da política moderna, o qual, na verdade, tem suas primeiras manifestações na própria Antiguidade que o concebeu. Sabe-se que, por exemplo, no final do século I d.C., uma estátua de Alexandre, localizada no centro de Roma, teve seu rosto substituído pelo de Júlio César, “como que para fazer o conquistador romano seguir à risca a tradição de seu ancestral grego, pondo-se no lugar de Alexandre, ao menos do pescoço para cima” (Beard, 2022, p. 46). Em *A Vida dos Doze Césares*, o historiador romano Suetônio narra os lamentos do mesmo César diante de outra estátua do macedônio, localizada, desta vez, no templo de Hércules (em Gades, atual Cádiz, na Espanha), “por nada ter feito de memorável na idade em que Alexandre já subjugara a terra inteira” (Suetônio, *Vida dos Doze Césares*, César, 7, 2007, p. 16)¹⁰. Posteriormente, do período imperial, restam histórias a respeito de Calígula ter adotado como vestimenta pessoal a couraça de Alexandre, “que mandara retirar do túmulo” (Suetônio, *Vida dos Doze Césares*, Calígula, 52, 2007, p. 253), bem como das “falanges de Alexandre”, tropas italianas recrutadas por Nero em sua expedição aos portos do mar Cáspio.

⁸ O estudo referido é: BADIAN, Ernst. *Alexander the Great and the unity of mankind*. Wiesbaden, Franz Steiner Verlag; *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 7, n. 4, p. 425-444, 1958. Os trabalhos de Ernst Badian foram reunidos de maneira póstuma e, hoje, podem ser encontrados em: BADIAN, Ernst. *Collected papers on Alexander the Great*. London; New York: Routledge, 2012.

⁹ “The opposing view, disseminated by the German historian Ernst Badian and picked up by contemporary writers who have witnessed the disastrous legacy of Western imperialism in the Middle East, has emphasized Alexander's dark side. This interpretation sees him as [...] the inventor of political purges, show trials, and systematic genocide” (Allen, 2005, p. 221).

¹⁰ Tradução de João Gaspar Simões (2007).

Ainda no âmbito literário, pouco antes de Suetônio, o filósofo romano Sêneca erigiu Alexandre como um exemplo de crueldade, traço principal da tirania, em seu *Tratado Sobre a Clemência*, no qual, referindo-se diretamente a ele, afirma não esperar “[...] que seu espírito orgulhoso, fonte inesgotável de mal para todas as nações, se satisfaça com algo que não seja sangue e matança” (Sêneca, *Clem.*, 25, 2023, p. 89)¹¹. Trata-se de uma caracterização similar àquela tecida por Luciano de Samósata, cujo Alexandre é posto aos prantos nos *Diálogos dos Mortos*, até que Diógenes, o Cínico, o aconselha a beber “com a boca bem aberta, de novo, muitas vezes”, a água do Letes, o rio do esquecimento que percorre o Hades, a fim de que se esqueça de seus (mal)feitos em vida. “É que eu estou vendo ali o Clitos e o Clístenes e muitos outros avançando na tua direção, com a intenção de te quebrar e te punir pelo que fizestes a eles”, explica-lhe Diógenes (Luciano, *Diálogo 13*, 2007, p. 119)¹².

Ao passo que Sêneca e Luciano exemplificam nas esferas retórica e ficcional a tendência romana, descrita por Stoneman (2022), de se servirem da faceta cruel de Alexandre como insumo para a tecelagem de argumentos filosóficos, tal procedimento é igualmente atestado na produção historiográfica sobre o macedônio na Antiguidade grega e romana, ainda que, para os estudiosos que sobre ela se debruçam (Nudell, 2011; Ribeiro, 2020), os comentários historiográficos geralmente fujam do escopo filosófico e tomem a forma de implícitas críticas sobre o sistema político vigente durante o período de escrita deste ou daquele autor. Isto é, segundo Nudell (2011), cujo estudo também parte de Spencer (2002),

As fontes remanescentes sobre o reinado de Alexandre podem ser divididas em três grupos, que correspondem aos desenvolvimentos políticos romanos nos primeiros séculos antes e depois de Cristo. Talvez involuntariamente, os autores inseriram em seus textos comentários sobre a autocracia e, ao fazerem-no, trouxeram suas situações contemporâneas à percepção de Alexandre. O resultado foi uma modificação da narrativa [...] na qual incidentes individuais foram moldados para denotar mensagens que, nas fontes romanas de Alexandre, refletiam opiniões romanas sobre a autocracia (Nudell, 2011, p. 35)¹³.

Assim, a ressignificação e a caracterização da figura de Alexandre, ao menos em obras literárias, das quais não se excluem aquelas de cunho historiográfico e/ou biográfico, podem ser pensadas como o procedimento de construção de personagens (alegóricas ou não), em vias de não só preservar informações a respeito de figuras históricas ilustres, mas, também, de

¹¹ Tradução de Ana Luiza Cortelasse (2023).

¹² Tradução de Henrique G. Murachco (2007).

¹³ “The extant sources for Alexander’s reign can be divided into three groups that correspond to the Roman political developments in the first centuries BCE and CE. The authors, perhaps unwittingly, wrote into their texts commentaries on autocracy, and in doing so brought their contemporary situations to bear in their perception of Alexander. The result was a modification of the Alexander narrative [...] [in which] individual incidents were shaped to show messages, which, in the Roman sources of Alexander, reflected Roman opinions on autocracy” (Nudell, 2011, p. 35).

identificar suas ações e os eventos delas consequentes com determinadas tendências e ideologias vigentes no período de escrita, de modo que a percepção de Alexandre oscila entre um modelo político a ser ora evitado, para Badian (1958), ora emulado, para Droysen (1833). Em termos propriamente literários, trata-se do confronto entre a realidade histórica e a empírica, no qual as diferentes construções em torno de uma mesma figura histórica “levam ao ‘embate entre consciências’, entre ideologias, como diz Bakhtin, e a uma certa percepção da realidade, por meio justamente do processo de sua encarnação nos discursos em geral e nos discursos artístico/literários, em particular” (Brait, 2017, p. 59). Conclusão à qual chegam ou, então, premissa da qual partem, uma série de estudos conduzidos ao longo do século XXI sobre a figura de Alexandre na literatura antiga e moderna, dos quais ressaltamos Baynham (1998), Spencer (2002), Bosworth (2003), Nudell (2011) e Stoneman (2022), e dos quais não se isenta este próprio.

O presente estudo organiza-se em três capítulos, voltados ao estudo da personagem Alexandre na obra *Historiae Alexandri Magni Macedonis* (*Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*) de Quinto Cúrcio Rufo, historiador romano cuja escrita data, com grande probabilidade, dos meados do século I d.C., bem como o representante de um dos três grupos aos quais Nudell (2011, p. 35, acima) se refere. No primeiro capítulo, buscaremos sondar as principais questões históricas, muitas delas ainda abertas, que iluminam a musa, o contador da história e o período literário em que se encontram, para além de algumas das dificuldades concernentes ao estudo de cada uma das três pautas, como o silêncio da Antiguidade sobre Cúrcio e a confluência de tendências literárias durante o período previsto para sua escrita. Ao cabo de nossas considerações, verificaremos a probabilidade de que o autor tenha vivido e escrito durante a infância do Império Romano, cuja ambiência política e intelectual exercem significativas influências em seu estilo narrativo e na caracterização de seu protagonista, tópicos sobre os quais se debruçam os dois capítulos subsequentes ao primeiro.

No segundo capítulo, buscaremos explorar os principais procedimentos literários dos quais Cúrcio lança mão no desenvolvimento de seu trabalho e na construção particular de Alexandre, a exemplo de sua técnica literária na composição de discursos e de seu comportamento geral como um narrador onisciente, procedimentos concebidos como deliberadamente exercidos em função da caracterização do protagonista. Também discutiremos, neste tópico, alguns dos traços simultaneamente típicos do fazer romanesco e do fazer historiográfico, sobretudo alinhado à vertente retórica datada no Período Helenístico, os quais têm frustrado a crítica literária voltada às *Histórias de Alexandre* ao longo do século XX, ainda que nosso objetivo se concentre em um diálogo com a fortuna crítica tradicional e

recente, estrangeira e nacional, em vez de uma proposta de novos parâmetros para a compreensão e o estudo da obra.

Por sua vez, o terceiro capítulo dedica-se aos elementos históricos, fictícios e, em todo caso, temáticos, que compõem o mosaico da personagem Alexandre na obra de Quinto Cúrcio Rufo. Serão abordados os traços identitários relativos a sua origem familiar e militar, bem como os resultados (ora clementes, ora tirânicos) de seu governo imperial para aqueles ao seu entorno, em particular, e para o mundo antigo, em geral. Para tanto, serão selecionados e traduzidos excertos da obra latina¹⁴ e, em diálogo à crítica recente, interpretadas e discutidas as passagens emblemáticas para a caracterização de Alexandre como uma personagem da literatura antiga, em observação à repercussão de seus movimentos no teatro do mundo, quer na própria Antiguidade, quer na literatura e plataformas multimídias recentes, quer naquilo que a *fortuna* tem reservado para o futuro.

¹⁴ Ao longo deste estudo, todos os excertos latinos das *Histórias de Alexandre* são extraídos de: BARDON, H. *Quinte-Curce: Histoires*. Paris: Société d'Édition 'Les Belles Lettres', 1947. Tal edição revisita os manuscritos medievais que preservaram a obra de Cúrcio e propõe não só uma versão latina na íntegra, mas, também, uma tradução para o francês. Nesta Dissertação, a tradução para o português é de nossa lavra autoral e toma por base o texto latino da versão de Bardon, embora passe por inferências das traduções francesa (Bardon, 1947) e inglesa (Yardley, 2004).

2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Com grande possibilidade, uma das questões que mais cativa a imaginação popular, quer especialista, quer alheia às minúcias dos feitos e façanhas de Alexandre, diz respeito à dúvida se o macedônio seria páreo às forças imperiais romanas. Isto é, se suas falanges resistiriam à superioridade numérica das tropas conduzidas por Augusto ou por Trajano, como afortunadamente haviam feito frente às de Dario III, ou se sua engenhosidade como estrategista ultrapassaria as formações e bloqueios de Cláudio ou de Adriano, pois certamente seria considerado, por eles, um bárbaro. Em qualquer dos casos, a popularidade da especulação aponta para a noção de que, ao longo do tempo, foram atribuídas nuances reconhecidamente romanas à imagem de Alexandre, sobretudo no que toca ao êxito das campanhas expedicionárias de conquistas, pelas quais se erigiram tanto o Império Romano, quanto o Macedônio. “Esse paralelismo”, segundo Spencer (2002, p. 14), “levou não só à perpétua fascinação pela figura de Alexandre, mas, também, formou parte de uma leitura perene de Roma e de Alexandre como modelos de poder e conquista, no Estado e no indivíduo”¹⁵.

É certo que o mito de Alexandre, da maneira como foi moldado e modificado pela literatura, é um fruto de raízes essencialmente romanas. Não só são advindas do período republicano e imperial as fontes antigas das quais a modernidade tem notícia, como também o são os trabalhos responsáveis pela preservação e circulação da história de Alexandre durante a Idade Média. Assim, não é extraordinário admitir que “o Alexandre que conhecemos e interpretamos é, em si, uma construção romana, um produto das sensibilidades e do repertório romano”, nem que “foram os romanos quem o fizeram o *Grande*” (Spencer, 2002, p. 15, *itálicos nossos*)¹⁶.

Com efeito, a produção literária voltada à história e figura de Alexandre remonta, num primeiro momento, aos trabalhos contemporâneos a ele próprio. Hoje se sabe que Alexandre mantinha em sua corte aristocrática ao menos um historiador oficial, Calístenes de Olinto¹⁷, para além de uma quantidade imprecisa de filósofos, geógrafos, etnógrafos e estudiosos,

¹⁵ “This parallelism has led not only to the enduring fascination of the figure of Alexander, but also forms part of a perennial reading of Rome and Alexander as models of power and conquest in state and individual” (Spencer, 2002, p. 14).

¹⁶ “The Alexander that we know and reinterpret is himself a Roman construct, a product of Roman sensibilities and worldview; it was the Romans who made him ‘the Great’” (Spencer, 2002, p. 15).

¹⁷ Calístenes (360-328 a.C.), sobrinho do filósofo Aristóteles, foi um historiador grego que acompanhou Alexandre durante suas campanhas contra a Pérsia, tendo para si a função de registrar todos os eventos e implicações da conquista política e expansão militar macedônia. Segundo as fontes antigas, ele foi assassinado a mando do próprio Alexandre, em 328 a.C., graças a sua participação na chamada “Conspiração dos Pajens”.

outros, empenhados no registro do dia a dia das campanhas, nos mais diversos detalhes (Stoneman, 2004, p. 23-37). Além disso, após a morte de Alexandre e a fragmentação de seu império, alguns dos membros do antigo pelotão e corte macedônia se dedicaram à composição de relatos historiográficos sobre os eventos dos quais participaram, sendo este o caso de Ptolomeu (um dos generais de Alexandre, com quem conviveu o historiador Cleitarco, após a dissolução do Império Macedônio)¹⁸, bem como o caso de Nearco (comandante da frota) e Onesícrito (um timoneiro), grupo cujos relatos compõem a primeira geração das fontes antigas, popularmente denominadas as “fontes primárias” ou “fontes testemunhais” para a história de Alexandre. E, ainda que tais figuras tenham sido gregas, e ainda que seus trabalhos não tenham chegado à modernidade, eles certamente serviram de insumo à geração de escritores que os sucederam, conforme circulavam pelas mais diversas esferas do mundo antigo durante, e após, o Período Helenístico.

São duas as vertentes da “segunda geração”, classificadas de acordo com as fontes primárias a que se referem. Estão de um lado a *Vida de Alexandre*, obra pertencente à série *Vidas Paralelas*, escrita em meados de 50-120 d.C. pelo historiador grego Plutarco, e a *Anábase de Alexandre*, concebida sob o reinado de Adriano pelo historiador romano Arriano de Nicomédia. Ambas as obras foram escritas em grego e, este, rejeitando os elementos fabulosos presentes nos relatos de Cleitarco, serviu-se majoritariamente do de Ptolomeu, cuja ênfase é depositada no aspecto militar das campanhas, enquanto aquele indica ter tido acesso a uma série de correspondências trocadas com o próprio Alexandre, das quais obteve material para a escrita de seu trabalho¹⁹.

Do outro lado, a alternativa a Arriano e Plutarco é com frequência denominada a “tradição *Vulgata*”, grupo que abarca as obras de Diodoro Sículo (*Biblioteca*, do século I a.C., em grego), de Quinto Cúrcio Rufo (*Histórias de Alexandre*, provavelmente do século I d.C., em latim) e de Pompeu Trogo (*Histórias de Filipe*, do século I a.C., posteriormente

¹⁸ Ptolomeu I Sóter assumiu o governo do Egito após a morte de Alexandre, período no qual escreveu um relato histórico sobre as campanhas, das quais participou como general. Por esse motivo, especula-se que sua obra teria uma predileção pelo âmbito político-militar e, narrado por uma testemunha, grande precisão histórica. Cúrcio menciona Ptolomeu como uma de suas fontes (9.5.21). Já a Clitarco (ou Cleitarco), figura sobre a qual pouco se sabe, é atribuído um relato de cunho fantasioso sobre as campanhas, supostamente escrito no palácio de Ptolomeu, no Egito. Bosworth (2003, p. 176) concebe a obra de Clitarco como uma cujo objetivo era “impressionar e entreter, enaltecendo o heroísmo de Alexandre e as maravilhas da expedição com as mais vívidas cores”. (“Cleitarchus [...] aimed to impress and entertain, writing up the heroism of Alexander and the wonders of the expedition in the most vivid colors”).

¹⁹ As menções de Plutarco a tais cartas são esparsas ao longo da *Vida de Alexandre*, mas podem ser verificadas em trechos como: “Sobre a campanha que fez contra Poro, o próprio Alexandre dá uma descrição nas suas cartas” (60.1, 2020, p. 145), e, também, “Foi esta a descrição que o próprio vencedor deu da batalha nas suas cartas” (60.6, 2020, p. 147). Todos os excertos de *Vida de Alexandre* ao longo deste trabalho são traduções de Maria de Fátima Silva e José Luís Brandão (2020).

preservadas em forma de epítome por Justino, sendo dele a versão, também latina, remanescente da Antiguidade). Tal vertente é predominantemente caracterizada por certa dimensão literária inerente à narrativa, decorrente da opção de Diodoro, Cúrcio e Trogo/Justino pelo relato de Cleitarco (mencionado por Cúrcio em 9.8.15), texto que se destaca das outras fontes primárias, pela “[...] propensão para registrar tudo o que fosse belo, um dom não observável em outros historiadores antigos” (Stoneman, 2004, p. 28), mas que certamente influencia a escrita de Quinto Cúrcio Rufo.

Ainda que reduzido, o panorama historiográfico em questão permite a visualização dos três grupos aos quais se refere Nudell (2011, p. 35, citado anteriormente) em seu estudo. Para o autor, os escritores que compõem a segunda geração historiográfica dedicada a Alexandre “[...] inseriram em seus textos comentários sobre a autocracia e, ao fazerem-no, trouxeram suas situações contemporâneas à percepção de Alexandre”²⁰, noção que, por sua vez, concorda com a premissa de Spencer (2002, p. 15) a respeito da cunhagem romana do mito de Alexandre, sobretudo em vista da popularidade de tais relatos, quer na Antiguidade que os concebeu, no Medievo que os traduziu ao dialeto da época, ou na Modernidade que os recupera. Nesse quesito, a tese geral de Nudell (2011, p. 35) é a de que:

Diodoro representa uma opinião positiva da ditadura romana no final da República, antes de Otávio estabelecer o principado, em 27 a.C. Justino e Cúrcio, os dois autores do primeiro século a.C., representam a transição tumultuosa do governo republicano ao monárquico, e Plutarco e Arriano representam a aceitação da monarquia no começo do segundo século d.C. (Nudell, 2011, p. 35)²¹.

Ainda que não seja o interesse deste estudo conduzir uma leitura propriamente alegórica, que sonde as correspondências intra e extratextuais entre o protagonista de Cúrcio e dilemas que marcaram a transição romana de uma república a uma monarquia, parece-nos que a maneira pela qual tal abordagem analítica poderia vir a ser conduzida seria via a caracterização literária de Alexandre como um protagonista (para não dizer um homem, um general ou um imperador) ora nobre, ora infame. Tal é a maneira como Cúrcio o relembra e recupera durante o Império Romano e, há de se admitir, tal é a maneira como Alexandre parece ter realmente sido e agido em seu tempo.

Em seu estado atual, a obra de Cúrcio conta com inúmeras lacunas e, apesar de seu reconhecimento valioso como uma fonte histórica antiga para a vida de Alexandre, ela ainda

²⁰ “[The authors, perhaps unwittingly] wrote into their texts commentaries on autocracy, and in doing so brought their contemporary situations to bear in their perceptions of Alexander” (Nudell, 2011, p. 35).

²¹ “Thus Diodorus represents a positive opinion of Roman dictatorship in the late Roman Republic before Octavian established the Principate in 27. Justin and Curtius, the two authors from the first century CE, represent the tumultuous transition from republican government to monarch, and Plutarch and Arrian represent the acceptance of Roman monarchy by the early second century CE” (Nudell, 2011, p. 35).

carece de uma tradução integral para a língua portuguesa²². Grande parte das questões referentes à autoria, datação, recepção e, mesmo, gênero literário ao qual a obra pertence, também são obscuras e interpretativas, graças quer às lacunas que carcomem o texto, quer ao insólito silêncio da Antiguidade a respeito de Cúrcio e sua obra. Portanto, são duas as questões que motivam o presente capítulo. A primeira é referente à historicidade de ambas as figuras, autor e protagonista, que se encontram em períodos distintos, mas igualmente caracterizados pelo imperialismo. Importa-nos, neste quesito, tecer uma síntese dos feitos de Alexandre, à qual se segue um breve panorama dos consensos e discordâncias desenvolvidos pela fortuna crítica (sobretudo estrangeira, dada a esparsa presença de Cúrcio nos Estudos Clássicos brasileiros) voltada a este autor desde o século XX, o qual nos é emblemático pelo advento de críticos literários em discussões sobre Quinto Cúrcio Rufo. Por sua vez, a segunda questão diz respeito à caracterização de Alexandre ao longo da narrativa, tópico que tanto demanda uma compreensão de seus feitos históricos, quanto convida à discussão dos gêneros literários que, atuais à época de Cúrcio, poderiam transparecer em sua obra. Assim, a pauta final a que se dedica este capítulo, em observância às hipóteses lançadas para a datação do autor, será a de possíveis paralelos históricos e literários entre a época de escrita das *Histórias de Alexandre* e o Período Helenístico (século IV a.C.), sendo o nosso objetivo sondar e, oportunamente, contribuir ao longo e polarizado debate acerca da tradição literária à qual se vincula a obra.

²² Uma tradução, para a língua portuguesa, das *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, de Quinto Cúrcio Rufo, é um dos trabalhos aos quais a autora deste estudo se dedica no presente.

CRONOLOGIA DA VIDA DE ALEXANDRE

a.C.

- | | |
|-----|---|
| 359 | Filipe II torna-se rei da Macedônia |
| 357 | Filipe II casa-se com Olímpia, do Épiro |
| 356 | Nasce Alexandre III, filho de Filipe II e Olímpia |
| 338 | Filipe II e Alexandre derrotam a aliança grega na Batalha de Queroneia |
| 336 | Filipe II é assassinado e Alexandre assume o trono da Macedônia
Ascensão de Dario III na Pérsia |
| 334 | Alexandre inicia a expedição para conquistar a Ásia
Batalha de Grânico contra Dario, o imperador persa |
| 333 | Alexandre na cidade de Górdio ²³
Batalha de Isso contra Dario, o imperador persa |
| 332 | Alexandre toma as cidades de Gaza e Tiro |
| 331 | Alexandre visita o oráculo de Ámon em Siuá, no Egito
Batalha de Gaugamela contra Dario, o imperador persa |
| 330 | Morte de Dario III
O palácio persa em Persépolis é incendiado por Alexandre
Conspiração de/contra Filotas |
| 329 | Alexandre chega à Bactria
Captura de Besso, assassino de Dario III |
| 328 | Assassinato de Clito |
| 327 | Casamento de Alexandre e Roxane
Recrutamento dos 30.000 sucessores
Conspiração dos pajens
Assassinato de Calístenes de Olinto |
| 326 | Batalha de Hidaspes contra Poro, o rei indiano |
| 324 | Revolta dos soldados de Alexandre e interrupção da campanha
Alexandre volta à Pérsia pelo deserto de Gedrósia
Casamentos macedônios em Susã
Promulgação do “Decreto dos Exilados”
Morte de Heféstio em Ecbátana |
| 323 | Morte de Alexandre, na Babilônia |

²³ Aqui se iniciam os relatos que constam no Livro III das *Histórias de Alexandre*, de Quinto Cúrcio Rufo.

2.1. DADOS HISTÓRICOS SOBRE ALEXANDRE, O GRANDE

Do extenso acervo de relatos a respeito da figura de Alexandre, o Grande, dos quais não se exclui a obra de Quinto Cúrcio Rufo, é possível traçar uma sucinta cronologia comum para seus principais feitos e conquistas, em vias de estabelecer um parâmetro para sua existência dupla de figura histórica e personagem da literatura. Alexandre nasceu no verão de 356 a.C., em Pela, cidade da Macedônia, uma fértil e plana região entre a Grécia e as terras balcãs, e morreu trinta e três anos depois, em um palácio persa na Babilônia, tendo conquistado grande parte do território entre sua terra natal e a Índia, e sendo lembrado não mais como “o terceiro” de seu nome, mas como “o Grande”.

A linhagem de Alexandre, filho de Filipe II e Olímpia do Épiro, remonta à nobreza de ambos os lados: Filipe ascendeu ao trono macedônio em 359 a.C. como o sucessor de seu irmão, Pérdicas III (que reinou entre 365 e 359 a.C.), ao passo que Olímpia era filha do rei Neoptólemo I do Épiro, cuja linhagem remonta, segundo fontes antigas²⁴, ao filho do lendário Aquiles, Pirro (ou Neoptólemo). Há, ainda, diversos mitos popularmente atrelados à concepção e ao nascimento de Alexandre, desenvolvidos sobretudo por Plutarco, que acabam, todos, ou por salientar sua estirpe divina, ou, então, por agourar conquistas que tomariam forma no futuro de sua carreira. A despeito dessas lendas, ele foi criado como um príncipe, usufruindo, assim, de uma educação nobre²⁵ voltada à literatura, ética e moral, bem como ao regime físico e ao treinamento militar.

Com dezoito anos, já instruído nas artes da guerra e feito comandante da cavalaria macedônia, o príncipe adentrou pela primeira vez o campo de batalha e venceu, junto a seu pai, as cidades gregas Atenas e Tebas²⁶. Após essa vitória, Filipe consolidou a Liga de Corinto e, no outono de 337 a.C., com o apoio dos aliados gregos, desenvolveu os primeiros planos para uma expedição militar contra a Pérsia, que não foi concretizada no período previsto, uma vez que Filipe foi traído por um de seus guardas e assassinado em 336 a.C., em sua própria corte.

²⁴ O geógrafo grego Pausânias, por exemplo, em sua *Descrição da Grécia* (1.11-12), indica dezoito gerações separando Pirro, filho de Aquiles, e Olímpia, mãe de Alexandre. A suposta relação de ancestralidade entre Alexandre e Aquiles é um tema frequentemente explorado tanto pelas fontes antigas, como na obra de Quinto Cúrcio Rufo, quanto pelas fontes atuais, como na minissérie *The Making of a God* (dir. Tony Mitchell, 2024). Disponível na plataforma Netflix (mar. 2024).

²⁵ Dentre os tutores de Alexandre consta o filósofo grego Aristóteles, que instruiu o príncipe e seus companheiros (como Heféstio, Cassandro e Ptolomeu) nas áreas relacionadas à literatura, ética e política. As relações entre Alexandre e Aristóteles se estreitaram com o início das campanhas e se agravaram, supõe-se, em 328 a.C., quando Alexandre ordenou o assassinato de Calístenes, historiador e sobrinho de seu antigo tutor.

²⁶ O episódio ficou conhecido como a Batalha de Queroneia (338 a.C.).

Os dois anos seguintes foram marcados pelos esforços de Alexandre em assegurar sua recém-adquirida posição real diante de pretendentes e familiares que dele poderiam usurpar o trono, bem como pela afirmação do poder macedônio diante das potências gregas que, apesar da aliança anterior, regozijaram-se com a morte de Filipe II. Somente em 334 a.C., quando sua posição como rei desfrutava de relativa estabilidade política e social, Alexandre retomou os interrompidos planos de seu pai e iniciou a expedição contra a Pérsia, campanha que durou até meados de 329 a.C. Em termos gerais, pode-se dizer que a primeira fase da carreira militar de Alexandre contempla, de um lado, a conquista dos territórios gregos e persas da chamada Ásia Menor (ou Anatólia) e, de outro, a guerra contra o exército persa de Dario III.

Após a travessia do Helesponto, os dois reis se enfrentaram pela primeira vez às margens do rio Grânico²⁷ e, apesar das desvantagens surtidas pela correnteza que separava os exércitos e pela superioridade numérica das tropas de Dario, a maioria das fontes antigas e modernas concorda que Alexandre os submeteu com suposta facilidade, vencendo a batalha e concretizando a rivalidade pela soberania da Ásia. Consequente à vitória, a reputação e o crescente poder de Alexandre permitiram-lhe conquistar grande parte das cidades costeiras gregas e persas da Anatólia, por meio de variados acordos diplomáticos fundamentados em propostas de libertação (da tributação persa e do modelo oligárquico de governo) que o macedônio propunha àqueles que o reconheciam como rei e a ele juravam lealdade. Diante de respostas favoráveis, eram instaurados postos militares na cidade e apontados para cargos políticos alguns dos próprios habitantes, de modo que Alexandre garantia não só a preservação dos costumes locais, mas, também, a segurança de sua influência política em diversas províncias. Já nos casos de recusa a suas demandas, o rei optava pela intimidação militar até que, como se deu em Mileto, fossem acatadas as propostas em vias de evitar o conflito, ou, como em Halicarnasso, as cidades fossem submetidas pela força.

Os dois exércitos se encontraram novamente no ano seguinte (333 a.C.), após a visita de Alexandre à cidade de Górdio. A chamada Batalha de Isso superou a peleja anterior tanto em brutalidade quanto em espólios obtidos, pois que, tendo percebido a iminente derrota, Dario fugiu do campo de batalha, abandonando em seu acampamento inúmeras riquezas, bem como sua própria mãe, esposa e filhos, tomados cativos por Alexandre.

Tendo pela segunda vez vencido a batalha, mas falhado em subjugar seu oponente, Alexandre continuou a campanha de conquista asiática rumo ao norte da África, onde se desenvolveram significativos eventos de natureza militar e pessoal. O primeiro deles diz

²⁷ Localizado na atual província de Chanacale, a oeste da Turquia. O episódio ficou conhecido como a Batalha de Grânico (334 a.C.).

respeito à chegada do exército a Gaza e Tiro, cidades localizadas na atual Palestina e no Líbano, respectivamente, que, em 332 a.C., resistiram às tentativas de conquistas macedônias. Em Tiro, Alexandre instaurou um cerco e, ao final de seis meses de intimidação bélica, quando obteve acesso à cidade, destruiu-a por completo, saqueando, incendiando e escravizando a população. Tal comportamento violento de conquista repetiu-se em Gaza, cidade vizinha, onde, segundo as fontes antigas²⁸, o macedônio amarrou o ainda vivo governante local a um carro de guerra para arrastá-lo pelas ruas²⁹. O segundo evento significativo do período está relacionado à visita de Alexandre ao oráculo de Zeus-Ámon, no oásis de Siuá, em 331 a.C., quando, tendo marchado em direção ao Egito, o rei foi declarado como filho do deus egípcio Ámon³⁰ pelo oráculo, assim como o eram Héracles, Líber, Castor e Pólux³¹. Esse evento foi responsável por atribuir certa nuance divina às campanhas, bem como por alimentar a implacável reputação de Alexandre. Além disso, na região, ele fundou Alexandria³², a primeira e principal das muitas cidades que portariam seu nome.

A seguir, atravessado o rio Eufrates, as tropas de Alexandre encontraram, pela terceira (e última) vez, as de Dario na planície conhecida como Gaugamela³³. As condições da batalha foram similares às anteriores no que toca à desvantagem numérica dos macedônios, embora eles tenham novamente vencido o oponente e conquistado de Dario não só espólios de guerra, mas, também, o livre acesso ao centro de maior influência cultural persa, a Babilônia. Stoneman (2004, p. 107) atenta que tal conquista representa “[...] a vitória final de Alexandre, uma aceitação simbólica de seu governo, mais significativa do que o êxito militar de Gaugamela”.

De modo geral, o final da campanha persa é marcado por dois principais eventos, sendo o primeiro o incêndio do palácio cerimonial em Persépolis (cujo responsável foi um embriagado Alexandre) e, o segundo, a morte de Dario III, traído e abandonado por seus

²⁸ A veracidade do episódio foi questionada por grande parte das fontes modernas, que tendem a considerá-lo fictício, cf. PERRIN, B. *Genesis and Growth of an Alexander-Myth*. Baltimore, *The Johns Hopkins University Press* (Transactions of the American Philological Association – 1869-1986), v. 26, p. 56-68, 1895.

²⁹ O paralelo entre esse castigo e aquele que Aquiles inflige a Heitor (*Il.*, 22.395) parece ter sido reconhecido pelo próprio Alexandre, que, de acordo com a maioria das fontes antigas, não só admirava o herói grego, mas, também, considerava-o seu ancestral. Richard Stoneman (2004, p. 87) comenta que a passagem por Tiro e Gaza marca o início de uma tendência que se concretiza durante a campanha de Alexandre à Índia; isto é, a tendência a “governar pelo terror”, ora emulando a cólera de Aquiles, ora tentando ultrapassá-la.

³⁰ Ámon é identificado com Zeus pelos gregos. De modo geral, há muita discussão a respeito do encontro de Alexandre com o oráculo em Siuá, e fontes históricas antigas (dentre elas, Quinto Cúrcio Rufo) relatam a descrença dos próprios generais de Alexandre em referência à suposta estirpe divina do rei, sendo esse um dos principais motivos para variadas intrigas na narrativa.

³¹ Figuras renomadas da mitologia e literatura grega que compartilham a paternidade de Zeus.

³² Das diversas cidades fundadas por Alexandre, essa é considerada particularmente importante: abrigou a famosa Biblioteca de Alexandria e foi a capital do Egito até a conquista muçulmana. Além disso, o farol e a necrópole da cidade constavam dentre as sete maravilhas do mundo antigo e medieval, respectivamente.

³³ Curdistão Iraquiano.

próprios generais. Assim, em 330 a.C., é encerrado o embate entre o antigo e o futuro rei da Ásia e iniciada a nova etapa da expedição militar, cujas principais características são a ênfase na mistura de costumes macedônios, gregos e persas, a consequente insatisfação dos soldados de Alexandre, e a insurgência de intrigas palacianas em sua corte. Geograficamente, tal período compreende a conquista dos territórios da Ásia Central, a travessia do Hindu Kush³⁴ e a chegada à região conhecida como Bactria³⁵, onde Alexandre funda uma série de cidades. Já no que toca à esfera de relações pessoais, tornam-se frequentes os desentendimentos entre rei e soldados, que, exaustos pelo prolongamento de uma campanha já concluída e infelizes com a adoção de costumes que consideravam bárbaros, revoltam-se contra Alexandre, desencadeando longos episódios de conspirações, julgamentos públicos, banimentos e assassinatos³⁶ na corte macedônia.

Em 327 a.C., conforme submetia variados povos nômades pela região denominada Sogdiana (norte da Bactria), Alexandre casou-se com a princesa Roxane, filha do chefe local, Oxiartes, numa demonstração de sua tendência à orientalização dos costumes macedônios e de seus desejos pelo estabelecimento de laços políticos e culturais com os povos orientais, cuja amizade, antes, ele rejeitava. No ano seguinte, às margens do rio Hidaspes, a marcha do exército rumo à Índia foi interrompida pelo encontro com as tropas indianas de Poro, inimigo político de Oxiartes, as quais, para além da superioridade numérica dos infantess, contavam, também, com elefantes de guerra. Considerada uma das mais árduas batalhas da carreira de Alexandre, a Batalha de Hidaspes teve seu desfecho com a aliança entre Alexandre e Poro, em detrimento da aprovação dos generais e da aristocracia macedônia.

Tendo em muito ultrapassado o plano expedicionário de Filipe II e, ao decorrer de uma década, conduzido uma exaustiva campanha militar, conforme se aproximava da região conhecida como Índia Inferior, Alexandre parecia competir “[...] com reis, com heróis antigos, consigo mesmo e, cada vez mais, com deuses” (Martin e Blackwell, 2020, p. 206). Em resposta à voraz ambição do rei, a insatisfação das tropas macedônias atingiu o ápice em meados de 324 a.C., assumindo a forma de revoltas coletivas, que Alexandre falhou em dissuadir. A esse respeito, as fontes antigas parecem concordar que, para os soldados, generais

³⁴ Cordilheira do Afeganistão e Paquistão.

³⁵ Região persa ao noroeste da Índia e leste do mar Cáspio, que hoje abarca partes do Afeganistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Paquistão e China.

³⁶ Dentre as principais conspirações internas contra a vida de Alexandre, constam a “Conspiração de Filotas” e a “Conspiração dos Pajens”. Já as insurgências envolvem os membros da aristocracia macedônia, em especial, o general Clito, assassinado por Alexandre durante um banquete, e o historiador Calístenes, implicado na Conspiração dos Pajens e posteriormente assassinado. Na narrativa de Quinto Cúrcio Rufo, tais episódios são responsáveis pelo desenvolvimento de temas como a tirania e a transformação moral de Alexandre, de modo que são abordados com maior esmero nos capítulos seguintes deste estudo.

e aristocratas, a Índia simbolizava não um destino, mas um limite, e, pela primeira vez, Alexandre deu ouvidos às queixas, de modo que optou retorno à Macedônia pelo curso do rio Indo³⁷. Doze altares foram supostamente erigidos nos limites do território conquistado e, em novembro, iniciou-se o retorno à pátria.

Ainda que os meses iniciais da expedição tivessem sido marítimos, a jornada à Babilônia³⁸ logo se dividiu em duas frentes: uma conduzida pelo oficial Nearco pela costa do Oceano Índico e, outra, por Alexandre, em marcha pelo deserto da Gedrósia. O percurso resultou em incontáveis mortes de soldados e animais que caminhavam com Alexandre, como consequência da escassez de água e suprimentos, bem como das elevadas temperaturas da região desértica. Como um todo, o episódio marca o fim das campanhas indianas e o início dos anos finais de Alexandre, caracterizados por instabilidade política, social e administrativa em sua corte e em seu vasto império.

Tendo chegado em Susã³⁹, o rei primeiro orquestrou uma série de casamentos entre seus homens e as mulheres da antiga nobreza persa, e, então, submeteu ao treinamento militar grego cerca de 30.000 jovens persas, aos quais atribuiu o nome de “sucessores”. Ambos os feitos foram demonstrações da tendência à orientalização dos costumes à qual aderira Alexandre durante suas campanhas finais. Além disso, ele instaurou diversos decretos políticos⁴⁰ sobre as cidades gregas e persas que havia previamente conquistado, a fim de corrigir decisões administrativas tomadas por aqueles que havia apontado como líderes locais. De modo geral, o desdobramento de eventos subsequente à reparação administrativa em Susã envolve a morte de Heféstio na cidade de Ecbátana (324 a.C.) e a integração de numerosas tropas persas ao exército macedônio. Fontes antigas e modernas especulam que a reorganização militar antecipava planos de retomar as campanhas asiáticas, desta vez para a conquista da Arábia, embora tais projetos de expedição tenham sido interrompidos, assim como outrora acontecera a Filipe II, pela súbita morte do rei, em 323 a.C.

³⁷ Demonstração do conhecimento geográfico de Alexandre. Das fontes antigas, Arriano (*Anáb.*, 6.1.2) comenta que, em uma carta enviada a Olímpia, Alexandre explica que o rio Indo (localizado nas fronteiras da Índia) corria diretamente para o rio Nilo (no Egito), crença da qual deriva sua estratégia de retorno marítimo à Macedônia.

³⁸ As duas tropas se encontrariam na Babilônia para, então, seguirem juntas à Macedônia. O plano de Alexandre supostamente (e na opinião de Stoneman, 2004) tem base em seu desejo de emular a lendária rainha Semíramis, que, segundo a lenda, havia conquistado a Índia, atravessado o deserto da Gedrósia e fundado a Babilônia. É provável que a opção de Alexandre pela rota mais difícil de retorno tenha alimentado o rancor de seus soldados, embora a conquista de tal proeza tenha adicionado à reputação divina do rei.

³⁹ Antiga cidade próxima à Babilônia.

⁴⁰ Uma das famosas decisões políticas de Alexandre nesse período ficou conhecida como o “Decreto dos Exilados”, ordem por meio da qual o rei exigia a repatriação dos exilados gregos, infringindo a autonomia das cidades. Diz-se que, quando confrontado por não reinar sobre nenhuma das potências gregas, Alexandre ordenou que seu decreto fosse acatado como vindo não de um rei, mas de um deus.

Objeto de infundáveis especulações, a causa do adoecimento de Alexandre é imputada ora ao consumo excessivo de vinho durante banquetes, ora à travessia de regiões pantanosas próximas ao rio Tigre, onde ele supostamente teria contraído malária, sendo essas as teorias mais populares para sua morte. Há, ainda, uma terceira hipótese, popularizada por obras como o *Livro sobre a morte e testamento de Alexandre*, de autoria anônima, bem como o *Romance de Alexandre*, de Pseudo-Calístenes, que desenvolvem o rumor referente ao envenenamento de Alexandre, orquestrado pelos generais de sua própria corte. Trata-se de uma teoria que algumas fontes antigas, das quais não se exclui Cúrcio, relegam à condição de boato. Em qualquer caso, Alexandre morreu pouco depois de adoecer, em junho de 323 a.C., evento que culmina na imediata ruína de seu vasto império, cuja extensão dificultava a estabilidade do poder centralizado e cuja carência de um sucessor rapidamente convidou velhos amigos a retornarem ao campo de batalha. Conhecido como a Guerra dos Diádocos (de 322 a 275 a.C.), o conflito foi caracterizado pela contenda entre antigos oficiais de Alexandre que, tendo lutado lado a lado, sob um único homem, passam a disputar entre si os territórios conquistados, de modo a transformar o antigo Império Macedônio em uma série de províncias politicamente autônomas, mas sujeitas à influência helênica e conectadas pela confluência de culturas, línguas e religiões que anteriormente coexistiam sob Alexandre.

Numa perspectiva mais ampla, a morte de Alexandre também marca o início do Período Helenístico, no qual tal diversidade cultural, linguística e religiosa amplamente se manifestam não só no âmbito social e comercial das recém-formadas províncias helenísticas, mas, também, na literatura escrita a partir do século IV a.C. Isto é, como será discutido adiante, o Período Helenístico contempla tanto o nascimento de gêneros literários como o romance antigo e a vertente retórica da historiografia, quanto uma ampla e imediata geração de estudos sobre Alexandre, o Grande, que, já na Antiguidade, faz aparições em obras literárias de natureza retórica, filosófica, ficcional, histórica e assim por diante, caracterizado quer como um ilustre comandante, quer como um hediondo tirano. E, com o posterior Império Romano, cenário igualmente caracterizado pela expansão territorial e centralização de poder imperial, a imagem e os feitos militares de Alexandre são tomados não só como o objeto de emulação para figuras políticas, mas, também, como alvo de especulação e curiosidade de escritores que, diante de novas técnicas narrativas, tornam atual a figura de Alexandre em diversos períodos político-sociais que convidam a sua lembrança. É o que faz, por exemplo, o autor romano Quinto Cúrcio Rufo, em suas *Histórias de Alexandre Magno da Macedônia*.

2.2. ESPECULAÇÕES E CONSENSOS A RESPEITO DE QUINTO CÚRCIO RUFO

Em seus estudos a respeito das antigas fontes literárias para a vida de Alexandre, o historiador vitoriano Sir William Tarn (1948) contextualiza Quinto Cúrcio Rufo como um autor que “apresenta um punhado de problemas, sendo o primeiro o porquê de esse livro ter sido escrito” (1948, p. 91)⁴¹. Tarn veementemente critica e, de modo geral, demonstra desgostar da obra de Cúrcio, mas sua provocação não é totalmente infundada. Na verdade, as *Histórias de Alexandre* sobrevivem da Antiguidade romana, da qual são oriundas, como o objeto de inúmeros estudos e polares interpretações, dissensões comumente atribuídas ou às diversas lacunas que carcomem o texto e que impossibilitam sequer saber o intuito do historiador, ou, então, à escassez de informações a respeito dele na própria Antiguidade. Assim, ainda que sejam frequentemente revisitadas, quaisquer questões relativas ao contexto de escrita, à identidade do autor ou, ainda, à recepção da obra, estão fadadas a certo grau de especulação, do qual este estudo certamente não escapa.

Consequentemente, a forma de abordá-la tem variado ao longo do tempo, no sentido de que o percurso metodológico de análise da obra, ainda carente de descobertas arqueológicas dos fragmentos perdidos ou de concretas informações sobre Cúrcio, progressivamente desvia suas atenções das questões insolúveis para a análise do texto, em si. A tendência à priorização da narrativa em vez das questões históricas e contextuais relacionadas a ela não só é uma empreitada que ganha força no século XXI, e que, portanto, pode ser dita recente, mas, também, está intrinsecamente relacionada à inserção de críticos literários no rol de pesquisadores dedicados à obra de Quinto Cúrcio Rufo, campo em que até então predominavam historiadores. Destacam-se dentre os recentes estudos de viés literário aqueles que, por exemplo, valorizam na narrativa elementos como a arquitetura e o desenvolvimento temático do texto (Baynham, 1998), a construção discursiva (Monferrer, 2002) e alegórica (Ribeiro, 2020; Veloso, 2024) das personagens, ou, ainda, os diálogos que as *Histórias de Alexandre* estabelecem com outros textos da Antiguidade grega e romana (Vizentin, 2009; Vorhis, 2017; Perez, 2022). Trata-se, em essência, de uma abordagem que tende a valorizar no texto histórico uma dimensão literária até então ignorada.

No entanto, é inegável que quaisquer informações contextuais em tais estudos devem às análises e hipóteses desenvolvidas pela geração que os antecedeu, e as questões antigas, ainda que continuem abertas, permanecem relevantes. De modo geral, consagrada pelo estudo

⁴¹ “He presents a mass of problems, and the first is, why his book was ever written” (Tarn, 1948, p. 91).

de Dosson (1886)⁴² e desenvolvida por historiadores do século XX, a abordagem tradicional de análise das *Histórias de Alexandre* erige como objetos de investigação questões como as fontes das quais Cúrcio se serviu para a construção de seu relato (Hammond, 1983), os possíveis hipotextos⁴³ reconhecíveis na narrativa (Steele, 1915) e, mais comumente, os trechos da obra que, referentes ao contexto histórico de Alexandre, possam aludir ou representar aquele suposto para Cúrcio. A esse respeito, são essencialmente dois os métodos adotados para o mapeamento de informações sobre o autor, sendo o primeiro o rastreamento de alusões a ele noutras obras da Antiguidade grega e romana, e, o segundo, a interpretação de (raros) trechos das *Histórias de Alexandre* nos quais o narrador, referenciando eventos contemporâneos a si, fornece pistas para seu contexto de escrita. E, ainda que sejam métodos comuns ao estudo de grande parte das obras remanescentes da Antiguidade, verificamos que, no caso de Cúrcio, tais procedimentos são dificultados quer pela ausência de menções à obra nos textos antigos que citam “Quinto Cúrcio Rufo”, quer pela perda dos dois primeiros Livros⁴⁴ e do proêmio do texto, no qual, especula-se, constariam informações a respeito do autor, segundo o costume em trabalhos historiográficos na Antiguidade.

No que toca às alusões a Cúrcio noutras obras antigas, são quatro as menções aos cognomes “Q. Cúrcio”, “Q. Cúrcio Rufo” e “Cúrcio Rufo”. A primeira referência é feita por Cícero numa carta de 55 a.C.⁴⁵, na qual presta a “Q. Cúrcio” alguns elogios (*bonus et eruditus adulescens*), embora se abstenha de outros comentários sobre a identidade da figura. A segunda menção é feita por Suetônio, que inclui “Q. Cúrcio Rufo” em sua lista de retores⁴⁶, também sem descrevê-lo, datá-lo ou mencionar qualquer vínculo com as *Histórias de Alexandre*. Por fim, a terceira figura é descrita por Tácito⁴⁷ e por Plínio, o Jovem⁴⁸, como um candidato a pretor sob Tibério e, ao final da carreira militar, procônsul da África, provavelmente durante o império de Nero (Milns, 1966, p. 504), e, ainda que à terceira personagem sejam conferidos mais detalhes pessoais, Tácito e Plínio também não lhe atribuem ofícios literários.

Naturalmente, tais referências estão atreladas às propostas de datação derivadas de análises intratextuais da obra, que, em geral, parecem aludir ao contexto político romano do

⁴² DOSSON, S. N. *Étude sur Quinte-Curce*. Paris, 1886.

⁴³ Entendemos como hipotextos as obras anteriores às *Histórias de Alexandre* que possam ter sido lidas e/ou referenciadas pelo autor.

⁴⁴ A obra de Cúrcio é dividida em dez “Livros” (dos quais restam oito), que equivalem não a “tomos” ou “volumes”, mas a “capítulos” dentro da mesma obra. Adotaremos a nomenclatura “Livros”, sendo esse o termo corrente noutros estudos.

⁴⁵ CÍCERO, *Ad. Quintum Fratrem*, 3.2.

⁴⁶ SUETÔNIO, no Index para *De Grammaticis et Rhetoribus*.

⁴⁷ TÁCITO, *Annales*, 11.20-21.

⁴⁸ PLÍNIO, *Epistulae*, 7.27.

meio do século I d.C., como veremos a seguir. Assim, adotando esse como o mais provável período de escrita e, considerando que a figura mencionada por Cícero num texto de 55 a.C. seria necessariamente anterior ao reinado de Augusto (de 27 a.C. a 14 d.C.), ela conseqüentemente não poderia corresponder a Cúrcio, autor dedicado a Alexandre, motivo que torna improvável a primeira hipótese para a identificação.

Ao passo que a personagem de Cícero é rapidamente desconsiderada pelos críticos da área, as duas outras têm sido obstinadamente discutidas desde o século XX, e as tentativas iniciais de verificar se o retor de Suetônio ou o político de Tácito correspondem ao historiador rapidamente evoluíram para hipóteses de que as três figuras seriam a mesma pessoa⁴⁹, dada a lacuna na carreira política da personagem de Tácito, que poderia ser explicada pelo engajamento em atividades voltadas à retórica, campo da personagem de Suetônio. Por outro lado, é igualmente possível que nenhuma das duas figuras seja a que buscamos: em referência ao retor de Suetônio, McQueen (1967, p. 25) argumenta que, apesar da dimensão retórica (atualmente dita literária) inerente à narrativa de Cúrcio, ela dificilmente seria pungente o suficiente para que a obra fosse considerada um exemplo de retórica na Antiguidade, uma vez que “o nosso Cúrcio não é apenas um retor, mas um historiador, e não esperaríamos que um autor de tamanho mérito literário fosse classificado junto a retores e gramáticos, autores de obras de natureza mais técnica”⁵⁰. Já no que toca ao político Cúrcio Rufo, McQueen atenta para a postura bajuladora que lhe atribui Tácito, sendo essa uma prática repetida e veementemente condenada pelo autor das *Histórias de Alexandre* ao longo de sua narrativa. Além disso, enquanto o Cúrcio de Tácito é caracterizado por uma longa carreira militar, o Cúrcio, autor, “[...] descreve batalhas e táticas de maneira tão defeituosa e superficial que ele só pode ter tido pouca ou nenhuma experiência com a guerra” (McQueen, 1967, p. 25)⁵¹. Em qualquer caso, o rol de estudos que ora aproximam, ora afastam as figuras de Tácito e de Suetônio de nosso autor é extenso, mas inconclusivo.

⁴⁹ Atkinson (1971) minuciosamente discute as convergências e disparidades entre Quinto Cúrcio Rufo, autor de Alexandre, e as figuras mencionadas por Cícero, Suetônio e Tácito. Já a hipótese de que as três personagens (Cúrcio, o político, o retor e o autor de Alexandre) correspondam à mesma pessoa foi abordada por Heckel (1983, nas notas de introdução para Yardley, 2004) e por Baynham (1998, p. 217).

⁵⁰ “Our Curtius is not simply a rhetorician but a historian, and one would not expect a writer of considerable literary merit to be classed with rhetoricians and grammarians, the authors of works of a more technical nature” (McQueen, 1967, p. 25). McQueen está na contramão de Milns (1966, p. 506), que enxerga a formação retórica como um requisito indispensável para o autor das *Histórias de Alexandre*, embora o estudo de Milns não discuta o gênero literário ao qual pertence a obra, como faz o de McQueen.

⁵¹ “[Curtius] describes battles and tactics in so defective and sketchy a manner that he can have had little or no acquaintance with war” (McQueen, 1967, p. 25). Contra McQueen, está Atkinson (1971, p. 56), que argumenta sobre as prováveis funções administrativas e financeiras do Cúrcio descrito por Tácito. Bosworth (1983, p. 153) questiona Atkinson, mas não o refuta.

Por sua vez, o segundo método para o mapeamento de informações a respeito de Quinto Cúrcio Rufo tende a gerar hipóteses mais concretas. Baseado em interpretações de excertos narrativos em que o autor alude ao contexto de escrita da obra, tal procedimento de análise e correspondência histórica geralmente erige três principais tópicos para o estudo: o emprego do termo *princeps* em referência à figura imperial, as menções ao Império Parta, e o enigmático comentário sobre Roma no Livro X, após a morte de Alexandre.

Em primeiro lugar, um dos únicos consensos a respeito da datação das *Histórias de Alexandre* diz respeito à probabilidade de que Cúrcio as tenha escrito durante o período imperial romano, tendo em vista o emprego do termo *princeps* (10.9.3) para identificar a figura do imperador (Milns, 1966, p. 460). O ponto de partida para a datação, portanto, seria o governo de Augusto (de 27 a.C. a 14 d.C.) ou, então, o de Tibério (de 14 a 37 d.C.), quando o termo passa a ser utilizado com esse significado. Em reforço ao estabelecimento de um *terminus ante quem non*⁵² ancorado nos impérios de Augusto e/ou Tibério estão estudos como os de Steele (1915)⁵³, que, examinando as similaridades entre o estilo de Cúrcio e o de Tito Lívio (que viveu entre 59 a.C. e 17 d.C.), ressaltam a improbabilidade de que a obra tenha sido escrita antes do período imperial, embora, de nossa parte, pensamos que o próprio contexto no qual Cúrcio emprega o termo (isto é, em um elogio ao imperador romano que evitou a ascensão de um conflito civil) seja evidência suficiente para datá-lo como um autor da era imperial.

Proposto um marco inicial para a datação, historiadores com frequência se voltam às alusões de Cúrcio ao Império Parta⁵⁴, das quais se destaca a seguinte passagem:

Hinc in Parthienem peruentum est, tunc ignobilem gentem, nunc caput omnium, qui post Euphraten et Tigrim amnes siti Rubro mari terminantur (Cúrcio, 6.2.12).

Daqui, atinge-se a Pártia, até então um povo desconhecido, embora, no momento presente, seja o principal de todos os povos que, situados além dos rios Eufrates e Tigre, são fronteiriços ao Mar Vermelho (Cúrcio, 6.2.12).

Nela, o autor comenta a prosperidade de que gozavam os partas no período de escrita das *Histórias de Alexandre*, e, ainda que diversas hipóteses para a identificação precisa de tal período próspero tenham sido levantadas (cf. Fears, 1974; Devine, 1979), o comentário de Cúrcio permite especular, com relativa certeza, que sua obra foi escrita antes de 224 d.C., data que marca o fim do Império Parta e o início do sucessor Império Sassânida. Especificamente,

⁵² As expressões “*terminus ante quem non*” e “*terminus post quem non*” referem-se aos limites temporais antes e depois do qual, respectivamente, a obra não poderia ter sido escrita.

⁵³ Os argumentos de Steele (1915) são posteriormente aceitos por Milns (1966), McQueen (1967), Baynham (1998), Stoneman (1999) e a maioria dos outros estudos que revisitam a questão dos hipotextos.

⁵⁴ Potência político-cultural da Pérsia antiga, que durou de 247 a.C. até sua queda, em 224 d.C.

Baynham (1998, p. 203) sugere a probabilidade de que Cúrcio tenha escrito numa data anterior a 114 d.C., ou, então, anterior ao império de Trajano (de 98 a 117 d.C.). A autora explica que as expansões territoriais romanas conduzidas por Trajano e seus sucessores ameaçariam a prosperidade do Império Parta muito antes de sua efetiva queda, em 224 d.C., conforme Roma atingia seu apogeu territorial e político em 114 d.C., ou, segundo Albrecht (1997, p. 895), pouco depois do ano 100, quando a subjugação, orquestrada por Trajano, da Armênia e da Mesopotâmia conferiu ao Império Romano sua maior extensão. Assim, concluem Albrecht (1997) e Baynham (1998), se estivesse escrevendo após Trajano, imperador que estendeu as fronteiras imperiais romanas para além do rio Eufrates, Cúrcio provavelmente não teria atribuído ao Império Parta a alcunha de “[...] o principal de todos os povos que, situados além dos rios Eufrates e Tigre, são fronteiriços ao Mar Vermelho”, pois tal título melhor caberia a Roma.

Caso aceitas as duas hipóteses anteriores, as *Histórias de Alexandre* teriam sido compostas entre 27 a.C. e 117 d.C. E, em vias de melhor precisar a datação da obra nessa lacuna temporal especulada, historiadores da área com frequência lançam mão de uma terceira evidência textual, sinalizando como significativo um comentário elogioso⁵⁵ tecida por Cúrcio após a morte de Alexandre (10.9.1-6), que, na íntegra, reproduzimos abaixo:

[1] Sed etiam fatis admouebantur Macedonum genti bella ciuilia; nam et insociabile est regnum, et a pluribus expetebatur. [2] Primum ergo conlisere uires; deinde disperserunt; et cum pluribus corpus, quam capiebat, onerassent, cetera membra deficere coeperunt; quodque imperium sub uno stare potuisset, dum a pluribus sustinetur, ruit. [3] Proinde iure meritoque populus Romanus salutem se principi suo debere profitetur, qui noctis, quam paene supremam habuimus, nouum sidus inluxit. [4] Huius, hercule, non solis ortus lucem caliganti reddidit mundo, cum sine suo capite discordia membra trepidarent. [5] Quot ille tum extinxit faces! Quot condidit gladios! Quantam tempestatem subita serenitate discussit! Non ergo reuirescit solum, sed etiam floret imperium. [6] Absit modo inuidia, excipiet huius saeculi tempora eiusdem domus, utinam perpetua, certe diuturna posteritas (Cúrcio, 10.9.1-6).

[1] Mas ainda guerras civis eram deflagradas contra o povo macedônio pelo destino, pois o trono é indivisível e, por isso, muitos o cobiçam. [2] Portanto, primeiro as forças colidiram, depois, dispersaram e, no momento em que teriam sobrecarregado o corpo além do que ele suportava, os outros membros começaram a falhar, e um império, que teria sido capaz de se manter sob um homem, ruiu quando sustido por vários. [3] Por consequência, o povo romano justa e razoavelmente reconhece dever sua saúde ao seu imperador, que rompeu o dia: uma nova estrela da noite que, por pouco, tivemos como última. [4] Por Hércules! O nascer dele, e não do sol, restaurou luz ao mundo escurecido logo que, sem a cabeça, os membros discordantes se agitaram. [5] Quantas tochas ele então extinguiu! Quantos gládios

⁵⁵ Tornou-se praxe na crítica de Quinto Cúrcio Rufo denominar o comentário em 10.9.1-6 um “panegírico”, isto é, o gênero literário que presta elogio a determinada pessoa. Ribeiro (2020) opõe-se ao termo, argumentando que Cúrcio “não se refere abertamente a uma figura” (nota de rodapé, p. 18), embora, de nossa parte, pensamos que Cúrcio apenas não a nomeia, possivelmente porque, como pensa Baynham (1998, p. 205), ele tenha inserido em seu prefácio uma dedicatória ao *princeps* que, aqui, elogيا.

embainhou! Tamanha tempestade ele, com súbita serenidade, afastou! O império, portanto, não só reverdece, mas floresce. [6] Contanto que a inveja esteja afastada, a mesma casa tomará as oportunidades dessa geração, tomara que para sempre, mas de certo até o futuro longínquo (Cúrcio, 10.9.1-6).

Objeto de análise em todos os estudos a respeito de Quinto Cúrcio Rufo, o trecho acima estabelece um contraponto entre a guerra civil instaurada no Império Macedônio após a morte de Alexandre e a guerra civil que teria se concretizado em Roma, não fosse pela ascensão de um novo *princeps*, que, como uma estrela, restaurou a luz ao mundo escurecido (*caliganti mundo*) e recompôs a ordem. Ainda que substancialmente metafórica, a alusão em 10.9.1-6 é a pista mais concreta para a identificação do imperador sob o qual Cúrcio escreve, e, diante dela, as análises e opiniões da crítica naturalmente variam.

Embora não seja o interesse deste estudo sondar em minúcias os desdobramentos e evidências históricas para a datação (questão à qual se dedicam Dosson, 1886; Atkinson, 1971; Baynham, 1998, para citar somente alguns autores), parece-nos que a discussão tem sido conduzida por entre duas principais cláusulas: de um lado, a ascensão ao trono num contexto de conflito civil e, de outro, o pressuposto de que a obra tenha sido escrita ao longo de alguns anos, possivelmente sob o mesmo imperador, sendo essa uma opinião popular dentre variados historiadores do século XX. Nesses termos, dos imperadores romanos atuantes entre 27 a.C. (início do império de Augusto) e 117 d.C. (final do império de Trajano), podem ser descartados Tibério, Calígula, Nero, Tito, Domiciano e Nerva, pela ausência de conflito durante a ascensão ao trono, bem como Otão, Vitélio e Galba, pela brevidade de governo. Restam, portanto, Augusto, Cláudio, Vespasiano e Trajano como possíveis imperadores sob os quais Cúrcio teria vivido e escrito as *Histórias de Alexandre*.

Apesar de reduzido, o íterim ainda suscita muita discussão, pois a natureza vaga do trecho (10.9.1-6, acima) igualmente permite comprovar e desbancar a identificação da figura aludida com os quatro imperadores. Em sua biografia de Alexandre, por exemplo, Tarn (1948) defende a plausibilidade de uma data ancorada no império de Augusto, tese rejeitada por estudiosos que enfatizam a similaridade estilística entre Cúrcio e Tito Lívio, Virgílio ou Sêneca, para além de estudos, como o de Baynham (1998, p. 212), que argumentam que “conotações contemporâneas presentes nas *Histórias*, em geral, parecem indicar que Cúrcio escreve em um momento no qual o principado havia, há tempo, sido estabelecido”⁵⁶. A opção por Trajano, por sua vez, encontra respaldo em inúmeros estudos conduzidos por Bosworth ao

⁵⁶ “Contemporary overtones from the Histories overall seem to indicate that Curtius is writing at a time when the principate has been established for a considerable period” (Baynham, 1998, p. 212).

longo de sua carreira⁵⁷, nos quais não só interpreta o comentário em 10.9.1-6, mas, também, investiga a forma como Cúrcio narra determinadas práticas militares, costumes e o contato entre Alexandre e civilizações estrangeiras, em vias de identificar na narração certa perspectiva contemporânea ao governo de Trajano. As considerações de Bosworth, entretanto, são geralmente invalidadas por estudos que enfatizam as alusões de Cúrcio ao Império Parta e, conseqüentemente, alocam Trajano como posterior às *Histórias de Alexandre*.

Já no que toca a Cláudio (imperador entre 41 e 54 d.C.) e Vespasiano (entre 69 e 79 d.C.), candidatos mais aceitos, são similares as evidências para comprová-los e rejeitá-los como a figura aludida por Cúrcio, de modo que validar um ou outro é uma árdua empreitada. De modo geral, Cláudio tem prevalecido como a hipótese preferida em estudos como os de Dosson (1886), Bardon (1947), Atkinson (1971), Hamilton (1988) e outros, que interpretam a “[...] noite que, por pouco, tivemos como última” como uma alusão direta à noite de 24/25 de janeiro de 41 d.C., data do assassinato de Calígula e ascensão de Cláudio. Mais que a transição entre imperadores, o evento foi caracterizado pelo conflito civil entre aqueles que desejavam a restauração da república e aqueles que, inseridos no senado, cobiçavam para si o trono. Ambas as partes, portanto, representariam os “membros discordantes” a que Cúrcio se refere. Ademais, seguindo essa hipótese, a expressão *caliganti mundo* (mundo escurecido), pela qual o autor alude ao hostil contexto político anterior à ascensão do novo imperador, poderia ser concebida como um trocadilho: *caliganti*, particípio do verbo *caligo* (escurecer, enevoar) aproxima-se, ainda que não etimologicamente, do substantivo *caliga*, o tipo de sandália romana utilizada por Gaius Julius Caesar Germanicus com frequência o suficiente para que inspirasse a alcunha pela qual ele é popularmente conhecido, “Calígula”. Caso essa leitura seja aceita, a metáfora de Cúrcio conceberia o governo de Calígula como uma época sombria, cujo fim, como a dissipação de uma névoa, permitiu ao povo romano a restauração da luz: em meio ao mundo escurecido, Cláudio surge como a nova estrela (*nouum sidus*) e impede o desenvolvimento do conflito civil.

Paralelamente, ao longo do século XX, debates de mesma tenacidade foram desenvolvidos em favor de Vespasiano: em 1929, Stroux⁵⁸ defendeu um extenso estudo partidário da hipótese, cujos argumentos foram reforçados por uma série de outros historiadores e críticos literários, dos quais se destaca Rodriguez (1980), que insiste no

⁵⁷ Um exemplo de tais estudos nos quais Bosworth defende a datação de Cúrcio no império de Trajano é: BOSWORTH, A. B. History and Rhetoric in Quintus Curtius Rufus: A Commentary on Q. Curtius Rufus ‘Historiae Alexandri Magni’ Books 3 and 4 by J. E. Atkinson. *Classical Philology*, Apr., 1983, v. 78, n. 2, p. 150-161.

⁵⁸ STROUX, J. Die Zeit des Curtius. *Philologus* 84, 1928/9, p. 233-251, *apud* Baynham, 1998.

império de Vespasiano com base na análise lexicológica do vocabulário de Cúrcio, bem como Albrecht (1997), que compara as metáforas do panegírico a menções similares noutras obras romanas, numa análise cuja conclusão propõe que Cúrcio iniciou a obra sob Nero e a terminou sob Vespasiano. Assim, é igualmente possível que a “nova estrela” seja esse imperador, cuja ascensão ao trono, lembra-nos Ribeiro (2020, p. 24), é permeada por conflitos bélicos⁵⁹ e civis que acompanharam a morte de Nero. Os “membros discordantes”, então, encontrariam seus correspondentes em Galba, Otão e Vitélio, que, entre 68 e 69 d.C., período de conflito civil conhecido como o “ano dos quatro imperadores”, sucederam um ao outro no trono romano, antes que Vespasiano, extinguindo as tochas, embainhando os gládios e afastando a tempestade (10.9.5), efetivamente o ocupasse.

Diante de tal impasse, é plausível que, durante a escrita da obra, Cúrcio tenha presenciado a transição de um governo considerado infame a outro que, por comparação, parecia-lhe mais plácido. É difícil resistir à hipótese de que a datação de Quinto Cúrcio Rufo esteja situada em algum ponto do intervalo entre o governo de Calígula (iniciado em 37 d.C.) e o de Vespasiano (terminado em 79 d.C.), em especial se considerarmos, como lembra-nos Baynham (1998, p. 215), as semelhanças entre a caracterização que Cúrcio faz de Alexandre e as figuras imperiais compreendidas nesse período da história romana. Isto é, mencionada anteriormente, a recente tendência literária de análise da obra com frequência explora paralelos entre certa postura desvirtuada de Alexandre e imperadores como Calígula e Nero, cujos governos, ainda que inicialmente promissores, gradualmente foram corrompidos pelos excessos. É o que se passa em estudos como o de Vizentin (2009), voltado às semelhanças temáticas entre as *Histórias de Alexandre* e o *Tratado Sobre a Clemência*, de Sêneca, bem como o de Ribeiro (2020), que coloca o Alexandre de Cúrcio em direto diálogo com as figuras imperiais romanas do primeiro século. E, com efeito, o desenvolvimento temático empreendido por Cúrcio – ao qual se dedica o terceiro capítulo deste estudo, e do qual são exemplos as consequências violentas da *cupidinem uini* (10.5.34) de Alexandre e a onda de censura da liberdade de expressão em sua corte, postura imperial que incentiva o aparecimento de bajuladores e faz com que ele seja percebido como um tirano por seus generais – torna tentadora a hipótese de que Cúrcio tenha presenciado governos conturbados de imperadores infames e, testemunha da transformação de um *princeps* em um *tyrannus*, tenha ali encontrado o ensejo para relembrar a figura de Alexandre, o Grande. No entanto, ainda que a recepção da figura de Alexandre tenda a coincidir com períodos políticos imperiais e, ainda que sua personagem nas *Histórias de Alexandre* possa ser interpretada

⁵⁹ Ribeiro (2020, p. 24) se refere à Segunda Batalha de Cremona, em 69 d.C.

como simbólica ou alegórica, importa-nos ressaltar que as intenções com as quais Cúrcio escreve sua obra são, simplesmente, incognoscíveis, de modo que a hipótese se junta às outras na esfera da especulação.

Concordamos com Baynham (1998, p. 216) sobre o fato de que “o interesse de Cúrcio está no próprio *regnum*, no conceito de poder absoluto e em seus feitos no *rex* e em seus seguidores”⁶⁰, de modo que o estudo do protagonista de Cúrcio em muito tem a ganhar quando a perspectiva com a qual o analisamos diz respeito não a um único imperador, mas à figura imperial em si. Diante de governos como os de Calígula ou de Nero, que lembram a transição de *princeps* a *tyrannus* vivida pelo Alexandre de Cúrcio, tal tese fica ainda mais visível, no sentido de que as *Histórias de Alexandre* são um estudo da relação entre política e poder, e, em tal condição, demonstram a inevitabilidade da corrupção política e moral de uma figura que toma para si o poder absoluto, em qualquer época e lugar. Consequentemente, a própria possibilidade de identificar diversos imperadores com a imagem transmitida por Cúrcio, em vias de relacionar o panegírico em 10.9.1-6 e a suposta alegoria da obra a este ou aquele imperador, acaba por validar as advertências tecidas pelo autor, além de demonstrar a ciclicidade do problema. Isto é, o Alexandre de Cúrcio, corrompido pelos próprios excessos, dentre os quais constam a irresponsabilidade da juventude, o autoproclamado estatuto divino e a tendência à embriaguez, é semelhante a diversos imperadores romanos, pois Alexandre, figura histórica, personagem literário, e, em ambos os casos, imperador, compreende em sua existência (e, naturalmente, em suas representações) as implicações e os dilemas do imperialismo. São esses os termos que atribuem ao movimento literário de recuperação da história e da imagem de Alexandre tamanha significação política e social, seja na Antiguidade ou na Modernidade, quando, lembrado em contextos como o imperialismo britânico ou o que restou do império napoleônico, a mensagem de Quinto Cúrcio Rufo é feita mais pungente e tão atual quanto no momento em que foi escrita.

2.3. AS *HISTÓRIAS DE ALEXANDRE* ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO

Em decorrência da forma retórica e/ou literária com a qual Cúrcio trata um assunto histórico, as abordagens de análise das *Histórias de Alexandre* têm variado ao longo do tempo. A tendência de estudos iniciais voltados à verificação do apuro histórico dos eventos narrados eventualmente deu espaço às análises estruturais e temáticas da composição

⁶⁰ “Curtius’ interest lies in *regnum* itself, in the concept of absolute power and its effects on the *rex* and its followers” (Baynham, 1998, p. 216).

narrativa, transição cujo cerne repousa na quimérica questão acerca do gênero literário ao qual a obra pertence. Conta-se, também, a tradição literária à qual Cúrcio supostamente se vincula, escrevendo ele na Roma do século I d.C.

Em 1999, Heinz Hofmann compilou uma série de estudos referentes à ficção latina, que abordam desde os romances de Petrônio e Apuleio até as obras geralmente relegadas às margens do gênero romanesco, por, via de regra, mesclarem aspectos fictícios e verossimilhantes em suas narrativas. É o caso das *Crônicas Troianas de Díctis e Dares*⁶¹ e de ainda outros trabalhos sobreviventes da Antiguidade, como textos de ficção hagiográfica (o estudo da vida de santos) escritos em latim e um conjunto de relatos referentes à figura de Alexandre, reunidos por Richard Stoneman (1999, p. 141-158) e, curiosamente, inseridos em um estudo dedicado à ficção romana.

A coleção “Alexandre latino”, como o autor a chamou, reúne cinco textos, para além das *Histórias de Alexandre* de Cúrcio. São eles: (1) uma tradução latina feita por Júlio Valério do *Romance de Alexandre*, de Pseudo-Calístenes; (2) *O Itinerário de Alexandre Magno*, de autoria anônima; (3) *O Epítome dos Feitos de Alexandre Magno* (popularmente conhecido como *Epítome de Metz*), de autoria igualmente anônima; e (4) a tradução latina do *Livro Sobre a Morte e o Testamento de Alexandre*. Há, ainda, a *Carta de Alexandre a Aristóteles sobre a Índia*, tradução latina de um original grego perdido, cuja datação e autoria são obscuras e cuja importância e circulação remetem à tradição medieval de escrita sobre Alexandre (Stoneman, 1999, p. 201-214). São textos que se reúnem sob a mesma categoria por três principais aspectos, sendo o primeiro, e mais imediato, referente ao assunto, já que as cinco obras abordam as façanhas e campanhas de Alexandre.

O segundo traço de afinidade entre tais obras, como observa Stoneman (1999, p. 141), diz respeito ao fato de terem sido escritas ou traduzidas por romanos, os quais, antes do período marcado pela ascensão do Cristianismo, reservavam seus relatos históricos a tópicos romanos. A esse respeito, com a exceção da obra de Cúrcio e da tradução feita por Júlio Valério do romance de Pseudo-Calístenes, informações referentes à autoria e datação dos textos que compõem a coleção são escassas e imprecisas, embora o consenso teórico seja o de que, Cúrcio à parte, tais obras tenham sido escritas ou traduzidas do grego para o latim durante o século IV d.C. Contexto marcado, como lembra Momigliano (1963, p. 81), pela luta ideológica e árdua coexistência cultural entre pagãos e cristãos, fenômeno responsável por

⁶¹ Os textos são intitulados: *Ephemeris belli Troiani* de Díctis Cretense e a *Acta diurna belli Troiani* de Dares Frigio. Importa ressaltar que Díctis e Dares são autores fictícios, isto é, narram suas histórias como personagens testemunhas, e que a verdadeira autoria de tais textos é desconhecida.

instigar uma nova onda de escrita histórica pagã em grego. Soma-se a essa informação o fato de que a intensa atividade de tradução para o latim durante o quarto século está relacionada “à crescente dominação da escrita latina por autores cristãos. [...] O latim era reconhecido como a língua do governo e da elite [...] e era importante tornar os textos valiosos acessíveis aos leitores latinos” (Stoneman, 1999, p. 148)⁶², e, assim, a tradição literária voltada a Alexandre é levada adiante.

Um dos mais importantes frutos desse contexto é a tradução latina feita por Júlio Valério do *Romance de Alexandre*, obra grega controversamente atribuída a Calístenes de Olinto. Diz-se controversa a autoria de Calístenes pois constam no texto episódios posteriores à sua morte, em 328 a.C., quando, recusando-se a executar a prática conhecida como prosquinese⁶³, o historiador é preso, torturado e morto a mando de Alexandre. Assim, a autoria do *Romance* é imprecisa, o que compele a fortuna crítica a atribuí-lo a um “pseudo” Calístenes. Igualmente incertas são as informações sobre a datação do texto e de sua tradução latina: sabe-se, por alguns manuscritos medievais que preservaram a abertura da obra, que o nome completo do tradutor é Júlio Valério Alexandre Polêmio, posteriormente identificado como um procônsul em 338 d.C., informação da qual deriva o pressuposto de que a obra de Pseudo-Calístenes seja anterior a tal data, uma vez que sua tradução pode ser ancorada com relativa segurança no século IV d.C., mas não há consenso em torno de uma data para a composição do *Romance de Alexandre* em sua versão original.

De modo geral, a obra pode ser compreendida como uma “[...] narrativa sobre uma figura histórica, com uma base histórica, mas com muito material adicional que enfatiza a significância do herói e torna a história mais instigante” (Stoneman, 1994, p. 122)⁶⁴, o que não só justifica sua comum inserção no corpus do romance antigo, ainda que nas franjas (cf. Holzberg, 1996), mas, também, elucida a posterior caracterização aventuresca, heroica e, essencialmente, cavaleiresca, que Alexandre assume no *Roman d’Alexandre*, popular romance francês da Idade Média, cuja principal fonte é a obra de Pseudo-Calístenes, seja no original grego ou na tradução de Valério, e que famosamente atribui a Alexandre muitos dos valores

⁶² “In part this reflects a loss of facility in Greek among the inhabitants of the western empire, but it is also related to the increasing domination of Latin writing by Christian authors [...]. Latin was recognized as the language of rule and of the elite [...] and it was important to make valued texts available to a Latin readership” (Stoneman, 1999, p. 148).

⁶³ Antiga prática de reverência persa, na qual os súditos prostram-se diante de pessoas de *status* social mais elevado que os seus. Alexandre, cuja origem é grega e que lutou contra os persas, incorporando para si valores e costumes orientais, solicita de seus homens que a realizem diante dele, sendo esse o motivo da oposição cultural e religiosa vinda de Calístenes.

⁶⁴ “We shall not go far wrong if we regard the *Alexander Romance* as a narrative about a historical figure, with a historical basis but with much additional material casting light on the hero’s significance and making the story more exciting” (Stoneman, 1994, p. 122).

cristãos identificados com os personagens cavaleiros do imaginário e da literatura medieval (cf. Cruse, 2011).

Diferentemente da tradução de Júlio Valério, preservada em diversas recensões, o *Itinerário de Alexandre Magno* sobrevive de forma incompleta em um único manuscrito. E, ainda que não haja consensos sobre a autoria⁶⁵, sua datação pode ser estabelecida com relativa facilidade, uma vez que o propósito da obra residia em guiar climática e geograficamente o imperador Constantino II (337-350 d.C.) em suas campanhas rumo ao leste. O *Itinerário*, portanto, pode ser datado entre os anos 340 e 350 d.C. (cf. Stoneman, 1999, p. 150), sendo este o texto mais seguramente contextualizado da coleção.

Similar ao que acontece com as duas obras anteriores, o *Epítome dos Feitos de Alexandre Magno* (ou *Epítome de Metz*) e o *Livro Sobre a Morte e o Testamento de Alexandre* foram registrados juntos no mesmo manuscrito medieval, chamado *Metz Codex 500*. Fato que, segundo Baynham (1995), não necessariamente significa que são partes da mesma obra, como foi anteriormente especulado sobre o *Itinerário* e o *Romance*: diferenciam-se, se não pelo tema, certamente pelo gênero, uma vez que “o *Epítome* (1-86) é parte de uma narrativa histórica sobre as campanhas de Alexandre e o *Livro sobre a morte* (87-123) é ou uma cópia de um genuíno documento político-histórico, [...] ou uma obra de pura ficção” (Baynham, 1995, p. 62, *itálicos da autora*)⁶⁶.

São geralmente infrutíferas as tentativas de estabelecer informações sobre a autoria e a datação dos dois textos, embora Heckel (1988), num minucioso estudo a respeito do *Livro Sobre a Morte*, aponte supostos objetivos políticos que teriam motivado o autor a escrevê-lo, traço que diferencia a obra das demais. Isto é, destaca-se o *Livro Sobre a Morte* por, em primeiro lugar, explorar o rumor de que Alexandre teria sido envenenado por alguém de sua própria corte e, em segundo lugar, por compor a fictícia carta de testamento por ele escrita em seus momentos finais. Nesses termos, Heckel argumenta que as atribuições e heranças descritas no testamento permitem vislumbrar o posicionamento político do autor que escreveu a obra, cuja natureza seria a de um panfleto fictício de propaganda política que “[...] demonstra um posicionamento favorável a Poliperconte e seus apoiadores” (Heckel, 1988, p.

⁶⁵ Uma vez que o único manuscrito do *Itinerário*, chamado *Codex Ambrosianus*, contém também o *Romance de Alexandre* traduzido por Valério, especula-se que possuam o mesmo autor. Na contramão dessa hipótese, Lane Fox (1997, p. 239) argumenta que o *Itinerário* contém episódios do *Romance de Alexandre* que a própria tradução de Valério omite, ao passo que Stoneman (1999, p. 151) aponta para as superficiais informações climáticas e topográficas do *Itinerário* como evidências de um autor familiar com a história de Alexandre, mas não com os detalhes geográficos das campanhas, descrição que, para o autor, é compatível com Valério.

⁶⁶ “The genre of each seems clearly different: the *Epítome* (1-86) is part of a historical narrative on Alexander’s campaigns and the *Liber de morte* (87-123) either a copy of a genuine political/historical document [...] or a work of pure fiction” (Baynham, 1995, p. 62, *itálicos da autora*).

71)⁶⁷. Noutras palavras, conforme o autor do *Livro Sobre a Morte* forja um testamento prejudicial a um e vantajoso a outro general de Alexandre, num jogo de atribuições materiais e de envolvimento na conspiração de envenenamento, percebe-se na obra um sutil e indireto posicionamento favorável às campanhas de Pérdicas, um dos oficiais de Alexandre, cujos ideais políticos são posteriormente preservados pelo partido de Poliperconte após sua morte. Trata-se, em essência, do uso da literatura e, mais importante, da história de Alexandre, para enobrecer a imagem política de determinada figura contemporânea ao período de escrita.

Em vista do panorama anterior, é seguro afirmar que a coleção *Alexandre latino* representa uma importante tendência literária voltada à figura de Alexandre no século IV, a qual remete tanto às similaridades entre o Império Romano e o Macedônio, quanto ao interesse por Alexandre nas épocas e obras subsequentes ao século IV. Nesse quesito, há que se mencionar que pouco, ou nada, se sabe sobre a recepção de tais obras durante a Antiguidade Tardia. A respeito de Cúrcio, verifica-se que o silêncio de outros autores antigos sobre as *Histórias de Alexandre* dificulta a tarefa de compreender o perfil de seu público dentro da sociedade romana: por um lado, a ênfase no heroísmo, nas decisões militares e diplomáticas e, principalmente, no êxito das conquistas de Alexandre poderia interessar a figuras políticas que tomavam-no como inspiração; por outro lado, a qualidade poética da narrativa, que é repleta de metáforas, paradoxos, antíteses, quiasmas etc., poderia ser valiosa ao estudante ou mestre nas escolas de retórica. Além disso, muitos dos dilemas morais e políticos enfrentados por Alexandre possuem fundamentos notadamente filosóficos, e a dedicação de Cúrcio à narração (à invenção, talvez) de pequenos episódios em que predominam o irônico, o patético, o grotesco, o melancólico etc. são dois outros aspectos que poderiam interessar a um público amplo e eclético. Ainda assim, menções às *Histórias de Alexandre* passam a circular apenas no início da Idade Média, sendo a *Alexandreis*, de Gaultier de Châtillon (escrita entre 1184 e 1187), uma das primeiras obras a citar Cúrcio como seu hipotexto.

Uma situação de similar desconhecimento se repete perante os outros textos da coleção *Alexandre latino*. Em primeiro lugar, no que toca ao *Romance de Alexandre*, é certo que a transmissão do original grego pela Antiguidade Tardia é confirmada pela tradução latina de Júlio Valério e, considerando-se a natureza romanesca de ambas as versões, sobretudo a ênfase nas aventuras maravilhosas e místicas de Alexandre, é possível que suas recepções tenham atingido um público mais amplo que o de Cúrcio. Já em relação aos três outros textos

⁶⁷ “The ‘Last Days and Testament’ was a political pamphlet which [...] shows a detectable bias in favour of Polyperchon and his supporters” (Heckel, 1988, p. 71).

(o *Itinerário*, o *Epítome* e o *Livro sobre a morte*), que possuem extensão menor e autoria anônima, Stoneman (1999) especula que talvez tenham sido designados como partes de uma compilação, pois “o *Itinerarium* aborda o início da vida de Alexandre e sua expedição até a chegada no Indo; o *Epítome* aborda a carreira dele desde a conquista da Ásia até a chegada em Patala; e o *Liber* se ocupa da morte dele na Babilônia” (Stoneman, 1999, p. 142, *itálicos do autor*)⁶⁸. Contudo, os três textos não constam juntos em manuscrito algum. É igualmente possível que as obras da coleção tenham sido concebidas e lidas como trabalhos individuais e independentes uns dos outros.

Qualquer o caso, é certo que a tendência a se escrever (ou traduzir obras) sobre Alexandre durante o século IV tanto propiciou a transmissão, e consequente preservação, das fontes antigas pela Antiguidade Tardia, quanto impulsionou a presença de Alexandre na literatura dos séculos subsequentes. Com efeito, verifica-se que o pícaro de Pseudo-Calístenes em muito se assemelha ao cavaleiro macedônio que protagoniza o medieval *Roman d’Alexandre* (séc. XII), ao passo que o imperador implacável do *Epítome do Metz* faz suas aparições em *O príncipe*, de Maquiavel (1513). Em *Hamlet* (Shakespeare, 1599-1601), mas, também, no *Livro sobre a morte*, contrapõe-se a mortalidade de Alexandre à sua grandeza, enquanto Padre Antônio Vieira, no *Sermão do Bom Ladrão* (1665), computa tal grandeza à impunidade privilegiada dos diversos “Alexandres” da história universal. No mesmo ano, era encenada em Paris, pela primeira vez, a peça *Alexandre le Grand*, cujo principal hipotexto Racine atribui a Cúrcio, apesar da ênfase nos dias finais do conquistador macedônio também ressoar com o *Livro sobre a morte*.

E, ainda que a coleção forneça um quadro essencial para a compreensão do desenvolvimento da imagem de Alexandre ao longo do tempo, o terceiro, e mais importante, aspecto comum entre elas remete não às diferentes personagens criadas pela literatura do século IV em diante, mas, em vez disso, ao estatuto de ficção que as reúne sob a mesma efígie. Isto é, as obras do “Alexandre latino” se diferenciam das fontes antigas, mencionadas anteriormente, não só pelo uso predominante do latim ou pelo período em que são escritas, mas, também, e principalmente, pelo caráter notadamente fictício que lhes atribuem os críticos que a elas se voltam. Com a exceção do *Epítome de Metz*, considerado um resumo historiográfico, verifica-se que o *Romance de Alexandre*, em primeiro lugar, é uma obra que reconhecidamente mescla às informações históricas sobre Alexandre elementos fabulosos, de

⁶⁸ “The *Itinerarium* covers Alexander’s early life and his expedition as far as his arrival at the Indus; the *Epítome* covers his career from the conquest of Asia to the arrival at Pattala; and the *Liber* is concerned with his death in Babylon” (Stoneman, 1999, p. 142, *itálicos do autor*).

modo que ela é considerada parte, ainda que marginal, do *cópus* do romance antigo (Baynham, 1995; Holzberg, 1996). O mesmo pode ser dito sobre a tradução de Júlio Valério⁶⁹. O *Itinerário*, em segundo lugar, tece um relato geral sobre as campanhas de Alexandre, mas propõe-se como uma narrativa reconstrutiva das condições climáticas e geográficas de determinada rota percorrida por Alexandre e, posteriormente, emulada por outros imperadores. Já o *Livro Sobre a Morte*, apesar do propósito político em suas entrelinhas, serve-se da ficção para desenvolver um rumor de conspiração, da qual é resultante tanto a escrita de um testamento de Alexandre, quanto sua morte. E, nesses termos, se a nuance fictícia é o traço predominante em tal geração literária, a inclusão de Quinto Cúrcio Rufo nesse *cópus*, autor cuja obra se propõe como historiografia e cuja datação remete não ao século IV, mas ao século I d.C., convida a observações mais atentas sobre o gênero e a tradição literária em que se inserem as *Histórias de Alexandre*.

2.3.1. O gênero literário das *Histórias de Alexandre*

A questão referente ao gênero a que pertencem as *Histórias de Alexandre* foi insistentemente sondada por historiadores e críticos literários ao longo dos séculos XX e XXI, mesmo a despeito das asserções de Cúrcio, em seu próprio texto, sobre os princípios historiográficos aos quais se atém. Isto é, a fortuna crítica tende a considerá-lo um “bom escritor, mas um péssimo historiador, já que sacrifica o rigor da abordagem e dos métodos no altar da retórica” (Yakoubovitch, 2009, p. 85)⁷⁰.

Em linhas gerais, verifica-se que o debate acadêmico repousa na observação de que, apesar do enredo e linearidade narrativa das *Histórias de Alexandre* contemplarem um panorama histórico, cronologicamente adequado, da vida do macedônio, os fatos históricos são comunicados de maneira excessivamente retórica e moralista, o que sugere um contato da obra (ou, mesmo, uma plena identificação) com outros gêneros literários em circulação na Antiguidade. Consequentemente, os esforços teóricos direcionados à classificação das *Histórias de Alexandre* tendem a uma empreitada tão arqueológica quanto propriamente literária, conforme empenham uma busca pela catalogação dos traços romanescos, historiográficos, retóricos, filosóficos e biográficos dos quais Cúrcio se serve para a tessitura de sua narrativa. Assim, ao longo do tempo, atribuíram-se à obra as alcunhas de biografia

⁶⁹ Um dos trabalhos nos quais a autora deste estudo se empenha no presente é a arguição em favor da inclusão de *Res Gestae Alexandri Macedonis*, a obra de Júlio Valério, no *cópus* do romance antigo romano.

⁷⁰ “On le juge généralement bon écrivain mais piètre historien, sacrifiant la rigueur de la démarche et de la méthode historiques sur l’autel de la rhétorique” (Yakoubovitch, 2009, p. 85).

(McQueen, 1967), de romance antigo (Spalding, 1968; Currie, 1990), de relato histórico (Baynham, 1998; Stoneman, 1999), de historiografia trágica (Albrecht, 1997) e, mesmo, de algo impreciso entre a epopeia em prosa e o romance histórico, como hoje é conhecido (Cardoso, 2011). Menções à narrativa de Cúrcio podem ser encontradas tanto em antologias dedicadas a historiadores romanos (Novak, Neri e Peterlini, 1999), quanto em compêndios referentes à ficção latina, dos quais o estudo de Hofmann (1999), discutido anteriormente, é o principal exemplo.

A própria existência dupla de Alexandre, figura histórica e personagem literária, feito de carne e tinta, é significativa do dilema teórico que se concentra em Cúrcio e que pode ser resumido no contraponto feito entre as características formais e temáticas de sua obra, as quais apontam ora para a história, ora para a literatura. Trata-se de um impasse exemplificado por estudiosos como Spalding (1968), cujo *Pequeno Dicionário de Literatura Latina* apresenta Cúrcio um historiador, um romancista e um biógrafo, sem que se pesem, com rigor, os traços distintivos de cada gênero:

QUINTUS CURTIUS RUFUS, historiador, do qual nada se sabe e que talvez tenha vivido no tempo de Cláudio; deixou-nos uma obra, *História de Alexandre Magno*, que, antes de ser história, é um verdadeiro romance. [...] O biógrafo do filho de Filipe procede mais como artista que como historiador; *plus transcribo quam credo*, diz no livro IV, 1, 34; na sua *História*, os fatos se encadeiam e se sucedem como numa grande série de quadros; as datas ficam reduzidas ao indispensável; a finalidade precípua de Cúrcio é impressionar os leitores; daí as hipérboles, as metáforas brilhantes, as sentenças, epifonema e antíteses que mostram claramente a influência da poesia e da retórica; não obstante, a precisão das pinturas, a viveza das narrações e a energia do tom, ora patético, ora nobre e digno, ora grave e melancólico, tornam a leitura dessa *História* assaz agradável; outro fator que acentua o brilho das *Historia Alexandri* são os diversos discursos que põem na boca das suas personagens, feitos com arte e bom gosto (Spalding, 1968, p. 185-186, itálicos do autor).

Num primeiro momento, as *Histórias de Alexandre* foram objeto de estudo de historiadores, os quais, por meio de uma abordagem comparativa dos relatos antigos dedicados a Alexandre, determinaram que o texto de Cúrcio era faltoso quanto à precisão de informações históricas, especialmente quando comparado à *Anábase* de Arriano. A esse respeito, é certo que a opção dos historiadores por documentos mais ou menos próximos do eixo político-militar das campanhas em muito contribui para o diagnóstico dos críticos (Bosworth, 2003), pois o relato de Ptolomeu possui um caráter testemunhal e uma perspectiva notadamente militar que transparece no texto de Arriano. Ainda assim, os resultados da análise comparativa foram sintetizados por Hammond (1983) e, frente a eles, evidencia-se o descuido de Cúrcio para com a datação dos eventos reportados, o registro de informações financeiras concernentes à campanha de conquistas e, mesmo, a precisão numérica referente à

quantidade de soldados, de navios, de animais etc., a qual Cúrcio, segundo Yardley (2004, p. 277, nota 41), tende a exagerar.

Não obstante, se, por um lado, a repreensão ao que faltava nas *Histórias de Alexandre* motivou sua alcunha de insuficientemente historiográfica, por outro lado, a observação daquilo que nela constava em excesso inspirou a hipótese de que pertencesse a outro gênero, que não a história. Isto é, elementos como a invenção de determinados episódios e personagens, inexistentes noutras fontes antigas, ou o floreio retórico e dramático de cartas e longos discursos, para os quais não há evidência, e, ainda, a tendência ao desdobramento de comentários moralistas advindos de um narrador onisciente que, vez ou outra, mais avança em direção à psicologia de Alexandre que aos eventos por ele empreendidos, foram elencados como alguns dos principais aspectos responsáveis pela denominação da obra como uma narrativa colorida (Wilcken, 1967, p. 27), essencialmente romanesca (Spalding, 1968, p. 185; Baynham, 2005, p. 60), repleta de enfeites retóricos (Stoneman, 1999, p. 142), cujo narrador é um sarcástico e moralista amador, desprovido de qualquer princípio histórico (Tarn, 1948, p. 91; Yakoubovitch, 2009, p. 85).

Então, com a grande produção literária desencadeada durante o Período Moderno na Europa, conforme mapeava as características da literatura romanesca corrente, parte da crítica literária voltou-se aos textos da Antiguidade com novas perspectivas. Obras como o *Satíricon*, de Petrônio, e o *Asno de Ouro*, de Apuleio, foram classificadas como aquilo que passou a chamar-se o romance antigo e estudiosos empenharam-se em determinar os critérios, formais e temáticos, que serviriam de parâmetro para o estabelecimento de um corpus canônico e um corpus marginal, composto por obras cuja mescla de traços históricos e literários as alocaria para as franjas do gênero (Gual, 1972; Holzberg, 1996; Brandão, 2005). Ainda assim, a classificação das *Histórias de Alexandre* como um romance antigo encontrou significativas ressalvas. Constatou-se que, em primeiro lugar, Cúrcio seguia certos pressupostos historiográficos, de modo que seu enredo era admitidamente pré-estabelecido por documentos que o antecediam; além disso, graças à escassez de informações a respeito do autor, bem como às lacunas ao longo da narrativa e, ainda, às perdas das fontes documentais, seria impossível medir se, ou, o quanto, ele teria inventado em seu texto. Em segundo lugar, verificou-se que as *Histórias de Alexandre* partilhavam poucos temas em comum com o corpus romanesco, sobretudo de vertente romana, caracterizada por uma dimensão satírica da narrativa – ao menos em relação às obras escritas até 117 d.C., *terminus post quem non* estabelecido para Cúrcio. Por fim, sendo o enredo guiado pela vida e os feitos de uma figura histórica, também atestados noutros textos antigos, a obra dificilmente poderia ser dita

fictícia. São as conclusões às quais chegam, ou as premissas das quais partem, estudos como McQueen (1967), Atkinson (1971), Baynham (1998), Heckel (2004) e, mais recentemente, Aprile (2023).

Assim, as *Histórias de Alexandre* foram, ao longo do tempo, consideradas históricas demais para o romance e, simultaneamente, romanescas demais para a historiografia. Afinal, seguindo a metáfora de Manzoni (1984)⁷¹, Cúrcio não apresenta ao seu leitor somente os ossos da história de Alexandre, mas, em vez disso, esforça-se em reconstituir a carne que uma vez esteve presa a eles, sendo esse um exercício de sua liberdade criativa enquanto escritor, mesmo que o ofício do historiador pressuponha um compromisso com a veracidade histórica dos fatos narrados. Nesse sentido, ainda que o debate teórico em torno do gênero das *Histórias de Alexandre* tenda a circular os gêneros historiográfico e romanesco, argumentos também foram lançados em favor de uma classificação segundo subcategorias, a qual admite uma fusão entre diferentes gêneros literários produzidos no século I d.C. A título de exemplo, Albrecht (1997) e Perez (2020) aceitam a natureza historiográfica da obra, mas insistem que Cúrcio desenvolve o plano de fundo histórico aos modos da tragédia clássica. McQueen (1967) propõe algo similar, em relação ao gênero biográfico, enquanto Cardoso (2011), em atenção ao desenvolvimento de temas como o heroísmo do protagonista, sugere a hipótese de que Cúrcio tenha escrito uma verdadeira epopeia em prosa, na qual o plano de fundo histórico é comunicado aos modos do romance, pois tamanha é a miscelânea de procedimentos narrativos – historiográficos, retóricos, biográficos, épicos, romanescos e assim por diante – nas *Histórias de Alexandre*.

Antes que nos debrucemos sobre as principais possibilidades para a classificação, importa-nos observar aquilo que consta na narrativa de Cúrcio a respeito do método geral do escritor e das maneiras pelas quais ele afirma sua autoridade como historiador. Por “autoridade”, entende-se “os meios retóricos pelos quais o historiador antigo, simultaneamente, afirma competência para narrar e explicar o passado e constrói uma *persona* que a audiência julgará persuasiva e acreditável” (Marincola, 1997, p. 1, *itálicos nossos*)⁷². Ao longo do texto, há diversas passagens de autorreferência, das quais se depreende a diligência

⁷¹ “Per circostanziare, verbigratia, gli avvenimenti storici, coi quali l’autore abbia legata la sua azione ideale [...], dovrà mettere insieme e circostanze reali, cavate dalla storia o da documenti di qualunque genere [...] e circostanze verosimili, inventate da lui; perché volete che vi dia, non una mera e nuda storia, ma qualcosa di più ricco, di più compito; volete che rifaccia in certo modo le polpe a quel carcame, che è, in così gran parte, la storia. Per le stesse ragioni, ai personaggi storici [...] farà dire e fare, e cose che hanno dette e fatte realmente, quand’erano in carne e ossa, e cose immaginate da lui, come convenienti al loro carattere, e insieme a quelle parti dell’azione ideale, nelle quali gli è tornato bene di farli intervenire” (Manzoni, 2024, p. 56).

⁷² “[Literary authority is] the rhetorical means by which the ancient historian claims the competence to narrate and explain the past, and simultaneously constructs a persona that the audience will find persuasive and believable” (Marincola, 1997, p. 1, *itálicos nossos*).

de Cúrcio em relação à organização do relato, sobretudo no que toca à linearidade cronológica dos eventos apresentados, à acuidade com que são relatados pelo narrador os discursos proferidos pelas personagens e, também, a certos princípios de transparência frente a fontes que Cúrcio considera questionáveis.

No que toca ao primeiro caso, destacam-se excertos como: “*sed haec suo quaeque tempori reseruentur, nunc cetera exsequi pergam*” (“mas que tais coisas sejam guardadas para seu devido momento; agora, continuarei a tratar de outros assuntos”, Cúrcio, 4.7.32), bem como “*multa et alia traduntur, quibus morari ordinem rerum haud sane operae uidebatur*” (“muitas e outras coisas são transmitidas, com as quais deter-se o curso dos acontecimentos certamente não parece proveitoso”, Cúrcio, 8.9.37). Similar aos anteriores, um exemplo mais significativo do zelo de Cúrcio para com a linearidade dos eventos que arrola no enredo é:

[1] *Quae interim ductu imperioque Alexandri uel in Graecis uel in Illyriis ac Thraecia gesta sunt, si suis quaeque temporibus reddere uoluero, interrumpendae sunt res Asiae, [2] quas utique ad fugam mortemque Darei uniuersas in conspectu dari et, sicut inter se cohaerent, ita opere ipso coniungi haud paulo aptius uideri potest. Igitur, quae proelio apud Arbela coniuncta sunt, ordiar dicere* (Cúrcio, 5.1.1-2).

[1] Caso eu quisesse relatar na ordem em que se deram as coisas que, nesse ínterim, foram feitas sob o comando e supremo poder de Alexandre, na Grécia, na Ilíria ou na Trácia, teriam de ser interrompidos os acontecimentos da Ásia, [2] os quais, principalmente até a fuga e morte de Dario, podem ser apresentados de maneira completa. Assim como estão conectados entre si, também na obra eles podem ser apresentados em conjunto. Eu começarei, então, por relatar os eventos relacionados à batalha em Gaugamela (Cúrcio, 5.1.1-2).

Com efeito, a sequência de eventos contemplada pelo enredo de Cúrcio está geralmente vinculada às ações do protagonista, ou, vez ou outra, do antagonista (o rei aquemênida, Dario III). São raras as instâncias nas quais o narrador se afasta de Alexandre para reportar aquilo que se passa junto aos generais macedônios, responsáveis por outras províncias do império, ou, mesmo, junto aos gregos na Hélade – quer os regentes responsáveis pela administração local de uma Macedônia soberana, quer os líderes políticos das cidades-Estado a ela submetidas.

Segundo McQueen (1967), trata-se de um significativo aspecto biográfico das *Histórias de Alexandre*, uma vez que, ao se ater aos conflitos históricos que ocupam o entorno imediato do protagonista, Cúrcio acaba por relegar uma visão abrangente da história do Império Macedônio em prol de um estudo particular de Alexandre. Nesse quesito, há que se reconhecer que, na forma remanescente do texto, Cúrcio jamais se propõe a escrever a história do império; em vez disso, o vínculo entre enredo e protagonista, bem como o desenvolvimento moral e identitário conferido a ele e, ainda, o afínco com que o narrador se

debruça sobre questões morais, políticas e filosóficas conforme são apresentadas a Alexandre são aspectos reveladores de que o objeto de estudo de Cúrcio é, evidentemente, o imperador. Frente a tal observação, poder-se-ia adicionar à leitura de McQueen (1967) a observação de que é este um ponto de convergência entre a narrativa de Cúrcio e a *Ciropédia*, de Xenofonte, cujo tema “não é a história dos povos, como as obras de Heródoto e Tucídides, mas a vida de um homem ilustre, Ciro. Afasta-se, deste modo, dos temas historiográficos e se aproxima dos temas da biografia” (Cerdas, 2011, p. 41). Por outro lado, também seria possível pensar, como Marincola (1997), que o interesse historiográfico na carreira de figuras célebres das eras passadas era comum no século I d.C., pois tais tópicos “não só seriam naturalmente excitantes, mas, também, poderiam ser contribuições importantes para o mundo atual dos autores, já que o passado poderia ser usado para abordar problemas como a natureza do monarca justo ou as relações entre romanos e bárbaros” (Marincola, 1997, p. 31-32)⁷³. Como discutiremos adiante, ainda que sejam leituras concorrentes, parece-nos que elas não são mutuamente exclusivas.

No mais, importa observar que a passagem anterior (5.1.1-2) é a única instância em que Cúrcio nomeia seu texto. Trata-se do substantivo latino *opus* (trabalho, obra), em “*sicut inter se cohaerent, ita opere ipso coniungi haud paulo aptius uideri potest*” (Cúrcio, 5.1.2). No entanto, o termo é amplo e genérico, de modo que poderia corresponder aos mais diversos gêneros literários e discursivos os quais se têm atribuído às *Histórias de Alexandre* ao longo do tempo e, portanto, pouco contribui à questão da classificação genérica.

Em relação ao segundo princípio metodológico de Cúrcio, desta vez concernente à acuidade dos discursos reproduzidos pelo narrador, pode-se concebê-lo tanto como uma afirmação de autoridade historiográfica, quanto como um recurso propriamente literário que dialoga com as tradições épica e romanesca⁷⁴. Referimo-nos a passagens como: “*Alexander in hunc maxime modum rescripsit*” (“Alexandre respondeu precisamente nestes termos”, Cúrcio, 4.1.10), ou, num trecho de maior fôlego:

[11] *Sic, quae locutus esse apud regem memoriae proditum est, abhorrent forsitan animis moribusque nostris, et tempora et ingenia cultiora sortitis. Sed, ut possit oratio eorum sperni, tamen fides nostra non debet; quae, utcumque sunt tradita, incorrupta perferemus* (Cúrcio, 7.8.11).

⁷³ “Not only would these topics have a natural excitement of their own; in addition, they could be important contributions to the authors’ current world, since the past could be used to address issues such as the nature of the just monarch or Roman-barbarian relations” (Marincola, 1997, p. 31-32).

⁷⁴ Ao passo que a presente análise se dedica à revisão bibliográfica sobre o gênero das *Histórias de Alexandre*, a questão dos discursos atribuídos às personagens é abordada com maior atenção no tópico 2.1.3 deste estudo.

[11] Assim, as coisas ditas junto ao rei foram legadas à memória. Elas talvez sejam estranhas aos nossos costumes e pensamentos, agraciados por tempos e gênios mais cultivados. Contudo, ainda que o discurso deles possa ser desprezado, nossa fidelidade não deve. Da maneira como foram transmitidas, levá-las-ei a cabo, inalteradas (Cúrcio, 7.8.11).

De antemão, tendo-se perdido grande parte das fontes primárias das quais Cúrcio se serviu para a composição de seu texto (sobretudo o relato de Cleitarco), não há motivo para desconsiderar o excerto acima como uma sincera asserção sobre a postura de transparência que Cúrcio adota frente aos documentos que, nesse caso, copia. Afinal, diz o narrador noutra passagem, “*plus transcribo quam credo: nam nec adfirmare sustineo, de quibus dubito, nec subducere, quae accepi*” (“transcrevo além do que creio, pois não suporto afirmar aquilo de que duvido, nem omitir aquilo que aceito”, Cúrcio, 9.1.34). Entretanto, o compromisso de Cúrcio com a veracidade histórica tende a ser questionado por grande parte da fortuna crítica. Por um lado, estudiosos como Heckel (1994) e Nudell (2011) apontam diversos episódios abordados Diodoro e Justino (que compartilham com Cúrcio a leitura de Cleitarco), mas que são omitidos nas *Histórias de Alexandre*, em motivo, especulam os autores, da preservação de certo equilíbrio temático ao longo dos capítulos. Por outro lado, mas pelo mesmo motivo, Perrin (1895) e Tarn (1948) afirmam que Cúrcio deliberadamente inventa eventos e personagens, os quais são exclusivos em sua obra, conforme viabilizam o desenvolvimento de um ou outro tema vinculado a Alexandre.

A partir de tais ressalvas, pode-se aceitar que Cúrcio transcreve além daquilo que crê verídico – e, com efeito, as notas de tradução de Yardley (2004) apontam instâncias nas quais Cúrcio copia suas fontes e, por descuido, cria dissidências e desacordos entre as informações de seu texto –, mas ele, certamente, seleciona nos hipotextos aquilo que julga conveniente ao plano geral de seu enredo. Contraditoriamente, trata-se de uma postura historiográfica que Cúrcio condena:

[21] *Ptolomaeum, qui postea regnavit, huic pugnae adfuisse auctor est Clitarchus et Timagenes: sed ipse, scilicet gloriae suae non refragatus afuisse se, missum in expeditionem, memoriae tradidit. Tanta componentium uetusta rerum monimenta uel securitas uel, par huic uitium, credulitas fuit* (Cúrcio, 9.5.21).

[21] Segundo Cleitarco e Timágenes, Ptolomeu (que, posteriormente, tornou-se um governante) esteve presente nesta batalha, mas ele, próprio, evidentemente prezando por sua reputação, transmitiu à memória que esteve ausente, tendo sido enviado em uma expedição. Tamanho foi o descuido – ou, igual em falta, a credulidade – dos que compunham as obras antigas (Cúrcio, 9.5.21).

O trecho em questão é significativo, em primeiro lugar, pela denúncia de Cúrcio sobre ser a disposição das fontes primárias (Timágenes e Cleitarco) a aceitarem informações sem questionarem-nas uma postura historiográfica tão recriminável quanto o descuido (*securitas*)

mediante a compilação dos fatos históricos (*uetusta rerum monimenta*). Depreende-se, assim, que Cúrcio compara os documentos nos quais se inspira, bem como que as instâncias nas quais diverge das outras fontes antigas são exercidas de modo deliberado por parte do autor. Em segundo lugar, a batalha mencionada no trecho diz respeito ao episódio em que Alexandre avança, sozinho, sobre as muralhas do povo indiano *sudracae* (9.5.1-30). Como discutiremos no terceiro capítulo deste estudo, o encontro com este povo foi o evento em que Alexandre mais esteve próximo da morte, pois foi rendido pelo inimigo e, segundo Cúrcio, atingido por uma lança farpada que lhe perfurou os órgãos vitais (9.5.23-24). Nesse sentido, ao passo que a fortuna crítica tende a computar as omissões e invenções nas *Histórias de Alexandre* à manipulação do texto histórico em vista de uma arquitetura temática, Cúrcio atribui as adulterações que reconhece no texto de Ptolomeu às tentativas deste autor em preservar certa reputação gloriosa, considerando-se tanto o caráter testemunhal de seu relato, quanto o posto político assumido por Ptolomeu (o governo do Egito) no momento em que o compunha. Trata-se da única passagem, em toda a obra, na qual Cúrcio explicitamente critica os métodos empreendidos pelos historiadores que o precederam.

Em suma, das instâncias de autorreferência ao longo das *Histórias de Alexandre*, depreende-se que o método geral empregado pelo autor na composição do texto histórico é a comparação das fontes que o antecederam, frente às quais adota uma postura crítica em relação à falta de rigor (*securitas*) e à credulidade (*credulitas*) das informações apresentadas. Tal postura – como, também, a atenção para com a linearidade dos eventos arrolados no enredo – pode ser concebida como a mostra de um princípio historiográfico que visa, no primeiro caso, à fidelidade aos documentos, e, no segundo, à ordenação cronológica dos feitos históricos empreendidos por Alexandre. Contudo, verifica-se que o autor tende a ignorar eventos que conduzam seu fio narrativo para longe do protagonista e, em vista das acusações da fortuna crítica sobre omissões e invenções na obra, admite-se que o interesse de Cúrcio reside mais no plano temático que no factual, observação que convida às hipóteses de que o *opus* em questão seja biográfico ou, mesmo, romanesco, tanto quanto historiográfico.

O problema, entretanto, parece-nos não um de divergência, mas um de convergência. Isto é, a principal dificuldade para a classificação das *Histórias de Alexandre* como pertencente a um ou outro gênero diz respeito não às características que fogem ora ao romance, ora à história, ora, ainda, à biografia. Em vez disso, são os traços formais e temáticos que tais gêneros têm em comum, dentre os quais constam, por exemplo: o relato prosaico; a postura moralista do narrador; o desdobramento temático que viabiliza discussões coerentes à contemporaneidade do autor; o protagonista histórico (pensando-se no romance

histórico ou de formação, aos modos da *Ciropédia*). Além disso, é essencial considerar que a historiografia, a biografia e, principalmente, o romance não são gêneros imutáveis, que seus critérios e tendências não são fixos, mas, pelo contrário, desenvolvem-se ao longo do tempo (Momigliano, 1993; Marincola, 1997; Brandão, 2005). Não seria extraordinário pensar que teriam entrado em contato e exercido certa influência uns sobre os outros na medida em que circulavam pelas variadas esferas sociais e intelectuais da Antiguidade.

Frente a tais questões, o presente capítulo buscará abordar, breve e sucintamente, três principais hipóteses para a classificação das *Histórias de Alexandre* quanto ao gênero literário, as quais são, respectivamente, a biografia, o romance e a historiografia. Como viremos a concluir, a perda dos primeiros Livros da obra e do prólogo que os antecederia inviabiliza o estabelecimento de uma classificação definitiva, de modo que, aos nossos olhos, o estudo do gênero ao qual pertence a narrativa de Cúrcio talvez mais se enriqueça pela admissão de empréstimos do que pela acusação de ressalvas.

Começamos pela proposta de classificação biográfica, cujo principal representante é o estudo de McQueen (1967). Segundo Momigliano (1993, p. 12), no mundo antigo, a biografia distinguia-se da história em motivo de suas raízes retóricas, uma vez que seu advento no século V a.C. está atrelado ao gênero epidítico – definido por Aristóteles (*Ret.* 2.18.20-30, 2019, p. 89) como um dos três gêneros da retórica clássica, junto ao deliberativo (ou político) e ao forense (ou judiciário). Caracteriza-se o discurso epidítico pela dimensão elogiosa e amplificadora com que trata o assunto em questão, sendo também dito o mais literário, pois se presta a ser lido (Aristóteles, *Ret.*, 3.12.15-20, 2019, p. 120). Assim, ao passo que elogios ou censuras a determinada figura eram comuns em tratados biográficos, nos históricos, havia que se ater à objetividade dos fatos, tendo-se em vista o compromisso do historiador com a verdade e, segundo Políbio (*Hist.*, 2.56.10), com o ato de persuadir o leitor a reconhecer a utilidade do passado para a atuação no presente.

Relacionado ao anterior, o segundo critério distintivo dos gêneros historiográfico e biográfico é, justamente, o grau de permissibilidade fictícia. Sobre a questão, Momigliano (1993, p. 56) afirma não só que os limites entre a ficção e a realidade eram mais rijos na historiografia que na biografia, mas, também, que o público sustinha diferentes expectativas frente a cada um dos dois gêneros. Em relação ao relato biográfico, os leitores “queriam informações sobre a educação, os casos amorosos e o caráter de seus heróis, mas tais tópicos são documentados com menor facilidade do que guerras e reformas políticas. Se os biógrafos quisessem manter seu público, eles tinham de recorrer à ficção” (Momigliano, 1993, p.

56-57)⁷⁵. Entende-se, assim, que a biografia “se utiliza de um material histórico (dados comprovados pelas fontes) a fim de que a narrativa ficcional tenha a aparência de verdade e se confunda com a própria história” (Cerdas, 2011, p. 48). Para tanto, serve-se de um discurso propriamente retórico, por meio do qual o autor expressa seu juízo sobre a figura biografada.

Apesar da nuance epidítica oriunda das raízes retóricas, no Período Helenístico, aquilo que passara a se chamar *βίος* remetia a um relato separado e distinto das obras propriamente retóricas e/ou filosóficas (Momigliano, 1993, p. 103). Como vimos, também a existência empírica da pessoa biografada e a documentação dos feitos por ela empreendidos não era o suficiente para que se confundissem a historiografia e a biografia, pois divergiam tanto em método, quanto em propósito. A biografia era um texto bem humorado, de eventos e opiniões, mas, sobretudo, um retrato literário de determinado indivíduo, e, “fosse o indivíduo em questão um rei ou um político, a biografia se mantinha próxima à história política” (Momigliano, 1993, p. 103)⁷⁶. Com efeito, se aceitarmos que as *Histórias de Alexandre* são uma obra biográfica, é este o nicho que melhor as compreenderá.

Coincidentemente, o termo “biografia” – *βίος*, “vida”, e, *γράφειν*, “escrever” – foi empregado pela primeira vez na *Vida de Alexandre*, de Plutarco, cujo prólogo atesta:

[1.1] É à vida de Alexandre, o monarca, e a de César, o vencedor de Pompeu, que vou dedicar este livro. Dado que a quantidade de realizações a considerar é enorme, não vou fazer qualquer outra introdução que não seja pedir a benevolência dos meus leitores; se eu não incluir todos os feitos notáveis destes homens ou não fizer uma descrição exaustiva de cada caso, e me ficar, na maior parte dos assuntos, por uma síntese, que não reclamem. [2] É que não é a História (*ἱστορία*) o que me proponho escrever, mas sim Biografia (*βίος*). A verdade é que nem sempre os atos mais relevantes são os mais reveladores de excelência ou de vício; em contrapartida, muitas vezes um episódio insignificante, um dito ou uma anedota, pode ser mais expressivo de um caráter do que batalhas com milhares de mortos, grandes paradas militares, ou cercos a cidades. [3] Assim, do mesmo modo que os pintores, ao produzirem um retrato, se fixam no rosto ou na expressão dos olhos, que são o espelho do caráter, e pouca atenção prestam às restantes partes do corpo, seja-me também permitido dedicar-me sobretudo aos sinais da alma e, a partir daí, retratar a vida de cada um deles. As grandes façanhas e lutas que travaram deixo-as para outros (Plutarco, *Vidas, Alex.*, 1.1-3, 2020, p. 51, itálicos nossos)⁷⁷.

Apesar de distinguir entre o fazer historiográfico e o biográfico – e, então, dispor-se a este último –, Plutarco tende a ser compreendido como uma fonte histórica pela fortuna crítica dedicada à tradição literária de Alexandre (Spencer, 2002; Stoneman, 2004; Badian, 2013).

⁷⁵ “They wanted information about the education, the love affairs, and the character of their heroes. But these things are less easily documented than wars and political reforms. If biographers wanted to keep their public, they had to resort to fiction” (Momigliano, 1993, p. 56-57).

⁷⁶ “If the individual in question was a king or a politician, biography remained close to political history” (Momigliano, 1993, p. 103, itálicos do autor).

⁷⁷ Reiteramos que todos os excertos de *Vida de Alexandre* neste estudo são traduções de Maria de Fátima Silva e José Luís Brandão (2020).

Como discutimos anteriormente, estabeleceu-se como um consenso teórico de que Plutarco, junto a Arriano, correspondem a uma vertente à parte dos outros autores da segunda geração de fontes antigas, pois, ao passo que Diodoro, Cúrcio e Justino/Trogo demonstram uma preferência pelo documento de Cleitarco, Arriano e Plutarco tendem a evitá-lo. No caso de Arriano, a priorização dos trabalhos de Ptolomeu e Aristóbulo na composição da *Anábase* rendeu-lhe uma reputação de grande confiabilidade como fonte histórica, mas, no caso de Plutarco, verifica-se que sua própria postura frente à asserção de autoridade (como biógrafo, como contador de uma história verdadeira, como narrador literário) denota, já, a dimensão fictícia comum à biografia. Como observam Silva e Brandão (2019, p. 13-14), para além da vintena de autores antigos que Plutarco identifica como hipotextos, ele, também, tende a recorrer a fontes anônimas (referidas por meio de termo *λέγεται*, “diz-se”, “conta-se”) e “não passa despercebido o número elevado de referências à correspondência do próprio Alexandre, tomada por vezes como prova da menor fidedignidade de outras fontes” (Silva e Brandão, 2019, p. 13).

O intuito geral de Plutarco, como afirma em seu prólogo e como observam Silva e Brandão (2019, p. 15), é o de fazer da biografia um modelo literário que seja, ao mesmo tempo, pedagógico e paradigmático. Para isso, “Plutarco abdica de uma narrativa exaustiva, pormenorizada, ‘histórica’ em sentido moderno, para obter, como prioridade, o desenho – onde a ficção se mistura com o rigor, o idiossincrático ganha terreno ao coletivo – do caráter de um Homem” (Silva e Brandão, 2019, p. 15). Com efeito, os estudos que argumentam em favor da inclusão das *Histórias de Alexandre* no corpus do gênero biográfico (sobretudo, McQueen, 1967) tendem a justificar tal proposta pela observação de que Cúrcio se propõe a construir um retrato literário de Alexandre tanto quanto Plutarco. No entanto, caso comparado à *Vida de Alexandre*, o relato de Cúrcio ocupa, uma vez mais, uma situação de ambíguo impasse, sobretudo em relação aos elementos que, presentes nas *Histórias de Alexandre*, são excessivos ou insuficientes perante os critérios do gênero. Trata-se, aliás, de uma dificuldade reconhecida por Momigliano (1993):

Quão claramente nós podemos distinguir biografias e os livros que tratam de história política na forma de uma monografia sobre um rei individual? Os memorialistas das guerras de Alexandre – Cleitarco, Ptolomeu e Aristóbulo –, os historiadores dos Diádocos e dos reis helênicos [...] estão nessa posição ambígua entre a biografia e a história. Certamente, é impossível tentar impor uma separação rígida entre a biografia e a monografia centrada em um único homem (Momigliano, 1993, p. 83)⁷⁸.

⁷⁸ “How clearly can we distinguish between such biographies and the books which were meant to tell political history in the form of a monograph about an individual king? The memorialists of Alexander’s wars – Cleitarchus, Ptolemy, and Aristobulus – the historians of the Diadochoi and the Hellenistic kings [...] are in this

O primeiro e mais significativo entrave para a identificação das *Histórias de Alexandre* como uma biografia é a perda dos dois primeiros Livros da obra. O mesmo motivo dificulta sua classificação com um romance de formação, aos modos da *Ciropédia*, de Xenofonte⁷⁹. Frente ao critério biográfico de abordar-se a vida de um indivíduo do começo ao fim, verifica-se que Plutarco se debruça integralmente sobre os eventos da esfera pessoal de Alexandre e dedica grande atenção a questões como: as lendas e eventos sobrenaturais que envolvem a concepção e nascimento do príncipe; os anos de formação sob a tutela de Aristóteles (e a aplicação de tais aprendizados ao longo da vida adulta); as aventuras e desavenças infantis junto à família e aos amigos; os desafios e êxitos durante as campanhas militares (ainda que narrados de maneira sumariada); e, mesmo, as variadas teorias da Antiguidade para a causa da morte do rei. Por sua vez, o texto de Cúrcio, em sua forma remanescente, inicia-se com os avanços militares de Alexandre perante a cidade de Górdio, de modo que é impossível medir se (e, de qual forma) o autor abordou os anos infantis e juvenis de seu protagonista ou, se, como Arriano, iniciou os eventos de seu Livro I com a morte de Filipe II, pai de Alexandre, e a ascensão do príncipe no mundo da política e da guerra.

Ainda assim, há que se considerar que, caso comparado a Plutarco, Cúrcio dedica pouca atenção aos detalhes e às particularidades de Alexandre. É certo que o autor demonstra grande interesse em conflitos que se desenvolvem na esfera privada do protagonista – as intrigas palacianas na corte macedônia, as aflições que atormentam a mente do rei, as conspirações e os rumores de traição dentro do exército etc. –, os quais são descritos detalhadamente e com grande eloquência, pois conferem a Cúrcio a oportunidade de tanto

ambiguous position between biography and history. Surely it is impossible to try to enforce a rigid separation of biography from the monograph centered on one man” (Momigliano, 1993, p. 83).

⁷⁹ O romance de formação, subcategoria do gênero romanesco, dedica-se ao processo formativo de uma personagem, à “sucessão de etapas, teleologicamente encadeadas, que compõem o aperfeiçoamento do indivíduo em direção à harmonia e ao conhecimento de si e do mundo” (Maas, 2000, p. 27). Em 2011, Emerson Cerdas construiu uma minuciosa arguição em favor da classificação da *Ciropédia* como este tipo de romance e, considerando-se as similaridades entre a narrativa de Cúrcio e a de Xenofonte, bem como a transformação ideológica e moral arquitetada por Cúrcio para Alexandre, poder-se-ia pensar na inclusão das *Histórias de Alexandre* neste corpus, ainda que tal hipótese tenha sido inexplorada pela fortuna crítica que admite a nuance romanesca da obra (Spalding, 1968; Currie, 1990; Baynham, 1998). São dois os principais argumentos que inviabilizam tal classificação: (1) a perda dos Livros I e II das *Histórias de Alexandre*, a qual impossibilita determinar se Cúrcio teria abordado os anos formativos de seu protagonista, os quais são ignorados pelo narrador no restante da obra; (2) a observação de que, no início da narrativa (considerando-se sua forma remanescente, a partir do Livro III), Alexandre já é um homem formado que ocupa o mais alto posto político de sua época e, também, que não busca a perfectibilidade ou o auto aperfeiçoamento, pois mesmo seu desejo pela apoteose não lhe é concedido, mas, em vez disso, concebido pelo narrador e pelas personagens como uma de suas maiores falhas. Além disso, considerando-se a cronologia dos eventos históricos empreendidos por Alexandre em comparação à atenção com que Cúrcio os aborda, grande parte a fortuna crítica das *Histórias de Alexandre* tende a ancorar o início do perdido Livro I na morte de Filipe II e ascensão de Alexandre ao trono macedônio (Heckel, 2004).

construir o retrato moral de Alexandre, quanto desenvolver os motivos temáticos responsáveis por sua deterioração. No entanto, de modo geral, o autor pouco navega pelas relações familiares de seu protagonista (em relação aos pais e irmãos, mas, também, aos parceiros românticos e filhos), pelos frutos de sua educação aristotélica no decorrer da vida adulta, ou, mesmo, por sua descrição física. Noutros termos, ainda que ambos contemplem Alexandre, Plutarco apresenta ao seu leitor a pessoa, ao passo que Cúrcio apresenta o imperador.

Outro ponto de distanciamento entre a *Vida* e as *Histórias de Alexandre* diz respeito ao desenvolvimento de anedotas. Entende-se por anedota “um relato, geralmente breve, com o objetivo de motivar o riso, [...] [o qual] não dispensa certas figuras de pensamento e de construção que se baseiam no exagero e no paradoxo, mas sobretudo nas várias formas de ambiguidade” (Ceia, 2009)⁸⁰. Com efeito, Plutarco reporta em detalhes histórias como o encontro de Alexandre com Diógenes, o Cínico (*Vidas, Alex.*, 14.1-5) ou a domada do cavalo selvagem, Bucéfalo, durante a infância de Alexandre (*Vidas, Alex.*, 6.1-8). Tais passagens são narradas em atenção àquilo que permitem depreender sobre o caráter de Alexandre, sobre suas virtudes mais admiráveis e sobre suas falhas (humanas, políticas, militares), para que ao leitor seja oferecida uma leitura que se presta, ao mesmo tempo, ao entretenimento e à aprendizagem (Silva e Brandão, 2019, p. 15). Por sua vez, quando Cúrcio aborda tais histórias – pois nem sempre o faz –, ele as concebe não como peripécias de seu protagonista, mas, em vez disso, como eventos tematicamente simbólicos. A título de exemplo, o episódio em que Alexandre, desavisadamente, repousa os pés sobre a mesa onde Dario costumava fazer suas refeições (5.2.13-16) é narrado sem qualquer dimensão cômica; em vez disso, em tons patéticos, Cúrcio atenta seu leitor para as ironias do destino (da *fortuna*, especificamente) e, pelo discurso direto atribuído a uma personagem secundária, faz com que o próprio protagonista interprete o descuido como um trágico símbolo de sua grandeza, soberania e superioridade em relação aos persas.

Segundo McQueen (1967), o aspecto biográfico das *Histórias de Alexandre* decorre, majoritariamente, do retrato literário (*character sketch*) feito para Alexandre e da consistente postura moralista do narrador. Com efeito, Cúrcio arquiteta um arco relativamente consistente de deterioração moral para seu protagonista, cujo contato com os povos orientais, somado ao acúmulo de poder político, a uma crescente reputação heroica e divina, e ao sempiterno sucesso oriundo dos favores da *fortuna* para com ele resultaram numa transformação ideológica que o autor, por sua tendência moralizante, apresenta como infeliz e repreensível.

⁸⁰ CEIA, Carlos: “Anedota”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <http://www.edtl.fcsh.pt>. Acesso em 21 de julho de 2025.

Como diz McQueen (1967, p. 30), tal postura, “que o leva a interpretar o particular sob os termos do universal, geralmente assume a forma de um comentário, deduzido pelo comportamento de uma personagem em determinada situação, o qual ele concebe como aplicável à natureza humana, de modo geral”⁸¹. Assim, atesta-se em Cúrcio a nuance pedagógica e paradigmática que caracteriza a biografia de Plutarco. Trata-se, certamente, de uma observação acurada e apta a aproximar as *Histórias de Alexandre* do gênero biográfico, mas, também, e simultaneamente, da tendência retórica da historiografia que se desenvolve no Período Helenístico. Isso em vista e, considerando-se a comparação entre Plutarco e Cúrcio, parece-nos apropriado concluir, como faz McQueen (1967, p. 20), que, “apesar de Cúrcio estar conscientemente tentando escrever história, o elemento biográfico é muito marcante, e a obra, talvez, possa ser concebida como uma espécie de fusão dos dois gêneros” (McQueen, 1967, p. 20)⁸².

Avancemos, agora, em direção à hipótese romanesca de classificação, a qual, eventualmente, dirige-se às considerações sobre a proposta historiográfica, pois tendem a ser apresentadas em concorrência pela fortuna crítica que se debruça sobre o gênero literário das *Histórias de Alexandre*.

Em primeiro lugar, do ponto de vista das características formais do romance antigo e, mesmo, daquilo que se especula sobre a sua recepção na Antiguidade grega e romana⁸³, a alcunha de “romance”, em si essencialmente anacrônica (Holzberg, 1996, p. 11), contempla alguns de seus traços formais significativos, conforme remete à distinção medieval entre os registros discursivos *latine loqui* e *romanice loqui*, este referente ao modo de falar românico e comum, e, aquele, ao próprio latim à maneira romana e formal. Naturalmente, as diferentes variantes correspondem a diferentes gêneros do discurso, no sentido de que eram escritos em *latine* os textos sérios, como os de teor filosófico, jurídico, científico etc., e, em *romanice*, os textos outros, cujo intuito era o entretenimento, a recreação, o contar histórias. Isso significa que, de um lado, “[...] os romances, ao utilizarem a língua comum, destinavam-se a um público mais amplo e mais eclético” e, de outro, que “[...] o termo romance também implica, desde sua origem, uma modalidade de gênero narrativo ficcional, cuja intencionalidade básica

⁸¹ “Curtius’ moralizing tendency, which leads him to interpret the particular in terms of the universal, usually takes the form of a comment which he deduces from the behaviour of a character in a given situation and which he holds to be applicable to human nature in general” (McQueen, 1967, p. 30).

⁸² “Accordingly we must say that while Curtius is attempting consciously to write history, the biographical element is very strong, and his work may be looked upon as being in some sense a fusion of both genres” (McQueen, 1967, p. 20).

⁸³ Perdidas ou nunca escritas, não chegaram à modernidade considerações teóricas da Antiguidade a respeito do romance antigo, ainda que seja esse um dos gêneros que ambas as sociedades, grega e romana, produziram simultaneamente. Assim, toda teoria que se debruça sobre esse gênero antigo é admitidamente anacrônica.

seria o divertimento, já que os gêneros *verdadeiros* continuariam na esfera do *latine loqui* por muitos séculos” (Brandão, 2005, p. 25-26, itálicos do autor).

De tais premissas podem ser depreendidos alguns traços formais comuns ao gênero romanesco que, numa abordagem literária das *Histórias de Alexandre*, serviriam de parâmetro para a curadoria dos procedimentos narrativos empregados por Cúrcio. A dizer, o público do romance é amplo e diverso, sendo seu intuito o recreativo e seu domínio o da ficção. A esses, Brandão acrescenta outros dois critérios de categorização, partindo do princípio de que, “antes de tudo, o romance é narrativa” (Brandão, 2005, p. 32-33), e, em tal condição, prevê filtros de um narrador e de um narratário. Além disso, o romance antigo desenvolve tal narrativa no estilo em prosa e no registro escrito, o que infere seu consumo por meio da leitura. Em essência, são traços, todos, que o afastam das narrativas epopeicas, por exemplo, e que denunciam não só certa inovação literária pela ruptura com as clássicas formas de contar histórias ficcionais, mas, também, o contexto histórico e sociopolítico ao qual pertencem; um marcado, nos termos de Gual (1972, p. 25), pelo período de “confusão e abertura formal [...] da sociedade que criou e para quem se criou o romance”. Segundo o autor, trata-se de um gênero literário concebido em uma Antiguidade “politicamente exausta” (Gual, 1972, p. 22), que faz transparecer na produção literária “[...] um ar nem antigo, nem moderno – mas, com maior exatidão, *pós-antigo*” (Brandão, 2005, p. 34, itálicos do autor).

Com efeito, historicamente, há notícias de narrativas que remetem ao romance a partir do Período Helenístico (323 a 146 a.C.), cujo início é marcado pela morte de Alexandre, num contexto de influência política grega nas regiões primeiro conquistadas pelo macedônio, então governadas pelos monarcas gregos que o sucederam, e, finalmente, submetidas a Roma em sua expansão e estabilização imperial nos tempos de Augusto. Nesse intervalo de tempo, as cercanias do Mediterrâneo cultivaram não só uma unidade cultural, literária e linguística de empréstimos gregos, mas, também, e, simultaneamente, influências de mesma natureza vindas do Oriente e do norte da África, troca parcialmente viabilizada pela orientalização dos costumes adotada pelo próprio Alexandre, em suas campanhas pelo atual Oriente Médio. Tal confluência naturalmente culminou em um contexto culturalmente plural, que se manifesta, a título de exemplo, na presença de divindades egípcias no *Asno de Ouro*, de Apuleio, e no *Romance de Alexandre*, de Pseudo-Calístenes, conforme, diz-nos Gual (1972, p. 20), outro traço significativo e contextualmente localizado do romance antigo é “[...] o seu caráter não

grego. Podemos sempre apontar elementos orientais em seu conteúdo e, quase sempre, o sangue oriental em seus escritores”⁸⁴.

Nas esferas política e econômica, entretanto, apesar da prosperidade derivada das trocas comerciais e da influência político-militar imposta primeiro por Alexandre e, depois, pelo Império Romano, o homem comum se encontrava em uma situação de considerável distanciamento das questões relativas ao bem-estar e à preservação de seu Estado. Condições que, segundo Gual (1972), podem ser vislumbradas na própria complexidade e inovação do romance:

Essa mesma confusão e abertura formal é uma marca característica da sociedade que criou e para quem se criou o romance. É a expressão de um sentimento vital muito distinto do clássico. Se o indivíduo da “pólis” grega gostava do limitado e bem definido, o cidadão de um império helenístico ou do Império Romano, comunidade que ele não chegou a sentir nem compreender bem, e de cujo governo não participava, encontrava-se num domínio político muito diferente, no qual a amplitude das relações em seu mundo e a incerteza dos confins do seu país era uma das marcas de sua existência (Gual, 1972, p. 26)⁸⁵.

Nesses termos, a distância percorrida em sucessivas viagens e aventuras, por exemplo, aparece como um dos principais temas do romance antigo, tendência que, para o autor, sugere um reflexo do desaparecimento de antigas estruturas e relações sociais entre homem e Estado, e que, no romance antigo, suscita ao narrador a oportunidade de não só permear as variadas camadas sociais ao longo de seu trajeto, mas, também, delatar seus costumes e vícios ao leitor que o acompanha. É o que se passa tanto no *Satíricon*, de Petrônio, quanto no *Asno de Ouro*, de Apuleio. Além disso, do excerto selecionado acima, destaca-se a abertura formal referida pelo autor, no sentido de que, sendo o romance a manifestação tardia de novas demandas literárias perante o desencanto do mundo (ou, ao menos, a perda de autonomia política diante de um governo do qual o cidadão comum não participava), a noção de confusão e abertura formal (Gual, 1972, p. 26) é precisamente o traço que nos permite denominar o romance um gênero onívoro, nos termos de Gual (1972, p. 374), ou gramatofágico, nos de Brandão (2005, p. 131). O romance é, em essência, o gênero literário que dialoga com outros gêneros, deles toma empréstimos e deles abocanha procedimentos literários formais e temáticos. Sua existência é a do irmão mais novo que, na sucessão de gêneros gregos e romanos, “[...] usa

⁸⁴ “El rasgo más significativo de las novelas griegas es su carácter no griego. Podemos apuntar siempre elementos orientales en su contenido y casi siempre sangre oriental en sus escritores” (Gual, 1972, p. 20).

⁸⁵ “Esa misma confusión y apertura formal es un rasgo característico de la sociedad que creó y para quien se creó la novela. Es la expresión de un sentimiento vital muy distinto del clásico. Si el individuo de la “polis” griega gustaba de lo limitado y bien definido, el ciudadano de un imperio helenístico o del Imperio romano, comunidad que no llegó a sentir ni comprender bien y en cuyo gobierno no participaba, se hallaba en un dominio político muy diferente donde la amplitud de relaciones en su mundo y la incertidumbre de los confines de su país era uno de los rasgos de su existencia” (Gual, 1972, p. 25).

roupas pitorescas compostas pelos remendos variados de seus irmãos mais velhos” (Gual, 1972, p. 25)⁸⁶, sejam eles a epopeia, a sátira menipeia, ou, em nosso caso, a historiografia.

Irmã mais velha do romance, a historiografia romana é herdeira da vertente grega, a qual, segundo estudos como Mandel (1980), Woodman (1988), Momigliano (1993) e Marincola (1997), divide-se em duas principais correntes narrativas. A primeira, geralmente denominada “pragmática”, tinha como principal representante o historiador Tucídides, “[...] que não tinha de modo algum a intenção de divertir seus leitores, mas queria lhes transmitir fatos ocorridos, acompanhados de causas e consequências” (Mandel, 1980, p. 8)⁸⁷, vertente da qual deriva a expectativa moderna referente ao caráter científico da historiografia, prática na qual o historiador almeja a invisibilidade de sua mão conforme narra os eventos passados e os apresenta como documentos ao leitor. Um exemplo da conduta adequada de um historiador, segundo a vertente pragmática, pode ser encontrado nas *Histórias* de Políbio (2.56.10):

[10] O escritor não deve impressionar os leitores com exageros espalhados ao longo da história, nem forjar discursos ou acrescentar sequências aos relatos, como os tragediógrafos, mas apenas recordar o que se disse ou fez, conforme a verdade, ainda que muito triviais. [11] A finalidade da história não é a mesma da tragédia, mas oposta. Esta precisa emocionar e seduzir os leitores em um só momento por meio de discursos os mais convincentes; aquela, ensinar e persuadir os estudiosos de qualquer época com fatos e discursos verdadeiros. [12] Muito embora na primeira predomine o plausível, ainda que falso, devido à ilusão dos espectadores, a segunda prima pelo verdadeiro em proveito dos estudiosos (Políbio, *Hist.*, 2.56.10, 2016, p. 183)⁸⁸.

Concebidas assim, a literatura e a historiografia são gêneros discursivos distintos e apartados pelo intuito com que são escritos: no primeiro caso, o entretenimento; no segundo, o registro do passado, do qual se depreende certo aprendizado. Além disso, quando aplicado à obra de Cúrcio, o princípio pragmático do fazer historiográfico naturalmente faz transparecer nuances que, nesse caso, são consideradas estranhas à historiografia e que poderiam justificar a típica acusação em estudos do século XX, dos quais Tarn (1948, p. 91) é um exemplo extremo, de que Cúrcio seria um sarcástico e moralista amador, desprovido de qualquer princípio histórico, uma vez que traços literários, como o sarcasmo, ou retóricos, como o moralismo, não são previstos pelo método pragmático da historiografia antiga.

Por sua vez, a segunda corrente, influenciada pelas ideias do orador grego Isócrates, “[...] acentuava e exigia que se respeitasse antes de tudo o lado artístico da obra, sua redação e

⁸⁶ “[...] la novela aparece como producto tardío en una época de decadencia. Hijo tardío de una familia otrora noble y pródiga viste un pintoresco ropaje, compuesto de remiendos abigarrados de sus hermanos mayores, y quedan en sus mallas reliquias gloriosas, como en un almacén de traperos” (Gual, 1972, p. 25).

⁸⁷ “Le créateur du premier courant fut Thucydide, qui n’avait nullement l’intention de divertir ses lecteurs mais voulait leur transmettre des faits vérifiés, accompagnés de leurs causes et conséquences” (Mandel, 1980, p. 8).

⁸⁸ Tradução de Breno Battistin Sebastiani (2016).

retórica, mesmo em detrimento da verdade e da exatidão histórica” (Mandel, 1980, p. 8)⁸⁹. É este um princípio inteiramente distinto do anterior. Isto é, se a vertente pragmática da escrita historiográfica visava ao apuro histórico e à objetividade do relato em detrimento de uma narrativa voltada à fruição, a tendência retórica pode ser pensada como seu oposto:

A historiografia, como um ramo da retórica no mundo antigo, estava sujeita aos mesmos tipos de análise literária comuns à poesia ou à oratória. [...] Era esperado que ele [o historiador] desse cuidado e atenção ao arranjo, linguagem e apresentação de seu material; que seu produto final seria ‘artístico’ e atraente; e que ele escreveria com um senso real daquilo que seus antecessores haviam feito, especialmente aqueles que fizeram bem e que eram dignos de imitação (Marincola, 1997, p. 13)⁹⁰.

Com efeito, quando comparados os princípios aos quais se atém e os métodos que Tucídides e Cúrcio declaram empreender em suas narrativas, evidencia-se uma considerável diferença no que toca a questões como a postura do narrador frente à acuidade dos fatos, à confiabilidade das fontes e, mesmo, à tecelagem discursiva em função da caracterização de personagens. Trata-se de uma diferença decorrente não da distância temporal entre um e outro autor, nem do regionalismo que leva um a escrever em grego e, outro, em latim. Em vez disso, parece-nos que tais autores seguem duas vertentes distintas do fazer historiográfico, na medida em que Cúrcio é guiado por documentos que o precedem – os quais, possivelmente, manipula conforme julga necessário ao fio temático de sua obra – e Tucídides se afirma contemporâneo aos eventos. No Livro I de sua *História da Guerra do Peloponeso*, por exemplo, Tucídides afirma que:

Quanto aos discursos que cada uma das partes pronunciou, quer nas vésperas da guerra, quer no seu decorrer, reproduzir-lhes as palavras exatamente era difícil, para mim quando os ouvira pessoalmente, para os outros quando me transmitiam o que tinham ouvido de qualquer outra fonte; como me parecia que cada orador teria falado o que cabia sobre as situações sucessivas, atendo-me o mais próximo possível do sentido geral das palavras realmente pronunciadas, assim vão formuladas (Tucídides, *Hist.*, 1.22.1, 2013, p. 29)⁹¹.

Já Cúrcio, na passagem em que contempla o discurso de um sábio embaixador a Alexandre (7.8.1-30), mencionada anteriormente neste capítulo, afirma que:

[11] *Sic, quae locutos esse apud regem memoriae proditum est, abhorrent forsitan animis moribusque nostris, et tempora et ingenia cultiora sortitis. Sed, ut possit*

⁸⁹ “Le second courant, le rhétorique, a été façonné à l’époque hellénistique, sous l’influence des idées d’Isocrate [...], qui accentuait et exigeait de respecter avant tout le cadre artistique de l’œuvre, sa rédaction rhétorique, cela même au détriment de la vérité et de l’exactitude historiques” (Mandel, 1980, p. 8).

⁹⁰ “Historiography, as a branch of rhetoric in the ancient world, was subject to the same types of literary analysis as poetry or oratory. [...] It was expected that he [the historian] would give care and attention to the arrangement, language, and presentation of his material; that his finished product would be ‘artistic’ and appealing; and that he would write with a real sense of what his predecessors had done, especially those who had done well and were worthy of imitation” (Marincola, 1997, p. 13).

⁹¹ Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado (2013).

oratio eorum sperni, tamen fides nostra non debet; quae, utcumque sunt tradita, incorrupta perferemus (Cúrcio, 7.8.11).

[11] Assim, as coisas ditas junto ao rei foram legadas à memória. Elas talvez sejam estranhas aos nossos costumes e pensamentos, agraciados por tempos e gênios mais cultivados. Contudo, ainda que o discurso deles possa ser desprezado, nossa fidelidade não deve. Da maneira como foram transmitidas, levá-las-ei a cabo, inalteradas (Cúrcio, 7.8.11).

Como discutiremos no terceiro capítulo deste estudo, de toda a obra, o discurso do embaixador é possivelmente a passagem de mais explícitas e duras críticas a Alexandre e, por extensão, à própria lógica do imperialismo e da campanha de conquistas, quer macedônia, quer romana. Isso em vista, a asserção de Cúrcio a respeito de sua fidelidade às fontes pode ser concebida como uma estratégia literária (mais que uma mostra de transparência histórica) pela qual o narrador se utiliza da expectativa de veracidade para corroborar sua leitura temática da personagem protagonista, considerando-se que o discurso direto é, nesse caso, um recurso mimético sobre o plano de fundo histórico, o que aproxima as *Histórias de Alexandre* tanto do gênero romanesco quanto do épico. Algo similar se atesta na *Ciropédia*, de Xenofonte, e, sobre a questão, Cerdas (2011, p. 44) afirma que “a mimetização de outros locutores propicia a absorção de outros gêneros literários, pois fornece a oportunidade para as personagens discursarem, dialogarem e narrarem pequenas narrativas”, mas, também, para decodificarem umas às outras aos olhos do leitor, na medida em que, como se passa na sequência atrelada ao excerto acima (7.8.11), exercem acusações e avaliações daquilo que aliados ou oponentes fazem ao longo do enredo. Assim, o compromisso do narrador com a veracidade do relato, a *fides* em relação àquilo que foi transmitido à memória, seja essa uma promessa literariamente forjada ou historiograficamente genuína, em qualquer caso, torna-se relevante ao desenvolvimento temático, moral e ideológico do narrador e da personagem.

Nesses termos, quando abordadas pela perspectiva de uma vertente retórica de escrita historiográfica na Antiguidade, as anteriores contradições entre o conteúdo histórico e a narrativa literária que caracterizam as *Histórias de Alexandre* são diluídas nos pressupostos de uma corrente literária, à qual Cúrcio atende, inclusive, pelos procedimentos de imitação e inovação citados anteriormente. Isto é, estudos como os de Steele (1915), que aponta para uma similaridade estilística e frasal entre a obra de Tito Lívio e a de Cúrcio, bem como os de Heckel (1994) e Horrillo (2015), que fazem o mesmo, mas com Heródoto, acabam por revelar uma referência à tradição historiográfica que antecede a obra (na qual constam, também, Ptolomeu, Cleitarco e outras fontes antigas, diretamente mencionadas por Cúrcio), as quais, portanto, sinalizam o meio pelo qual ele contempla a noção de imitação mencionada por Marincola. Simultaneamente, conciliadas à imitação estão as inovações nas *Histórias de*

Alexandre, que se manifestam não só no âmbito narrativo, a exemplo da invenção de monólogos atribuídos às personagens históricas, conferindo-lhes uma personalidade coerente aos dilemas da época em que existiram (e, de acordo com Mahecha, 2009, e Aprile, 2023, àquelas da época em que Cúrcio escreve), mas, também, no âmbito temático, pela própria escolha da história de Alexandre em um período em que, segundo Stoneman (1999), historiadores latinos se ocupavam da história de Roma.

Noutra perspectiva, a aproximação entre a historiografia e o romance antigos não só diz respeito à atenção ao arranjo, linguagem e apresentação (Marincola, 1997, p. 13) dos eventos narrados em ambos os gêneros, mas, também, ao contexto político do qual são oriundos. Isto é:

Esses desenvolvimentos são a reação da história, bem como de outros gêneros, ao mundo político transformado do século IV [a.C.], no qual a ascensão da Macedônia destruiu a estrutura em que, até então, se definia a participação política para os gregos. Enquanto Atenas e Esparta haviam sido protagonistas na obra de Tucídides, no século IV [a.C.] a história da Grécia se torna a história de governantes [...]. À medida em que o leitor se tornava menos um participante e, cada vez mais, um observador, a relação dele com a história teve de mudar. A utilidade da história não mais poderia ser a de fornecer lições práticas para a participação na pólis, ou, mesmo, aquele conhecimento prévio que poderia ajudar homens públicos a tomarem decisões inteligentes (Marincola, 1997, p. 22-23)⁹².

Ora, trata-se do mesmo contexto sociopolítico e literário ao qual se referem Gual (1972), em relação ao romance antigo, e Momigliano (1993), em relação à biografia. Marcado primeiro pela queda do vasto império de Alexandre, cuja dissolução após sua morte resulta na reorganização política das regiões do Mediterrâneo em grandes províncias de natureza igualmente imperial e de grande influência grega, o Período Helenístico (século IV a.C.) tem como um de seus traços essenciais a perda de participação e autonomia política do cidadão comum, que passa a ser um observador das medidas tomadas por aqueles que concentram todo o poder em suas mãos. Segundo Gual (1972), é esse o contexto de desencanto de mundo que propicia o surgimento do romance antigo e, segundo Marincola (1997), o mesmo período no qual a historiografia deixa de ser concebida como um manual prático para a atuação política e assume uma tendência de rememoração literária das grandes figuras do passado, uma narrativa cuja nuance retórica e artística são aspectos que colocam a historiografia em função do entretenimento e da recreação. É necessário, portanto, compreender a vertente

⁹² “These developments are the reaction of history, like other genres, to the changed political world of the fourth century, where the rise of Macedon destroyed the framework in which political participation had up to that time defined itself for the Greeks. Whereas Athens and Sparta had been in Thucydides ‘characters’ at the centre [sic] of his work, in the fourth century the history of Greece becomes the history of rulers [...]. As the reader became less and less a participant and more and more an observer, his relationship to history had to change. The utility of history could no longer be practical lessons for participation in the polis, or even that foreknowledge that might help public men make intelligent decisions” (Marincola, 1997, p. 22-23).

retórica da historiografia não como um gênero discursivo estranho à literatura, mas, em vez disso, como um gênero literário que, aliás, inspira e se desenvolve junto ao romance antigo e à biografia.

E, poder-se-ia pensar, ainda que tal perspectiva ilumine grande parte dos problemas anteriormente identificados com as *Histórias de Alexandre*, no que toca ao gênero literário e aos procedimentos textuais desenvolvidos em função da arquitetura de uma narrativa tematicamente complexa, a obra de Cúrcio, apesar de abordar uma figura localizada no século IV a.C., provavelmente foi escrita durante o século I d.C., numa ambiência política e literária distinta daquela que caracteriza o Período Helenístico. Entretanto, e em primeiro lugar, Heckel (2004, p. 5)⁹³ atenta para a probabilidade de que Cleitarco, a principal fonte de Cúrcio, tenha iniciado suas pesquisas sobre as campanhas pouco após a morte de Alexandre, bem como tenha escrito sua obra após 310 a.C., a partir dos trabalhos de Calístenes, Onesícrito e Nearco, antigos membros da corte e pelotão macedônio que, com a morte do conquistador, voltaram-se ao ofício historiográfico. Segundo Heckel, são relatos os quais Cleitarco suplementou com testemunhos daqueles que estiveram em contato com Alexandre (em especial, soldados macedônios e mercenários gregos), e, também, com sua própria liberdade criativa, uma vez que a mais provável datação de Cleitarco é como contemporâneo ao Período Helenístico e, portanto, à tendência retórica da historiografia.

Em segundo lugar, e com maior importância, Marincola (1997) aponta para significativas similaridades políticas, das quais decorrem similaridades literárias, entre o século IV a.C. e o século I d.C., segundo a noção de que, se o cidadão comum do Império Macedônio ou do Império Helenístico (isto é, as regiões governadas pelos sucessores macedônios), instaurado após a morte de Alexandre, carecia de autonomia política diante de um governo do qual não participava, o mesmo pode ser dito do cidadão do Império Romano, que, após a regência de Augusto, estendia-se inimaginavelmente pelo mundo antigo. Noutros termos:

Para muitos dos romanos, o final da República e o início do Império se assemelhavam ao século IV a.C., com sua mínima participação política e um mundo fora de controle. [...] O novo mundo político significava que as figuras e os exemplos da história romana não mais tinham valor prático, mas, em vez disso, força moral. Bons cidadãos exibem virtudes universalmente válidas,

⁹³ O texto de Heckel foi originalmente escrito em 1983, como introdução à edição inglesa das *Histórias de Alexandre*, traduzidas por John Yardley em 1984. Como, desde então, essa tradução elaborada por Yardley tornou-se uma referência para a obra de Quinto Cúrcio Rufo em língua inglesa, ela contou com revisões, reimpressões e ampliações do texto original. Neste trabalho, referimo-nos à versão de 2004, publicada pela Penguin Books, de modo que também o texto original de Heckel (1983) será vinculado a esta data.

independentemente da forma de governo, e o indivíduo cidadão pode aprender, mesmo com a vida dos grandes (Marincola, 1997, p. 29)⁹⁴.

Em suma, é seguro afirmar que o romance é uma narrativa de amplo público e intuito recreativo, escrita em prosa, consumida pela leitura e nascida em um ambiente político de perda de atuação cidadã em um mundo cujos limites o homem comum desconhece e de cujo sistema político não participa. São esses, todos, traços igualmente característicos da corrente retórica da historiografia antiga, que ressurge no século I d.C. e da qual Cúrcio, se aceitos os argumentos anteriores para sua datação, faz parte. Nestes termos, as observações de Marincola elucidam o geral consenso teórico a respeito do consistente desenvolvimento literário da produção romanesca e histórica (de natureza retórica) no século I d.C., ainda que tenham supostamente nascido no Período Helenístico. Daí que, considerando que ambos os gêneros estariam dando seus primeiros passos no século IV a.C. e, ainda, considerando a natureza onívora (Gual, 1972, p. 274), ou gramatofágica (Brandão, 2005, p. 131), do romance, não é estranha a concomitância de características romanescas e historiográficas em obras como, por exemplo, a *Ciropédia*, de Xenofonte (datada em cerca de 390-380 a.C.), ou, por extensão, as *Histórias de Alexandre*, de Cúrcio.

Por outro lado, o alinhamento da obra de Cúrcio à tendência retórica da historiografia e às possíveis influências romanescas oriundas do período compartilhado entre ambos os gêneros são meios pelos quais se explica não só a inserção da obra no compêndio de ficção latina organizado por Hofmann (1999), mas, também, toda a recente tendência de análise temática das *Histórias de Alexandre* ao longo do século XXI, e, ainda, a própria escolha de Cúrcio por um tema longo e estrangeiro ao seu contexto social imediato. Na verdade, a opção pela história de Alexandre, ainda que considerada por Stoneman (1999) uma anomalia na tradição historiográfica romana do século I d.C., pode ser pensada como mais uma manifestação literária de circunstâncias políticas concomitantes ao período de escrita, no sentido de que:

Diversos historiadores escreveram histórias da era clássica grega dos séculos V e IV a.C., enfatizando as campanhas das guerras persas; outros trataram da carreira e das conquistas do próprio Alexandre, como podemos ver em uma variedade de gêneros, incluindo a história. Esses tópicos não só seriam naturalmente excitantes, em si, mas eles também poderiam ser contribuições importantes para o mundo atual dos autores, já que o passado poderia ser usado para abordar problemas como a natureza do monarca justo ou as relações entre romanos e bárbaros, que eram importantes

⁹⁴ “Yet for many of the Romans the late Republic and early Empire resembled the fourth century BC with its diminished political participation and a world out of control. [...] The new political world meant that the figures and examples of Roman history no longer had practical value, but rather moral force. Good citizens exhibit universally valid virtues, whatever the form of government, and the individual citizen can learn, even from the lives of the great” (Marincola, 1997, p. 29).

para os contemporâneos, sem o perigo [para o autor] de confrontá-los diretamente (Marincola, 1997, p. 31-32)⁹⁵.

Com efeito, as considerações de Marincola vão de encontro não só às de Gual (1972), sobre o romance antigo, e às de Momigliano (1993), sobre a biografia, mas, também, às de Gil (1961), sobre a censura exercida sobre a literatura, com seus diversos gêneros, durante o período imperial romano, em especial, durante o século I d.C., cujas condições políticas, nos termos do autor, “semelhantes às das monarquias helenísticas, implicaram novas exigências de repressão com repercussões consideráveis no campo da literatura”, no sentido de que “[...] a própria insistência dos ‘bons’ imperadores, que sucederam aos ‘tirânicos’, em se mostrarem *uindices libertatis*, ou os esforços hipócritas destes para aparecerem como campeões da liberdade, nada mais são do que outra prova da mudança radical dos tempos” (Gil, 1961, p. 189-190, *itálicos do autor*)⁹⁶.

Frutos de tal contexto são, por exemplo, a *Apocolocintose* (ou *Abobrificação*, em traduções recentes para a língua portuguesa)⁹⁷, obra publicada e endereçada por Sêneca ao imperador Cláudio após sua morte, em 54 d.C., e o *Satíricon*, de Petrônio, obra cuja personagem Trimalquião é com frequência interpretada como uma sátira da figura imperial romana. Em termos similares, pode-se pensar que a caracterização de Alexandre engendrada por Cúrcio, bem como a forma como são comentadas as virtudes e os vícios dele, são meios pelos quais o autor é capaz de discutir, criticar e advertir seus leitores sobre pautas contemporâneas, atemporais, talvez, sem mencioná-las diretamente. E, ainda que a falta de informações a respeito da identidade do autor, somada às lacunas ao longo da obra e à perda do prefácio que supostamente a acompanharia, impossibilitem a concreta afirmação de que Cúrcio propositalmente se serve da figura de Alexandre como meio de desviar de políticas de censura vigentes em sua época, uma leitura hermenêutica das *Histórias de Alexandre*, à qual este estudo se propõe, não só pensa pertinente o paralelo político e literário entre o Império

⁹⁵ “Several historians wrote histories of the classical Greek era of the fifth and fourth centuries BC, emphasising [*sic*] the campaigns of the Persian Wars; others treated the career and conquests of Alexander himself, as we can see from a variety of genres, including history. Not only would these topics have a natural excitement of their own; in addition, they could be important contributions to the authors’ current world, since the past could be used to address issues such as the nature of the just monarch or Roman-barbarian relations, which were important to contemporaries, without the danger of confronting one’s own times directly” (Marincola, 1997, p. 31-32).

⁹⁶ “Las condiciones políticas del Imperio, similares a las de las monarquías helenísticas, comportaban unas exigencias nuevas de represión con considerables repercusiones en el campo de la literatura. [...] La misma insistencia de los emperadores ‘buenos’, que sucedían a los tiránicos’, en mostrarse como *uindices libertatis*, o los hipócritas esfuerzos de estos últimos por aparecer como campeones de la libertad, no son sino una prueba más del cambio radical de los tiempos” (Gil, 1961, p. 189-190, *itálicos do autor*).

⁹⁷ SÊNECA, *Abobrificação do Divo Cláudio*. Tradução, introdução e notas de Luiz Henrique Milani Queriquelli, Maria Helena Felício Adriano, Miguel Ângelo Andriolo Mangini e Pedro Falleiros Heise. São Paulo: Iluminuras, 2022.

Macedônio (século IV a.C.) e o Romano (século I d.C., especificamente), mas, também, propõe que a personagem Alexandre, da forma como é construída, é metonímica da figura imperial, seja ela qual for, no sentido de que Cúrcio opera pela representação e dela parte o tom moralista de sua obra. Assim, ainda que reconheça a grandeza de Alexandre e a importância do imperador para a manutenção e preservação do bem-estar político e civil da pátria (seja ela macedônia ou romana, como afirma Cúrcio em 10.9.1-6), ele igualmente atenta seu leitor para os defeitos de regimento e as inflamações de temperamento que levam a figura imperial a agir de maneira condenável.

São esses os termos com os quais propomos que, apesar da inserção de Cúrcio na tendência literária denominada “Alexandre latino” ser representativa da importância das *Histórias de Alexandre* como uma fonte romana para as campanhas do macedônio, quer na Antiguidade Tardia, ao lado das outras narrativas da coleção, quer nas eras subsequentes até a atualidade, o estudo da obra tem muito a ganhar quando considerada em luz do panorama do século IV a.C., em vez daquele referente ao século IV d.C., como propõe Stoneman (1999). Trata-se, também, de um enquadramento histórico-literário mais elucidativo das técnicas de Cúrcio do que aquele referente à sua inserção na “tradição *Vulgata*”. Parece-nos que, assim como Cúrcio aparenta ser um torniquete às obras da coleção, as tendências literárias circundantes no Período Helenístico, sejam elas referentes à biografia, ao romance ou à vertente retórica da historiografia, igualmente influenciam as *Histórias de Alexandre* e, assim, em vista do silêncio da Antiguidade, das lacunas que envolvem a obra e a vida de Cúrcio, o estudo de tais contextos políticos e literários mitiga as anteriormente mencionadas dificuldades teóricas acerca do gênero ao qual pertencem, bem como alicerça a análise literária dos procedimentos narrativos e temáticos desenvolvidos nas *Histórias de Alexandre*, aos quais se dedica o capítulo seguinte deste estudo.

3. CONSIDERAÇÕES LITERÁRIAS SOBRE AS *HISTÓRIAS DE ALEXANDRE*

É seguro afirmar que as recentes análises interpretativas da obra e protagonista de Cúrcio, as quais almejam relacioná-los às figuras e medidas imperiais vigentes na época do autor, naturalmente pressupõem tratar de uma gama de implicações políticas e sociais oriundas da suposta ressignificação de uma figura histórica renomada em vias de simbólica e implicitamente abordar um problema contemporâneo ao autor que a recupera, quatro séculos após sua morte. Nesse quesito e, em diálogo com a crítica recente, importa-nos observar que, para além da significância política mediante a recepção da obra na sociedade romana (sobre a qual nos resta especular), é certo que a leitura das *Histórias de Alexandre* como uma obra de protagonista alegórico implica, também, determinados procedimentos literários necessários para sua arquitetura e eficácia, de modo que seu estudo se encaminha do âmbito real ao representacional, da História à Literatura. São esses os termos que nos permitem afirmar, na esteira de Wilcken (1967, p. 29), que cada escritor de Alexandre cria seu próprio Alexandre, e, mais do que isso, são os termos que sustentam o argumento de que, quando é lembrado por Quinto Cúrcio Rufo, Alexandre, o Grande, exemplifica algumas das preocupações referentes ao comportamento da figura imperial romana, de modo geral.

No entanto, questões como a alegoria e a simbologia do Alexandre de Cúrcio dependem, em primeira instância, de algumas observações a respeito da técnica narrativa do autor, e, em segunda, da aceitação de uma premissa que, ao nosso ver, é incontornável. Isto é, é preciso que Alexandre seja concebido não como o objeto real sobre o qual se diz, mas, em vez disso, como o sujeito que diz “eu” conforme se move, na condição de personagem, pela própria história. Noutros termos, a relação entre a figura histórica (*homo sapiens*) e sua presença na literatura a seu respeito (*homo fictus*)⁹⁸ deve ser entendida como um pacto representacional, segundo a noção de que:

As pessoas (históricas), ao se tornarem ponto zero de orientação, ao serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam a personagens; deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos, seres que sabem dizer “eu”. “A rainha se lembrava neste momento das palavras que dissera ao rei” – tal oração não pode ocorrer no escrito de um historiador, já que este, nos seus juízos, somente pode referir-se a objetos, apreendendo-os exclusivamente de “fora”, mesmo nos casos da mais sutil compreensão psicológica, baseada em documentos e inferências. Somente o “criador” de Napoleão, isto é, o romancista que o narra, em vez de narrar dele, lhe conhece a intimidade de “dentro” (Rosenfeld, 2018, p. 27).

Rosenfeld (2018), na verdade, parte de um estudo mais amplo sobre a personagem literária em romances históricos, conduzido por Kate Hamburger, para quem “mesmo

⁹⁸ Terminologia de FORSTER, Edward Morgan. *Aspects of the Novel*. New York: Harcourt, 1927.

aqueles romances históricos que aderem à verdade histórica exatamente como o faz um documento histórico, ainda assim transformam a pessoa histórica em uma figura fictícia, não-histórica, transferindo-a de um possível sistema de realidade para um de ficção” (Hamburguer, 1973, p. 112-113)⁹⁹. E, ainda que a inserção das *Histórias de Alexandre* na tradição retórica da historiografia antiga justifique suficientemente os traços romanescos da obra e torne dispensável (mas não impensável, cf. Cardoso, 2011) a alcunha de romance histórico para categorizá-la, parece-nos que o mesmo processo de transfiguração e representação atinge o protagonista de Cúrcio. Isto é, ainda que se refira a uma figura histórica e, portanto, esteja comprometido com informações pré-estabelecidas pela documentação a respeito dela, Cúrcio (e os outros autores de Alexandre, de modo geral), ainda assim, lança mão de procedimentos literários para não só compreender a existência real em uma existência representacional, mas, também, caracterizar a figura histórica aos seus moldes. Afinal, “o texto dialoga (e o leitor incorpora-se a esse diálogo e o desenvolve) com o passado e o representa conforme suas convenções, enquanto o real continua sendo apenas um retrato na parede” (Pinto, 2024, p. 25). Nesses termos, assim como Alexandre passa de figura histórica à personagem literária no momento em que seu nome é posto em página (Rosenfeld, 2018, p. 27, acima), a reconstituição do passado pela literatura, mesmo histórica, igualmente remete à relação entre a realidade do objeto e o realismo com o qual é capturado, de modo que assim se justifica, num viés narrativo, certa espessura retórica e/ou fictícia exercida pela redação da obra, pela reconstituição do passado retratado, pela caracterização das personagens, e assim por diante, especialmente diante do contexto histórico e literário, anteriormente abordado, em que supostamente se inserem as *Histórias de Alexandre*.

Uma vez estabelecido o pressuposto de que Alexandre, na condição de protagonista de Cúrcio, deve ser encarado como uma personagem literária, voltamo-nos às formas e aos procedimentos narrativos pelos quais o autor a constrói. Afinal:

[...] quando toma um modelo na realidade, o autor sempre acrescenta a ele, no plano psicológico, a sua incógnita pessoal, graças à qual procura revelar a incógnita da pessoa copiada. Noutras palavras, o autor é obrigado a construir uma explicação que não corresponde ao mistério da pessoa viva, mas que é uma interpretação deste mistério; interpretação que elabora com a sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida (Candido, 2018, p. 65).

Com efeito, diferentemente do que faz o historiador Plutarco, cujo relato e caracterização de Alexandre remetem a uma suposta troca de correspondências com o próprio

⁹⁹ “Even those historical novels which adhere to historical truth just as exactly as an actual historical document does, nevertheless transform the historical person into a non-historical, fictive figure, transferring him out of a possible system of reality into a system of fiction” (Hamburguer, 1973, p. 112-113).

general macedônio, das quais a modernidade não tem notícia, Cúrcio cria uma trama subjetiva, na qual constam o raciocínio, a superstição e os sentimentos de Alexandre, que, coerente ao modo de agir e aos feitos registrados pelas fontes antigas, seria uma suposição verossímil de sua personalidade. Assim, a partir de uma perspectiva voltada aos operadores da narrativa¹⁰⁰, mas igualmente ancorada à corrente literária na qual as *Histórias de Alexandre* se inserem¹⁰¹, o presente capítulo procura sondar algumas das principais formas pelas quais, nas palavras de Antonio Candido, Cúrcio interpreta o mistério de Alexandre. Isto é, o exercício da onisciência narrativa e a atribuição de discursos às personagens, ou, mesmo, a forma como a obra é organizada, são meios pelos quais o autor exerce sua clarividência e, mais do que isso, meios pelos quais se constrói a nuance alegórica da obra, pois, somente na condição de personagem, Alexandre pode ser tido como um símbolo de determinados ideais e práticas, ou como uma representação de outras figuras político-militares figurantes quer no Império Romano, quer na modernidade.

3.1. PROCEDIMENTOS FORMAIS DA NARRATIVA

O viés formal de análise das *Histórias de Alexandre* deve ser conduzido, em primeira instância, pela maneira como a obra é organizada¹⁰². Ela sobrevive sob uma disposição em dez Livros, correspondentes a capítulos, dos quais se perderam os dois primeiros e nos quais constam inúmeras lacunas, especialmente infelizes ao final do Livro V (lacuna que corresponderia à morte do rei persa, Dario III, oponente de Alexandre) e ao longo do Livro X, último da obra. Ainda que sua transmissão desde a Antiguidade latina seja obscura e divergente¹⁰³, sabe-se que a popular divisão de obra em dez livros remonta aos manuscritos medievais datados a partir do século IX¹⁰⁴, sendo essas as versões que a modernidade tem

¹⁰⁰ Considerações alinhadas às obras de Carlos García Gual (1972), Niklas Holzberg (1996) e Jacyntho Lins Brandão (2005), no que toca ao romance antigo, bem como às obras de Wayne Booth (1983), Gérard Genette (1995), Erich Auerbach (1971), Jean Pouillon (1974) e Davi Arrigucci Jr. (1998), em referência ao romance, de modo geral.

¹⁰¹ Na esteira dos teóricos previamente abordados, a dizer: A. J. Woodman (1988), John Marincola (1997), A. B. Bosworth (2003) e J. R. Morgan (2007).

¹⁰² Forma e conteúdo, como é natural à literatura, são indissociáveis nas *Histórias de Alexandre*, no sentido de que os procedimentos formais desenvolvidos e empregados por Cúrcio são fundamentais ao desenvolvimento temático no decorrer da obra. Assim, alguns dos principais temas serão vez ou outra mencionados, conforme são abordadas as principais técnicas literárias reconhecidas no texto, ainda que, em prol da organização deste estudo, tenhamos buscado abordá-los separadamente, de modo que ao desdobramento temático é dedicado o tópico seguinte, posterior às considerações formais.

¹⁰³ Baynham (1998, p. 37) atenta para a divergência organizacional nos manuscritos: ao passo que parte deles não apresenta qualquer divisão, algumas edições dos séculos XV e XVI contam com oito ou doze livros.

¹⁰⁴ Um completo inventário dos manuscritos, códices, títulos e divisões da obra pode ser encontrado em Dosson (1886, ap. 1, p. 315) e em Oakley (2020, p. 9-51).

como mais próximas daquilo que constaria, bem como da forma como constaria, no original latino, hoje perdido.

Segundo Baynham (1998, p. 4-5), o interesse nas *Histórias de Alexandre* expandiu-se amplamente durante a Idade Média e o Renascimento, quer como hipotexto e inspiração para obras como a *Alexandreis*, epopeia latina composta por Gautier de Châtillon entre 1184 e 1187, que reconta os eventos registrados por Cúrcio no espírito da *Eneida*, de Virgílio, quer como um texto a ser suplementado, dado o estado fragmentário com que foi transmitido desde a Antiguidade. Dentre as suplementações mais célebres, Spalding (1968, p. 185) e Baynham (1998, p. 4) indicam o trabalho de Johannes Caspar Freinsheim (1648), obra “amplamente utilizada no âmbito acadêmico, não só por seu comentário, mas, também, por sua reconstrução dos dois primeiros, e perdidos, Livros de Cúrcio, a qual ele baseou nas outras principais tradições de Alexandre” (Baynham, 1998, p. 4)¹⁰⁵. Freinsheim (1648) tanto compôs o enredo dos Livros I e II de Cúrcio a partir das outras fontes antigas, contemplando as empreitadas iniciais do macedônio, quanto suplementou as outras lacunas ao longo do texto, sobretudo as localizadas no Livro V, no início do Livro IX e ao longo do Livro X. De acordo com Baynham (1998, p. 4), “essas restaurações foram frequentemente repetidas por editores posteriores, incluindo Hedicke, com, geralmente, pouquíssima mudança na escrita”¹⁰⁶. Mencionado por Baynham, o texto de Edmund Hedicke (1867), para além de propor uma reconstrução do conteúdo perdido em Cúrcio, também se baseia em uma seleção dos cinco principais manuscritos medievais preservados desde o século IX. Com efeito, as edições das *Histórias de Alexandre* datadas do século XIX parecem contar com a versão de Hedicke como hipotexto, e a tendência à restauração das lacunas, ainda que tenha sido abandonada em traduções do século XX em prol de certa fidelidade à forma remanescente do original latino, ainda assim, transparece na inclusão de um breve e especulativo sumário do conteúdo provavelmente abordado em tais lacunas – procedimento contemplado tanto por Henri Bardon (1947), quanto pela recente tradução de John Yardley (2004).

Seja ela uma escolha de Cúrcio ou dos copistas do medievo, a divisão em dez Livros tem por base uma estrutura essencialmente episódica, cuja meticulosidade organizacional revela uma metodologia marcada pelos traços da “seletividade pessoal, [de] uma provável tendência a um arranjo de fontes, [de] uma adaptação ou distorção do material de origem em

¹⁰⁵ “Freinsheim’s book was widely used in the scholarly world, not only for his commentary, but also for his reconstructions of Curtius’ lost, first two books, which he based on the other principal Alexander traditions” (Baynham, 1998, p. 4).

¹⁰⁶ “These restorations were frequently repeated by later editors, including Hedicke, with often very little change in the wording” (Baynham, 1998, p. 4).

serviço de considerações literárias, e, em geral, [de] uma forte imposição de sua própria personalidade e de seus próprios valores na narrativa” (Baynham, 1998, p. 89-90)¹⁰⁷, aspectos que alicerçam duas recorrentes posturas narrativas de Cúrcio, que se destacam no que toca à organização literária do conteúdo historiográfico.

Como discutimos no capítulo anterior, a primeira diz respeito à preocupação do narrador com a coerência entre a integridade sequencial de seu relato e o desenrolar de eventos simultâneos, cronologicamente previstos pelas fontes das quais ele se serve. Isto é, comentários como “mas que tais coisas sejam guardadas para seu devido momento; agora, continuarei a tratar de outros assuntos” (Cúrcio, 4.7.32)¹⁰⁸, ou, então:

[1] Quae interim ductu imperioque Alexandri uel in Graecis uel in Illyriis ac Thraecia gesta sunt, si suis queque temporibus reddere uoluerō, interrumpendae sunt res Asiae, [2] quas utique ad fugam mortemque Darei uniuersas in conspectu dari et, sicut inter se cohaerent, ita opere ipso coniungi haud paulo aptius uideri potest. Igitur, quae proelio apud Arbela coniuncta sunt, ordiar dicere (Cúrcio, 5.1.1-2).

[1] Caso eu quisesse relatar na ordem em que se deram as coisas que, nesse ínterim, foram feitas sob o comando e supremo poder de Alexandre, na Grécia, na Ilíria ou na Trácia, teriam de ser interrompidos os acontecimentos da Ásia, [2] os quais, principalmente até a fuga e morte de Dario, podem ser apresentados de maneira completa. Assim como estão conectados entre si, também na narrativa eles podem ser apresentados em conjunto. Eu começarei, então, por relatar os eventos relacionados à batalha em Gaugamela (Cúrcio, 5.1.1-2).

Isto é, após encerrar o Livro IV com a vitória macedônia sobre os persas na Batalha de Gaugamela, o narrador explica ao leitor que, apesar de se passarem conflitos igualmente significativos nas cidades gregas de domínio macedônio, relatá-los em sincronia aos eventos de Gaugamela resultaria na fragmentação de seu fio narrativo. Então, em vez de intercalar acontecimentos simultâneos, mas espacialmente distintos e conduzidos por personagens diferentes, Cúrcio opta por primeiro dar continuidade às consequências da batalha, relegando a abordagem dos conflitos gregos ao capítulo seguinte. Trata-se não só de uma preocupação historiográfica concernente aos conflitos periféricos das campanhas de Alexandre, mas, também, de um planejamento narrativo em relação à coerência da estrutura episódica na qual a obra está disposta, em detrimento de um relato cronologicamente linear e de uma visão abrangente dos eventos narrados.

¹⁰⁷ “Under examination and cross-comparison, Curtius’ methodology reveals several characteristics: his personal selectivity, a probable tendency for a composite arrangement of sources, an adaptation or distortion of source material to suit literary considerations, and overall a marked imposition of his own personality and values on his narrative” (Baynham, 1998, p. 89-90).

¹⁰⁸ “Sed haec suo quaque tempore reseruentur. Nunc cetera exsequi pergā” (Cúrcio, 4.7.32).

A segunda postura significativa de ordem organizacional nas *Histórias de Alexandre* diz respeito à construção de certo sentimento de tensão ao final de capítulos comoventes, arquitetada pela interrupção da narrativa no clímax do acontecimento narrado. Isto é, “cada livro é encerrado com um incidente climático e o início do livro sequencial, geralmente um floreio retórico, relaciona-se à conclusão do livro anterior” (Baynham, 1998, p. 37)¹⁰⁹, ou, noutros termos, “aos modos dos historiadores trágicos e poetas épicos romanos, Cúrcio fortemente enfatiza os finais de seus livros; em termos de ação, os eventos reportados formam um clímax, ao passo que, em termos de moral, eles formam um anticlímax” (Albrecht, 1997, p. 1088)¹¹⁰, procedimento narrativo cujo resultado é a impressão de suspense sobre o leitor, impulsionado ao capítulo seguinte. Trata-se de algo semelhante àquilo que o âmbito cinematográfico chama de *cliffhanger*, isto é, um artifício narrativo caracterizado pela interrupção de um conflito que, em aberto, projeta sobre o telespectador a incerteza e a curiosidade sobre seu desfecho. É essa, aliás, uma das formas pelas quais Cúrcio é capaz de aproximar o leitor daquilo que sentem e pensam as personagens secundárias de sua trama, conforme o comportamento de Alexandre é questionado por aqueles que o observam, como acontece, por exemplo, na transição entre os Livros VI e VII, ocupados, em sua maior parte, da conspiração de/contra Filotas.

Num dos episódios centrais das *Histórias de Alexandre*, o evento diz respeito a um conflito interno ao exército macedônio, desencadeado por dois amantes, Dimno e Nicômaco, que planejavam conspirar contra a vida de Alexandre. Feito cúmplice contra sua vontade, Nicômaco revela o plano ao seu irmão, Cebalino, que, por sua vez, informa Filotas, filho de Parmênio, o qual repetidamente falha em delatar a conspiração a Alexandre, sendo este o motivo de seu julgamento, cujas consequências ocupam boa parte dos Livros VI e VII da obra. Apesar de histórico, o conflito é literariamente arquitetado por Cúrcio desde o Livro III, no qual, tendo adoecido, Alexandre recebe uma carta de Parmênio, “o mais fiel de seus generais” (*fidissimo purpuratorum*, 3.6.4), pela qual é avisado de uma conspiração contra sua vida. Parmênio explica que o médico macedônio havia sido subornado por Dario para envenená-lo, mas, a despeito do rumor, Alexandre opta pela confiança no médico, da qual é consequente sua recuperação às vésperas da Batalha de Isso. Assim, a ironia histórica e literária do episódio permanece dormente na consciência do leitor até o Livro VI, momento no

¹⁰⁹ “Each book closes with a climactic incident, and the opening of the sequential book, usually itself a rhetorical flourish, relates to the conclusion of the previous book” (Baynham, 1998, p. 37).

¹¹⁰ “In the manner of tragic historians and Roman epic poets Curtius strongly emphasizes the finales of his books; in terms of action, the events reported there form a climax, whereas, in terms of morals, they form an anticlimax” (Albrecht, 1997, p. 1088).

qual Filotas, o filho do mais fiel dos generais, duas vezes se abstém de avisar Alexandre de uma conspiração contra sua vida e, conseqüentemente, é imputado como o líder dela.

Em vez de dedicar um único capítulo ao conflito, abordando-o por completo, Cúrcio opta por dividi-lo entre causas (Livro VI) e conseqüências (Livro VII em diante), estabelecendo como clímax (ou, modernamente, como *cliffhanger*) a tortura de Filotas, episódio cujos desdobramentos assombram Alexandre pelo restante da narrativa. Isto é, o Livro VI dispõe as preliminares da conspiração, no sentido de que o narrador apresenta as origens e os envolvidos no conflito, reproduz os discursos de acusação e defesa perante os soldados, e, ainda, descreve a punição aplicada ao culpado. O capítulo encerra-se no momento em que, mediante tortura, Filotas pede aos carrascos que lhe ditem o que dizer (6.11.18) e, com sua confissão, colateralmente imputa Parmênio, seu próprio pai, como cúmplice em uma conspiração que lhe custará a vida. Assim, a intensidade e a subitaneidade com a qual a cena é interrompida, bem como o reconhecimento tardio da ironia arquitetada pelo epíteto atribuído a Parmênio no Livro III, acabam por contaminar o leitor com incertezas referentes não só à postura impiedosa de Alexandre, percepção fundamental para a alusão à tirania como um dos temas latentes da obra, mas, também, às conseqüências do conflito, sobre as quais se debruça o Livro VII. Já em suas primeiras linhas, aliás, Cúrcio oniscientemente transpõe para o texto as ansiedades dos soldados, que se juntam ao leitor num estado de apreensão diante da inesperada irredutibilidade de Alexandre para com velhos e leais amigos.

Noutra perspectiva, abordada no capítulo seguinte deste estudo, a divisão das *Histórias de Alexandre* pode ser concebida sob uma organização temática. Trata-se de uma tendência explorada em minúcias pelo estudo de Baynham (1998), para quem a obra de Cúrcio apresenta uma disposição episódica que, em acordo à cronologia e aos eventos que constam noutras fontes antigas, serve-se da história de Alexandre para discutir temas populares na literatura do período, como as implicações e conseqüências da *fortuna* ou do *fatum* (destino) sobre a vida de grandes líderes políticos. A premissa da autora, na verdade, alude a uma divisão mais ampla e comum da obra, referente ao agrupamento, igualmente temático, dos dez Livros originais em duas pêntadas¹¹¹, cada qual um estudo da figura de Alexandre, sendo a primeira ocupada dos feitos da *fortuna* sobre ele e, a segunda, dos feitos dele perante seu *regnum*.

¹¹¹ O termo “*pentad*” se tornou praxe na fortuna crítica anglófona de Quinto Cúrcio Rufo, à qual este estudo constantemente se volta, de modo que optamos por traduzi-lo por “pêntada” e empregá-lo com o sentido que tem sido usado, isto é, em referência aos cinco primeiros ou cinco últimos Livros das *Histórias de Alexandre*.

É esta uma leitura frequente na corrente crítica das *Histórias de Alexandre* e, ainda que a divisão temática seja consensual, os teóricos com frequência se dividem entre aqueles que, como Baynham (1998, p. 37), pensam que a divisão entre uma e outra pêntada está ancorada à morte de Dario no Livro V, e aqueles, aos quais se filia este estudo, que atribuem a divisão ao encontro de Alexandre com Taléstris, a rainha das Amazonas, no Livro VI. A esse respeito, ainda que a morte do rei persa seja emblemática no que toca à relação protagonista/antagonista, bem como represente a conclusão do objetivo inicial de Alexandre, inaugurando, portanto, a segunda fase de sua história, parece-nos que o próprio narrador segmenta a narrativa em duas partes, conforme nela interfere com um comentário moralista (6.6.1-10, abaixo), no qual discorre sobre a observável corrupção moral de Alexandre, decorrente de sua adoção de costumes e práticas orientais que são consideradas, pelo narrador e pelas personagens secundárias, um comportamento bárbaro. O comentário, traduzido na íntegra em função das considerações formais e temáticas por vir, é o seguinte:

[1] *Hic uero palam cupiditates suas soluit continentiamque et moderationem, in altissima quaque fortuna eminentia bona, in superbiam ac lasciuam uertit.* [2] *Patrios mores disciplinamque Macedonum regum salubriter temperatam et ciuilem habitum, uelut leuiores magnitudine sua ducens, Persicae regiae par deorum potentiae fastigium aemulabatur.* [3] *Iacere humi uenerabundos ipsum paulatimque seruilibus ministeriis tot uictores gentium inbuere et captiuos pares facere exspectabat.* [4] *Itaque purpureum diadema distinctum albo, quale Dareus habuerat, capiti circumdedit uestemque Persicam sumpsit, ne omnem quidem ueritus, quod a uictoris insignibus in deuicti transiret habitum.* [5] *Et ille se quidem spolia Persarum gestare dicebat, sed cum illis quoque mores induerat, superbiamque habitus animi insolentia sequebatur.* [6] *Litteras quoque quas in Europam mitteret ueteris anuli gemma obsignabat, iis quas in Asiam scriberet Darei anulus inprimebatur, ut adpareret unum animum duorum non capere fortunam.* [7] *Amicos uero et equites, — hi namque principes militum, — aspernantes quidem, sed recusare non ausos Persicis onerauerat uestibus.* [8] *Pelices CCC et LXV, totidem quot Darei fuerant, regiam inplebant; quas spadonum greges, et ipsi muliebria pati assueti, sequebantur.* [9] *Haec luxu et peregrinis infecta moribus ueteres Philippi milites, rudis natio ad uoluptates, palam auersabantur, totisque castris unus omnium sensus ac sermo erat plus amissum uictoria quam bello esse quaesitum.* [10] *tum cum maxime uinci ipsos dedique alienis moribus et externis. Quo tandem ore domos quasi in captiuo habitu reuersuros? Pudere iam sui. Regem uictis quam uictoribus similiorem ex Macedoniae imperatore Darei satrapen factum (Cúrcio, 6.6.1-10).*

[1] Mas foi neste ponto em que Alexandre publicamente cedeu às paixões. A moderação e a temperança, qualidades sobressaltadas no ápice de qualquer boa *fortuna*, ele transformou em soberba e lascívia. [2] Considerando inferiores a sua grandeza os costumes tradicionais e a disciplina macedônia dos reis, sadiamente moderada e de caráter civil, ele imitava a mais alta realeza persa, cujo poder era igual ao dos deuses. [3] Ele esperava fazer os vencedores de tantos povos se prostrarem no chão em reverência, pouco a pouco imbuindo-os nos trabalhos servis, como se fossem prisioneiros de guerra. [4] Então, ele dispôs sobre a cabeça um diadema púrpuro adornado de branco, tal qual Dario usara, e assumiu a vestimenta persa, sequer temendo o agouro de estar trocando as insígnias do vencedor pelo traje do vencido. [5] E, de fato, ele dizia estar ostentando os espólios persas, mas, com eles, Alexandre havia também incorporado os costumes, e um caráter arrogante acompanhava a soberba da aparência. [6] Do mesmo modo, ele selava as cartas

enviadas para a Europa com o sinete de um velho anel, mas, nas escritas para a Ásia, seria pressionado o anel de Dario, para demonstrar como o espírito de um não pode conter a *fortuna* de dois. [7] Aos seus amigos e aos cavaleiros – pois eram os líderes dos soldados – Alexandre havia imposto os trajes persas, e, ainda que os desprezassem, eles não tinham ousado recusar. [8] Trezentas e sessenta e cinco concubinas, precisamente tantas quantas haviam sido as de Dario, enchiam a tenda real; seguiam-nas multidões de eunucos, acostumados a suportar as coisas próprias de mulheres. [9] Os soldados veteranos de Filipe, um grupo rude nos prazeres, publicamente demonstravam aversão a essas coisas, maculadas pelo luxo e pelos modos estrangeiros, e, no acampamento inteiro, havia um único assunto e um único sentimento: que eles haviam perdido mais pela vitória do que acumulado pela guerra. [10] Mais do que nunca, eles eram os próprios vencidos, entregues aos costumes alheios e estrangeiros. Afinal, com que cara eles retornariam para casa, em trajes de prisioneiros? Eles já estavam envergonhados de si mesmos. O rei deles mais se assemelhava a um dos vencidos do que ao vencedor: de imperador da Macedônia, feito um dos sátrapas de Dario (Cúrcio, 6.6.1-10)¹¹².

É de nossa visão que, divisor de águas das *Histórias de Alexandre*, o trecho em questão segmenta a obra tanto em nível formal quanto em temático, conforme marca o momento em que uma pênstada se encerra e outra começa, bem como o momento em que a percepção (das personagens e do leitor) sobre Alexandre começa a mudar. Numa perspectiva pormenorizada, o comentário fornece ensejo tanto para a discussão de alguns dos temas desenvolvidos ao longo da obra, como a insatisfação dos soldados perante a adoção de costumes persas, quanto para a ilustração de alguns dos principais procedimentos formais recorrentes na narrativa, ditos, portanto, significativos do comportamento de Cúrcio enquanto um contador de histórias. Desses, três requerem especial atenção, pois representam meios pelos quais ele edifica sua caracterização de Alexandre, a partir do princípio de que são “[...] técnicas escolhidas e combinadas pelo escritor a fim de possibilitar a existência de suas *criaturas de papel*” (Brait, 2017, p. 90, itálicos da autora). Isto é:

Dependendo de suas intenções e principalmente de sua perícia, ele vai trabalhar o discurso, a linguagem, construindo essas criaturas que, depois de prontas, fogem ao seu domínio e permanecem no mundo das palavras à mercê dos delírios que a escritura possibilita aos incontáveis leitores (Brait, 2017, p. 90).

Nas *Histórias de Alexandre*, tais técnicas são: (1) a seletividade e a ênfase atribuídas aos episódios do enredo ditado pelas fontes antigas; (2) o comportamento do historiador, alcunha que contempla em si as figuras de autor e narrador, bem como sua relação com o

¹¹² Duas observações sobre a tradução do trecho são pertinentes. Em primeiro lugar, “sátrapa”, termo corrente na literatura que retrata o período de hegemonia persa e a eventual dominação macedônia, corresponde à figura governante de uma “satrapia”, isto é, uma província de influência persa. A comparação de Cúrcio é bastante pejorativa: Alexandre está sendo reduzido de imperador do reino da Macedônia a um governante de cidade persa. Em segundo lugar, o substantivo latino “*ore*” (“os, -oris”), em “*quo tandem ore domos*” (6.6.10), remete à boca e, por extensão, à fisionomia, ao rosto, de modo que optamos por traduzir a expressão como “com que cara”, ainda que seja ela relativamente informal em contraste ao restante do trecho. Na verdade, Cúrcio exibe uma predileção por expressões idiomáticas e metáforas, de modo que, aos nossos olhos, uma tradução inclinada a correspondências de mesma natureza no português acaba por, em certo grau, emular e celebrar o estilo retórico do autor.

narratário e com as outras personagens; e (3) os discursos que Cúrcio lhes confere ao longo da trama, que são procedimentos literários abordados, respectivamente, a seguir.

3.1.1. Seletividade e ênfase no enredo histórico

De antemão, como demonstram os estudos de Woodman (1988) e de Marincola (1997), é necessário reconhecer que a seletividade de material não é estranha à historiografia antiga. Mesmo Arriano, com frequência considerado como a mais confiável fonte histórica para Alexandre, no prólogo de sua *Anábase*¹¹³, abertamente expressa a natureza seletiva da obra que está compondo, cujo enredo é guiado de acordo com os pontos em que concordam ou discordam os relatos nos quais se inspira. E, ainda que o prólogo de Arriano e o método geral de Cúrcio tenham vez ou outra sido apontados como exemplos da forma como a seletividade de material é sintomática de certo descaso historiográfico (cf. Bosworth, 2003), no caso de Cúrcio, tal procedimento é essencial para observar sua predileção por episódios tematicamente atraentes e, conseqüentemente, por ele enfatizados, bem como o modo pelo qual ele se aproveita da omissão de informações em acordo com seu retrato de Alexandre no decorrer dos capítulos, o que não significa que Cúrcio ignore os detalhes pressupostos pela natureza historiográfica de sua obra. Pelo contrário, ele apresenta e explica noções militares (a disposição dos exércitos em campo de batalha, as estratégias pensadas por um e outro general e os grandes movimentos táticos durante a peleja), narra trocas diplomáticas e julgamentos, e, ainda, propõe descrições geográficas e climáticas quando terreno e clima se apresentam como desafios às personagens. No entanto, observa McQueen (1967), não são essas as informações que interessavam a Cúrcio, nem parece ele preocupado em relatá-las em minúcias. “Em vez disso, vemos que, embora tenha sido cuidadoso para não omitir detalhes factuais, ele preferia se concentrar em certos episódios da carreira de Alexandre e construir sua narrativa em torno deles” (McQueen, 1967, p. 26)¹¹⁴, pois lhe forneciam ensejo e espaço para demonstrar suas

¹¹³ (Arriano, *Anáb.*, 1.1-3, tradução nossa a partir de: ARRIAN, Alexander the Great: *The Anabasis and the Indica*. Tradução de Martin Hammond. Coleção Oxford World's Classics. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 3): “Onde Ptolomeu, filho de Lago, e Aristóbulo, filho de Aristóbulo, concordam nos relatos que escreveram sobre Alexandre, filho de Filipe, eu registro aquilo que dizem como inquestionavelmente verdadeiro: onde eles discordam, eu escolhi a versão que me parece mais confiável e mais digna de ser contada. [...] Eu também incluí algum material de outros escritores quando os julguei pouco improváveis e dignos de relatar, mas esse material eu registro como meras histórias contadas sobre Alexandre”. (“Wherever Ptolemy son of Lagus and Aristobulus son of Aristobulus have both given the same accounts of Alexander son o Philip, it is my practice to record what they say as completely true, but where they differ, to select the version I regard as more trustworthy and also better worth telling. [...] I have also recorded some statements made in other accounts of others, when I thought them worth mention and not entirely untrustworthy, but only as tales told of Alexander”).

¹¹⁴ “However, this was not the kind of information that interested Curtius, nor indeed did he see fit to linger over it. Instead, we find that, though he is careful not to omit factual details, he preferred to concentrate on certain episodes of Alexander's career and to build his narrative round these” (McQueen, 1967, p. 26).

técnicas retóricas, uma vez que “são caracterizados por elementos do pitoresco, do espetacular, do sensacional, do emotivo, patético, exótico; traços, todos, que Cúrcio explora ao máximo de sua capacidade” (McQueen, 1967, p. 28)¹¹⁵.

Com efeito, é comum que Cúrcio interrompa seu fio narrativo para desenvolver pequenas histórias ou para descrever com maior atenção os detalhes de determinado evento narrado. No que toca ao primeiro caso, eventos como a caçada ao leão (8.1.11-19) e o episódio em que Alexandre descansa seus pés sobre a mesa onde Dario fazia suas refeições (5.2.13-16) não raro contribuem ao desdobramento temático da obra e à caracterização do protagonista. No Livro VIII, por exemplo, conforme o narrador aborda os movimentos políticos de Alexandre em Maracanda¹¹⁶, ele contextualiza a região pela extensão florestal e, então, brevemente conta ao leitor o episódio no qual um membro da corte macedônia, chamado Lisímaco, preparava-se para matar um leão, quando Alexandre lhe ordenou que se afastasse, para que caísse sobre ele a notoriedade de abater a fera. Trata-se de uma passagem que, em primeiro lugar, alimenta o eixo temático da narrativa, conforme antecede a conspiração dos pajens, cujas raízes estão no comportamento violento do rei noutra caçada (8.6), e, em segundo lugar, adiciona nuances à psicologia da personagem, sobretudo graças à alusão ao mitológico conflito entre Hércules e o Leão da Nemeia, paralelo pelo qual é permitido ao leitor um implícito vislumbre da preocupação de Alexandre com sua alteridade e reputação, já que seu desejo de ultrapassar a notoriedade de Hércules é amplamente conhecido por seus amigos e, consequentemente, também pelo leitor.

Assim, ainda que os procedimentos de seletividade de material sejam naturais aos métodos da historiografia antiga, parece-nos, como a McQueen (1967) e, posteriormente, Horrillo (2015)¹¹⁷, que são artifícios empregados a fins igualmente literários nas *Histórias de Alexandre*, em vista não só do exercício literário de Cúrcio, mas, também, da caracterização de Alexandre como personagem da literatura. Tal premissa pode ser vislumbrada já no excerto anterior (6.6.1-10), cuja existência é paralela a outro, de natureza igualmente moral, localizado no início da obra (3.12.18-19), de modo que o estudo de um depende da recuperação do outro. Referimo-nos ao trecho:

¹¹⁵ “[Such episodes] are characterized by elements of the picturesque, the spectacular, the sensational, the emotive, the pathetic, and the exotic, all of which Curtius exploits to the best of his ability” (McQueen, 1967, p. 28).

¹¹⁶ Cidade também conhecida como Samarcanda. Atualmente, a cidade de Samarcanda pertence ao Uzbequistão.

¹¹⁷ “Lo interesante es observar que las escenas pertenecientes a la leyenda sobre Alejandro y las que aparecen solamente en la obra de Curcio ocupan posiciones que no modifican el hilo historiográfico de la obra, y permiten al autor un mayor grado de elaboración literaria” (Horrillo, 2015, p. 121).

[18] *Equidem hac continentia animi si ad ultimum uitae perseuerare potuisset, feliciorem fuisse crederem, quam uisus est esse [...]* [19] *Sic uicisset profecto superbiam atque iram, mala inuicta, sic abstinuisset inter epulas caedibus amicorum, egregiosque bello uiros et tot gentium secum domitores indicta causa ueritus esset occidere.* [20] *Sed nondum fortuna se animo eius superfuderat: itaque orientem tam moderate et prudenter tulit, ad ultimum magnitudinem eius non cepit* (Cúrcio, 3.12.18-20).

[18] Certamente, se ele tivesse sido capaz de persistir com essa moderação de temperamento até o fim de sua vida, acredito eu que ele teria sido mais feliz do que pareceu ser. [...] [19] Assim, ele, sem dúvida, teria vencido a soberba e a ira, flagelos invencíveis; assim, nos banquetes, ele teria hesitado em matar, sem claros motivos, amigos e egrégios guerreiros que com ele subjugaram tantos povos. [20] Mas a *fortuna* ainda não havia envolvido o coração dele: no levante, ele a sustentou com moderação e prudência, porém, por fim, não conteve a magnitude dela (Cúrcio, 3.12.18-20).

Numa perspectiva formal, o comportamento do narrador em ambos os trechos (6.6.1-10 e 3.12.18-19) é essencialmente o mesmo, no sentido em que ele se afasta de sua narrativa para moralmente avaliar a conduta de seu protagonista, e, então, tecer projeções futuras com base em observações presentes. No Livro VI, tais projeções dizem respeito à insatisfação dos soldados em relação às tendências orientais adotadas por Alexandre e por ele impostas ao exército, ao passo que, no Livro III, dizem respeito à perda de seu bom temperamento e controle das influências exercidas pela *fortuna* sobre suas ações. Na verdade, a maioria dos episódios contemplados pelo Livro III, além de cronologicamente adequados, oportunamente acabam por enfatizar as virtudes de Alexandre. Isto é, ele rompe o nó Górdio (3.1.11-19), numa demonstração de sagacidade, e vence as tropas persas na Batalha de Isso (3.7-12), afirmando sua superioridade sobre Dario no que toca à estratégia e às habilidades militares em campo de batalha. No episódio em que adoece (3.5-7), enfatiza-se a confiança que Alexandre deposita em seus homens, igualmente vislumbrada quando se equipara ao general Heféstio (3.12.15-18) diante da família de Dario, tomada como espólio de guerra após Isso. Alexandre conferiu às mulheres persas tamanhas honras que o narrador é levado a elogiar as virtudes do rei, bem como a lamentar o momento em que ele irá perdê-las.

No entanto, as projeções de Cúrcio não são a única semelhança entre os excertos. Em sua análise do trecho, Heckel (1994) atenta para a ausência de um episódio que, cronologicamente, pertenceria ao Livro III, no qual Alexandre se encontra com a prisioneira persa Barsine, com quem concebe um filho, nomeado Hércules. A criança é posteriormente mencionada no discurso da personagem Nearco (10.6.11), que insiste na legitimidade de Hércules como o sucessor de Alexandre. Presente em outras fontes antigas (Justino, 11.10.2-3), o episódio é completamente omitido por Cúrcio e, à luz do tom elogioso expresso pelos outros eventos do capítulo, pode-se dizer que o silêncio do autor é coerente ao tema

geral de seu Livro III, referente ao comportamento virtuoso de Alexandre, do qual não se isenta o autocontrole da conduta sexual. Nesses termos, Heckel argumenta que a “moderação de temperamento” (Cúrcio, 3.12.18) seria consoante com o pacto de cordialidade estabelecido entre Alexandre e as mulheres da família de Dario, aprisionadas após a Batalha de Isso: “Cúrcio havia acabado de elogiar Alexandre por seu autocontrole (*continentia*) em relação à mãe e às princesas persas [...] [ele] teria invalidado todo o seu argumento se, no capítulo seguinte, seguisse contando como Alexandre foi tomado de desejo pela bela prisioneira, Barsine” (Heckel, 1994, p. 72, *itálicos do autor*), uma vez que, continua o autor, “[...] são a *continentia* de Alexandre e, em geral, a condenação da indecência sexual que, ao menos no início da campanha, importavam mais do que o *status* da mulher” (Heckel, 1994, p. 72, *itálicos do autor*)¹¹⁸. Em essência, parece-nos que Cúrcio opta pela omissão de um episódio que destoaria da caracterização de seu protagonista, cuja moderação no início da obra deve ser assegurada para que seja eficaz a percepção de sua deterioração ao longo do tempo. E, ainda que seja essa uma especulação plenamente hermenêutica, a suposição se torna tentadora em vista do comentário feito em 6.6.1-10, em que as relações de Alexandre com *o outro*, das quais se destacam os encontros amorosos, são não só explicitadas, mas, também, e principalmente, repreendidas.

Com efeito, o episódio que desencadeia o comentário de Cúrcio no Livro VI é o relacionamento amoroso de Alexandre com Bágoas, o eunuco de Dario, e, logo em seguida, com Taléstris, a rainha das Amazonas. Figuras, diga-se de passagem, assim como Barsine (Livro III) e, posteriormente, Roxane (Livro VIII), consideradas barbáricas aos olhos das personagens gregas e do narrador romano. E, ainda que a existência de Barsine credibilize a afirmação de que os amores de Alexandre não são exclusivos à segunda pêntada da obra, somente nela eles são cronológica e tematicamente úteis à narrativa, conforme a perda da identidade macedônia de Alexandre é colocada em xeque por suas ações e por comentários do narrador, como em 6.6.1-10. Além disso, ao passo que o Livro III (no qual se verifica a omissão de Barsine) tematicamente se ocupa das virtudes e da moderação do protagonista, o Livro VI (no qual os encontros com Bágoas e Taléstris são narrados e repreendidos) condensa episódios que evidenciam os primeiros sintomas de sua orientalização, concebida como uma deterioração cultural, religiosa e moral da identidade grega. São traços visíveis, por exemplo,

¹¹⁸ “Curtius had just praised Alexander for his self-control (*continentia*) with respect to the Persian princesses and their mother [...] [he] would have stultified his entire argument if he had proceeded, in the following chapter, to recount how Alexander was overcome with desire for the beautiful captive, Barsine [...] For it was Alexander’s *continentia* and condemnation of sexual impropriety in general, at least early in the campaign, which mattered more than the status of the woman” (Heckel, 1994, p. 72).

nos laços diplomáticos que estabelece com antigos generais de Dario (6.5.1-5), nos relacionamentos amorosos com o eunuco persa (6.5.22-23) e com a rainha das Amazonas (6.5.24-32) e, ainda, na condenação e julgamento de Filotas (6.7-11).

São esses os termos que, ao nosso ver, viabilizam a percepção da seletividade de material como um recurso pelo qual Cúrcio manipula os eventos de seu enredo em função da caracterização de Alexandre. E, se tal procedimento é metodologicamente atestado na tradição da historiografia antiga, ele é igualmente contemplado pela fortuna crítica do romance. Afinal, nos termos de Booth (1983, p. 45), “apenas pela ordenação não-natural a arte é capaz de atingir uma intensidade que não se encontra na vida”¹¹⁹, premissa literária que, aplicada às *Histórias de Alexandre*, tem sido reconhecidamente aceita, no sentido de que “os estudiosos não negam que a estrutura de Cúrcio é episódica, mas é preciso enfatizar que os episódios são alocados em vista à unidade e ao equilíbrio temático” (Baynham, 1998, p. 42)¹²⁰.

Concebida como um procedimento narrativo, a seletividade de material está atrelada a outra técnica igualmente significativa. Isto é, ainda que os episódios da narrativa sejam previstos pelos documentos históricos que a guiam, o autor não só seleciona aqueles que julga mais significativos, organizando-os ao dispor de seus objetivos literários, mas, também, projeta sobre eles luz e sombra, ora sumarizando a descrição de longas batalhas, pelas quais Alexandre será dito “o Grande”, ora dedicando a maior parte de seus capítulos a conflitos que se desenrolam na tenda real, ricos em descrições e discursos comoventes. É este um comportamento típico, mas premeditado, do narrador das *Histórias de Alexandre*, reconhecido, portanto, pela maioria dos estudos que as abordam:

O narrador prefere a encenação de episódios carregados de fortes emoções, nos quais nunca perde a oportunidade de elaborar uma análise das personagens em jogo. [...] Cúrcio é um hábil contador de histórias que busca a atenção do leitor sobre certos episódios particulares, que em seu texto tomam um realce especial, muito superior ao que poderiam ter na realidade, se os compararmos com aquilo que narram outras fontes. Assim, o narrador deixa-se seduzir por esses episódios e seduz-nos por meio deles. Esses tipos de passagens parecem pequenos relatos que dão força e sentido ao relato central e que, por si mesmos, apresentam-se de forma acabada (Mahecha, 2009, p. 259)¹²¹.

¹¹⁹ “Only through unnatural ordering can art achieve an intensity not to be found in life” (Booth, 1983, p. 45). Booth se refere à obra de Henry James e argumenta sobre a manipulação da ordem e do tempo narrativo serem escolhas justificadas pela ênfase (intensidade) a determinado aspecto da obra.

¹²⁰ “Scholars do not deny that Curtius’ structure is episodic, but it should be stressed that the episodes are placed with an eye toward thematic balance and unity” (Baynham, 1998, p. 42).

¹²¹ “El narrador prefiere la puesta en escena de episodios cargados de fuertes emociones en los que nunca pierde la oportunidad de elaborar un análisis de los caracteres que entran en juego. [...] Curcio es un hábil narrador que procura la atención del lector sobre ciertos episodios en particular, que en su texto toman un realce especial, muy superior al que ellos pudieran tener en realidad si los comparamos con aquello que narran otras fuentes. Así, el narrador se deja seducir por esos episodios y nos seduce por medio de ellos. Este tipo de pasajes parecen pequeños relatos que le dan fuerza y sentido al relato central, y que por sí mismos se presentan en forma acabada” (Mahecha, 2009, p. 259).

As observações de Mahecha estão alinhadas às de McQueen (1967), Heckel (1994), Baynham (1998), supracitados, mas representam, também, um consenso sobre a predileção de Cúrcio por episódios que se desenrolam no âmbito pessoal de Alexandre, e que são, portanto, enfatizados na narrativa. Tal postura, ainda que remeta à tendência retórica da historiografia antiga, pode ser igualmente abordada por uma veia literária, romanesca, talvez. Isto é, o comportamento ao qual os estudiosos se referem alude ao procedimento narrativo denominado “cena” pelo estruturalismo francês (Genette, 1995, p. 95) ou “*showing*”, pela corrente norte-americana (Booth, 1983, p. 3-23), ambos referentes àquilo que, em busca de conciliar perspectivas literárias e historiográficas, este estudo chama de “ênfase”. Trata-se da tentativa de equiparar o tempo da narrativa (a escrita de Cúrcio) ao tempo da história (os feitos de Alexandre), destacando, para tanto, o evento do enredo central e conferindo a ele maior detalhamento retórico/literário, manifesto em discursos diretos, revelações oniscientes, descrições do espaço, dos gestos e reações das personagens, e assim por diante. No caso de Cúrcio, os episódios assim narrados são aqueles pelos quais o narrador apresenta ao leitor a densidade psicológica de suas personagens, bem como lhe permite um vislumbre do desdobramento temático relacionado ao fio moral de Alexandre, cuja transformação é lentamente revelada pela forma como ele age perante inimigos, na primeira pêntada, e amigos, na segunda. E, ao passo que a afeição aos soldados, expressa pelas acusações de Alexandre a Filotas, ou, então, o remorso sentido pelo rei após assassinar um de seus generais mais antigos (8.1-2.13, adiante), são informações pouco relevantes a uma perspectiva histórica dos feitos de Alexandre, o Grande, elas bem servem à construção de uma personagem que, consciente de sua reputação, é igualmente capaz de manipular e de se arrepender.

Daí a desproporcionalidade narrativa entre eventos como a Batalha de Hidaspes (8.13-14), narrada de maneira sumarizada¹²², e o Julgamento de Filotas (6.7-11), ao qual é dedicado mais da metade de um capítulo e cujas consequências se estendem ao subsequente. E, sendo a postura enfática de Cúrcio consensualmente atestada pela fortuna crítica das *Histórias de Alexandre*, o estudo dos procedimentos formais acarretados ao longo da obra naturalmente se encaminha dos recortes feitos (quer pela seletividade de material, quer pela ênfase) às técnicas literárias neles empregadas. Afinal, o detalhamento que confere ênfase ao Julgamento de Filotas, por exemplo, manifesta-se na criação dos discursos diretos daqueles

¹²² Genette (1995) contrapõe à “cena” a noção de “sumário”, sendo essa referente ao tempo de narrativa inferior ao tempo de história, de modo que o narrador a registra de modo resumido, sumarizado. Booth (1983) faz uma distinção similar entre os métodos narrativos de “*showing*” (o ato de mostrar) e “*telling*” (o ato de contar).

que o defendem e acusam, bem como na forma pela qual o narrador onisciente conduz seu leitor pelas fileiras de testemunhas e soldados que, junto a ele, precisam decidir entre a lealdade a Alexandre e a inocência de Filotas. Manifestam-se, ainda, no remorso que o narrador transpõe do coração de Alexandre ao texto (8.1-2.13, a seguir), aproximando-se de sua personagem, ou, inversamente, em comentários como 6.6.1-10, nos quais, dela afastado, é capaz de se aliar ao leitor em julgamento e ponderação.

3.1.2. Quinto Cúrcio Rufo como narrador, autor e historiador

A distância tomada pelo narrador das *Histórias de Alexandre* em relação a sua própria narrativa, às personagens e, mesmo, ao narratário, é um primeiro e significativo parâmetro para o estudo de sua conduta sob o posto de contador da história, que pode ser já verificado nos excertos anteriormente citados, e cujo estudo aponta para duas principais posições que oscilam ao longo da narrativa. São elas, de um lado, a distância entre a figura narradora e a figura autora, que inescapavelmente convergem no universo da obra, e, de outro, a distância entre a figura narradora e o objeto narrado, relação da qual deriva a proximidade (ou distância) entre o leitor e as personagens da trama.

Em primeiro lugar, a relação entre o narrador e o autor remete ao problema do gênero. Assim como Alexandre existe em dois planos, o de figura histórica e de personagem da literatura, Cúrcio igualmente existe como autor empírico e narrador literário, ambos interpretando a si mesmos quando compreendidos pelo texto. Numa perspectiva ampla, trata-se do confronto entre o real e sua manifestação artística, mas, caso aceitos os argumentos anteriores sobre a inserção de Cúrcio nas tendências literárias do Período Helenístico e do século I d.C., parece-nos que a questão pode ser sondada pelas próprias considerações teóricas do romance e da historiografia antigos. A primeira de tais abordagens, que neste estudo é representada pelas considerações de Booth (1983) sobre a nuance retórica em obras ficcionais, propõe o seguinte:

Mesmo o romance no qual nenhum narrador é dramatizado cria uma imagem implícita de um autor que se posiciona nos bastidores, seja como diretor de cena, como um marionetista, ou como um Deus indiferente, silenciosamente aparando suas unhas. Esse autor implícito é sempre diferente do “homem real”, seja lá o que o consideramos, que cria uma versão superior de si mesmo, um “segundo eu”, conforme cria sua obra. Na medida em que o romance não se refere diretamente a esse autor, não haverá distinção entre ele e o narrador implícito e não dramatizado (Booth, 1983, p. 151)¹²³.

¹²³ “Even the novel in which no narrator is dramatized creates an implicit picture of an author who stands behind the scenes, whether as stage manager, as puppeteer, or as an indifferent God, silently paring his fingernails. This implied author is always distinct from the “real man” - whatever we may take him to be - who creates a superior

Ainda que Booth se refira ao romance moderno, categoria à qual Cúrcio naturalmente escapa, a noção de autor implícito (*implied author*) é uma concepção plausível do narrador das *Histórias de Alexandre*, uma vez que a voz narrativa é identificada com a implícita figura do historiador que, por meio dela, desenvolve a história, insere comentários de seu próprio julgamento (com frequência, servindo-se da primeira pessoa do singular) e, ainda, utiliza-se da onisciência para adicionar aos feitos de Alexandre uma dimensão de sua *psique*. Especificamente, na linha tipológica proposta por Booth, o narrador das *Histórias de Alexandre* poderia ainda ser considerado autoconsciente (Booth, 1983, p. 155), visto que, como discutimos anteriormente, ele atenta seu leitor para a arquitetura da obra, para a organização e disposição dos eventos narrados e, ainda, para as responsabilidades de seu ofício como historiador.

Com efeito, pelo desconhecimento de outras obras escritas por Cúrcio, que serviriam de parâmetro para suas diferentes ou semelhantes posturas narrativas, bem como pela escassez de informações a seu respeito, que poderiam ser comparadas à figura extraída do texto, a única versão concebível do autor é necessariamente aquela referente ao historiador romano de Alexandre, inferida pelo narrador da obra. E, importa lembrar, é a análise interpretativa de excertos narrativos o meio mais eficaz, ainda que não resolutivo, para a datação do autor empírico. É na esteira de Booth, portanto, que se iluminam as noções de que, nas *Histórias de Alexandre*, a relação entre autor e narrador é não só inversa, sendo este anterior àquele, mas, também, ilustrativa da impossibilidade de distingui-los, pois convergem sob a efigie do historiador e assim sobrevivem na tradição literária romana sobre Alexandre, o Grande.

Noutra perspectiva, ao passo que a questão pode ser explicada por uma abordagem romanesca, ela igualmente pode repousar na atestação de tal amálgama entre narrador e autor noutras obras da Antiguidade, que, por sua vez, validam o procedimento como corrente. Isto é, se o romance (antigo ou moderno) é, antes de tudo, uma narrativa e, portanto, prevê filtros de um narrador e de um narratário (Brandão, 2005, p. 32), a vertente retórica da historiografia antiga (e, também, a biografia) também o é e igualmente os prevê, sendo esta uma observação pertinente tanto às *Histórias de Alexandre* quanto a outras obras da Antiguidade que similarmente desafiam os limites teóricos entre o fazer historiográfico e o romanesco, como a *Ciropédia*, de Xenofonte, e *Quéreas e Calíroe*, de Cáriton de Afrodísias.

version of himself, a “second self”, as he creates his work. In so far as a novel does not refer directly to this author, there will be no distinction between him and the implied, undramatized narrator” (Booth, 1983, p. 151).

A título de exemplo, o proêmio de Xenofonte se inicia com reflexões a respeito da arte de governar, ao cabo das quais o narrador conclui que “o homem, por natureza, é de todos os animais o mais difícil de ser governado pelo homem” (Xenofonte, *Cirop.*, 1.3, 2021, p. 38)¹²⁴. Contudo, diz o narrador:

Quando, porém, refletimos que existiu Ciro, o Persa, o qual se assenhorou de um vasto número de homens que lhe eram obedientes, de um vasto número de cidades e de um vasto número de povos, fomos forçados, a partir desse fato, a repensar e a considerar que não é feito nem impossível nem difícil governar os homens, caso alguém o faça com conhecimento (Xenofonte, *Cirop.*, 1.3, 2021, p. 38).

Segue-se a tal comentário o fio narrativo concernente à vida, aos feitos e às façanhas de Ciro. Como Cerdas (2011, p. 93) observa, o proêmio da *Ciropédia* emprega a primeira pessoa do plural como a voz do narrador, o qual, no decorrer da obra, jamais se nomeia. Consequentemente, “o anonimato do narrador cria o efeito de factualidade da narrativa, como se os fatos surgissem por si mesmos, sem o intermédio de uma investigação subjetiva” (Cerdas, 2011, p. 93). Cúrcio, vez ou outra, faz o mesmo. Em instâncias nas quais julga as ações de suas personagens – como o fato de que os cartagineses realizavam sacrifícios humanos (4.3.23) –, ou quando supõe a motivação para a conduta de uma ou outra – a procissão báquica dos macedônios (8.10.15) –, ele emprega a primeira pessoa do singular, pois o juízo exercido é particular e pertence a um *ego*, seja este o narrador ou o próprio autor. Contudo, nos casos em que se refere ao próprio texto, Cúrcio emprega a primeira pessoa do plural, técnica que, como também na *Ciropédia*, pode ser concebida como “uma estratégia de distanciamento entre narrador e autor e, de certo modo, entre o narrador e o narrado” (Cerdas, 2011, p. 93).

Com efeito, Xenofonte inaugura sua obra com as reflexões filosóficas que motivaram-no a escrevê-la, e, considerando-se a inclinação de Cúrcio à retórica, bem como a postura moralista com a qual narra os feitos e a época de Alexandre, pode-se especular que o proêmio das *Histórias de Alexandre* teria sido similar ao da *Ciropédia*. Entretanto, caso seja aceita a hipótese de que Cúrcio é um autor da dinastia Júlio-Claudiana, é igualmente possível que as políticas vigentes de sua época tenham inspirado certa hesitação do autor em explicar os motivos pelos quais ele se empenhara a escrever sobre a figura de Alexandre. Afinal, mesmo a censura à liberdade de expressão exercida durante os anos finais do governo de Alexandre é um tema abordado com grande discrição na obra, tanto por parte do protagonista, quanto do narrador, como discutiremos no último capítulo deste estudo.

¹²⁴ Ambas as citações de Xenofonte são traduções de Lucia Sano (2021).

Ainda assim, críticos como Baynham (1998) e Heckel (2004) insistem que, em seu prefácio, Cúrcio teria mencionado o imperador sob o qual escreveu, pois o elogia no panegírico (10.9.1-6), e se apresentado, se não aos modos de Xenofonte, ao menos aos de Cáriton. Este, aliás, que, nas primeiras linhas de seu romance, já testa a dinâmica entre autor e narrador no romance antigo, bem como estabelece a intersecção entre os dois gêneros (a história e o romance) como um pressuposto da obra e, talvez, da época¹²⁵: “Eu, Cáriton de Afrodísias, secretário do orador Atenágoras, vou narrar uma história de amor que aconteceu em Siracusa” (Cáriton, *Cal.* 1.1, 2020, p. 17)¹²⁶, é a maneira como iniciam-se os eventos de *Quéreas e Calírroe*.

Assim, diante das opiniões e julgamentos expressos em comentários morais (como aqueles em 3.12.18-19, 6.6.1-10 e 10.9.1-6, mencionados anteriormente), que acabam por simultaneamente caracterizar o narrador da obra e o homem por trás dele, pois não há evidências para distingui-los, é igualmente possível que se ateste a presença de um autor implícito, autoconsciente, ou que se atenha ao princípio de que, na historiografia antiga, “era esperado que o personagem mais evidente em qualquer história fosse o do próprio historiador. Onde os modernos podem falar de um narrador ou autor implícito, os antigos falavam do homem em si” (Marincola, 1997, p. 131-132)¹²⁷. Parece-nos que um diagnóstico não anula o outro perante o estudo dos procedimentos literários nos quais o narrador das *Histórias de Alexandre* se empenha, bem como das manifestações de sua presença ao longo da narrativa, nas quais se evidencia a postura moralista (de Cúrcio ou da personagem narradora) da qual decorrem não só as suposições sobre a datação do autor, numa perspectiva histórica, mas, também, a própria nuance alegórica da personagem Alexandre, numa literária. Mesmo a concepção da adoção de costumes orientais como um sintoma de deterioração moral, cultural e religiosa de Alexandre, aliás, demonstra a mínima distância entre narrador e autor, de modo que a impressão residual de comentários como o panegírico (10.9.1-6), por exemplo, não é a de que o autor se insere na narrativa, mas a de que, na verdade, era ele quem desde o começo a contava.

Nesse quesito, a menção ao moralismo nas *Histórias de Alexandre* convida a uma observação mais atenta, pois é este um dos traços repetida e proeminentemente mencionados

¹²⁵ Sobre traços históricos e romanescos em *Quéreas e Calírroe*, cf. SANO, L. História e Ficção no romance grego e o caso de Siracusa em ‘Quéreas e Calírroe’, de Cáriton de Afrodísias. *Eutomia*, Recife, v. 15, n. 1, 2015, p. 69-91.

¹²⁶ Tradução de Adriane da Silva Duarte.

¹²⁷ “It was expected that the character most on display in any history was that of the historian himself. Where moderns might speak of a narrator or implied author, the ancients spoke of the man himself” (Marincola, 1997, p. 131-132).

pela fortuna crítica que a elas se voltam, geralmente sob a premissa de que “[...] todos os historiadores antigos, em maior ou menor grau, exerciam isso [o moralismo], mas em nenhuma obra ele é levado a tais extremos como na obra de Cúrcio” (McQueen, 1967, p. 30)¹²⁸. Na verdade, determinar uma corrente filosófica predominante com a qual Cúrcio se identifica ao longo da obra é uma árdua empreitada. McQueen, por exemplo, explora similaridades entre a postura geral de Cúrcio, da qual se destaca sua crença na noção de *fatum*, e algumas premissas do estoicismo, ao passo que Baynham (1998, p. 111), ao cabo de um panorama amplo das mostras filosóficas nas *Histórias de Alexandre*, conclui que “Cúrcio apresenta aspectos de várias escolas filosóficas, sem, aparentemente, aderir a nenhuma específica”¹²⁹. Albrecht (1997, p. 1091), por sua vez, atribui as posturas estoicas de Cúrcio ao domínio da técnica literária¹³⁰, no sentido de que os comentários do narrador seriam antes um componente fundamental à narrativa descritiva da obra do que intromissões particulares do autor que a escreve. O moralismo de Cúrcio, então, diz respeito não à aderência a uma escola filosófica, nem à doutrina de determinação da moral como o valor universal superior a todos os outros, mas, em vez disso, àquele referente a uma gama de considerações pessoais baseadas em preceitos tradicionais irrefletidos (como o define o Dicionário Houaiss sob a rubrica da ética) e destacadas das particularidades regionais, culturais e, em qualquer caso, estrangeiras ao narrador.

Entendida de tal maneira, a postura moralista nas *Histórias de Alexandre* geralmente diz respeito a comentários do historiador *in propria persona* sobre aquilo que está narrando, pelos quais expressa suas opiniões e valores políticos, culturais e religiosos, ao narratário. E, nesses termos, algumas tendências narrativas podem ser reconhecidas: Cúrcio tende a se abster de comentários perante mostras da súbita cólera de Alexandre (episódios como o cerco de Tiro e a morte do governante de Gaza, amarrado a um carro de guerra e arrastado pelos escombros da cidade), relegando ao leitor a tarefa de julgar o protagonista, mas comenta decisões políticas que pensa injustas, a exemplo da ordem de Alexandre para o assassinato de Parmênio (7.2.33)¹³¹ e a destruição macedônia dos brânquidas (7.5.28-36)¹³², que, segundo o

¹²⁸ “All ancient historians to a greater or lesser extent indulged in this, but nowhere it is carried to such lengths as in Curtius’ work” (McQueen, 1967, p. 30).

¹²⁹ “Curtius displays aspects of several philosophical schools, without appearing to adhere to any particular one” (Baynham, 1998, p. 111).

¹³⁰ “Great scope given to *fatum* may be considered an element of vulgar Stoicism, but actually all this rather belongs to the domain of literary technique” (Albrecht, 1997, p. 1091).

¹³¹ (Cúrcio, 7.2.33): “Este foi o fim de Parmênio, um homem ilustre na paz e na guerra. Ele foi muito próspero sem o rei, enquanto o rei, sem ele, não executou nada grandioso”. (“*Hic exitus Parmenionis fuit, militiae domique clari uiri. Multa sine rege prospere, rex sine illo nihil magnae rei gesserat*”).

¹³² (Cúrcio, 7.5.35): “Se isso tivesse sido imaginado aos próprios autores da traição, seria uma vingança justa e não pareceria crueldade; mas, na realidade, os descendentes, que nem sequer viram Mileto e que, por isso, não

narrador, foram atos imprudentes de violência gratuita. Ele mantém uma postura cética em relação a augúrios, superstições, oráculos e presságios, bem como ao estatuto divino de Alexandre, afirmando que seu esforço em ser reconhecido como o filho de Júpiter diminui a impressionabilidade de seus feitos (4.7.25-31)¹³³, mas repetidamente atesta sua crença pessoal na noção de *fatum* (destino) e *fortuna*, a quem atribui o controle predestinado de todos os eventos, assim como os vícios e falhas de seu protagonista (10.5.26)¹³⁴. Mesmo o comentário sobre a deterioração moral de Alexandre (6.6.1-10) é um exemplo da forma como Cúrcio mescla à narrativa suas opiniões e seus julgamentos, ainda que sejam mais evidentes em excertos, como o seguinte, nos quais o narrador descreve os diferentes povos e culturas com os quais Alexandre se encontra:

[36] *Diutius in hac urbe quam usquam constitit rex, nec alio loco disciplinae militari magis nocuit. Nihil urbis eius corruptius moribus, nihil ad irritandas inliciendasque inmodicas cupiditates instructius. [37] Liberos coniugesque cum hospitibus stupro coire, modo pretium flagitii detur, parentes maritique patiuntur. Conuiuiales ludi tota Perside regibus purpuratisque cordi sunt, Babylonii maxime in uinum et, quae ebrietatem sequuntur, effusi sunt. [38] Feminarum conuiuia ineuntium in principio modestus est habitus, dein summa quaeque amicula exuunt, paulatimque pudorem profanant, ad ultimum,—honos auribus habitus sit,—ima corporum uelamenta proiciunt; nec meretricum hoc dedecus est, sed matronarum uirorumque, apud quos comitas habetur uulgati corporis uilitas (Cúrcio, 5.1.36-38).*

[36] O rei se estabeleceu nesta cidade por mais tempo do que em qualquer outra e em nenhum outro lugar ele feriu tanto a disciplina militar. Nenhum costume era mais corrompido do que os daquela cidade, nenhuma outra era mais instruída a estimular e seduzir paixões imoderadas. [37] Pais e maridos permitem filhos e esposas unirem-se em desonra com os hóspedes, contanto que o preço da infâmia seja pago. Em toda a Pérsia, os banquetes festivos são queridos dos reis e cortesãos, e os babilônios, em particular, são excessivos no vinho e nas coisas que acompanham a embriaguez. [38] Nas festas de participação feminina, em princípio, a postura é modesta. Depois, as mulheres se despem de cada peça dos trajes de cima e, pouco a pouco, profanam o pudor, até que, no fim (e que seja mantida a dignidade dos ouvidos), elas tiram do corpo as roupas mais íntimas. E isso não é indignidade de meretriz, mas de matronas e homens, entre os quais a vulgaridade pública do corpo é considerada cortesia (Cúrcio, 5.1.36-38).

Passagens como essa, na qual o narrador descreve e repreende a conduta sexual comum em festas babilônicas, das quais Alexandre participa ao longo de um mês (Livro V), são recorrentes nas *Histórias de Alexandre*, motivo pelo qual McQueen (1967), Heckel (2004)

poderiam tê-la entregado a Xerxes, pagaram a culpa dos ancestrais”. (“*Quae si in ipsos prodicionis auctores excogitata essent, iusta ultio esse, non crudelitas uideretur; nunc culpam maiorum posteri luere, qui ne uiderant quidem Miletum, ideo et Xerxi non potuerant prodere*”).

¹³³ (Cúrcio, 4.7.30): “Nesses termos, o rei não só permitiu, mas, na verdade, ordenou ser chamado de filho de Júpiter, e, apesar de desejar que o título aumentasse a fama de seus grandes feitos e conquistas, ele na verdade a diminuía”. (“*Iouis igitur filium se non solum appellari passus est, sed etiam iussit, rerumque gestarum famam, dum augere uult tali appellatione, corrupit*”).

¹³⁴ (Cúrcio, 10.5.26): “E, por Hércules! Avaliando justamente o rei, é evidente ter sido boa a natureza dele. Suas falhas advinham ou da *fortuna* ou da juventude”. (“*Et, hercule, iuste aestimantibus regem liquet bona naturae eius fuisse, uitia uel fortunae uel aetatis*”).

e outros, enfatizam o moralismo de Cúrcio como uma das principais características de sua obra. Em termos similares, os egípcios são caracterizados como “um povo sem substância, mais apto a iniciar mudanças do que a cumprir as coisas” (Cúrcio, 4.1.30)¹³⁵, os persas são descritos como efeminados e extravagantes (3.3.14), e os cartagineses conduzem práticas religiosas que, segundo o narrador, são ultrapassadas e “de maneira alguma agradáveis aos deuses” (4.3.23)¹³⁶. E, para além do flagrante juízo de valor exercido sobre as festas babilônicas, destaca-se ainda do excerto acima a direta referência do narrador ao narratário, cujas sensibilidades ele espera não ofender ao abordar um tópico sexual.

O desdobramento de tais comentários, ainda que seja a mais evidente, não é a forma mais comum pela qual Cúrcio alcança seu narratário. Isto é, para além do tom moralista, os trechos que suscitam questionamentos sobre a relação entre autor/narrador também compartilham como traço de similaridade a distância máxima entre narrador e as personagens. Noutros termos, tanto a projeção em 3.12.18-19 quanto o panorama de deterioração moral em 6.6.1-10, bem como a alusão romana no panegírico de 10.9.1-6, e, ainda, o comentário sobre os banquetes da Babilônia (5.1.36-38), são, todas, instâncias nas quais Cúrcio se afasta de suas personagens e dos eventos narrados para, então, comentá-los. E, ao passo que a distância máxima enseja o estudo da relação autor/narrador, a distância mínima é igualmente significativa, pois diz respeito aos trechos em que, pelo uso da onisciência, Cúrcio atribui variadas nuances às personagens da trama, das quais se destaca o protagonista. Trata-se do “truque de ir por baixo da superfície da ação para obter uma visão confiável da mente e do coração de uma personagem” (Booth, 1983, p. 3)¹³⁷, e, dentre as fontes antigas para a história de Alexandre, Cúrcio é com frequência considerado o historiador que mais sonda o âmbito psíquico. É o que pensam, por exemplo, McQueen (1967, p. 29) e Liotsakis (2021a, p. 209), segundo o qual:

Nenhum outro autor de Alexandre é mais interessado na psicologia das massas do que Cúrcio, tanto gregas quanto das nações subjugadas, e nenhum outro escritor de Alexandre penetra mais do que Cúrcio nos graus e nas formas pelas quais a mentalidade e o comportamento das massas afetava o desenvolvimento histórico durante a expedição macedônia na Ásia (Liotsakis, 2021a, p. 209)¹³⁸.

¹³⁵ “[...] *Aegyptii, uana gens et nouandis quam gerendis aptior rebus [...]*” (Cúrcio, 4.1.30).

¹³⁶ (Cúrcio, 4.3.23): “Alguns também eram a favor da retomada de um ritual sagrado, por muitos séculos interrompido e que eu julgaria não ser de maneira alguma agradável aos deuses: que uma criança nativa fosse sacrificada a Saturno”. (“*Sacrum quoque, quod equidem dis minime cordi esse crediderim, multis saeculis intermissum repetendi auctores quidam erant, ut ingenuus puer Saturno immolaretur*”).

¹³⁷ “One of the most obvious artificial devices of the storyteller is the trick of going beneath the surface of the action to obtain a reliable view of the character’s mind and heart” (Booth, 1983, p. 3).

¹³⁸ “No other writer on Alexander is more interested than Curtius in the psychology of the masses, both of the Greeks as well as of the subdued nations, and no other writer on Alexander penetrates more than Curtius does

Com efeito, as formas mais comuns pelas quais Cúrcio é capaz de construir e representar a mentalidade e o comportamento das massas é, essencialmente, pelo exercício da onisciência narrativa, pela síntese daquilo que pensam em uma única sentença e/ou pela mescla da opinião alheia ao seu próprio discurso narrativo. É o que se passa, por exemplo, no excerto: “No acampamento inteiro, havia um único assunto e um único sentimento: que eles haviam perdido mais pela vitória do que acumulado pela guerra. [10] Mais do que nunca, eles eram os próprios vencidos, entregues aos costumes alheios e estrangeiros” (Cúrcio, 6.1.9-10). Nesses termos, nos episódios enfatizados, que possuem maior duração na obra, conforme o narrador onisciente enfoca suas personagens em ação, ele acaba por aproximar delas o leitor (Pouillon, 1974, p. 19), ao qual é conferido acesso imediato ao que pensam e sentem, sejam elas Alexandre ou aqueles que, submetidos a ele, igualmente acabam por caracterizá-lo.

De modo geral, há inúmeros exemplos desse procedimento narrativo ao longo da obra, embora uma das passagens mais significativas ao estudo da onisciência como um meio de caracterização literária seja a que contempla o assassinato de Clito (8.1.19-8.2.12). Posterior aos conflitos com Parmênio e Filotas, momento em que o ressentimento dos soldados começava a aplacar-se pelas subseqüentes vitórias sobre os povos persas e cita, o episódio inaugura o Livro VIII como um desdobramento da atribuição política e militar, conferida por Alexandre a Clito, da região conhecida como Sogdiana. Então, durante o banquete de celebração, atendido pelos generais da aristocracia macedônia, o narrador faz a seguinte operação para a tragédia por vir:

Inde Maracanda reditum est; acceptaque aetatis excusatione ab Artabazo prouinciam eius destinat Clito. Hic erat, qui apud Granicum amnem nudo capite regem dimicantem clipeo suo textit, et Rhosacis manum capiti regis imminentem gladio amputauit, uetus Philippi miles multisque bellicis operibus clarus. Hellanice, quae Alexandrum educauerat, soror eius, haud secus quam mater a rege diligebatur. Ob has causas ualidissimam imperii partem fidei eius tutelaeque commisit (Cúrcio, 8.1.19-21).

Dali, tendo retornado à Maracanda e aceito a justificativa de idade avançada vinda de Artabazo, Alexandre designou a província a Clito. [20] Foi Clito quem, com o escudo, protegeu a cabeça exposta do rei, quando estavam lutando perto do rio Grânico; ele quem, com o gládio, decepou a mão de Rosaces, quando ela ameaçou a vida de Alexandre. Um velho soldado de Filipe, ele era ilustre em muitas operações de guerra [21] e a irmã dele, Helanique, que havia educado Alexandre, era amada como uma mãe pelo rei. Por essas razões, Alexandre confiou à lealdade e tutela dele a parte mais forte de seu império (Cúrcio, 8.1.19-21).

O excerto serve de ensejo para duas observações iniciais. Em primeiro lugar, as informações de âmbito pessoal fornecidas por Cúrcio tendem a uma abordagem mais literária do que historiográfica do episódio, de modo que, assim como o epíteto atribuído a Parmênio (3.6.4), são essenciais para a arquitetura de uma iminente quebra de expectativa, conforme Alexandre (novamente) assassina aquele que salvou sua vida, serviu sob seu pai e cuja família lhe remonta à infância, sendo essa uma observação pertinente ao desdobramento temático de suas tendências tirânicas, resultantes de certa paranoia desenvolvida na segunda pêntada. Em segundo lugar, num nível narrativo, tais dívidas passadas entre rei e soldado são contadas ao leitor (Booth, 1983, p. 3-23), sendo o trecho um exemplo da forma como Cúrcio emprega o sumário (Genette, 1995, p. 95) em vias de fornecer-lhe informações que serão posteriormente úteis.

O conflito, como todos aqueles que se desenrolam não por detrás de escudos, mas entre taças e talheres, é motivado pela insatisfação dos homens com Alexandre, derivada, em sua maior parte, da implementação de costumes orientais no exército macedônio. Embriagado, ele exalta a superioridade de seus próprios feitos em relação aos de seu pai, Filipe, sob o qual serviu Clito, cuja resposta defensiva é tomada como uma demonstração de grande insolência. E, tendo mostrado ao leitor os movimentos de Alexandre ao tomar as armas de seus guardas e usá-las contra Clito, como se simultâneos à narração, o narrador passa a operar pela alternância entre a descrição dos eventos imediatamente consequentes do episódio e as revelações oniscientes da repreensão que Alexandre projeta sobre si mesmo (8.2.1-12). O trecho em questão é o seguinte:

[1] Male humanis ingeniis natura consuluit, quod plerumque non futura, sed transacta perpendimus. Quippe rex, postquam ira mente decesserat, etiam ebrietate discussa magnitudinem facinoris sera aestimatione perspexit. [2] Videbat tunc inmodica libertate abusum, sed alioqui egregium bello uirum et, nisi erubesceret fateri, seruatorem sui occisum. Detestabile carnificis ministerium occupauerat rex, uerborum licentiam, quae uino poterat inputari, nefanda caede ultus. [3] Manabat toto uestibulo cruor paulo ante conuiuiae; uigiles attoniti et stupentibus similes procul stabant, liberiolemque paenitentiam solitudo excipiebat. [4] Ergo hastam ex corpore iacentis euolsam retorsit in semet; iamque admouerat pectori, cum aduolant uigiles et repugnanti e manibus extorquent adleuatumque in tabernaculum deferunt. [5] Ille humi prostrauerat corpus: gemitu eiulatuque miserabili tota personans regia; laniare deinde os unguibus et circumstantes rogare, ne se tanto dedecori superstitem esse paterentur. [6] Inter has preces tota nox extracta est; scrutantemque num ira deorum ad tantum nefas actus esset, subit anniuersarium sacrificium Libero patri non esse redditum statuto tempore; itaque inter uinum et epulas caede commissa iram dei fuisse manifestam. [7] Ceterum magis eo mouebatur, quod omnium amicorum animos uidebat attonitos; neminem cum ipso sociare sermonem postea ausurum: uiuendum esse in solitudine, uelut ferae bestiae, terrenti alias, alias timenti. [8] Prima deinde luce tabernaculo corpus, sicut adhuc cruentum erat, iussit inferri. Quo posito ante ipsum lacrimis obortis: "Hanc", inquit, "nutrici meae gratiam rettuli, cuius duo filii apud Miletum pro mea gloria occubuerunt mortem. Hic frater, unicum orbitatis solacium, a me inter epulas occisus est! [9]

Quo nunc se conferet misera? Omnibus eius unus supersum, quem solum aequis oculis uidere non poterit. Et ego, seruorum meorum latro, reuertar in patriam, ut ne dexteram quidem nutrice sine memoria calamitatis eius offerre possim?" [10] Et cum finis lacrimis querellisque non fieret, iussu amicorum corpus ablatum est. Rex triduum iacuit inclusus. [11] Quem ut armigeri corporisque custodes ad moriendum obstinatum esse cognouerunt, uniuersi in tabernaculum incumbunt diuque precibus ipsorum reluctatum aegre uicerunt, ut cibum caperet. [12] Quoque minus caedis puderet, iure interfectum Clitum Macedones decernunt, sepultura quoque prohibitori, ni rex humari iussisset (Cúrcio, 8.2.1-12).

[1] O gênio humano foi mal aconselhado pela natureza, porque, geralmente, nós pensamos duas vezes não no que está por vir, mas no que já está feito. De fato, depois que a ira havia deixado sua mente e a embriaguez havia se dissipado, Alexandre, numa avaliação tardia, reconheceu a magnitude de seu crime. [2] Ele percebia ter matado aquele que, no momento, havia abusado de uma liberdade excessiva, mas, no geral, era um homem egrégio na guerra e, se não lhe envergonhasse confessar, era seu salvador. O rei havia assumido o ofício do abominável carrasco, tendo castigado a liberdade de expressão que poderia ser imputada ao vinho com uma nefanda carnificina. [3] Por todo o vestibulo, escorria o sangue daquele que pouco antes havia sido um convidado. Os guardas, parecendo atônitos e espantados, mantinham distância de Alexandre, e o isolamento dele alentava um arrependimento mais profundo. [4] Então, arrancando a lança do cadáver, ele voltou-a contra si mesmo e imediatamente a trouxe ao peito, quando os guardas voaram até ele e, opondo-se à resistência, tiraram-na das mãos de Alexandre. Tendo-o erguido, carregaram-no até a tenda, [5] onde ele se jogou no chão. Por toda a corte, ressoavam miseráveis gemidos e lamentos. Em seguida, ele começou a rasgar o rosto com as unhas e a implorar àqueles que o rodeavam que não lhe permitissem ser o sobrevivente de tamanha desonra. [6] A noite toda foi arrastada entre essas súplicas e, examinando cuidadosamente se, por acaso, seria ira divina que o impeliu a tamanho sacrilégio, ocorreu-lhe que o sacrifício anual a Liber não havia sido feito no tempo determinado e, assim, como a matança foi cometida entre vinho e banquetes, a ira do deus seria certa. [7] Mas Alexandre estava ainda mais movido porque percebia aterrorizados os corações de todos os seus amigos, porque ninguém mais ousaria conversar com ele depois disso, porque ele teria de viver em isolamento como um animal selvagem: amedrontando os outros e por eles amedrontado. [8] Ao romper do dia, ele ordenou que o corpo, que ainda estava coberto de sangue, fosse levado para sua tenda e, posto diante dele, surgidas as lágrimas, Alexandre disse: “Eis como eu agradeço à minha ama, cujos dois filhos morreram pela minha glória em Mileto. Eis o irmão, seu único consolo no luto, morto por mim no meio de um banquete! [9] A quem a pobre mulher se dirigirá agora? De todos os dela, resta apenas um: o único que ela não conseguirá olhar nos olhos. E eu, o ladrão dos meus salvadores, retornarei à pátria, para que nem sequer a mão direita eu possa oferecer à minha ama, sem a memória da desgraça dela?” [10] E, como as lágrimas e lamentos não chegavam ao fim, o corpo foi retirado a mando dos seus amigos. O rei permaneceu três dias encerrado em sua tenda. [11] Quando os escudeiros e os guarda-costas perceberam que Alexandre estava obstinado a morrer, todos se lançaram sobre a tenda e, depois de uma longa resistência às suas súplicas, eles arduamente o convenceram para que aceitasse comida. [12] A fim de que Alexandre se envergonhasse menos do assassinato, os macedônios também decretaram merecida a morte de Clito e teriam ainda proibido a sepultura, se o rei não a tivesse ordenado (Cúrcio, 8.2.1-12).

Significativo em relação ao retrato de Alexandre, o excerto pode ser abordado por diversos ângulos analíticos. De antemão, ele se destaca dos outros episódios que contemplam conflitos internos ou, de modo geral, mostras de violência entre o rei e seus homens, pois explicitamente contrapõe a crueldade do assassinato ao instantâneo arrependimento, expresso, em primeiro lugar, na descrição dos movimentos de Alexandre, ora virando contra si a lança

alheia, aos modos de Ájax, ora buscando isolamento em sua tenda, aos de Aquiles, e, ainda, reproduzindo as tradicionais práticas gregas de automutilação relacionadas ao processo de luto (Jourdan, 2020, p. 47), dentre as quais constam arrancar os cabelos e arranhar o rosto.

Numa perspectiva propriamente textual, a habilidade retórica e poética de Cúrcio atinge seu ápice na construção *uelut ferae bestiae, terrenti alias, alias timenti* (Cúrcio, 8.2.7). A comparação, estabelecida pelo advérbio *uelut*, entre Alexandre e as feras bestiais – que, por natureza, amedrontam os outros e são, por eles, amedrontados – concentra um paradoxo, sob os termos de que a fera ataca por medo, mas é temida justamente porque ataca. O mesmo pode ser dito sobre Alexandre, na segunda pêntada da obra. Tal contradição é, em seguida, encapsulada pelo quiasma *terrenti alias, alias timenti*, no qual a escolha lexical é, por si só, significativa: os verbos *terrenti* e *timenti* estão conjugados no particípio presente, pois temer e ser temido é a condição que, para Alexandre, continuamente se desenvolve no presente de sua vida e empreitada. Nesse quesito, o caráter ativo e passivo dos verbos decorre não da conjugação, mas da escolha verbal, uma vez que *terreo* e *timeo* possuem raízes etimológicas distintas, ainda que, no mesmo eixo semântico, respectivamente nomeiem a ação daquele que causa o temor e a reação daquele que o sente. Outra nuance poética do quiasma em questão decorre da sugestão rítmica (uma aliteração, talvez) proveniente da sequência de consoantes, a qual parece imitar a trágica cena de Alexandre arrancando a lança do cadáver (*terrenti alias*), então, o som da lâmina sendo manipulada no ar, conforme o rei a volta contra si mesmo (*alias*) e, por fim, a punição interrompida: o ato de fincá-la no próprio peito (*timenti*), como, pouco antes, fizera a tão leal amigo. Trata-se de uma passagem que captura a angústia de Alexandre por completo: em termos de enredo, tem-se a tentativa impulsiva de suicídio; para o desenvolvimento da personagem, há o reconhecimento de que seus amigos, com razão, passam a temê-lo; e, para o eixo temático da obra, é a primeira instância na qual o temperamento de Alexandre (e outros temas latentes, como a influência do vinho e da ira sobre suas ações) demonstra o potencial para ser sua maior falha.

Já numa perspectiva narrativa, a dualidade de Alexandre enquanto personagem igualmente repousa sobre a sutil mescla entre o discurso do narrador e o raciocínio do protagonista, por vezes indistinguíveis, sendo a onisciência exercida sobre o remorso de Alexandre o principal procedimento que o eleva à condição de uma personagem psicologicamente desenvolvida. Uma que, apesar de conceber explicações racionais para a tragédia (isto é, o esquecimento das homenagens a Líber), é igualmente capaz de admitir suas falhas e delas se arrepender, bem como de estimar os danos causados pelo crime no que toca à relação com as outras personagens. A onisciência narrativa, portanto, pode ser admitida como

a principal forma pela qual Cúrcio é capaz de caracterizar a figura histórica de Alexandre, o Grande, no sentido de que o conhecimento dos arrependimentos e inseguranças da personagem, por vezes mais valiosos à literatura do que à história, acabam por humanizá-lo aos olhos do leitor, da mesma forma que suas ações (a dizer, a tentativa de suicídio, as práticas relacionadas ao luto, a recusa à comida etc.) motivam as personagens secundárias a justificarem seu crime e a perdoarem-no.

Nesses termos, conforme a onisciência aproxima em grau máximo o narrador do protagonista, ela colateralmente viabiliza o contato entre o narratário e as personagens da trama (Pouillon, 1974), relação cuja existência é sempre referente à percepção de Alexandre, construída não só pelos juízos das personagens sobre ele, mas, também, e principalmente, pelo juízo que ele exerce sobre si mesmo. Assim, o epíteto de Parmênio, a descrição da tortura de Filotas, e, ainda, a recuperação das dívidas entre Clito e Alexandre, à medida que fortalecem os laços de empatia entre leitor e personagens (assassinadas pelo protagonista admirado), conseqüentemente culminam numa posição de ressentimento emocional e questionamento moral, os quais, por sua vez, servem ao progressivo reconhecimento da pertinência nos comentários em que o narrador igualmente atenta para a conduta e a transformação moral de Alexandre. Noutros termos, o estudo e a avaliação da personagem repousa na seguinte tríade: por meio do *ethos* do narrador historiador, fornece-se ao narratário um viés tanto moralista, que lhe permite racional e moralmente avaliar Alexandre, quanto emotivo, conforme a experiência das personagens secundárias com o protagonista, igualmente criada pelo autor, apela à empatia e aos sentimentos do leitor.

No mais, como discutiremos adiante, importa notar que o retrato feito por Cúrcio para Alexandre não se resume àquele de um tirano, assim como sua mensagem não é antimonárquica (Nudell, 2011). Isto é, a descrição do arrependimento, física e verbalmente expresso pelo protagonista, somada ao reconhecimento do alarme de todos os seus amigos e, ainda, o medo de ter para si o lote de “um animal selvagem: amedrontando os outros e por eles amedrontado” (Cúrcio, 8.2.7), são meios pelos quais o narrador viabiliza a redenção do crime, diante da qual se igualam soldados e leitor, tomados pelo dilema entre a crueldade e a humanidade da figura que condenam e perdoam, temem e amam. Afinal, nos termos de Booth (1983, p. 127), quando o herói comete um crime, “ficamos divididos entre o nosso apetite pelo efeito adequado, a descoberta e o castigo, e o nosso desejo prático pela felicidade

dele”¹³⁹, instigado pela ênfase atribuída aos episódios nos quais tais nuances podem ser desenvolvidas e, oniscientemente, demonstradas ao leitor.

Noutro viés, uma última observação significativa referente ao trecho anterior contempla a humanização de Alexandre como efeito do discurso proferido ao cadáver, sendo o tratamento discursivo conferido às personagens o terceiro grande procedimento literário sobre o qual repousa a caracterização nas *Histórias de Alexandre*.

3.1.3. Os discursos das personagens da trama

A invenção de discursos em obras da Antiguidade que se encontram entre os pressupostos formais do romance e da historiografia é, possivelmente, um dos tópicos mais sondados pela crítica que sobre elas se debruça, pois são os discursos as instâncias de maior liberdade inventiva e, portanto, ficcional, presente em obras cujo compromisso com a realidade dos eventos é proposta. No entanto, na esteira de Auerbach (1971), Woodman (1988), Marincola (1997), Morgan (2007) e outros, importa-nos de antemão recordar que a ausência discursiva e a noção de invenção como metodologicamente inadequada aos princípios da historiografia é, essencialmente, uma postura moderna, que concebe a história não como literatura, mas, em vez disso, como ciência e, portanto, como documento. Em observação às discussões anteriores, não é esse o caso das correntes retóricas da historiografia antiga, em especial aquelas desenvolvidas durante o Período Helenístico, sendo essa uma premissa plenamente aceita e reforçada pela teoria crítica que se volta tanto à obra de Cúrcio (Baynham, 1998; Stoneman, 1999; Bosworth, 2003), em específico, quanto à literatura da Antiguidade, em geral. Estudos dos quais destacamos aquele conduzido por Auerbach, que, sobre a questão, postula o seguinte:

Fazem parte do estilo da grande Historiografia os grandes discursos que, na maior parte dos casos, são fictícios; servem para a evidência dramática (*illustratio*) do acontecimento, às vezes também para a explicação de grandes pensamentos políticos e morais: em qualquer caso, devem ser os ápices retóricos da exposição. Permite-se-lhes uma penetração nos pensamentos daquele que é representado discursando, também um certo realismo, mas, em essência, são produtos de uma determinada tradição estilística que era cultivada nas escolas dos retóricos; redigir discursos que este ou aquele teria dito nesta ou naquela grande ocasião histórica era um exercício que estava na moda (Auerbach, 1971, p. 34).

Em essência, os discursos, bem como a anteriormente abordada onisciência do narrador, são meios pelos quais se relacionam a realidade dos eventos passados e o realismo da literatura que se propõe a narrá-los. Nesse sentido, a observação de Auerbach é

¹³⁹ “The hero commits a crime - and we are torn between our appetite for the proper effect, discovery and punishment, and our desire for his happiness” (Booth, 1983, p. 127).

exemplificada pelos estudos de Woodman (1988) sobre a nuance retórica da historiografia antiga e, uma vez articulados, verifica-se que, com efeito, os discursos presentes nas *Histórias de Alexandre* existem em função dos dois parâmetros apontados por Auerbach; isto é, a acentuação do tom dramático e épico dos eventos descritos, a exemplo dos longos e comoventes monólogos de acusação e defesa proferidos (e registrados em discurso direto) durante a conspiração de/contra Filotas (6.7-11), assim como a representação do contexto político no qual são ditos pelas personagens e aos quais possivelmente se referem, numa perspectiva alusiva à Roma Imperial do escritor. Nesse quesito, os estudos de Mahecha (2009) e Aprile (2023) reconhecem certas críticas implícitas ao imperialismo (vigente no contexto de Alexandre e de Cúrcio) nos discursos do rei persa Dario III, a quem, como bem observa Aprile, das fontes antigas remanescentes, somente Cúrcio confere discursos diretos.

Isto posto, qualquer estudo referente ao tratamento discursivo nas *Histórias de Alexandre*¹⁴⁰ deve partir do princípio de que, em si, os discursos diretos e indiretos inventados ou manipulados pelo autor não são argumentos suficientes para descredibilizar o valor histórico da obra, nem para denominá-la um romance antigo. No entanto, a invenção discursiva, concebida dentre os procedimentos de redação dos quais decorre a nuance artística da obra (Mandel, 1980), representa não só uma oportunidade para o exercício da habilidade retórica de Cúrcio, mas, também, e principalmente, uma instância para a criação daquilo que ele julga que as personagens teriam dito em determinado contexto, suposição que inevitavelmente lhes confere personalidade e motivos particulares, culminantes em suas caracterizações. Isto é, tal qual as técnicas literárias de ênfase aos episódios tematicamente significativos e o comportamento onisciente e oscilante do narrador, parece-nos que os discursos igualmente servem de meios pelos quais Cúrcio constrói seu Alexandre, sendo esse, aliás, um procedimento que tende a ser desenvolvido em três instâncias narrativas, referentes à percepção do protagonista. Em primeiro lugar, constam os diálogos entre os oponentes de Alexandre, que, tomando-o como assunto, demonstram a reputação dele entre seus inimigos (3.2.10-19 e 4.14.1-25); em segundo, os discursos da própria personagem, que ilustram a forma como ela enxerga a si mesma (4.1.7-8, 4.1.10-14); e, terceiro, os discursos em que Alexandre supõe aquilo que, em sua concepção, as outras personagens pensam sobre ele (8.2.8-9). Serão, portanto, as três instâncias abordadas a seguir.

¹⁴⁰ Ao passo que este tópico trata dos efeitos de sentido surtidos pelos discursos diretos e indiretos como fatores literários contribuintes à caracterização de Alexandre, o estudo de Monferrer (2002) os aborda de um ponto de vista sintático e estilístico, sendo ele a maior e mais recente referência teórica para uma abordagem formal da técnica discursiva nas *Histórias de Alexandre*.

Num panorama geral, Cúrcio igualmente emprega os discursos direto e indireto ao longo de sua obra, com frequência inserindo em sua narração descritiva determinado sentimento geral que assola um grupo de personagens, sendo esse o meio mais comum pelo qual ele dá voz aos soldados (macedônios, persas, indianos etc.). Trata-se de algo semelhante ao que a teoria literária chama de “discurso indireto-livre” (Arrigucci Jr., 1998), procedimento que pode ser atestado, por exemplo, no excerto que inicia este capítulo (6.6.9-10), no qual o narrador ora se afasta de suas personagens para comentar o comportamento desvirtuado que reconhece em Alexandre, ora se aproxima em grau máximo, para oniscientemente exprimir as impressões dos soldados a esse respeito:

No acampamento inteiro, havia um único assunto e um único sentimento: que eles haviam perdido mais pela vitória do que acumulado pela guerra. [10] Mais do que nunca, eles eram os próprios vencidos, entregues aos costumes alheios e estrangeiros. Afinal, com que cara eles retornariam para casa, em trajes de prisioneiros? Eles já estavam envergonhados de si mesmos. O rei deles mais se assemelhava a um dos vencidos do que ao vencedor: de imperador da Macedônia, feito um dos sátrapas de Dario (Cúrcio, 6.6.9-10).

São inúmeros os exemplos de tal procedimento ao longo das *Histórias de Alexandre*, instâncias pelas quais Cúrcio projeta a perspectiva macedônia sobre Alexandre com “[...] um viés seletivo a fins literários” (Baynham, 1998, p. 170)¹⁴¹. Sobre isso, pensamos, assim como Brait (2017, p. 77), que se trata de um “artifício linguístico que dissipa a separação rígida entre a câmera [o narrador em terceira pessoa] e a personagem, uma vez que lhe confere autonomia para auscultar uma interioridade que não poderia ser captada pela observação externa”, técnica atrelada à onisciência do narrador, da qual deriva a identificação emocional e racional do leitor com as personagens em torno de Alexandre. É esse o motivo pelo qual se justifica sua recorrência ao longo da obra, conforme a visão do narrador e a do narratário coincidem na narrativa e, mais do que isso, encontram respaldo no julgamento das outras personagens.

Por sua vez, o discurso direto é majoritariamente conferido ao protagonista ou aos seus oponentes, sejam eles externos (Dario, Poro, os embaixadores citas etc.) ou internos (Filotas, Calístenes, Clito) ao próprio exército macedônio, conforme são construídos contrapontos entre personagens opostas. Além do mais, tais manifestações discursivas (diretas) são geralmente despertadas por três principais situações no enredo, sendo a primeira referente às exortações dedicadas aos soldados às vésperas de uma batalha; a segunda, aos diálogos entre as personagens, que não são trocas rápidas e intercaladas, aos modos do

¹⁴¹ “Curtius is thus projecting the Macedonian perspective of Alexander, a selective bias for literary effect” (Baynham, 1998, p. 170).

romance (Auerbach, 1971), mas, em vez disso, aos da historiografia, cada personagem fala o todo de suas considerações antes de ser interrompida; e a terceira, referente às correspondências trocadas entre personagens espacialmente distantes, cujo conteúdo Cúrcio insere ora direta, ora indiretamente em sua narrativa.

Nesse viés, não é incomum que o conteúdo dos discursos veicule críticas ou comentários políticos referentes ao imperialismo (Mahecha, 2009; Aprile, 2023) e à guerra, nem que sejam arquitetados como contrapontos entre uma e outra personagem (Baynham, 1998), uma vez que o objeto da obra contempla variados conflitos políticos de âmbito social e militar. Alguns dos discursos possuem, ainda, nuances didáticas, nos quais Cúrcio se serve da interação entre as personagens para explicar ao leitor determinado conceito em voga no período de Alexandre, apesar de ser essa uma prática que, com grande possibilidade, foi desenvolvida com maior frequência ao longo dos perdidos Livros I e II. Ainda assim, um exemplo remanescente de tal técnica diz respeito ao diálogo entre Dario e Carídemo (3.2.10-19)¹⁴², respectivamente o rei persa e um soldado ateniense exilado por Alexandre, no qual, sendo interrogado sobre a força do exército macedônio, Carídemo acaba por explicar sua formação ao leitor:

[11] At ille et suae sortis et regiae superbiae oblitus: "Verum", inquit, "et tu forsitan audire nolis, et ego, nisi nunc dixerò, alias nequiquam confitebor. [12] Hic tanti apparatus exercitus, haec tot gentium et totius Orientis excita sedibus suis moles finitimis potest esse terribilis: nitet purpura auroque, fulget armis et opulentia, quantam, qui oculis non subiecere, animis concipere non possunt. [13] Sed Macedonum acies, torua sane et inculta, clipeis hastisque immobiles cuneos et conferta robora uirorum tegit. Ipsi phalangem uocant, peditum stabile agmen. Vir uiro, armis arma conserta sunt; ad nutum monentis intenti, sequi signa, ordines seruire didicerunt; [14] quod imperatur, omnes exaudiunt. Obsistere, circumire, discurrere in cornu, mutare pugnam, non duces magis quam milites callent" (Cúrcio, 3.2.11-14).

[11] Esquecendo-se de sua condição e da soberba da realeza, Carídemo disse a Dario: “Talvez você não queira ouvir a verdade e, se eu não a disser agora, será inútil que a revele noutra ocasião. [12] Esse tão magnífico exército, essa multidão de tantos povos, de todo o Oriente, recolhidos de suas casas, pode aterrorizar seus vizinhos. Ele reluz em púrpura e dourado, as armas fulgem e a opulência é tamanha que quem não lhe lançou os olhos não consegue imaginá-lo. [13] Mas a linha de batalha macedônia, certamente austera e grosseira, protege com escudos e lanças amontoados de homens, resistentes como o carvalho, imóveis, em formação em cunha. Eles próprios a chamam de falange, uma fileira sólida de soldados da infantaria. São entrelaçados homens com homens, armas com armas; atentos ao gesto do comandante, eles foram ensinados a seguir os sinais e a não sair de formação. [14] O que é ordenado, todos escutam: resistir, contornar, dispersar pelo

¹⁴² A dimensão didática na fala de Carídemo é demasiado insólita, considerando que, no momento histórico em que o diálogo supostamente ocorre, as tropas persas haviam já encontrado as macedônias, na Batalha de Grânico (provavelmente narrada no Livro II das *Histórias de Alexandre*).

flanco, deslocar o combate. Os soldados são tão calejados nisto quanto o general” (Cúrcio, 3.2.11-14)¹⁴³.

No segundo capítulo de *Mimesis* (1971), Auerbach aborda o Banquete de Trimalquião, episódio do romance latino *Satiricon*, de Petrônio, no qual Encólpio, protagonista da obra, à mesa, ouve do convidado vizinho uma descrição dos anfitriões do banquete, Trimalquião e Fortunata, sua esposa. Nesse contexto, Auerbach atenta que “[...] o bom homem não descreve somente Fortunata, Trimalcião e os seus comensais, mas, ao mesmo tempo, e sem sabê-lo, a si próprio” (1971, p. 23), conforme a imagem capturada e descrita a Encólpio passa, primeiro, pela concepção pessoal do convidado. Em termos similares, a passagem acima é significativa para a compreensão da reputação de Alexandre no início de suas campanhas, pois, conforme o narrador volta suas atenções ao principal oponente macedônio e, então, permite-lhe falar diretamente sobre a magnitude e as particularidades do exército protagonista, é apreendida pelo leitor a imagem militarmente implacável de Alexandre na primeira pêntada. Assim, o discurso de Carídemo a Dario não só serve à explicação de informações militares, como a disposição da célebre falange macedônia¹⁴⁴, mas, também, ao retrato do povo macedônio, representado pelos soldados, bem como ao retrato de Alexandre em si, concebido por seus inimigos como uma séria ameaça à estabilidade da hegemonia persa.

Na verdade, uma breve observação temática é pertinente à questão. A primeira pêntada das *Histórias de Alexandre* tende a traçar uma oposição simétrica entre Alexandre e Dario, posteriormente deturpada na segunda pêntada, de modo que os elogios prestados ao exército macedônio no discurso de Carídemo, que é morto por Dario no instante em que termina sua fala (3.2.17-19), servem de contraponto às falhas do exército persa, no sentido de que as virtudes de Alexandre enquanto general ilustram as que faltam a Dario, na mesma posição. Trata-se de uma dinâmica comumente arquitetada por Cúrcio, que via de regra se serve dos discursos atribuídos às duas personagens para tecer tais paralelos. Nas vésperas da Batalha de Gaugamela (Livro IV), por exemplo, Cúrcio compõe e emparelha os discursos de ambos os reis às tropas, narrados sequencialmente em vias de comparação. E, como Baynham (1998, p. 47) observa, “[...] em 4.14.1-25, a exortação de Alexandre aos seus soldados antes de Arbela é reportada indiretamente, ao passo que Dario fala diretamente sua parte: Alexandre

¹⁴³ Ao longo deste trabalho, optamos pelo uso do pronome de tratamento “você” (e as respectivas formas verbais conjugadas em acordo à terceira pessoa do singular) nas instâncias em que Cúrcio emprega a segunda pessoa.

¹⁴⁴ Formação militar implementada por Filipe II, pai de Alexandre, ao exército macedônio. Era composta por dezesseis fileiras de homens agrupados, que avançavam juntos numa formação em cunha (isto é, com a frente pouco extensa, mas se estendendo pelos lados), cada qual empunhando uma lança de cerca de 5,0 metros de comprimento, chamada “sarissa”. As cinco primeiras fileiras a direcionavam para frente, entre os corpos e escudos dos companheiros nas primeiras fileiras, e as fileiras restantes apontavam-na para cima, como forma de amortecer o impacto das flechas inimigas.

obviamente é o inevitável vencedor e, assim, são realçadas a ironia e a fútil comoção na oração do Grande Rei”¹⁴⁵. Isto é, a autora contrapõe a gravidade do discurso direto de Dario à sua eventual derrota, questão sobre a qual pensamos que a ironia decorrente desse exercício discursivo seja ainda enfatizada pela subsequente descrição do sofrimento das tropas persas (4.16.12-15) nessa mesma batalha:

[12] Deinde misericordia in metum uersa, qui sequi non poterant, inter mutuos gemitus deserebantur. Sitis praecipue fatigatos et saucios perurebat, passimque omnibus riuis prostrauerant corpora, praeterfluentem aquam hianti ore captantes; [13] quam cum auide turbidam hausissent, tendebantur extemplo praecordia premente limo, resolutisque et torpentibus membris, cum superuenisset hostis, nouis uulneribus excitabantur. [14] Quidam occupatis proximis riuis deuenterant longius, ut, quidquid occulti humoris usquam manaret, exciperent; nec ulla adeo auia et sicca lacuna erat, ut uestigantium sitim falleret. [15] E proximis uero itineri uicis ululatus senum feminarumque exaudiebantur; barbaro ritu Dareum adhuc regem clamantium (Cúrcio, 4.16.12-15).

[12] Então, conforme a misericórdia era transformada em medo, aqueles incapazes de acompanhar eram desertados em meio a mútuos gemidos. A sede consumia sobretudo os fatigados e os feridos e, por todos os lados, corpos haviam se jogado junto a todos os riachos, tentando, com a boca escancarada, captar a água corrente. [13] Como eles haviam engolido a água turva com avidez, suas entranhas foram imediatamente distendidas pela pressão da lama e, com os membros relaxados e entorpecidos, no momento em que o inimigo os surpreendeu, eles foram despertados por novas feridas. [14] Com os riachos próximos ocupados, alguns haviam se afastado para mais longe, a fim de que apanhassem qualquer umidade oculta que escorresse em algum lugar, e nenhuma poça era tão remota ou seca que escapasse à sede dos que a buscavam. [15] E, verdadeiramente, das aldeias próximas à via, os uivos dos velhos e das mulheres eram ouvidos de longe, clamando, ao modo bárbaro, que Dario ainda era rei (Cúrcio, 4.16.12-15).

Dario não só perde a Batalha de Gaugamela, mas dela foge antes que Alexandre o alcance, abandonando, no processo, seus soldados e membros da guarnição persa que, feridos e sedentos, buscam saciar-se nas águas lamacentas do terreno, ingestão que rapidamente lhes pesa o corpo e os fada ao fim. Tal trecho, à luz do discurso motivacional do rei persa aos mesmos soldados que posteriormente abandona, demonstra que, para além de uma comparação irônica entre os discursos indireto de Alexandre e direto de Dario (Baynham, 1998, p. 47), há, ainda, um contraste entre aquilo que a personagem diz na narrativa e a efetiva prática que lhe atribui o narrador. E, sendo o rei persa caracterizado como diametralmente oposto ao macedônio, o contraponto entre o discurso direto de Dario e a descrição do sofrimento persa resultante de suas ações como líder político e militar acabam por refletir tanto a figura de Dario quanto a de Alexandre, conforme a disputa entre as duas

¹⁴⁵ “[...] at 4.14.1-25, Alexander’s exhortation to his soldiers before Arbela is reported indirectly, whereas Darius speaks his piece: Alexander is obviously the inevitable victor, and thus the irony and poignancy of the Great King’s futile oration is enhanced” (Baynham, 1998, p. 47). Por “Arbela”, Baynham entende “Gaugamela”, nomes alternativos da cidade em que se deu a batalha; já por “Grande Rei”, a autora se refere a Dario.

personagens conduz o leitor à inevitável conclusão de que Alexandre, na mesma situação, nunca fez, nem nunca faria, aquilo que o narrador mostra Dario fazendo. Além disso, como é praxe na narrativa de Cúrcio, o episódio, inserido na primeira pêntada da obra, encontra seu paralelo na segunda, como acontece com o epíteto de Parmênio no Livro III e a traição de Filotas no Livro VI. Ao passo que Dario abandona suas tropas, sedentas e feridas, e chega, sozinho, à segurança da cidade de Gaugamela (4.16.9), Alexandre, no episódio em que atravessa com suas tropas as áreas desérticas de Sogdiana, cujas condições áridas resultam na morte de inúmeros soldados, recusa-se a consumir a água encontrada até que todos aqueles que com ele caminhavam a bebessem primeiro (7.5.1-16), sendo a segurança do imperador/general e sua preocupação com o corpo militar o elemento comum que não só emparelha os dois episódios, mas, também, e principalmente, distingue os dois reis.

Em segundo lugar, na condição de protagonista e, portanto, a personagem que mais fala ao longo da narrativa, é certo que os discursos de Alexandre são demonstrativos da imagem que ele cultivava de si próprio, bem como da concepção de seu propósito conquistador, como líder político, general, semideus e assim por diante. Nesse caso, tornam-se valiosas as cartas trocadas entre os dois reis na primeira pêntada, em especial, após a Batalha de Isso (Livro III), na qual Alexandre toma como espólio de guerra a família de Dario, por este abandonada quando foge do campo de batalha, ao perceber a iminente derrota.

A carta em questão, resposta de Alexandre às barganhas de Dario, é uma das raras instâncias nas quais Cúrcio apresenta o conteúdo de uma correspondência em discurso direto. Na verdade, em relação à presença geral de cartas e mensagens nas *Histórias de Alexandre*, importa notar que não representam um ponto de convergência formal entre o relato historiográfico e, por exemplo, o romance epistolar. Cúrcio também não as apresenta como documentos históricos inseridos em seu enredo, como o faz Plutarco. Em vez disso, como discutiremos no terceiro capítulo deste estudo, as correspondências trocadas entre as personagens (ou interceptadas pelo rei e seus generais) são, no mais das vezes, mencionadas pelo narrador e reproduzidas em discurso indireto, sobretudo porque o conteúdo delas tende a motivar um redirecionamento geográfico, estratégico e/ou político para os macedônios. Contudo, mais comuns são as instâncias nas quais as cartas surgem como objetos simbólicos em torno das quais Cúrcio desenvolve pequenos episódios (como em 3.6.1-11). Nesses casos, a informação veiculada em correspondências geralmente cria um conflito de interesses, ou um dilema moral, para as personagens da trama. O mesmo pode ser dito, aliás, sobre referências textuais a outras obras literárias: durante o banquete em que se desenrola o assassinato de

Clito, é dito que a personagem recitou alguns versos de Eurípides¹⁴⁶ em meio aos convivas, para que Alexandre entendesse a crítica sem que Clito precisasse dizê-la (8.1.27). Cúrcio não insere em sua narrativa os versos em questão, mas, em vez disso, torna-os parte de um conhecimento literário compartilhado por suas personagens, de modo que as tragédias gregas, como, também, as cartas, antes de exemplos de uma referência intertextual por parte de Cúrcio (que certamente aproximaria sua obra do romance epistolar e/ou da sátira menipeia), são elementos comuns ao mundo em que se desenrola o enredo.

Das três cartas trocadas entre Alexandre e Dario, somente a primeira é narrada em discurso direto, o que justifica sua significância para a alteridade e concepção que o protagonista nutre de si mesmo, de seu oponente e de seu propósito. Trata-se de:

[7] Ibi illi litterae a Dareo redduntur, quibus ut superbe scriptis uehementer offensus est: praecipue eum mouit, quod Dareus sibi regis titulum nec eundem Alexandri nomini adscripserat. [8] Postulabat autem magis quam petebat, ut, accepta pecunia quantamcumque tota Macedonia caperet, matrem sibi ac coniugem liberosque restitueret, de regno aequo, si uellet, Marte contenderet. [...] [10] Contra Alexander in hunc maxime modum rescripsit: 'Rex Alexander Dareo S. Cuius nomen sumpsisti, Dareus Graecos, qui oram Hellesponti tenent, coloniasque Graecorum Ionias omni clade uastauit, cum magno deinde exercitu mare traiecit, inlato Macedoniae et Graeciae bello. [11] Rursus Xerxes, gentis eiusdem, ad oppugnandos nos cum inmanium Barbarorum copiis uenit: qui, nauali proelio uictus, Mardonium tamen reliquit in Graecia, ut absens quoque popularetur urbes, agros ureret. [12] Philippum uero parentem meum quis ignorat ab iis inteferctum esse, quos ingentis pecuniae spe sollicitauerant uestri? inopia enim bella suscipitis, et, cum habeatis arma, licemini hostium capita, sicut tu proxime talentis mille, tanti exercitus rex, percussorem in me emere uoluisti. [13] Repello igitur bellum, non infero. Et di quoque pro meliore stantes causa: magnam partem Asiae in dicionem redegi meam, te ipsum acie uici. Quem etsi nihil a me inpetrare oportebat, utpote qui ne belli quidem in me iura seruaueris, tamen, si ueneris supplex, et matrem et coniugem et liberos sine pretio recepturum esse promitto: [14] et uincere et consulere uictis scio. Quod si te committere nobis times, dabimus fidem inpune uenturum. De cetero cum mihi scribes, memento non solum regi te, sed etiam tuo scribere' (Cúrcio, 4.1.7-8; 4.1.10-14).

[7] Ali, foi-lhe entregue uma carta de Dario, cujo tom arrogante fortemente o ofendeu; especialmente o irritou o fato de Dario ter acrescentado ao próprio nome o título de rei, mas não ao de Alexandre. [8] Mais que pedia, Dario exigia que, em troca de todo o dinheiro que coubesse na Macedônia, Alexandre lhe restituísse sua mãe, esposa e filhos, e, sobre o reino, que lutassem, se assim ele quisesse, em termos iguais. [...] [10] Por sua vez, Alexandre respondeu precisamente nestes termos: “O Rei Alexandre, a Dario: saudações. O Dario, cujo nome você assumiu, destruiu com todo tipo de flagelo os habitantes gregos do litoral do Helesponto e suas colônias jônias; depois, atravessado o mar com um enorme exército, levou a guerra à Macedônia e à Grécia¹⁴⁷. [11] Noutra ocasião, Xerxes, do mesmo povo, vem nos

¹⁴⁶ Plutarco (*Vidas, Alex.*, 51.8) revela que Clito citou *Andrômaca* (693), de Eurípides, especificamente, a fala da personagem Peleu: “*Oímoi!* Que mau costume na Grécia!” (tradução de Jaa Torrano, 2022, p. 315).

¹⁴⁷ Cúrcio não redige em sua narrativa a carta de Dario III enviada a Alexandre. Em vez disso, o autor opta resumir o conteúdo da correspondência em discurso indireto (4.1.7-8, acima). Ainda assim, uma vez que Alexandre inicia sua resposta abordando eventos emblemáticos do histórico entre a Grécia e a Pérsia (4.1.10-11, acima), a exemplo da Revolta da Jônia (499 a.C.) e a destruição dos templos da Acrópole (480 a.C.), pode-se especular que Dario III tenha mencionado a linhagem de imperadores que o precedeu, sobretudo as figuras de

atacar com suas tropas de selvagens bárbaros: mesmo quando foi derrotado no combate naval, ele deixou Mardônio na Grécia para que destruísse as cidades e queimasse o campo em sua ausência. [12] Além disso, quem não sabe que Filipe, meu pai, foi assassinado por alguém esperançoso de uma grande recompensa sua? As guerras que você empreende são profanas. Apesar de ter armas, você paga pela cabeça de seus inimigos, assim como, ainda recentemente, rei de tamanho exército, você quis com mil talentos comprar meu assassino. [13] Portanto, eu não motivo essa guerra; eu a afasto. Também os deuses apoiam a melhor causa: eu submeti grande parte da Ásia ao meu poderio e venci você, pessoalmente, no campo de batalha. De mim, em consequência da sua desatenção aos princípios da guerra para comigo, você nada obterá, mas, se vier até mim como um suplicante, eu lhe prometo que receberá sua mãe, esposa e filhos sem qualquer preço de resgate. [14] Eu sei vencer e sei lidar com os vencidos. Quanto a isso, caso esteja receoso de se entregar, eu lhe dou a minha palavra de que você pode vir sem qualquer risco. A propósito, quando me escrever, tenha em mente que você escreve não só ao rei, mas ao seu rei” (Cúrcio, 4.1.7-8; 4.1.10-14).

Pelas lacunas hoje existentes nas *Histórias de Alexandre*, especialmente aquelas relativas à perda dos Livros I e II, nos quais, especula-se, Cúrcio teria abordado a ascensão de Dario ao trono, além de possíveis interações entre os dois reis antes ou depois de seu primeiro encontro em campo de batalha (em Grânico), a carta acima representa a primeira instância em que as duas personagens interagem verbal e diretamente na obra, sem a interferência de mensageiros. O trecho contempla não só as demandas de Dario, apresentadas em discurso indireto, pelas quais busca o resgate de sua família, mas, também, e principalmente, a resposta de Alexandre, “transcrita” *in hunc maxime modum* (Cúrcio, 4.1.10) e registrada diretamente na narrativa – ainda que, como no caso de outras correspondências mencionadas ao longo da obra, não haja evidências de que tal carta tenha sido um documento histórico na época de Cúrcio. Dela, para além de certa imagem de Dario pelos olhos de Alexandre, derivam ainda alguns dos principais traços identitários com os quais o protagonista se identifica, válidos e coerentes com sua caracterização ao longo da primeira pêntada.

A primeira concepção é ilustrada pela recuperação do histórico entre os gregos e os persas, relativo tanto à época contemporânea a Alexandre, quanto à anterior a ele. Isto é, os trechos “o Dario, cujo nome você arrogou, destruiu com todo tipo de flagelo os habitantes gregos do litoral do Helesponto e suas colônias jônicas; depois, atravessado o mar com um enorme exército, levou a guerra à Macedônia e à Grécia” (Cúrcio, 4.1.10), em primeiro lugar, e “noutra ocasião, Xerxes, do mesmo povo, vem nos atacar com suas tropas de selvagens bárbaros: mesmo quando foi derrotado no combate naval, ele deixou Mardônio na Grécia para

Dario I (521-486 a.C.) e Xerxes I (485-465 a.C.). Neste caso, a acusação de Alexandre sobre Dario III, seu oponente, ter “assumido” (o verbo empregado é *sumpsisti*) o “nome de Dario” seria uma referência a Dario I (também denominado Dario, o Grande), imperador aquemênida responsável por expandir o território persa pelo litoral da Ásia Menor (feito que Cúrcio atrela ao litoral do Helesponto) e, então, impor sua soberania às cidades jônicas, evento que alguns estudiosos (dentre os quais, Waters, 2014, p. 73-87) consideram o estopim das Guerras Médicas (499-449 a.C.).

que destruísse as cidades e queimasse o campo em sua ausência” (Cúrcio, 4.1.11), em segundo, demonstram, ambos, a identificação da personagem com certo compromisso à reparação dos danos causados à Grécia pelo Império Persa, de modo que a primeira concepção que Alexandre tem de sua própria identidade é a de um vingador de sua pátria. Tal motivação, aliás, pode ser vislumbrada pela conduta do protagonista em dois episódios abordados no capítulo subsequente às cartas, referentes ao comovente encontro de Alexandre com um grupo de gregos vagantes, fisicamente mutilados pelos persas (5.5.5-8), e, ainda, o incêndio do palácio cerimonial em Persépolis (5.7.1-11), iniciado pelo próprio Alexandre em retribuição ao incêndio dos templos na Acrópole, em 480 a.C., crime que, assim como o saque de Atenas, “[...] foram ofensas nunca esquecidas, e a resistência aos persas tornou-se parte da identidade grega” (Stoneman, 2004, p. 64).

Vinculada à primeira, a segunda percepção de Alexandre sobre sua identidade remete à menção a Filipe II, no excerto: “além disso, quem não sabe que Filipe, meu pai, foi assassinado por alguém esperançoso de uma grande recompensa sua?” (Cúrcio, 4.1.12). Historicamente, Filipe foi assassinado em 336 a.C., às vésperas de uma expedição militar contra a Pérsia, por um membro de sua guarda real, cuja filiação com o Império Persa é historicamente especulativa, ainda que, na narrativa de Cúrcio, Alexandre tome o rumor como verdadeiro e, mais do que isso, atribua o crime a Dario, cuja ascensão ao trono persa é concomitante à sua própria, ao macedônio (Stoneman, 2004, p. 63-66). Assim, de um lado, a menção ao assassinato de seu pai igualmente alude ao compromisso com a reparação, mas, nesse caso, em nível pessoal, pois, ao conduzir suas campanhas contra os persas, Alexandre está não só honrando os interrompidos planos políticos de Filipe, mas, também, vingando-o de seus assassinos.

De outro lado, e numa perspectiva mais ampla, importa considerar que a carta de Dario é essencialmente motivada pela perspectiva de restituir sua família, tomada como prisioneira por Alexandre após a Batalha de Isso (Livro III), premissa sobre a qual repousa a noção de que o lembrete da responsabilidade persa pelo assassinato de Filipe convida, uma vez mais, à comparação entre as duas personagens, pois Alexandre, munido da oportunidade de retribuir o crime que atribui a Dario, no entanto não o faz. Tematicamente, trata-se da demonstração da *clementia* de Alexandre para com os vencidos, característica historicamente atestada e, naturalmente, enfatizada por Cúrcio ao longo de sua obra, da qual decorre uma parte significativa da construção alegórica da personagem em correspondência ao modelo ideal de *princeps* romano no século I d.C. (Ribeiro, 2020), no sentido de que “a clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior

perante um inferior ao estabelecer a penalidade. [...] É a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida” (Sêneca, *Clem.*, 2.1-2, 2013, p. 46)¹⁴⁸. Com efeito, no decorrer da obra, Alexandre estabelece um forte vínculo familiar com Sisigambis, a mãe de Dario, conferindo a ela não só todas as honras típicas da nobreza persa, mas, ainda, um comportamento similar ao que ele tem com sua própria mãe, Olímpia. E, num eixo familiar, político e, com maior importância, narrativo, destaca-se a ironia do assassinato atribuído a Dario quando, após a morte de Alexandre, no Livro X, Sisigambis recusa-se a continuar vivendo desprovida deste filho e, poucos dias depois, junta-se a ele, pois, “[...] embora tivesse suportado viver após Dario, ela se envergonhou de sobreviver a Alexandre” (Cúrcio, 10.5.25)¹⁴⁹.

De tal observação temática deriva a terceira concepção de Alexandre sobre si mesmo, referente à superioridade em relação a Dario em todos os aspectos, dos quais não se isenta a postura militar (“[...] eu submeti grande parte da Ásia ao meu poderio e venci você, pessoalmente, no campo de batalha”, Cúrcio, 4.1.13), a política (“[...] quando me escrever, tenha em mente que você escreve não só ao rei, mas ao seu rei”, Cúrcio, 4.1.14), e, ainda, a postura clemente esperada de um bom *princeps* (“[...] se vier até mim como um suplicante, eu lhe prometo que receberá sua mãe, esposa e filhos sem qualquer preço de resgate”, e, “[...] caso esteja receoso em se entregar, eu lhe dou a minha palavra de que você pode vir sem qualquer risco”, Cúrcio, 4.1.13-14). O próprio comportamento de Dario, aliás, da forma como é ilustrado por Cúrcio, é demonstrativo de sua inferioridade em relação a Alexandre, quer na esfera militar, pela predisposição à violência diante daqueles que desfavoravelmente o comparam ao seu oponente, a exemplo do discurso de Carídemo (3.2.10-19), quer na política, pela tendência à fuga do campo de batalha, traço cuja desonra é ainda enfatizada pela descrição do sofrimento daqueles que deixa para trás (4.16.12-17).

Curiosamente, as três percepções que o protagonista tem de sua própria identidade, expressas em sua carta, são eventualmente corrompidas ao longo da obra (Veloso, 2024). Isto é, ainda que o impulsionem durante a primeira pêntada das *Histórias de Alexandre*, essencialmente dedicada às disputas entre macedônios e persas, cujas identidades são bem delimitadas pelo narrador e pelas personagens, os propósitos de reparação política e pessoal são feitos irônicos quando, na segunda pêntada, Alexandre adota para si, bem como força ao seu exército, os costumes e as práticas daquele que, em sua carta, reconhece como o inimigo.

¹⁴⁸ Tradução de Ingeborg Braren (2013). Sobre os paralelos entre as *Histórias de Alexandre*, de Cúrcio, e o *Tratado sobre a Clemência*, de Sêneca, constam os trabalhos de Vizentin (2009) e, em partes, Ribeiro (2020, p. 106).

¹⁴⁹ “[...] quae, cum sustinisset post Dareum uiuere, Alexandro esse superstes erubuit” (Cúrcio, 10.5.25).

E, apesar de a memória de Filipe servir como premissa para a recusa das propostas conciliatórias de Dario no Livro IV, ela é posteriormente reduzida à amargura, sendo a arrogância com a qual Alexandre exalta seus próprios feitos, quando comparados aos de seu pai, um dos principais motivos pelos quais se desenrola o assassinato de Clito, no Livro VIII.

Assim, como observa o narrador em 6.6.1-10, trecho que inaugura esse capítulo, os rancores e as motivações do vingador grego gradualmente se dissolvem nos anseios ao multiculturalismo e à coexistência (política, religiosa, cultural etc.) do conquistador insaciável que, tendo tomado para si o trono do rei persa, passa a se comportar e a ser concebido como ele. Alexandre, entretanto, não é alheio às mudanças de sua própria imagem, sendo a construção e a manutenção de sua reputação (política, militar e divina) um dos motores que o impulsionam ao longo de toda a história. A esse respeito, como previamente discutido, as introspecções e apreensões da personagem são via de regra reveladas pela onisciência do narrador, pela qual é depreendida a preocupação de Alexandre com sua alteridade, manifesta pelas especulações de sua própria imagem pela concepção do outro. E, ainda que a revelação de que o protagonista se imaginava como o “[...] animal selvagem: amedrontando os outros e por eles amedrontado” (Cúrcio, 8.2.1-7) seja significativa para a caracterização da dimensão psicológica da personagem, parece-nos que o discurso de Alexandre ao cadáver de Clito (8.2.8-9), uma das poucas instâncias em que ele explicitamente reconhece as consequências de seu temperamento e, mais do que isso, dele se arrepende, seja igualmente significativo. Referimo-nos ao trecho anteriormente comentado, especificamente:

[8] Ao romper do dia, ele ordenou que o corpo, que ainda estava coberto de sangue, fosse levado para sua tenda e, posto diante dele, surgidas as lágrimas, Alexandre disse: “Eis como eu agradeço à minha ama, cujos dois filhos morreram pela minha glória em Mileto. Eis o irmão, seu único consolo no luto, morto por mim no meio de um banquete! [9] A quem a pobre mulher se dirigirá agora? De todos os dela, resta apenas um: o único que ela não conseguirá olhar nos olhos. E eu, o ladrão dos meus salvadores, retornarei à pátria, para que nem sequer a mão direita eu possa oferecer à minha ama, sem a memória da desgraça dela?” [10] E, como as lágrimas e lamentos não chegavam ao fim, o corpo foi retirado a mando dos seus amigos (Cúrcio, 8.2.8-10).

Isto é, tal qual Aquiles diante do cadáver de Heitor, Alexandre volta seus pensamentos à família daquele que por sua mão foi morto e, em discurso direto, imagina como se daria o encontro com Helanique, de quem privou os filhos e o irmão. Na verdade, a memória de sua antiga ama, conforme remete à juventude de Alexandre, acaba por instigar um contraponto entre o passado e o presente, propício à comparação da conduta do protagonista em momentos distintos de sua vida e campanhas. Comportamento, esse, que tanto o narrador (3.12.18-19 e 6.6.1-10, anteriormente citados), quanto as personagens secundárias da trama e, agora, o

próprio protagonista, reconhecem como decadente. Nesses termos, o epíteto que Alexandre confere a si mesmo (*servatorum meorum latro*, 8.2.9) não só é significativo da complexidade psicológica que Cúrcio atribui a sua personagem, capaz de reconhecer seus erros, deles se arrepender e, ainda, projetar as consequências que terão para a sua imagem, mas, também, é representativo do quão mais intenso é o discurso direto em relação ao indireto no que toca à técnica literária em função da caracterização de personagens. Afinal, ainda que o narrador tenha mais de uma vez atentado para a degeneração moral de Alexandre, a gravidade da mensagem é amplificada quando, em discurso direto, a própria personagem lamenta e recrimina seu comportamento recente.

Assim, o excerto em 6.6.1-10, que inaugura este capítulo, e aquele em 8.2.1-12, que o encerra, podem ser concebidos como técnicas diferentes para atingir efeitos de sentido similares, pelas quais é depreendida a mesma mensagem, cujos desdobramentos cabem ao âmbito temático da obra. Isto é, em seu comentário de avaliação moral em 6.6.1-10, o narrador se distancia de seu protagonista e, pelo exercício da onisciência, bem como pelo discurso indireto (indireto-livre, talvez) concedido aos soldados, atenta para a transformação de Alexandre, ao passo que, pelo discurso direto em 8.2.8-9, Cúrcio faz com que parta do protagonista o reconhecimento de seu próprio desvirtuamento, bem como a compreensão das consequências que, como os cadáveres de seus antigos amigos, Alexandre passa a acumular em seu paiol.

Trata-se, em suma, de demonstrações da indissociabilidade de forma e conteúdo nas *Histórias de Alexandre* (e, de modo geral, na literatura, seja ela moderna ou antiga). Os procedimentos formais, dos quais destacamos a seletividade e a ênfase, as características do narrador e o tratamento discursivo conferido às personagens ao longo da obra, sejam elas técnicas identificadas com o romance antigo ou com a corrente retórica da historiografia helenística, podem, em qualquer caso, ser concebidos como meios pelos quais o autor arquiteta não só a caracterização literária de Alexandre, mas, também, uma narrativa histórica tematicamente complexa. E se, por um lado, tais recursos formais desafiam os limites entre a figura histórica e sua representação na literatura que lhe contempla, o desenvolvimento temático, por eles viabilizado ao longo de ambas as pêntadas, é o principal meio pelo qual Cúrcio torna atemporal a figura de Alexandre, conforme lhe confere nuances ora identificáveis com o *fortunatus princeps*, inerentemente virtuoso, ora com o *tyrannus*, movido pela *húbris* e tombado pelos prazeres. Ambas, faces da mesma moeda, na qual Cúrcio esculpe a figura do imperador.

4. A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM ALEXANDRE EM *HISTÓRIAS DE ALEXANDRE*

Uma vez comentadas as principais técnicas e artifícios literários pelos quais Cúrcio constrói seu protagonista, conferindo-lhe personalidade e mapeando sua *psique*, torna-se bastante claro que tais procedimentos narrativos estão alinhados ao desenvolvimento de determinados temas abordados pelo autor, cuja discussão pode ser conduzida por mais de um caminho. Por um lado, é possível identificar quais temas em Cúrcio dão de encontro com aqueles comuns à corrente retórica da historiografia antiga e/ou ao romance antigo no século I d.C., abordagem pela qual se destacariam tópicos como a viagem de aventuras (Brandão, 2005), as ações da *fortuna* sobre as personagens e a avaliação moral de grandes personalidades do passado (Marincola, 1997). Numa veia igualmente comparativa, outra proposta poderia observar, como fizeram Hammond (1983) e Heckel e Yardley (2004), as fontes antigas voltadas aos feitos de Alexandre, em vias de identificar a maneira como Cúrcio se distingue de Arriano, Plutarco, Diodoro e Justino.

Por outro lado, a fortuna crítica das *Histórias de Alexandre* cada vez mais floresce em estudos que se debruçam sobre personagens, episódios e temas específicos. Dos trabalhos recentes que agregam à recepção atual de Cúrcio, Vizentin (2009) e Ribeiro (2020) voltam-se à questão do espelho de príncipes¹⁵⁰, analisando a construção de Alexandre à luz da imagem imperial no século I d.C., ao passo que Vorhis (2017) e Perez (2022) comparam-no ao Aquiles de Homero e de Virgílio. Liotsakis (2021a; 2021b) sonda a retórica da religião e o tema da desunião das tropas, enquanto Rzepka (2009), Ripoll (2009), Perez (2020) e outros se ocupam dos conflitos e conspirações que crescem sob a tenda real. Há, ainda, estudos voltados não a um tema particular, mas ao desdobramento temático em capítulos específicos: destacam-se, nesse quesito, os trabalhos de Atkinson (1971), sobre os Livros III e IV, e de Dempsie (1991) e McKechnie (1999) sobre a manipulação temática no Livro X.

Em todos os casos, bem como nos citados adiante, parece-nos que as considerações sobre o desenvolvimento de temas na narrativa de Cúrcio estão vinculadas a três premissas iniciais. Em primeiro lugar, é essencial o reconhecimento de que todos os temas, motivos e símbolos vislumbrados ao longo da obra estão, em maior ou menor grau, relacionados ao protagonista. Um estudo sobre a clemência na guerra, por exemplo, sobre a violência em

¹⁵⁰ Denominam-se os “espelhos de/para príncipes” as obras que, ao longo da Antiguidade, Idade Média e Renascimento, destinavam-se a instruir e aconselhar reis, príncipes e governantes sobre o comportamento que devia ser evitado ou emulado por um líder político. Os trabalhos que inserem as *Histórias de Alexandre* neste eixo geralmente sondam a nuance alegórica do Alexandre de Cúrcio, comparando suas virtudes e vícios àquelas esperadas de um bom príncipe.

banquetes ou, então, sobre a censura como via de manutenção de posturas tirânicas necessariamente deve partir do princípio de que tais questões são indissociáveis de Alexandre, na condição de general, anfitrião, líder político ou, em qualquer caso, personagem literária. Mesmo os trabalhos que investigam as implícitas e insólitas críticas ao imperialismo nos discursos de Dario III (Mahecha, 2009; Aprile, 2023) concebem Dario como o antagonista de Alexandre, antes de nomearem-no o Grande Rei Persa. Portanto, o estudo do desenvolvimento temático na narrativa de Cúrcio é, também, e simultaneamente, o estudo da construção e caracterização literária de Alexandre, segundo a noção de que “qualquer leitura de uma obra deve levar em conta os personagens [...], [pois] os temas dela recaem sobre eles e, eles, por sua vez, os ‘encarnarão’” (Wilson, 1979, p. 733)¹⁵¹.

À premissa anterior, segue-se uma segunda, desta vez referente à organização das *Histórias de Alexandre*, oriunda quer do original latino de Cúrcio, quer dos manuscritos medievais datados a partir do século IX (cf. Dosson, 1886, p. 315). Como se discutiu no capítulo anterior, em sua forma remanescente, a obra está estruturalmente disposta em dez Livros (ou capítulos), mas sua concepção mais popular é essencialmente temática e propõe uma divisão em duas pêntadas, cuja ruptura é geralmente ancorada ao comentário moralista de Cúrcio, no Livro VI, pelo qual o narrador condena a adoção de costumes persas por parte de Alexandre e comenta a consequente insatisfação da corte macedônia a esse respeito (6.6.1-10). Tal organização temática, consensualmente aceita pela fortuna crítica, pode ser concebida da seguinte maneira:

Estruturalmente, ele parece ter dividido os dez livros das *Historiae* em duas pêntadas que estão ligadas pelos temas da *fortuna* e do *regnum*. [...] Os livros restantes da primeira pêntada de Cúrcio retratam Alexandre e sua antítese, o rei persa Dario, bem como a forma como a *fortuna* afeta as carreiras e personalidades de cada um. A segunda pêntada foca na figura de Alexandre como *dux*, *rex* e *tyrannus*, conforme a escala do seu poder se iguala à escala de sua *virtus* e *vitia* (Baynham, 1998, p. 12, itálicos da autora)¹⁵².

Nesses termos, apresentar um breve panorama do enredo da obra é pertinente. No início da história, o principal motor que move Alexandre é a disputa contra (e pelo) Império Persa, liderado por Dario III, que, naturalmente, assume a posição de oponente militar, para os macedônios, e de antagonista literário, para o leitor. Concentram-se nessa fase as grandes

¹⁵¹ “Any reading of a work must take characters into account [...] The themes of the work bear upon them, and they, in turn, will ‘incarnate’ these” (Wilson, 1979, p. 733).

¹⁵² “Structurally, he seems to have divided the ten books of the *Historiae* into two pentads that are linked by the themes of *fortuna* and *regnum* [...] The extant books of Curtius’ first pentad depict Alexander and his antithesis, the Persian king Darius, as well as how *fortuna* affects the careers and personalities of each. The second pentad focuses on the figure of Alexander as *dux*, *rex*, and *tyrannus* as the scale of his power matches the scale of his *virtus* and *vitia*” (Baynham, 1998, p. 12, itálicos da autora).

batalhas empreendidas pelos dois exércitos, pelas quais se revela a genialidade militar do protagonista, bem como as conquistas territoriais consequentes da marcha macedônia, da reunião de tropas e da expansão do império de Alexandre, fatores pelos quais é possível vislumbrar sua genialidade política e comportamento como diplomata. São os eventos que, em linhas gerais, ocupam os Livros III ao V, cujo encerramento, apesar de uma infeliz lacuna, contempla a morte de Dario. Assim, tanto o fim do antigo rei persa, quanto a chegada dos macedônios à Babilônia, no Livro VI, simbolizam a conclusão do objetivo inicial e a aquisição, por parte de Alexandre, do título de Grande Rei.

Concomitantemente ao desenrolar dessa primeira etapa da história, denominada a primeira pêntada, três questões ganham progressiva importância para o enredo. Em primeiro lugar, no Livro IV, o protagonista recebe de um oráculo egípcio a confirmação dos rumores sobre sua estirpe divina e, nomeado o filho de Ámon, que corresponde a Júpiter, ele progressiva e veementemente insiste para que os povos conquistados e, principalmente, seus próprios homens, reconheçam-no como tal. Em segundo lugar, desde o início da obra, Alexandre é não só afortunado, mas, também, o único homem do mundo a ter a *fortuna* sob seu controle (10.5.35), o que, por um lado, justifica seu implacável e infalível êxito em quaisquer empreitadas, e, por outro, instiga sua insaciedade e incansável ambição enquanto conquistador. Em terceiro lugar, e relacionada às duas outras questões, a subjugação do Império Persa envolve tanto a morte de Dario e a chegada à Babilônia, a capital cultural do império, quanto a integração de tropas persas ao exército macedônio e as relações diplomáticas com os antigos sátrapas de Dario. Com tais medidas, Alexandre adota, também, certos costumes, práticas religiosas e a indumentária persa, de modo que sua identidade, seu exército e suas decisões político-militares se alinham aos modos gregos e aos persas, simultaneamente.

Tendo conquistado a Pérsia, Alexandre parte em busca do restante do mundo. Inicia-se a etapa que Keegan (2006, p. 339) denomina a “perseguição de uma quimera”, sobretudo porque, a partir de então, o principal objetivo de Alexandre parece ser o de ultrapassar figuras mitológicas como Hércules e Líber, nos quais se inspira e com os quais constantemente se compara, em sua busca por conquistar as regiões mais remotas do mundo antigo que cativavam a imaginação grega. Ele traça, portanto, planos expedicionários para a Índia e, depois, possivelmente, para a Arábia. No entanto, do Livro V em diante, o objetivo do protagonista e o conflito do enredo não mais correspondem à mesma coisa, no sentido de que o prolongamento das campanhas dá de encontro com a dificuldade de Alexandre em conciliar seus objetivos pessoais com o propósito e a identidade de suas tropas, o que significa que,

apesar das ocasionais batalhas e oponentes, não havendo mais um antagonista fixo, o principal conflito da história passa a ser interno. No exército macedônio, desenrolam-se conspirações de assassinato, julgamentos públicos, decretos de exílio, discursos manipuladores, mostras de tortura, censura e bajulação, além de outros conflitos de mesma natureza relacionados às personagens secundárias, que são os amigos, generais e conselheiros de Alexandre. E, apesar de serem abordados pelo protagonista, tais confrontos são insolúveis por essência, pois inspiram uns aos outros e compartilham os mesmos fundamentos: de um lado, a intolerância ao propósito individualista do prolongamento das campanhas, somada à exaustão e ao desejo de retorno à pátria, e, de outro, a perda de identificação dos soldados com a figura de Alexandre, uma autoproclamada divindade, afortunada o suficiente para que se considere imbatível, que está enamorada dos costumes bárbaros, como se, em vez de vencido Dario, Alexandre o tivesse absorvido. É essa a segunda pêntada da obra, que se encerra com a morte do rei na Babilônia, em 323 a.C., seguida dos movimentos iniciais da guerra civil iminente em sua corte.

Apesar do panorama anterior apresentar apenas os eventos principais do enredo, ainda assim, ele é suficiente para, em primeiro lugar, iluminar a explicação de Baynham (1998, p. 12) a respeito do desdobramento temático ao longo da obra, e, em segundo, contextualizar algumas dificuldades para as considerações por vir. No que toca à primeira questão, segundo a autora, não só seriam as *Histórias de Alexandre* divididas em dois grandes eixos, respectivamente representados pelos efeitos do favoritismo da *fortuna* sobre Alexandre e, então, pelos feitos dele diante de seu vasto e multicultural império, mas, além disso, cada capítulo da obra seria “baseado em motivos subsidiários, como *contumacia*, *fides*, *libertas*, *virtus*, *pietas*, *clementia*, *licentia*, *crudelitas*, *ira* e *superbia*, que estão relacionados aos temas dominantes de *regnum* e *fortuna*” (Baynham, 1998, p. 13, *itálicos da autora*)¹⁵³. Isto é, para Baynham, a forma com que Cúrcio organiza sua narrativa seria propositalmente arquitetada em função do desenvolvimento de pequenos temas concernentes ao estudo das relações entre política e poder, exemplificadas pelo comportamento e temperamento de Alexandre, que oscila entre general (*dux*), rei (*rex*) e tirano (*tyrannus*), principalmente na segunda pêntada da obra. Trata-se, aliás, da perspectiva pela qual é viabilizada uma leitura alegórica do protagonista de Cúrcio, segundo a noção que, “[...] por mais realistas que sejam, personagens

¹⁵³ “Within each book Curtius adopts an episodic structure, apparently based around subsidiary motifs, such as *contumacia*, *fides*, *libertas*, *virtus*, *pietas*, *clementia*, *licentia*, *crudelitas*, *ira* and *superbia*, which are linked to the dominant themes of *regnum* and *fortuna*” (Baynham, 1998, p. 13, *itálicos da autora*).

são essencialmente simbólicos; como partes, eles representam o todo, e o todo os contém” (Wilson, 1979, p. 733)¹⁵⁴.

Neste ponto, em linhas gerais, a noção de alegoria diz respeito a um procedimento comum da literatura que envolve a alusão (simbólica, metafórica, metonímica etc.) a determinado objeto ou figura. Noutros termos, alegoria é “aquilo que representa uma coisa para dar a ideia de outra através de uma ilação moral” (Ceia, 1998, p. 19). Em *De Oratore* (3.166), Cícero define a alegoria como um sistema de metáforas, noção que se relaciona à desenvolvida por Quintiliano (*Instit.*, 8.44-48), para quem ela seria uma espécie de metáfora ampliada, que mostra “um significado pelas palavras e outro pelo sentido”. Na esteira de tais autores, Fowler (1973) expande o conceito, afirmando que se trata de uma metáfora na qual “personagens, ações e cenário são sistematicamente simbólicos, referindo-se a confrontações espirituais, políticas e psicológicas”¹⁵⁵ (Fowler, 1973, p. 5) de uma “realidade” contemporânea. É esse o procedimento que atribui à personagem Alexandre um significado que extrapola o universo macedônio construído por Cúrcio e ressoa com a realidade, os dilemas e as preocupações vividas durante o Império Romano do primeiro século.

Com efeito, se, dos traços particulares de Alexandre, pusermos à parte os que o tornam um objeto de adoração e lealdade aos soldados (3.6.17-20), perceberemos que a primeira pêntada contempla predominantemente uma convergência dos objetivos do protagonista com os conflitos da narrativa, da qual resulta a identificação das tropas macedônias com a causa empreendida, na medida em que Dario, antes de ser o antagonista de Alexandre, representa um inimigo maior e mais antigo para os gregos. Porém, no momento em que os movimentos do imperador não mais são motivados pela representação e pelo bem-estar do seu povo, mas, em vez disso, são direcionados à sua própria glória e reputação, conforme ele, paralelamente, cede às paixões que acompanham o alto posto imperial, dão-se as intrigas palacianas e a guerra civil. Trata-se de um panorama que, sem muitas dificuldades, encontraria semelhanças com algumas figuras imperiais romanas que marcam o século I d.C., como argumentam Spencer (2002), Nudell (2011), Gilley (2018), Ribeiro (2020) e outros, e como o próprio narrador comenta, em seu panegírico (10.9.1-6). Cúrcio, assim, opera por uma via de mão dupla, no sentido de que sua obra não só contribui à tradição literária de uma grande figura histórica, mas, também, às discussões surtidas e, portanto, representadas, pelo êxito e pelas falhas de seu protagonista.

¹⁵⁴ “However realistic, characters are essentially symbolic; they, as parts, represent the whole, and the whole contains them” (Wilson, 1979, p. 733).

¹⁵⁵ “It [allegory] is often defined as an ‘extended metaphor’ in which characters, actions and scenery are systematically symbolic, referring to spiritual, political, psychological confrontations” (Fowler, 1973, p. 5).

Independentemente de uma abordagem alegórica da personagem, importa-nos ressaltar uma terceira, e última, nuance da questão temática. Uma vez aceitas as premissas referentes à indissociabilidade de temas e protagonista, bem como à divisão da obra em duas pêntadas temáticas, é preciso considerar que a personagem Alexandre, da forma como é construída por Cúrcio, enfrenta transformações identitárias, morais e ideológicas ao longo de sua história, e, conseqüentemente, os temas, motivos e símbolos a ela vinculados igualmente flutuam e se transformam. Até o Livro VI, por exemplo, a cólera e a violência de Alexandre são via de regra exercidas contra o *outro*, isto é, o estrangeiro, representado pelo rei e exército persa, pelas cidades que se impõem à dominação ou por mercenários vagantes, ao passo que, na segunda pêntada, as vítimas de sua desconfiança, ódio e violência são os *seus*, os membros de sua própria corte, que frequentam seus banquetes e, até então, serviam-lhe de conselheiros. Assim, ainda que o tema da violência atravessasse a obra por inteiro, ele é ressignificado pela mudança na conduta do protagonista que a exerce.

De tal observação deriva um pressuposto que, assim como para Nudell (2011), parece-nos que deve ser cuidadosamente avaliado. Naturalmente, é possível pensar que a instintiva forma de abordar temas nas *Histórias de Alexandre* encontra respaldo na divisão de uma obra, na qual é evidente certa mudança no protagonista, em duas partes, especialmente em vista do pejorativo comentário moralista que as separa (6.6.1-10). Afinal, se a personagem inicia sua história de uma forma e a encerra de outra, com posturas distintas e constantemente comparadas pelo narrador, cujo texto, inclusive, parece ter sido planejado de modo a acentuar tal transformação¹⁵⁶, uma análise comparativa da figura de Alexandre entre uma e outra pêntada certamente contemplaria a forma pela qual temas como a violência ou a relação com o *outro* traçam uma rota moralmente degenerativa de Alexandre, “de imperador da Macedônia, feito um sátrapa de Dario” (6.6.10), retratado por Cúrcio numa pintura que lentamente definha e se posiciona na contramão de seus valores iniciais. É esta a visão que Tarn (1948), de certa forma, sustém das *Histórias de Alexandre*. No entanto, ainda que esse viés seja, até certo ponto, coerente à divisão em duas pêntadas, bem como encontre respaldo nos numerosos comentários do narrador sobre a mudança de seu protagonista, ele igualmente arrisca reduzir, de modo dicotômico, maniqueísta, talvez, a personagem a um antes e um depois, aos quais se vincula certa noção de um bom e um mau Alexandre, segundo os valores do narrador e das personagens orbitantes.

¹⁵⁶ Referimo-nos tanto à divisão do texto em duas pêntadas temáticas, quanto à predileção estilística de Cúrcio por quiasmas e antíteses.

Trata-se de uma impressão surtida pela própria técnica narrativa de Cúrcio, o que salienta a interpretação alegórica de sua obra. Um dos principais procedimentos narrativos dos quais o autor lança mão é, como já se discutiu, a seletividade de material historiográfico atrelada à ênfase atribuída a determinados episódios tematicamente atraentes. Perrin (1895), Atkinson (1971), Hammond (1983) e, mesmo, Yardley (2004), em suas notas de tradução para a edição inglesa das *Histórias de Alexandre*, ainda apontam instâncias em que Cúrcio provavelmente inventou ou manipulou episódios em seu enredo ao dispor de seus objetivos literários, de modo a favorecer o tema da corrupção das virtudes comum a figuras que concentram um supremo poder político-militar. Alexandre não adquire, de súbito, traços negativos na segunda pêntada, nem perde a virtude e a clemência que o caracterizavam na primeira, mas a retórica e o moralismo de Cúrcio estão de tal maneira entrelaçados que acabam por criar a ilusão de uma degeneração moral, política, identitária e assim por diante. Sobre a questão, Nudell comenta que “o consumo excessivo de bebida e os banquetes eram amplamente conhecidos na Macedônia, mas Cúrcio só enfatiza a embriaguez de Alexandre na segunda pêntada, o que serve de fundamento para a morte de Clito, em um banquete dedicado a ele em Maracanda” (Nudell, 2011, p. 75)¹⁵⁷. Como observa Heckel (1994, p. 72), é o mesmo motivo pelo qual é omitido o encontro de Alexandre com Barsine na primeira pêntada, mas abertamente comentadas e, mais importantemente, condenadas as relações amorosas do rei com homens e mulheres persas, na segunda. Afinal, a progressiva inclinação de Alexandre ao consumo excessivo de vinho e aos relacionamentos com persas são dois grandes temas que habitam o cerne não só da obra em si, mas, também, e principalmente, dos episódios nos quais as ações de Alexandre são questionáveis.

Ainda assim, trata-se de uma transformação inconstante e há significância, tanto literária, quanto historiográfica, nesse aspecto. É certo que, no eixo narrativo e pelo viés estruturalista de análise, a oscilação da personalidade e ideologia do protagonista tornam-no mais cativante, pois apontam para uma transição entre o caráter plano e o esférico no espectro de compreensão de personagens literárias (Forster, 1927). Contudo, mais importante é a verossimilhança do retrato feito por Cúrcio em relação à figura que está representando, no sentido de que todos os grandes conflitos, bem como as movimentações e ações de Alexandre ao longo da narrativa, são históricos e podem ser atestados noutras fontes antigas. Assim, as mostras de colérica brutalidade na primeira pêntada, bem como de inesperada clemência, na

¹⁵⁷ “Heavy drinking and banqueting were well known in Macedonia, but Curtius only emphasizes Alexander's drinking in the second pentad, which lays the foundation for the death of Cleitus, at a banquet for him in Maracanda” (Nudell, 2011, p. 75).

segunda, não devem ser relegadas à irrelevância das ressalvas, pois são as instâncias nas quais tanto as figuras secundárias, quanto o leitor, contemplam a complexidade da personagem, em primeiro plano, e da figura histórica, em segundo.

E, pela lente da alegoria, se pensarmos como Spencer (2002), Nudell (2011), Gilley (2018) e Ribeiro (2020), é significativo que o protagonista enfrente uma transformação conturbada e inconstante, mas que se solidifica ao longo da obra, pois o Alexandre de Cúrcio é concebido num estágio inicial e, em certa medida, experimental do sistema imperial romano, no qual as implicações e consequências de um regime autocrata são ainda incertas. Isto é, apesar de seu renome no imaginário popular como ‘o Grande’, “em sua carreira icônica no mundo romano, sua regular passagem de um rei, comandante e diplomata para um tirano degenerado e assassino foi um elemento chave em sua perpétua relevância como um protótipo para a experiência romana” (Spencer, 2002, p. 2)¹⁵⁸. Daí a tese de Baynham de que “o interesse de Cúrcio está no próprio *regnum*, no conceito de poder absoluto e em seus efeitos no *rex* e em seus seguidores” (Baynham, 1998, p. 216)¹⁵⁹, pois, apesar de suas inerentes virtudes, da impressionabilidade de seus feitos e da nobreza de sua linhagem (divina ou não), a dificuldade com a qual Alexandre concilia suas próprias ambições, a expansão de seu império e sua relação com aqueles que ele representa é paralela ao crescimento de seu poder enquanto imperador, sendo esse um dilema que, certamente, representaria a época em que Cúrcio supostamente escreve, mas que, também, pode ser tomado como uma implicação universal e atemporal da autocracia.

Isso posto, e partindo da premissa de que a transformação de Alexandre entre uma e outra pântada, da forma como alude a um questionamento de sua conduta, é um efeito de sentido literário e intencional, surtido pelas técnicas narrativas de Cúrcio em vias de construir uma narrativa historiográfica verossimilhante e, ao mesmo tempo, tematicamente atual, atemporal, talvez, o presente capítulo se debruça sobre os principais aspectos concernentes à construção literária da personagem. Respectivamente, abordaremos os elementos que compõem a identidade de Alexandre, suas relações com figuras emblemáticas da história (Dario, a *fortuna* e as figuras mitológicas que ele emula), bem como as formas pelas quais tais traços progressivamente resultam em conflitos para o protagonista e para aqueles em seu entorno. Naturalmente, as instâncias de omissão, manipulação ou invenção no enredo serão

¹⁵⁸ “[...] in his iconic career in the Roman world his regular slippage from king, commander and statesman to degenerate, murderous tyrant, was a key element in his enduring relevance as a prototype for Roman experience” (Spencer, 2002, p. 2).

¹⁵⁹ “Curtius’ interest lies in *regnum* itself, in the concept of absolute power and its effects on the *rex* and its followers” (Baynham, 1998, p. 216).

apontadas à medida de sua identificação, mas tais procedimentos serão concebidos como deliberadamente arquitetados pelo autor, em função de sua trama. Em suma, interessa-nos não uma avaliação de Alexandre, o Grande, mas da percepção que Quinto Cúrcio Rufo tem e cria dele por meio de sua narrativa.

4.1. QUESTÕES IDENTITÁRIAS DE ALEXANDRE

Naturalmente, o estudo do protagonista de Cúrcio se inicia com a compreensão das questões que formam sua identidade. Alexandre pode ser concebido como, simultaneamente, macedônio, grego e persa, general e imperador, humano e divino, motivo pelo qual ele é uma personalidade cativante em diferentes esferas da recepção clássica¹⁶⁰, quer no nicho dos estudos subalternos voltados a sua presença na literatura do Oriente Médio (Nascimento, 2015; Stoneman, 2022), quer nos estudos sobre gênero e sexualidade (Llewellyn-Jones e Tougher, 2022), quer, ainda, nas premissas de Diana Spencer (2002), que esmiúça sua dupla popularidade, tanto pelo viés do encantamento lendário, quanto pelo da emulação política e militar em diferentes culturas e diferentes épocas.

Nas *Histórias de Alexandre*, um excerto inaugural do qual se pode lançar mão para a compreensão da identidade da personagem é a eulogia fúnebre de Cúrcio sobre Alexandre (10.5.26-37)¹⁶¹, a qual, conforme apresenta de maneira sintética algumas de suas principais virtudes e vícios inatos, bem como aqueles adquiridos por forças externas, estabelece um proveitoso ponto de partida para a discussão de tais, e outros, aspectos da personagem. Segundo Dempsie (1991) e Albrecht (1997, p. 1088), o trecho está alinhado a uma prática comum entre historiadores gregos, na qual, seguinte à morte de uma figura ilustre, era praxe “incluir uma breve, ou detalhada, descrição das qualidades e das conquistas da pessoa, com frequência incluindo um sumário de seus pontos positivos e negativos” (Dempsie, 1991, p. 151)¹⁶². E, com efeito, ao longo das *Histórias de Alexandre*, comentários desse tipo são feitos, por exemplo, após o cerco e a destruição de Tiro (4.4.19-21) e de Persépolis (5.7.8), após a morte de Parmênio (7.2.33-34) e de Calístenes (8.8.20-23), mas em nenhum outro caso o

¹⁶⁰ Sobre a recepção de Alexandre, o Grande, cf. Moore, 2018; Stoneman, 2022.

¹⁶¹ O termo “eulogia” diz respeito ao estilo de texto que particularmente elogia determinada figura, motivo pelo qual com frequência está vinculado a cerimônias, em especial, aos funerais. Apesar de Cúrcio apontar os defeitos e falhas de Alexandre, estes são justificados e a avaliação geral do narrador é positiva, de modo que, aos nossos olhos, o excerto pode ser denominado uma eulogia.

¹⁶² “It was a common practice among historians, following the death of an illustrious individual, to include a brief, or detailed, description of the person’s qualities and achievements, often including a summary of his good and bad points” (Dempsie, 1991, p. 151).

narrador apresenta uma avaliação tão detalhada quanto diante da morte de seu protagonista. O trecho, na íntegra, é o seguinte:

[26] *Et, hercule, iuste aestimantibus regem liquet bona naturae eius fuisse, uitia uel fortunae uel aetatis. [27] Vis incredibilis animi; laboris patientia propemodum nimia; fortitudo non inter reges modo excellens, sed inter illos quoque, quorum haec sola uirtus fuit; [28] liberalitas saepe maiora tribuentis, quam a dis petuntur; clementia in deuictos; tot regna aut reddita, quibus ea dempserat bello, aut dono data; [29] mortis, cuius metus ceteros exanimat, perpetua contemptio; gloriae laudisque ut iusto maior cupido, ita ut iuueni et in tantis sane remittenda rebus; [30] iam pietas erga parentes, quorum Olympiada immortalitati consecrare decreuerat, Philippum ultus erat; [31] iam in omnes fere amicos benignitas, erga milites beniuolentia, consilium par magnitudini animi et, quantam uix poterat aetas eius capere, sollertia; [32] modus inmodicarum cupiditatum; Veneris intra naturale desiderium usus, nec ulla nisi ex permissu uoluptas, ingenii profecto dotes erant. [33] Illa fortunae: dis aequare se et caelestes honores accersere; et talia suadentibus oraculis credere, et dedignantibus uenerari ipsum uehementius quam par esset irasci; in externum habitum mutare corporis cultum; imitari deuictarum gentium mores, quos ante uictoriam spreuerat. [34] Nam iracundiam et cupidinem uini, sicuti iuuenta inritauerat, ita senectus mitigare potuisset. [35] Fatendum est tamen, cum plurimum uirtuti debuerit, plus debuisse fortunae, quam solus omnium mortalium in potestate habuit. Quotiens illum a morte reuocauit! quotiens temere in pericula uectum perpetua felicitate protexit! [36] Vitae quoque finem eundem illi, quem gloriae, statuit. Expectauere eum fata, dum Oriente perdomito aditoque Oceano quidquid mortalitas capiebat impleret. [37] Huic regi ducique successor quaerebatur; sed maior moles erat, quam ut unus subire eam posset (Cúrcio, 10.5.26-37).*

[26] E, por Hércules! Avaliando justamente o rei, é evidente ter sido boa a natureza dele; as falhas advinham ou da *fortuna* ou da juventude. [27] A incrível força de vontade, a tolerância quase ilimitada à fadiga, a coragem excelente não só entre os reis, mas, também, entre aqueles de quem ela foi a única virtude. [28] A frequente generosidade de conceder maiores coisas do que as pedidas aos deuses, a clemência para com os vencidos. Tantos reinos, ou devolvidos àqueles de quem ele os havia tomado pela guerra, ou dados de presente. [29] O perpétuo desprezo pela morte, cujo medo tira dos outros o fôlego, uma ânsia por glória e louvor a qual, ao passo que ultrapassava o justo, também devia ser razoavelmente permitida, em vista da juventude e da importância dos feitos. [30] E, então, a devoção para com os pais, dos quais Olímpia ele havia decidido consagrar à imortalidade e Filipe ele havia vingado; [31] então, a bondade em relação a quase todos os amigos, a benevolência para com os soldados. Um projeto a par da magnitude de seu espírito e uma sagacidade tão grande quanto era possível, na idade dele. [32] A moderação das paixões excessivas, os usos do amor limitado ao desejo natural e prazer nenhum, exceto o autorizado. Verdadeiramente, essas eram suas qualidades naturais. [33] Estas, as advindas da *fortuna*: se igualar aos deuses, buscar honras divinas, confiar em oráculos que aconselhavam tais coisas, e irritar-se, com mais impetuosidade do que seria justo, com aqueles que se recusavam a venerá-lo; mudar os ornamentos do corpo ao aspecto estrangeiro, imitar os modos dos povos vencidos, os quais, antes da vitória, ele havia desprezado. [34] Quanto à irascibilidade e à paixão por vinho, assim como a juventude as havia provocado, assim, também, poderiam ter sido apaziguadas pela velhice. [35] Contudo, deve ser reconhecido, ainda que ele tenha devido muito à virtude, ele devia mais à *fortuna*, a qual, de toda a humanidade, só ele tivera sob seu poder. Quantas vezes ela o conduzira de volta da morte! Quantas, ela o cobriu em perpétua prosperidade, tendo ele se transportado às cegas ao perigo! [36] Ela decretou, também, que a vida e a glória teriam o mesmo fim para ele. As parcas esperaram até que ele tivesse subjugado o Oriente e ouvido o oceano, até que realizasse tudo aquilo de que a mortalidade era capaz. [37] Era este o rei e líder para

quem um sucessor era buscado, mas o fardo era maior do que um único homem poderia suportar (Cúrcio, 10.5.26-37).

Assim como o panegírico (10.9.1-6) pouco adiante, no qual Cúrcio traça um paralelo entre a guerra civil na corte macedônia e um conflito similar no cenário romano de sua época, o trecho acima enseja muita discussão e pouco consenso na fortuna crítica das *Histórias de Alexandre*. Na verdade, o Livro X, que contempla tanto a eulogia quanto o panegírico, é repleto de expressões e episódios marcados pelos temas de luto e desespero (cujas entrelinhas abrigam temas mais amplos, como as implicações sociais da autocracia e a sucessão hereditária no cenário imperial), que ora tensionam as relações entre Alexandre e suas tropas, ora entre os generais, os quais, sem um imperador, disputam por seu posto. Mais de um estudo foi dedicado à flutuação temática do capítulo (Dempsey, 1991; McKechnie, 1999) e a passagem acima, em especial, diverge opiniões na maioria dos trabalhos em que aparece.

De antemão, a eulogia se distingue dos excertos anteriores e, mesmo, do estilo sintático predominante ao longo da obra, graças ao ritmo impetuoso com o qual o narrador lista as virtudes e as falhas de Alexandre. Trata-se de uma impressão decorrente do encadeamento de orações assindéticas justapostas, que buscamos reproduzir na tradução, pelo qual, segundo Dempsey (1991, p. 152), Cúrcio cria uma série de quiasmas e antíteses para medir as qualidades de Alexandre, em particular, e de um bom *dux*, em geral. Assim, continua o autor, a primeira parte do trecho (10.5.26-32) é marcada por cruzamentos temáticos, nos quais, por exemplo, noções como a *uis animi* (força de vontade) servem de contraponto à *laboris patientia* (tolerância à fadiga), pois criam uma simetria entre as virtudes do espírito e as do corpo, que, juntas, desembocam na grandeza de Alexandre, pois é um homem capaz de conciliá-las. E, com efeito, o encadeamento de atributos positivos, sintaticamente justapostos, surte a impressão de que as virtudes são tão numerosas que é preciso listá-las, pois se acumulam e, mais importantemente, sobrepujam suas falhas. Sobre estas, diz Dempsey, na segunda parte da eulogia (10.5.32-36):

Apesar da antítese entre *dedignantibus* e *suadentibus*, não há uma estrutura real e os vícios atribuíveis à idade dele são pouco mencionados. É possível que Cúrcio simplesmente tenha decidido destacar o lado positivo de Alexandre para respeitar as convenções de um obituário; no entanto, ele pode ter desejado criar uma imagem ambígua de Alexandre e, se o rei macedônio e Calígula fossem vistos como figuras comparáveis, tal atitude corresponderia àquela adotada por Cláudio em relação ao seu predecessor (Dempsey, 1991, p. 152, *itálicos do autor*)¹⁶³.

¹⁶³ “Apart from antithesis between *dedignantibus* and *suadentibus*, there is no real structuring and those vices attributable to his age get very little mention. It may simply be that Curtius chose to highlight the positive side of Alexander to suit the conventions of an obituary; however, he may have wanted to create an overall ambiguous

O estudo de Dempsie está alinhado à hipótese de que as *Histórias de Alexandre* tenham sido escritas entre os impérios de Calígula (de 37 a 41 d.C.) e Cláudio (de 41 a 54 d.C.), o que justifica sua comparação entre a atitude de Cúrcio em relação às falhas de Alexandre e aquela adotada por Cláudio, sucessor de Calígula, após a ascensão ao trono. A postura ambígua de Cláudio à qual se refere o autor poderia ser uma alusão à abstenção do imperador em efetivamente perseguir e retaliar os seguidores de Calígula (Tácito, 11.1-7), ainda que não seja este o argumento que nos importa no momento. Na verdade, o cerne da polêmica teórica em torno da eulogia diz respeito à postura ambígua, sutilmente irônica e, principalmente, contraditória, de Cúrcio, no que toca à avaliação final do caráter de Alexandre.

Neste ponto, é importante retomar o excerto que diz, após a morte, Alexandre ter sido concebido como um homem naturalmente virtuoso, cujos traços mais admiráveis são a coragem, sagacidade e força de vontade perante quaisquer adversidades. Nas esferas política e militar, destacam-se sua clemência para com os vencidos, a generosidade e amabilidade em relação a “quase todos os amigos” (*omnes fere amicos benignitas*, 10.5.30), bem como, na esfera pessoal, a devoção para com seus pais e a moderação das paixões relacionadas ao sexo. As falhas de Alexandre, segundo Cúrcio, são oriundas ou da juventude, ou dos efeitos da *fortuna* sobre ele, pois são os motores que lhe afloram o desejo de competir com deuses, a irascibilidade e o gosto pelo vinho (*iracundiam et cupidinem uini*, 10.5.34). Mesmo a adoção de costumes e indumentária estrangeira o autor atribui à *fortuna*, força igualmente responsável por salvar Alexandre da morte em diversas ocasiões e por lhe conferir uma sempiterna prosperidade em quaisquer empreitadas, de tal forma que sua imprudência jamais precisava ser questionada (4.9.23).

São os traços definitivos da personagem, proferidos após sua morte, como num epitáfio. No entanto, tal avaliação, vez ou outra, vai na contramão do desenvolvimento temático que o autor vincula a tais falhas, como a *iracundiam et cupidinem uini*, bem como a própria relação com a *fortuna*, ao longo da narrativa. Isto é, no que toca ao primeiro caso, a tendência à cólera e a inclinação às paixões, quaisquer que sejam, não são mitigadas pelo envelhecimento de Alexandre, mas, pelo contrário, são literariamente omitidas na primeira e enfatizadas na segunda pêntada da obra, que contemplam, cronológica e respectivamente, seu amadurecimento. E, como viremos a discutir, as intervenções moralistas do narrador no

picture of Alexander and, if the Macedonian king and Caligula were to be seen as comparable figures, such na attitude would match that taken by Claudius to his predecessor” (Dempsie, 1991, p. 152, *itálicos do autor*).

decorrer do texto, bem como suas omissões e ênfases enquanto historiador, indicam que noções como a *cupido* e a *ira* estão relacionadas mais ao crescimento de poder de Alexandre do que à juventude. Já no que toca à *fortuna*, o autor constrói uma complexa e paradoxal relação ao longo da obra, que se reproduz em sua eulogia. Por um lado, ela opera de maneira onipresente e constante sobre todas as personagens, no sentido de que, como acontece aos heróis da épica e do romance, o fio da vida de cada uma é manejado por forças que lhes escapam ao alcance, noção da qual Alexandre é não só ciente, mas, também, temeroso. Por outro lado, afirma Cúrcio (10.5.35), de toda a humanidade, Alexandre é o único a tê-la sob seu poder e, como perante um recurso esgotável ou uma divindade vingativa, tal controle deve ser sabiamente moderado, sendo as formas como Alexandre desafia a *fortuna* com sua *húbris*, *temeritas* e estatuto divino os principais motivos pelos quais Cúrcio intervém na narrativa com comentários moralistas e auspiciosos (como em 3.12.18-19).

Tais contradições parcialmente contemplam aquilo que Dempsie (1991, p. 152) denomina a postura ambígua de Cúrcio, mas, além dessas, ainda há o contraste entre a mitigação das falhas de Alexandre na eulogia e a constante reprimenda delas no restante da obra. A este respeito, Tarn (1948, p. 100), cuja obra com frequência representa posições extremas da crítica das *Histórias de Alexandre*, afirma que “nada faz com que o sumário se encaixe ao corpo do livro. [...] Já vimos Cúrcio contradizer-se nos detalhes, mas, aqui, no final, ele frustra a tese principal à qual sua obra foi dedicada”¹⁶⁴, sendo tal tese a concepção de que, como Calígula ou Nero, Alexandre é gradualmente corrompido pelos excessos, seja do vinho e dos prazeres, seja de poder político e militar, seja, ainda, da boa sina garantida por sua relação com a *fortuna*. É esta a suposição sobre a qual advertimos anteriormente, mas, ainda que a máxima de Tarn seja excessiva, as discrepâncias entre a imagem de Alexandre na eulogia e no restante da obra são, de fato, evidentes.

Ao passo que Dempsie explica a ambiguidade de Cúrcio com uma sugestão alegórica, Baynham (1998, p. 129-131) a aborda em termos estilísticos. Segundo a autora, o encadeamento de atributos positivos na eulogia seria um discurso essencialmente irônico, sobretudo porque os traços elogiados (dos quais se isentam, por exemplo, a *uis animi* e a *laboris patientia*, qualidades intrínsecas de Alexandre) dão de encontro com episódios previamente abordados pelo autor. Isto é, a “frequente generosidade em conceder maiores coisas do que as pedidas aos deuses” (10.5.28) alude tanto aos engenhos manipuladores pelos quais Alexandre busca seu reconhecimento divino, quanto a certa generosidade genuína de

¹⁶⁴ “Nothing can fit the summary to the body of the book. [...] We have seen Curtius contradicting himself over details; but here he stultifies at the end the main thesis to which his book has been devoted” (Tarn, 1948, p. 100).

compartilhar espólios e conceder honrarias. Similarmente, o “perpétuo desprezo pela morte” (10.5.29), assim como diz respeito à coragem que inspira seus homens diante do inimigo, igualmente coloca-os em risco e, mais de uma vez, resulta em grandes perdas ao exército macedônio, pois é a imprudência (*temeritas*) o traço principal de Alexandre (4.9.23). E, então, há passagens em que a ironia de Cúrcio é mais evidente, como na menção à vingança de Filipe, cuja boa reputação e saudosa admiração entre as tropas herdadas por Alexandre lhe são ressentidas, bem como a “bondade em relação a quase todos os amigos” (Cúrcio, 10.5.30), exceto aqueles que caíram sobre a mesa de jantar, vítimas de sua própria espada.

Assim, as contradições da eulogia com o restante da obra podem ser concebidas como um procedimento narrativo (e sintático, se considerarmos que a justaposição frasal insufla tais elogios) alicerçado na ambiguidade e ironia, pela qual Cúrcio sofisticadamente concilia a fidelidade entre seu texto e um retrato fúnebre à altura da grandeza de Alexandre. E, no eixo temático, como uma resposta a Tarn (1948, p. 100), Baynham afirma que:

Cúrcio não diz nada em seu obituário que ele não tenha indicado nas *Historiae*. A natureza do *regnum* é intrinsecamente ambivalente, e Alexandre, dada sua juventude e tremenda *fortuna*, é o epítome dessa ambivalência. [...] Ainda assim, Cúrcio respeita e admira seu tema. Apesar do potencial do *regnum* para o mal – *licentia*, *superbia* ou comportamento excessivo, de qualquer tipo – uma forte liderança é necessária (Baynham, 1998, p. 130, itálicos da autora)¹⁶⁵.

Oportunamente, a tese de Baynham alude aos temas finais das *Histórias de Alexandre*. Após a eulogia (10.5.26-37) e, ainda, o panegírico (10.9.1-6), no qual Cúrcio alude ao cenário romano em que escreve, o restante do Livro X abarca os primeiros sinais da ruína do império macedônio e da guerra civil aristocrática, consequências diretas da morte de Alexandre. Trata-se de um elemento que destaca Cúrcio de Diodoro, Justino, Arriano e Plutarco, pois é ele o único historiador a inserir em seu relato os eventos que culminam na Guerra dos Diádocos (ou Sucessores), aspecto que lhe confere uma importância incomum (McKechnie, 1999, p. 46)¹⁶⁶ na tradição historiográfica antiga de Alexandre. E, em suas entrelinhas, Cúrcio não só convida o leitor ao reconhecimento das similaridades entre o cenário político de Alexandre e o de Roma, mas, também, lapida sua mensagem final, reconhecida por Baynham e, posteriormente, Nudell (2011), pelos termos de que a autocracia, apesar de seu potencial para a injustiça e a opressão, conforme reúne os homens sob a mesma efígie, pode ser

¹⁶⁵ “Curtius says nothing in his obituary that he has not indicated in the *Historiae*. The nature of *regnum* is intrinsically ambivalent, and Alexander, given his youth and tremendous *fortuna*, is the epitome of this ambivalence. [...] Yet Curtius respects and admires his subject. Despite the potential of *regnum* for evil – *licentia*, *superbia*, or excessive behavior of any sort – strong kingship is necessary” (Baynham, 1998, p. 130, itálicos da autora).

¹⁶⁶ “Curtius’ history assumes an unusual importance here because of a dearth of other literary sources” (McKechnie, 1999, p. 45).

prosperamente exercida pelo benefício geral: “A mensagem de Cúrcio é clara: sem a orientação de um único líder e com múltiplos pretendentes ao poder, o único resultado possível é a guerra civil” (Nudell, 2011, p. 78)¹⁶⁷.

A eulogia, portanto, não só representa o norte para uma compreensão superficial da identidade de Alexandre, mas, também, convida-nos a uma investigação mais atenta às mostras de tais traços no corpo da obra. De modo geral, a identidade e a ideologia política de Alexandre se modificam com o passar das campanhas, conforme ele entra em contato com os povos que, por tanto tempo, foram declarados inimigos da Grécia, e conforme a escala de seu poder (político, militar e religioso) progressivamente aumenta. Assim, a princípio, o interesse de Alexandre é o de dominar o império e o posto de Dario, objetivo cuja conclusão cede espaço à perseguição da quimera, isto é, a certo desejo utópico de multiculturalismo, manifesto pela superação das antigas mágoas e pela coexistência harmônica entre as civilizações conquistadas. E, como foi comentado anteriormente, o processo de conclusão deste objetivo é concomitante ao amadurecimento de algumas questões significativas para Alexandre, como o reconhecimento de seu estatuto divino e sua relação com a *fortuna*. São noções que igualmente modificam sua identidade e, conseqüentemente, germinam desacordos entre ele e seus homens.

A origem macedônia, a postura militar e diplomática, e a religiosidade representam, então, três primeiros pilares sobre os quais são erigidos os conflitos da narrativa, especialmente aqueles que tocam à esfera pessoal dos interesses e da identidade de Alexandre. Eles serão abordados, respectivamente, a seguir.

4.1.1. As origens de Alexandre

Pelas lacunas hoje existentes nas *Histórias de Alexandre*, especialmente referentes à perda dos Livros I e II, que possivelmente abordariam a formação e o contato inicial com o campo de batalha, pouco resta no corpo da obra sobre as origens de Alexandre. Em relação ao escopo familiar, por exemplo, a eulogia de Cúrcio menciona a devoção do rei para com seus pais (10.5.30), bem como a concretização de seus objetivos em, de um lado, vingar Filipe, e, de outro, imortalizar Olímpia, mas, de modo geral, são escassas as menções aos pais de Alexandre no restante da obra.

Em primeiro lugar, historicamente sabe-se que Filipe II foi assassinado por um membro de sua corte, no dia em que celebrava o casamento de Cleópatra, irmã de Alexandre,

¹⁶⁷ “The message is clear: without the guidance of a sole ruler and with multiple claimants for power, the only possible outcome is civil war” (Nudell, 2011, p. 78).

crime sobre o qual as fontes antigas (Plutarco, *Vidas, Alex.* 10.4) e modernas (Martin e Blackwell, 2020, p. 48-51; Stoneman, 2004, p. 50) especulam que tenha sido motivado ou pela própria Olímpia, ou por uma recompensa persa, possivelmente oferecida (e é isto que afirma o Alexandre de Cúrcio, em 4.1.12) por Dario. A subjugação do Império Persa, bem como a morte do Grande Rei, representariam, então, a vingança de Alexandre contra os assassinos de seu pai, assim como o faria o próprio avanço militar contra a hegemonia persa, na medida em que remete aos planos expansionistas de Filipe, interrompidos por sua súbita morte. No entanto, a postura geral de Alexandre em relação à memória de seu pai é, via de regra, caracterizada pela amargura e pelo ressentimento. Durante o assassinato de Clito, por exemplo, o principal insumo para a violência é o fato de Alexandre vangloriar-se pela Batalha de Queroneia¹⁶⁸, na qual, afirma o protagonista, ele havia protegido seu pai com gládio e escudo, enquanto o velho rei, deitado no chão, fingia-se de morto. Filipe, diz Alexandre, “jamais teria admitido, de espírito tranquilo, que lhe constrangia dever sua vida ao filho” (8.1.25)¹⁶⁹, e, como é praxe na prosa de Cúrcio, a percepção que Alexandre tem de seu pai ironicamente espelha aquela que os soldados têm dele na segunda pênstada, especialmente no que toca a homens como Clito, que, com gládio e escudo, também havia defendido o rei durante uma grande batalha (8.1.39), feito cuja memória envergonhava Alexandre, como o narrador onisciente revela ao leitor (8.2.2).

Assim, dos membros familiares de Alexandre, Filipe é a personagem que mais faz aparições ao longo da obra, principalmente como o modelo ao qual Alexandre é desfavoravelmente comparado pelos homens mais velhos de sua corte. Já em referência à mãe do rei, resta-nos nada em Cúrcio sobre sua identidade, nem sobre sua relação com o protagonista. Na verdade, dentre as fontes antigas, Plutarco (*Vidas, Alex.*, 2.1-2) destaca-se na caracterização de Olímpia, apresentada pelo historiador como uma feiticeira, devota ao culto de Orfeu e Baco e, com maior importância, parente longínqua de Neoptólemo, filho de Aquiles. Plutarco também aborda os principais rumores sobre eventos sobrenaturais que acompanharam a concepção e o nascimento de Alexandre, dentre os quais se destaca a história de que, “na noite anterior à consumação do casamento, a noiva [Olímpia] sonhou que tinha havido uma trovoada e que um raio a atingiu no ventre; dessa descarga gerou-se um fogo enorme, que se propagou em chamas por todo o lado, antes de se extinguir” (Plutarco, *Vidas, Alex.*, 2.3, 2020, p. 51-52). Segue-se a essa a lenda de que a mãe de Alexandre havia se

¹⁶⁸ A Batalha de Queroneia (338 a.C.) foi a primeira grande empreitada militar de Alexandre, na qual lutou ao lado de Filipe contra Tebas e Atenas.

¹⁶⁹ “*Quae patrem numquam aequo animo esse confessum, inuitum filio debentem salutem suam*” (Cúrcio, 8.1.25).

deitado não com Filipe, mas com uma enorme serpente, e, assim, estaria gerando um semideus em seu ventre. A esse respeito, é impossível medir se Cúrcio entreteve quaisquer lendas sobre a concepção de Alexandre nos perdidos Livros I e II, pois, ao passo que sua veemente postura cínica em relação à divindade do rei, bem como a augúrios e superstições, torne a hipótese improvável, tais lendas remetem a uma origem da personagem na qual ela não só acredita, mas, também, incorpora à sua reputação política, de modo que o tema ancestralidade divina, iniciado em tais rumores, talvez tenha interessado ao autor. Em qualquer caso, no restante da narrativa, Olímpia é mencionada como parâmetro à Sisigambis, mãe de Dario, no sentido de que a postura filial de Alexandre em relação às duas mulheres iguala-as no posto de figura materna para ele.

Por fim, no escopo familiar, Cúrcio menciona Arrideu, meio-irmão de Alexandre e personagem cuja caracterização nas *Histórias de Alexandre* tende a ser interpretada como uma alegoria ao imperador Cláudio, ainda que haja muita controvérsia em torno desta leitura (Sharples, 1994; Ribeiro, 2020). Isto é, após a morte do rei, não tendo ele deixado herdeiros ou sucessores, os membros da aristocracia macedônia se reúnem para discutirem a quem, merecidamente, caberia o trono (10.6-8). Argumentos são lançados ora em favor de Hércules, o filho de Alexandre com Barsine, ora em favor da criança que Roxane ainda carregava em gestação, até que chegam ao veredicto de que o único homem considerável ao posto de rei seria aquele nascido na expectativa de tal posição (10.7.6), pois, diz um soldado em meio à discussão, “se procuram um semelhante a Alexandre, nunca o encontrarão. Se procuram o mais próximo, este é o único homem” (Cúrcio, 10.7.2)¹⁷⁰.

No restante das fontes antigas (com a exceção de Arriano, que não o menciona), Arrideu tende a ser caracterizado por uma condição incerta, mas provavelmente mental e/ou cognitiva, que lhe tornava impróprio para os ofícios do governo. Isto é:

Este [Arrideu] era filho de uma mulher anônima e vulgar, chamada Filina; era um deficiente mental devido a uma doença que tinha tido, não propriamente um mal congênito, nem a consequência de um acidente; [8] diz-se até que, em pequeno, era uma criança esperta e promissora; mas, mais tarde, Olímpia deu-lhe uma droga que deu cabo dele e o tornou um demente (Plutarco, *Vidas, Alex.*, 77.7-8, 2020, p. 169).

Cúrcio, entretanto, não menciona nada a respeito da saúde de Arrideu, nem de quaisquer traços que o inviabilizaram como sucessor, mas, pelo contrário, caracteriza-o como um homem apto a aplacar a violência das multidões e a controlar os movimentos iniciais da guerra civil. Segundo o autor, Arrideu tinha um caráter tão nobre que, diante da disputa entre Pérdis e Meleagro pelo trono, ele, simbolicamente, “retira da cabeça a coroa, estendendo-a

¹⁷⁰ “*Si Alexandro similem quaeritis, numquam reperietis; si proximum, hic solus est*” (Cúrcio, 10.7.2).

com a mão direita com a qual a segurava, para que a pegasse quem se declarasse mais digno” (10.8.20)¹⁷¹. Nesses termos, ainda que o reinado de Arrideu tenha historicamente sido o governo de um fantoche (Ribeiro, 2020, p. 21), rapidamente subjugado pelas forças de Pérdicas durante a guerra civil, a caracterização nobre e, principalmente, a omissão das condições de saúde que o descrevem noutras fontes antigas, despertaram na fortuna crítica suspeitas de que o meio-irmão de Alexandre seria uma alusão de Cúrcio ao imperador Cláudio, o qual, como relata Suetônio (*Vida dos Doze Césares, Cláudio*, 5.30-31, 1992, p. 109), igualmente lidava com aflições físicas e/ou mentais. Estudos conduzidos por Sharples (1994), Atkinson (2009) e, mais recentemente, Ribeiro (2020), debruçaram-se sobre a questão, estabelecendo possíveis paralelos entre (1) a hipótese para a datação de Cúrcio na Dinastia Júlio-Claudiana, (2) a caracterização elogiosa de Arrideu, e (3) as metafóricas alusões ao imperador sob o qual Cúrcio escreve, no panegírico (10.9.1-6); três questões que, obscuras e interpretativas, produziram resultados igualmente especulativos.

As origens de Alexandre, então, são depreendidas menos por suas relações no eixo familiar e, mais, pelo passado compartilhado com os homens de sua corte e pelotão, ilustrado, principalmente, pelos discursos entre as personagens, pelas correspondências trocadas com o oponente (das quais a carta de Alexandre a Dario, previamente discutida, é um exemplo) e pelas exortações antes de grandes batalhas. Tal passado tende a ser representado pela afeição que nutrem um pelo outro e pelo sentimento de dever à pátria que os impulsiona adiante, ao menos no início das campanhas, na medida em que, assim como a menção de Alexandre à Helanique, sua ama de infância (8.1.19-20), são elementos que remontam à personalidade passada do protagonista, às quais as personagens secundárias saudosamente apelam ao final da obra e às quais comparam com a figura que os representa (ou não) no presente de seus objetivos.

Ao passo que a eulogia expõe uma avaliação final e sintética sobre as virtudes e os vícios de Alexandre, há diversas formas pelas quais Cúrcio consistentemente caracteriza a identidade do rei ao longo da obra, quer por interferências moralistas oriundas de seu próprio julgamento, quer pelos procedimentos de onisciência e assimilação do discurso alheio ao seu próprio, a fim de capturar certa percepção geral sobre Alexandre. Esparsas pela narrativa, são elas as instâncias que viabilizam ao leitor reconhecer as mudanças da opinião popular sobre o protagonista. No início do Livro III, por exemplo, após o adoecimento de Alexandre em Tarso (3.6.1-17), o narrador faz a seguinte observação a respeito dos soldados macedônios:

¹⁷¹ “*Diadema detrahit capiti dexteram, qua id tenebat, protendens, ut, si quis se digniorem profiteretur, acciperet*” (Cúrcio, 10.8.20).

[17] *Namque haud facile dictu est, praeter ingenitam illi genti erga reges suos uenerationem, quantum huius utique regis uel admirationi dediti ei fuerint, uel caritate flagrauerint.* [18] *Iam primum nihil sine diuina ope adgredi uidebatur; nam, cum praesto esset ubique fortuna, temeritas in gloriam cesserat.* [19] *Aetas quoque, uix tantis matura rebus sed abunde sufficiens omnia eius opera honestabat; et, quae leuiores haberi solent, plerumque militari gratiora uulgo sunt, exercitatio corporis inter ipsos, cultus habitusque paulum a priuato abhorrens, militaris uigor:* [20] *quis ille uel ingenii dotibus, uel animi artibus, ut pariter carus ac uerendus esset, effecerat* (Cúrcio, 3.6.17-20).

[17] De fato, não é fácil descrever o quanto, para além da devoção natural dos macedônios para com seus reis, eles foram dedicados em admiração, ou arderam em afeição, por este rei específico. [18] Desde o princípio, Alexandre nada parecia empreender sem o apoio divino, pois que, como a *fortuna* lhe estaria à disposição em qualquer lugar, até a temeridade havia desembocado em glória. [19] Também a idade, sequer madura para tantos feitos, mas abundantemente suficiente, dignificava todas as atividades dele. Então, as coisas que eles costumavam considerar mais leves, geralmente mais apreciadas pelo soldado comum: a aparência cultivada, pouco diferente da de um simples cidadão; o exercício do corpo junto a eles; o vigor de soldado. [20] Elas, ou dotes do engenho, ou habilidades da inteligência, acabaram por fazer com que ele fosse, ao mesmo tempo, estimado e respeitado (Cúrcio, 3.6.17-20).

Trata-se de um excerto significativo da concepção geral de Alexandre, se não no todo de sua vida, ao menos no início da obra de Cúrcio. Em primeiro lugar e, em termos conceituais, o autor cria uma relação de equilíbrio pela qual a *fortuna* aplaca a *temeritas*¹⁷² de Alexandre. Isto é, ela compensa sua irreflexão, desatino e temeridade, especialmente perante circunstâncias de risco, nas quais o desejo pela glória assume as rédeas da personagem. Não são forças equivalentes, a *fortuna* e a *temeritas*, pois a primeira se refere a uma autoridade externa ao protagonista, alusiva ora a uma divindade relacionada ao destino, ora às coincidências e reviravoltas do acaso, às quais, em qualquer caso, Alexandre está submetido. Já a *temeritas* é o traço inerente que contempla a imprudência e a audácia de Alexandre, sendo essa uma caracterização comum também nas outras fontes antigas. Sobre a questão, diz Baynham (1998, p. 90-91, itálicos da autora): “A *temeritas* de Alexandre dificilmente é algo único a Cúrcio, mas ela certamente é um tema importante em sua caracterização do rei, já que se relaciona ao desenvolvimento, por parte do historiador, da *virtus* e *fortuna* de Alexandre”¹⁷³. Compreendida assim, a *temeritas* cria com a *fortuna* uma relação essencialmente imutável ao longo da obra, uma vez que, graças ao estável sucesso que lhe é garantido pelas graças da *fortuna*, em sua busca pela glória heroica, Alexandre é menos

¹⁷² Segundo Faria (1962): *temeritas*, -tatis (subs. f. I) - Sent. próprio: 1) Acaso (Cíc. Nat. 2, 82). Daí: 2) Irreflexão, desatino, temeridade (Cíc. C. M. 20). II - Na língua filosófica: 3) A parte cega do homem, em oposição à parte que raciocina (Cíc. Tusc. 2, 47).

¹⁷³ “Alexander’s *temeritas* per se was hardly unique to Curtius, but it is certainly an important theme in his characterization of the king, since it relates to the historian’s development of Alexander’s *virtus* and *fortuna*” (Baynham, 1998, p. 90-91, itálicos da autora).

cauteloso e mais temerário, postura que, por um lado, adiciona ao lustre pelo qual é visto pelos soldados, pois seu propósito possui um favor divino (3.6.18, acima), e, por outro, resulta em instâncias nas quais, lutando sozinho de joelhos (9.5.6-22) e marchando através de desertos (7.5.1-18), ele expõe a situações de extremo risco aqueles menos afortunados do que ele.

Em segundo lugar, assim como faz na eulogia, também no Livro III, Cúrcio contrapõe a juventude de Alexandre à magnitude e ao êxito dos feitos por ele empreendidos, sejam eles representados pela *laboris patientia* (10.5.27) no campo de batalha ou pela sagacidade com a qual rompe o Nó Górdio (3.1.11-18)¹⁷⁴. Sua pouca idade desperta a admiração geral, oniscientemente capturada quer dos aliados, quer dos oponentes, bem como, na opinião do autor (10.5.26-32), oferece uma larga margem de erro para as consequências de sua *temeritas*. Afinal, tendo iniciado as campanhas contra a Pérsia em 334 a.C. e morrido em 323 a.C., o todo da carreira de Alexandre corresponde ao interím entre seus vinte e dois e trinta e três anos de vida, uma *aetas* que, ao passo que o colocaria a par de homens como Heféstio, por quem o rei nutre uma especial afeição (3.12.16-17), também fundamentaria questionamentos advindos de figuras como Parmênio e Clito, velhos generais que serviram sob Filipe e que, provavelmente, acompanharam a infância de Alexandre. Daí as frequentes comparações, de violentos resultados, entre a prudência político-militar de pai e filho. Daí, também, a alcunha de *alumnus* (9.2.28)¹⁷⁵ que o rei confere a si mesmo em seus apelos para que tais homens não o abandonem.

Assim como a tendência a liderar a cavalaria (4.14.6) e, em meio à batalha, lutar como um infante (4.6.24), a observação de que o rei se exercitava com as tropas, de que sua aparência pouco diferia daquela de um homem comum e, ainda, de que ele tinha a energia de um soldado (observação que alude à *laboris patientia*, mencionada na eulogia), são mostras de um comportamento nunca perdido, pelo qual se dá uma parte significativa da identificação

¹⁷⁴ O episódio diz respeito a uma popular lenda da Frígia. A história conta que, tendo o rei da Frígia morrido sem herdeiros, um oráculo previu que o sucessor chegaria à cidade num carro puxado por bois. A profecia foi cumprida por um camponês chamado Górdio que, num gesto simbólico, levou a carroça ao templo de Zeus, onde a amarrou a uma coluna com um nó impossível de desatar. Górdio foi posteriormente coroado. Seu filho, Midas, assumiu o trono e, tendo também morrido sem herdeiros, o oráculo lançou uma segunda profecia: desta vez, aquele que desatasse o nó de Górdio se tornaria o rei da Ásia. Então, por volta de 334 a.C., Alexandre chega à cidade para observar o lendário carro de bois e, depois de longos cálculos, com diversos espectadores à espreita, ele corta o nó com um violento golpe de espada, “escapando da profecia – ou, de fato, cumprindo-a” (Cúrcio, 3.1.11-18). Daí a popular expressão “cortar o nó Górdio”, que significa algo nas linhas de resolver um problema complexo de maneira simples e inusitada.

¹⁷⁵ (Cúrcio, 9. 2. 28): “Eu lhes rogo e suplico, estando tão próximo do limite da condição humana, não abandonem o seu pupilo e companheiro de armas, para não dizer o seu rei”. (“*Oro quaesoque ne humanarum rerum terminos adeuntem alumnus commilitonemque uestrum, ne dicam regem, deseratis*”).

dos homens com Alexandre¹⁷⁶. Trata-se de uma questão de grande importância para o enredo, sobretudo porque é a perda do elo identitário entre o povo e o comandante o insumo para todas as intrigas palacianas que se desenrolam na segunda pêntada da obra. E, no que toca ao corpo, em mais de uma instância, o rei insere em seus discursos, contra motins ou preliminares às batalhas, orgulhosas menções às cicatrizes que compartilham (4.14.6), simbólicas tanto do sucesso prevalecente à dificuldade de seus objetivos, quanto, e principalmente, da noção de que os homens não lutam por ele, mas com ele.

Além disso, como discutido anteriormente, Cúrcio com frequência lança mão da onisciência e de discursos diretos para demonstrar que Alexandre é uma personagem ciente de noções como a oscilação de sua reputação ou, neste caso, da importância imagética de seu corpo para os soldados. É o que se atesta em passagens como a seguinte:

[2] *Puluere simul ac sudore perfusum regem inuitavit liquor fluminis, ut calidum adhuc corpus ablueret; itaque, ueste deposita, in conspectu agminis, decorum quoque futurum ratus, si ostendisset suis leui ac parabili cultu corporis se esse contentum, descendit in flumen (Cúrcio, 3.5.2).*

[2] A água do rio convidava Alexandre, calorento e coberto de poeira e suor, a lavar o corpo; então, deixando no chão as roupas, ele mergulhou no rio diante das tropas, julgando conveniente mostrar a seus homens que seu corpo, comum e modesto, satisfazia-o (Cúrcio, 3.5.2).

É certo que a conveniência de demonstrar satisfação perante o cuidado modesto do próprio corpo importa à reputação de Alexandre. Em primeiro lugar, porque eleva as marcas de batalha ao estatuto de medalhas e, segundo, porque alude à implícita noção de que, apesar da magnitude de seus feitos, de sua estirpe divina e linhagem nobre, assim como seus soldados, Alexandre é apenas um homem e, em tal condição, a dignidade que sustenta, a *laboris patientia* e, mesmo, os sucessos políticos e militares, são igualmente acessíveis por aqueles que o observam e, portanto, devem ser emulados. Compreendido assim, o corpo de Alexandre o humaniza e, em opinião expressa pelo próprio autor (4.7.30), torna seus feitos tanto mais impressionantes, pois são bem-sucedidos apesar de quaisquer limitações humanas. No entanto, para além da manutenção reputacional, o excerto acima alude, também, a certo sentimento de equidade entre o rei e seus homens, igualmente presente na recusa de

¹⁷⁶ No escopo da recepção de Alexandre no imaginário romano, a relação de amizade com os soldados é com frequência um parâmetro pelo qual se aproximam as figuras de Alexandre e Pompeu Magno, membro do Primeiro Triunvirato. Sobre a questão, diz Spencer (2002, p. 18): “Essa ideia do general como ‘um dos homens’, um comandante que tinha a completa e inquestionável lealdade de suas tropas, com as quais compartilhava os perigos e triunfos, ligava-o [Pompeu] diretamente às imagens de Alexandre, o Grande, como um general e líder conquistador”. (“This idea of the general as ‘one of the men’, a commander who had the complete and utter loyalty of his troops and who shared their dangers and triumphs, tied him directly to images of Alexander the Great as an all-conquering general and ruler”). Sobre paralelos entre Alexandre e Pompeu Magno, cf. Isager (1993), Spencer (2002), Nudell (2011), Peltonen (2019).

Alexandre em vestir a couraça de comandante (ainda que haja motivos estratégicos para tal escolha) e, como um infante, colocar-se entre os soldados para que nele se apoiem e encontrem equilíbrio em terrenos difíceis (7.3.17). Trata-se de uma observação que coloca Alexandre em pleno oposto a Dario, fisicamente intocável da segurança de sua carruagem e, numa perspectiva mais ampla, uma personagem inatingível, quer pela nobreza que ostenta em campo de batalha, representada por sua indumentária real, quer pela tendência a fugir do conflito à rédea solta.

Na verdade, a noção de equidade entre Alexandre e os soldados diz respeito menos à patente que ao compromisso com a pátria e ao elo de fraternidade que compartilham, na medida em que remetem à identificação entre o rei e o exército e, por extensão, o rei e o povo. É esta uma relação progressivamente ultrajada pela adoção de trajes orientais, tão simbólicos quanto seu corpo, no sentido de que afastam Alexandre do soldado comum, pois violam o uniforme que os identifica como comuns. Assim, sendo a transformação da identidade imagética um dos principais temas desenvolvidos ao longo da obra, a questão da equidade, seja ela física (3.5.2) ou sentimental (3.12.16-17), entre Alexandre e os seus é literariamente enfatizada na primeira pênstada como uma comovente e admirável virtude, a qual, para além do excerto anterior, pode igualmente ser vislumbrada no episódio em que, apresentando-se pela primeira vez à tenda das mulheres da família de Dario, tomadas como prisioneiras pelo exército macedônio após a Batalha de Isso (Livro III), Alexandre é confundido com Heféstio, um de seus generais e mais caros amigos. Diz o narrador:

[16] Is longe omnium amicorum carissimus erat regi, cum ipso pariter eductus, secretorum omnium arbiter; libertatis quoque in admonendo eo non alius ius maius habebat, quod tamen ita usurpabat ut magis a rege permissum quam uindicatum ab eo uideretur: et sicut aetate par erat regi, ita corporis habitu praestabat. [17] Ergo reginae illum esse regem ratae suo more ueneratae sunt. Inde ex captiuis spadonibus quis Alexander esset monstrantibus, Sisigambis aduoluta est pedibus eius ignorationem numquam antea uisi regi excusans; quam manu adleuans rex: “Non errasti”, inquit, “mater: nam et hic Alexander est” (Cúrcio, 3.12.16-17).

[16] Heféstio era, de longe, o mais estimado de todos os amigos do rei: ele havia sido educado junto de Alexandre e era confidente de todos os seus segredos. Nenhuma outra pessoa tinha maior direito em aconselhar o rei do que ele, embora o fizesse de tal maneira a parecer permitido por Alexandre, em vez de reivindicado por Heféstio. Apesar de terem a mesma idade, o porte de Heféstio ultrapassava o de Alexandre; [17] conseqüentemente, as rainhas pensaram ser ele o rei e, como lhes é de costume, abaixaram-se em reverência. Daí, Alexandre foi indicado pelos eunucos ex-prisioneiros como o verdadeiro rei e Sisigambis atirou-se aos pés dele, desculpando sua ignorância pelo fato de nunca antes tê-lo visto. O rei, levantando-a com a mão, disse: “Você não errou, mãe; ele também é Alexandre” (Cúrcio, 3.12.16-17).

A passagem torna pertinente uma breve observação a respeito da relação entre os dois homens. Em sua forma remanescente, as *Histórias de Alexandre* não exploram, nem mencionam, a nuance erótica do relacionamento entre Alexandre e Heféstio, tópico predileto da recepção clássica de Alexandre no cinema e na literatura juvenil¹⁷⁷. Na verdade, a popularidade da questão em muito se assemelha à recepção da relação entre Aquiles e Pátroclo, paralelo cujo reconhecimento remonta, se não ao próprio Alexandre ou à narrativa de Cúrcio, certamente a outras obras da Antiguidade: “Dizem que Alexandre colocou uma coroa de flores na tumba de Aquiles, enquanto Heféstio, dizem, fez o mesmo na tumba de Pátroclo” (Arriano, 1.12.1, 2013, p. 17)¹⁷⁸. Cúrcio, por sua vez, caracteriza o general não só como o *amicorum carissimus* de seu protagonista, mas, também, e principalmente, como seu duplo, tema que, popular na literatura antiga e moderna, ainda ressoa com as premissas de Cícero sobre verdadeiros amigos. Diante deles, diz o autor, “um homem vê uma segunda parte de si, de forma que onde quer que seu amigo esteja, estará ele presente também” (Cícero, *Amic.*, 7, 2023, p. 89)¹⁷⁹.

Além disso, a relação de inversão que caracteriza os homéricos Aquiles e Pátroclo pode, também, ser vislumbrada na caracterização de Alexandre e Heféstio feita no excerto acima. Isto é, na *Iliada*, Pátroclo é mais velho do que Aquiles, mas Aquiles é o mais forte, e são pelas relações de *philia*, de afeto e convívio, que Pátroclo acata a superioridade de Aquiles e responde a ele (Ragusa, 2024, p. 179). Similarmente, Heféstio é superior em estatura, mas Alexandre o supera em patente e nobreza. Neste caso, também são as relações de amizade e afeição que conduzem a resposta de Alexandre, pela qual permite que lhe confundam com Heféstio, pois, como já na Antiguidade se verifica em uma famosa anedota (Plutarco, *Vidas, Alex.* 47.6-7; Diodoro, 17.114.2), ao passo que os soldados e generais eram devotos à pessoa do rei (*philobasileus*), Heféstio era devoto a Alexandre (*philalexandros*).

Outro trecho ilustrativo da boa relação nutrida pelas personagens macedônias na primeira pêntada diz respeito àquele no qual, tendo mergulhado nas águas do Cidno¹⁸⁰,

¹⁷⁷ Na esfera cinematográfica, constam o filme *Alexander*, de Oliver Stone, e a minissérie documentária *The Making of a God*, de Tony Mitchell. Na literatura juvenil, a série de romances históricos de Mary Renault, *The Alexander Trilogy*, popularizou o tema do relacionamento entre Heféstio e Alexandre no século XX, posteriormente transmitida pela ampla circulação de *fanfictions* na Internet. Llewellyn-Jones e Tougher (2022) não são o único estudo dedicado à questão, mas fornecem um amplo panorama da inserção de Alexandre, o Grande nos estudos voltados ao gênero e à sexualidade de figuras da Antiguidade.

¹⁷⁸ “Some say that Alexander placed a wreath on the tomb of Achilles, while Hephaestion, it is said, did likewise at the tomb of Patroclus” (Arriano, 1.12.1, tradução nossa, a partir de: ARRIANO, *Alexander the Great: The Anabasis and the Indica*. Tradução de Martin Hammond. Coleção Oxford World’s Classics. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 17).

¹⁷⁹ Neste trabalho, todos os excertos de *De Amicitia*, de Cícero, são tradução de Fabio Kataoka (2023).

¹⁸⁰ Também conhecido como rio Berdan, localizado na província de Mersin, ao sul da Turquia.

Alexandre é acometido por uma súbita e grave enfermidade (3.6.1-13), que resulta na interrupção do avanço macedônio em direção à Sicília, território do qual se aproximava Dario. De modo similar à passagem em que são confundidos o rei e Heféstio (3.12.16-17), também este episódio circunda o tema da lealdade entre Alexandre e seus homens, e pode-se dizer que ambos ilustram, em primeira mão, a dimensão romanesca – ou teatral, em opinião expressa por Albrecht (1997) e Perez (2020) – das *Histórias de Alexandre*, sobretudo em motivo de: (1) o enfoque em pequenos eventos concernentes ao cotidiano do protagonista, bem como a composição de discursos, a descrição das movimentações das personagens e do ambiente em que se encontram para esse fim narrativo; (2) a presença de elementos simbólicos, os quais são, no primeiro caso, a mesura das mulheres diante de Heféstio e, no segundo, a carta de Parmênio e o remédio de Filipe; (3) a exploração do relacionamento entre as personagens secundárias e o protagonista, por Cúrcio relacionado ao fio temático de sua trama, o qual, no Livro III, diz respeito à *contumacia* de Alexandre (Baynham, 1998, p. 13) e às relações de *amicitia* entre ele e os seus.

O episódio em questão é:

[1] *Erat inter nobiles medicos ex Macedonia regem secutus Philippus, natione Acarnan, fidus admodum regi: puero comes et custos salutis datus, non ut regem modo, sed etiam ut alumnum eximia caritate diligebat.* [2] *Is non praeceps se, sed strenuum remedium adferre tantamque vim morbi potione medicata leuaturum esse promisit. Nulli promissum eius placebat praeter ipsum, cuius periculo pollicebatur.* [3] *Omnia quippe facilius quam moram perpeti poterat: arma et acies in oculis erant, et uictoriam in eo positam esse arbitrabatur, si tantum ante signa stare potuisset, id ipsum, quod post diem tertium medicamentum sumpturus esset,—ita enim medicus praedixerat,—aegre ferens.* [4] *Inter haec a Parmenione fidissimo purpuratorum litteras accipit, quibus ei denuntiabat ne salutem suam Philippo committeret: mille talentis a Dareo et spe nuptiarum sororis eius esse corruptum.* [5] *Ingentem animo sollicitudinem litterae incusserant et, quidquid in utramque partem aut metus aut spes subiecerat, secreta aestimatione pensabat:* [6] *"Bibere perseuerem, ut si uenenum datum fuerit, ne inmerito quidem, quidquid acciderit, euenisse uideatur? damnem medici fidem? in tabernaculo ergo me opprimi patiar? At satius est alieno me mori scelere, quam metu nostro."* [7] *Diu animo in diuersa uersato, nulli quid scriptum esset enuntiat epistulamque sigillo anuli sui impresso puluino, cui incubabat, subiecit.* [8] *Inter has cogitationes biduo absumpto inlucit a medico destinatus dies, et ille cum poculo, in quo medicamentum diluerat, intrauit.* [9] *Quo uiso, Alexander leuato corpore in cubili epistulam a Parmenione missam sinistra manu tenens accipit poculum et haurit interritus; tum epistulam Philippum legere iubet, nec a uultu legentis mouit oculos ratus aliquas conscientiae notas in ipso ore posse deprehendere.* [10] *Ille epistula perlecta plus indignationis quam pauoris ostendit, proiectisque amiculo et litteris ante lectum: "Rex", inquit, "semper quidem spiritus meus ex te pependit, sed nunc uere, arbitror, sacro et uenerabili ore tuo trahitur.* [11] *Crimen parricidii, quod mihi obiectum est, tua salus diluet: seruatus a me uitam mihi dederis. Oro quaesoque, omisso metu patere medicamentum concipi uenis; laxa paulisper animum, quem intempestiua sollicitudine amici sane fideles sed moleste seduli, turbant."* Non securum modo haec uox, sed etiam laetum regem ac plenum bonae spei fecit (Cúrcio, 3.6.1-11).

[1] Entre os médicos nobres, estava Filipe de Acarnânia, que havia seguido Alexandre desde a Macedônia e era completamente leal a ele. Designado como um companheiro e protetor da boa saúde quando este era menino, Filipe o estimava com exímia ternura, não apenas como a um rei, mas, também, como a um pupilo. [2] Sem que se precipitasse, ele prometeu trazer um remédio vigoroso – uma bebida medicinal que aliviaria tão forte aflição. A promessa dele não agradava a ninguém, exceto àquele às custas de quem havia sido feita. [3] Com efeito, Alexandre tinha maior facilidade em suportar qualquer coisa do que a demora. As armas e as linhas de batalha estavam em seus olhos e ele pensava que a vitória repousava nisto: se apenas ele tivesse sido capaz de pôr-se diante dos estandartes... Isso – e o fato de que estaria para receber o remédio depois do terceiro dia, pois assim havia recomendado o médico – o rei ia suportando com dificuldade. [4] No meio tempo, ele recebeu cartas de Parmênio, o mais fiel dos generais, nas quais lhe advertia para que não confiasse sua saúde a Filipe, que fora corrompido com mil talentos de Dario e a expectativa de casar-se com a irmã dele. [5] As cartas haviam incutido uma enorme inquietação no ânimo de Alexandre e, em segredo, ele ponderava tudo aquilo que, para ambas as partes, o medo ou a esperança havia sugerido: [6] “Devo persistir em beber e, supondo que um veneno tenha sido servido, que tudo o que venha a acontecer nem sequer seja visto como imerecido? Devo desprezar a lealdade do médico? Permitirei, pois, ser subjugado em minha própria tenda? Mas é preferível morrer pelo crime de outro do que pelo nosso medo”. [7] Tendo-se o âmago revirado em direções adversas, Alexandre não revelou a ninguém aquilo que havia sido escrito e pôs a carta, selada com o sinete de seu anel, debaixo da almofada sobre a qual repousava. [8] Decorridos dois dias em meio a essas reflexões, rompeu-se o dia marcado pelo médico, e ele adentrou a tenda com o copo no qual havia diluído o medicamento. [9] Visto isso, erguendo-se no leito e segurando a carta enviada por Parmênio com a mão esquerda, Alexandre aceitou a bebida e, destemido, sorveu-a de um só trago. Então, ordenou a Filipe ler a carta, sem desviar os olhos do leitor, certo de poder captar alguns sinais de remorso na expressão dele. [10] Uma vez lida a carta, Filipe demonstrou mais indignação que pavor. Lançados o manto e a carta diante do leito de Alexandre, ele disse: “Ó, Rei, é fato que meu espírito sempre dependeu de você, mas, agora, verdadeiramente penso que meu sopro é carregado por teus sagrados e veneráveis lábios. [11] A sua boa saúde dissipará o crime de parricídio levantado contra mim: salvo por mim, você terá me concedido a vida. Eu lhe rogo e suplico que desista do medo e permita que o medicamento se difunda por suas veias. Por um instante, relaxe a mente, a qual os amigos – sem dúvida fiéis, mas excessivamente zelosos –, perturbam com intempestiva preocupação”. Tais palavras não apenas tranquilizaram o rei, mas, também, deixaram-no alegre e esperançoso (Cúrcio, 3.6.1-11).

De modo geral, o conflito é erigido sobre dois dilemas sobrepostos. Na esfera dos assuntos militares, a enfermidade de Alexandre o impede de assegurar sua posição em campo de batalha, sem a qual as tropas não se sustentam e, além disso, há que se esperar três dias pelo remédio preparado por Filipe, de modo que o tempo de recuperação do rei é sua concessão de uma vantagem ao inimigo. Com esse plano de fundo, o protagonista ainda deve decidir em quem confiará sua vida: de um lado, Parmênio, o *fidissimo purpuratorum* (Cúrcio, 3.6.4) cuja fidelidade à Macedônia antecede Alexandre e remonta ao governo de seu pai, e, de outro, Filipe de Acarnânia, seu *comes et custos salutis* (Cúrcio, 3.6.1) desde a infância.

Importa notar que o episódio exemplifica a asserção de que as correspondências trocadas entre as personagens das *Histórias de Alexandre*, antes de um traço de convergência formal entre o relato historiográfico e o romance epistolar, são por Cúrcio criadas em função

do desenvolvimento temático de pequenos episódios arrolados no enredo geral, que é histórico por natureza e, talvez, romanesco em forma. Isto é, não há notícias de que a carta enviada por Parmênio a Alexandre tenha sido um documento no tempo de Cúrcio, e nem é, por ele, apresentada como um. Em vez disso, ao torná-la parte fundamental do conflito de interesses que caracterizam a cena, Cúrcio faz da correspondência (ou, mesmo, a inventa como) um símbolo de confiança e devoção, contra o qual, aliás, o protagonista deve pesar o elixir, de mesma simbologia. Algo similar pode ser dito a respeito das cartas trocadas entre Alexandre e Dario ao longo da primeira pêntada, reportadas ora direta, ora indiretamente pelo narrador, pois são meios pelos quais Cúrcio atrela o caráter intimista e, mesmo, confessional, da correspondência à afirmação ideológica e política de seu protagonista e antagonista.

Em segundo lugar, há que se reconhecer que o episódio em questão exemplifica a visão de Spalding (1968, p. 185-186) a respeito da nuance romanesca das *Histórias de Alexandre*:

A finalidade precípua de Cúrcio é impressionar os leitores; daí as hipérboles, as metáforas brilhantes, as sentenças, epifonema e antíteses que mostram claramente a influência da poesia e da retórica; não obstante, a precisão das pinturas, a viveza das narrações e a energia do tom, ora patético, ora nobre e digno, ora grave e melancólico, tornam a leitura dessa História assaz agradável; outro fator que acentua o brilho das *Historia Alexandri* são os diversos discursos que põem na boca das suas personagens, feitos com arte e bom gosto (Spalding, 1968, p. 185-186, itálicos do autor).

Com efeito, o trecho (3.6.1-11) pode ser tomado como um exemplo da forma como Cúrcio emprega alguns dos recursos narrativos mencionados por Spalding (1968). Em *diu animo in diuersa uersato* (Cúrcio, 3.6.7), por exemplo, verifica-se um rítmico jogo de palavras que mimeticamente alude à angústia moral e ao revertério físico que aflige Alexandre, na medida em que seu *animus* (espírito, coração, mente, âmagos), aflito, vira-se pelo avesso em direções não só diversas, conforme o protagonista especula os possíveis cursos de ação e suas consequências, mas, também, antagônicas, graças à acusação de uma personagem leal contra a outra. Além disso, o discurso de Filipe possui uma qualidade notadamente metafórica e paradoxal, pela qual Cúrcio linguisticamente exprime a indecisão de Alexandre e a natureza contraditória do conflito entre personagens movidas pela mesma causa (a segurança e a saúde do rei). O sopro vital que escapa dos lábios de Alexandre, diz Filipe, é tanto a respiração do rei quanto a sua própria, pois, caso falhe em curá-lo ou seja bem sucedido em envenená-lo, também Filipe morrerá, condenado pela aristocracia e pelas tropas macedônias – metáfora reforçada pelo paradoxo que a sucede: *seruatus a me uitam mihi dederis* (Cúrcio, 3.6.11).

Nesse sentido, também o crime imputado a Filipe é simbólico. Na verdade, a acusação de tentativa de parricídio (em vez de regicídio) contra aqueles que ameaçam a vida do rei é um motivo literário recorrente ao longo das *Histórias de Alexandre*. A título de exemplo, durante o julgamento do jovem Hermolau, apontado como líder da conspiração dos pajens, Alexandre afirma às tropas: “ainda que o crime supremo tenha sido confessado, eu não só o ouvi pessoalmente, mas, também, forcei-lhes a ouvir, e não sem motivo: eu sabia que, quando permitisse a este bandido falar, ele exibiria o delírio pelo qual foi impelido a me matar – eu, quem ele deveria honrar como um pai!” (Cúrcio, 8.8.2)¹⁸¹. E, apesar da relação de inversão que se atesta entre Alexandre e Filipe (pois este é mais velho e representa uma figura de proteção ao rei desde a infância), não são a hierarquia, o parentesco ou a idade os motivos pelos quais o crime de regicídio é transposto ao de parricídio; são, em vez disso, as relações de *amicitia* e de lealdade entre rei e súdito, entre Alexandre e os macedônios, pelas quais os homens o concebem como uma figura paterna e protetora.

Por fim, é certo que o cerne do episódio se concentra na resposta do rei a Filipe, expressa por um silencioso ato de confiança. Alexandre, primeiro, consome a bebida ofertada, ciente da possibilidade de que esteja envenenada, e, só então, revela ao médico a acusação lançada contra ele. A cena, como também aquela em que o rei permite que lhe confundam com Heféstio, ilustra a diligência e amabilidade em relação a “quase todos os amigos” (10.5.31) às quais Cúrcio se refere na eulogia, bem como, numa perspectiva mais ampla, demonstra a importância temática de ambos os episódios durante a primeira pêntada da obra, sobretudo porque tais laços serão paulatinamente postos em xeque quando, na segunda pêntada, Alexandre passar a agir em prol de sua reputação individual. Nos capítulos finais das *Histórias de Alexandre*, a *amicitia* do rei para com seus súditos e amigos é corrompida pela suspeição direcionada aos macedônios, somada à inclusão de cortesãos (muitos dos quais, bajuladores) orientais em sua aristocracia, bem como pelo desenvolvimento da insatisfação grega frente à implacável ambição heroica de Alexandre, motivo pelo qual progressivamente se deturpa a relação de equidade entre ele, seu propósito e imagem, e os seus.

Noutra perspectiva, tanto a noção de equidade, quanto o tema das origens de Alexandre, podem ser observados em relação ao compromisso do general com a Macedônia, segundo o princípio de que:

¹⁸¹ “*Confessum enim ultimum facinus, tamen, non solum ipse audiui, sed ut uos audiretis expressi, non imprudens, cum permissem latroni huic dicere usurum eum rabie, qua compulsus est, ut me, quem parentis loco colere deberet, uellet occidere*” (Cúrcio, 8.8.2).

À medida que os êxitos de Alexandre se multiplicavam, a sua ambição aumentava gradualmente; mas o seu objectivo mínimo quando começou o seu reinado deverá ter sido o de forçar Dario a reconhecer, sem a questionar, a autoridade grega sobre as regiões que escolhera conquistar (Stoneman, 2004, p. 67).

O tema da autoridade grega, da forma como é intrinsecamente vinculado às origens identitárias das personagens, abriga, em suas entrelinhas, uma delicada relação metonímica. Isto é, o corpo de tropas macedônias representa a pátria e o povo do qual é originário, de modo que o território conquistado, os espólios pilhados e a reputação construída pelas tropas de Alexandre desemboca e representa a força grega, de modo geral. Assim, em um viés político-militar, os feitos, os objetivos e a imagem de Alexandre, na função de *princeps*, são a representação direta não só dos soldados que o acompanham, mas, também, do povo macedônio e, por extensão, da Grécia em si. Num momento inicial, Alexandre é a vingança da Grécia contra os feitos de Dario I e de Xerxes e, portanto, a primeira pêntada das *Histórias de Alexandre*, cujo principal conflito diz respeito à destituição da hegemonia persa, consequentemente coloca-o na posição de *ultor Graeciae* (Yardley, 2004, p. 283, nota 55), isto é, o vingador da Grécia, reconhecido pela indumentária e armas gregas, cujo exército é composto e treinado por gregos.

Uma vez concluído o objetivo de subjugação do império de Dario, conforme Alexandre passa a idealizar a coexistência harmônica entre as diferentes regiões que conquistou, e, então, a integrar às tropas macedônias povos persas, egípcios, indianos etc., não só são dificultadas as relações entre o rei e seus soldados, resultando nas conspirações que preenchem a segunda pêntada de Cúrcio, mas, também, entre as próprias tropas e o povo por elas representado, das quais depende a perspectiva de autoridade grega à qual Stoneman (2004, p. 67, acima) se refere. Afinal, “em Alexandre, nós encontramos uma figura que poderia, ao menos temporariamente, unir o mundo grego sob uma insígnia, mas ao fazê-lo ele submeteu a Grécia a uma monarquia; a monarquia sempre foi suscetível a acusações de despotismo, orientalismo e excessos” (Spencer, 2002, p. 10)¹⁸². Cadeia da qual é proveniente a onda de insatisfação que atinge, primeiro, as tropas de Alexandre e, depois, as cidades gregas, cuja autonomia política é desafiada, por exemplo, pelo Decreto dos Exilados (10.2.4-7), ordem que, aos olhos gregos, era “o início da dissolução das leis” (*soluendarum legum id principium*, 10.2.5), pois Alexandre, na contramão das convenções atenienses, insistia na restituição de todos os cidadãos previamente ostracizados.

¹⁸² “In Alexander we find a figure who could, temporarily at least, unite the Greek world under one banner, but in doing so he committed ‘Greece’ to a monarchy; monarchy was always susceptible to accusations of despotism, of orientalism and excess” (Spencer, 2002, p. 10).

A utopia do multiculturalismo é, então, um dos principais desafios à preservação e à afirmação da identidade grega, e, na condição de tema literário, ela tende a transparecer na narrativa de diferentes formas, ainda que sejam os diálogos e as exortações em discurso direto suas manifestações mais comuns. Pouco antes de uma inestimável lacuna no Livro X, por exemplo, deparado com suas tropas em motim, Alexandre profere extensos discursos pelos quais busca aplacar a inimizade entre os soldados gregos e persas, forçados a coexistir e cooperar uns com os outros em seu acampamento. E, após reprimir os gregos e macedônios (10.2.19-30) e, então, amistosamente confortar os persas (10.3.7-14), o protagonista afirma que “[13] A Ásia e a Europa são um e o mesmo reino. [...] [14] Tudo está tomando a mesma cor. Não é indecoroso aos persas esboçar costumes macedônios, nem aos macedônios copiar os persas. Devem estar sob as mesmas leis aqueles que vivem sob o mesmo rei” (Cúrcio, 10.4.13-14)¹⁸³. Trata-se de uma asserção que, primeiro, ilustra a concepção que o protagonista sustém de um império multicultural, e, segundo, demonstra sua mudança ideológica ao longo da obra, caso comparada à exortação preliminar à Batalha de Isso (3.10.5; 3.10.8-9), na qual a memória dos crimes persas contra os gregos servem de incentivo para a peleja por vir:

[5] Illos terrarum orbis liberatores emensosque olim Herculis et Liberi patris terminos non Persis modo, sed etiam omnibus gentibus inposituros iugum. [...] [8] Cum adierat Graecos, admonebat ab his gentibus inlata Gaeciae bella, Darei prius, deinde Xerxis insolentia aquam ipsos terramque poscentium, ut neque fontium haustum nec solitos cibos relinquerent deditae: [9] bis templa ruinis et ignibus esse deleta, urbes eorum expugnatas, foedera diuini humanique iuris uiolata referebat (Cúrcio, 3.10.5; 3.10.8-9).

[5] Eles [os macedônios] eram os libertadores de todos os povos do mundo e, um dia, atravessariam os limites de Hércules e Líber, subjugando não só a Pérsia, mas todos os povos. [...] [8] Dirigindo-se aos gregos, Alexandre os lembrava das guerras infligidas à Grécia por esses povos; da insolência de, primeiro, Dario e, então, Xerxes, ao pedirem água e terra, e de como, quando foram concedidas, eles ainda secaram as fontes e os suprimentos diários. Alexandre relembrava os templos duas vezes destruídos, em chamas, em ruínas; as cidades saqueadas; as leis, humanas e divinas, violadas (Cúrcio, 3.10.5; 3.10.8-9).

A memória ancestral das injúrias persas contra a Grécia, bem como a perspectiva de glória, são questões certamente significativas ao propósito individual de Alexandre, o qual, uma vez atingido, cede espaço às relações de amizade entre aqueles, gregos ou persas, que compõem suas falanges. Elas são, também, argumentos deliberadamente utilizados pelo imperador como insumo para manipular as massas segundo seus interesses (Liotsakis, 2021a). Assim, Cúrcio não só explora o potencial de questões relativas à identidade pátria para o

¹⁸³ “*Asiae et Europae unum atque idem regnum est. [...] [14] Omnia eundem ducunt colorem. Nec Persis Macedonum morem adumbrare, nec Macedonibus Persas imitari indecorum. Eiusdem iuris esse debent qui sub eodem rege uicturi sunt*” (Cúrcio, 10.4.13-14).

sucesso de manobras imperiais, mas, também, confere ao seu protagonista a habilidade de fazer o mesmo. Imperador e general, Alexandre é eloquente em sua persuasão e, como demonstram suas acusações e defesas durante o julgamento de Filotas (6.9.34-36), ele é igualmente hábil a contornar instâncias nas quais outras personagens denunciam sua dissimulação:

[34] Iamque rex intuens eum: "Macedones", inquit, "de te iudicaturi sunt: quaero, an patrio sermone sis apud eos usurus". [35] Tum Philotas: "Praeter Macedonas", inquit, "plerique adsunt, quos facilius quae dicam percepturos arbitror, si eadem lingua fuero usus qua tu egisti, non ob aliud, credo, quam ut oratio tua intellegi posset a pluribus". [36] Tum rex: "Ecquid uidetis, adeo etiam sermonis patrii Philotan taedere? Solus quippe fastidit eum discere. Sed dicat sane, utcumque ei cordi est, dum memineritis aequae illum a nostro more quam a sermone abhorrere." Atque ita contione excessit (Cúrcio, 6.9.34-36).

[34] Fixando o olhar nele, o rei disse: "Os macedônios estão prestes a julgá-lo. Eu me pergunto se você usará a língua pátria diante deles". [35] Então, Filotas disse: "Além dos macedônios, estão presentes muitos que pensarão mais fácil de compreender as coisas que eu vou dizer se eu tiver usado a mesma língua que você empreendeu, em vista nada além, creio eu, de que o seu discurso possa ser compreendido por mais pessoas." [36] E o rei: "Mais alguém vê que até mesmo da língua pátria Filotas se afasta? O fato é que ele é o único que desdenha aprendê-la. Mas, que fale plenamente, da forma como lhe agrada, contanto que vocês se lembrem de que ele se opõe tanto à nossa língua quanto aos nossos costumes." E, assim, Alexandre retirou-se da assembleia (Cúrcio, 6.9.34-36).

No cerne da acusação de Filotas, bem como no desenvolvimento de temas amplos ao longo da obra, como a perda dos costumes tradicionais por parte de Alexandre, reside o secular debate sobre o pertencimento (ou não) da Macedônia no espectro da identidade helênica. Se seriam os macedônios gregos é uma questão que ainda hoje diverge opiniões na fortuna crítica historiográfica de Alexandre, a qual depende da interpretação literária para ser abordada e, portanto, varia com a opinião do autor consultado. Cúrcio, por exemplo, permite ao leitor depreender que, apesar de uma tradição macedônia particular, herdada e levada adiante por Alexandre, ele também nutria uma percepção ampla de si mesmo conforme empregava o dialeto grego, atuava pela reparação histórica de conflitos como as Guerras Médicas e, com seu legado, transmitia não só a língua grega pelas regiões conquistadas, mas, também, a cultura e literatura do período clássico. Como consta em Plutarco (*Vidas, Alex.* 7.1-4), a própria instrução escolar de Alexandre é predominantemente grega, na medida em que era Aristóteles o seu tutor nos assuntos teóricos (éticos e políticos) e, também, naqueles "ensinamentos mais restritos e mais específicos, que os filósofos designam com as palavras 'acroamáticos' e 'epópticos' e que não partilham com a generalidade das pessoas" (Plutarco, *Vidas, Alex.*, 7.4, 2020, p. 61). E, antes de Aristóteles, o príncipe macedônio foi educado por

Leónidas, um tutor do Épiro e parente de Olímpia, que lhe instruiu durante seus primeiros anos, certamente aos modos gregos.

Grande parte dos estudos dedicados à identidade grega/macedônia de Alexandre parecem concordar que, do ponto de vista grego, antes do governo de Filipe II, “a Macedônia operava como uma terra barbária ao norte, cuja reputação era contemplada pelos atos de varrer as nações obstinadas que se recusavam a ceder a sua hegemonia; um país onde o consumo excessivo de álcool era endêmico, a poligamia era tolerada e, as artes, desprezadas” (Spencer, 2002, p. 2)¹⁸⁴. Na esteira de Spencer, Gabriel (2015) adiciona à hipótese a probabilidade de que fatores como o caráter pastoral e a ausência de escravidão nas cidades também possam ter alimentado a percepção barbária dos macedônios, ao menos antes de Filipe II, que reforçou o poderio bélico do reino pela implementação da falange macedônia, venceu Atenas e Tebas na Batalha de Queroneia e, então, estabeleceu uma ambiência de coexistência pacífica (desde que submissas à Macedônia) entre as cidades gregas, acordo conhecido como a Liga de Corinto. Ao fazê-lo, Filipe “arquitetou a dominação macedônia de um mundo que retratava seu povo como não-civilizado e seu país como um lugar de famílias guerreiras e governo monárquico primitivo” (Spencer, 2002, p. 6)¹⁸⁵, e, posteriormente, com seus planos de destituição da hegemonia persa, Alexandre conseguiu não só dissolver a visão barbária da Grécia sobre a Macedônia, mas, também, unir cidades até então inimigas, ao menos durante um breve tempo.

Em termos propriamente linguísticos, ao cabo de suas considerações sobre a questão, Stoneman (2004) afirma que, pela visão geral depreendida da literatura grega a este respeito, antes de Filipe assegurar o poderio macedônio no cenário político-militar da Hélade, era “a percepção dos gregos do sul que os macedônios eram um povo rústico, atrasado – mesmo ‘bárbaro’” (Stoneman, 2004, p. 41), graças ao emprego do dialeto macedônio, que lhes soava como “bar-bar”. Apesar disso, continua o autor, no dialeto macedônio, “os topónimos, os nomes dos meses e muitos dos nomes de pessoas, especialmente nomes reais, são gregos na raiz e na forma. Tal facto sugere que não usavam o grego meramente como língua franca, mas que o falavam como nativos” (Stoneman, 2004, p. 41-42). Trata-se de uma percepção que, em partes, corresponde ao cuidado de Cúrcio com questões linguísticas. Isto é, não só Alexandre aparenta dominar a língua grega (ou, em qualquer caso, o dialeto popular corrente em sua

¹⁸⁴ “From a ‘Greek’ perspective, Macedon functioned as a barbarous land to the north, which fulfilled barbarian reputation by sweeping down on the obdurate nations that refused to fall down in with its hegemony, a country where heavy drinking was endemic, polygamy was tolerated, and the arts disdained” (Spencer, 2002, p. 2).

¹⁸⁵ “In doing so, he had engineered Macedonian domination of a world that portrayed his people as uncivilized, and his country as a place of warring families and primitive, monarchical government” (Spencer, 2002, p. 6).

época) e usá-la com frequência (6.9.34-36), mas, como Heckel (1994) observa, aos modos de Homero, Cúrcio também atribui o conhecimento do grego a Dario, de modo a resolver os nós de enredo nas instâncias em que o Grande Rei se comunica com mercenários gregos sem o auxílio de seu intérprete. Assim, “ao atribuir a Dario um comando razoável da língua grega, Cúrcio demonstra que ele pode ser um contador de histórias muito bom, que ele é capaz de manipular seu material para criar situações mais plausíveis do que aquelas encontradas em suas fontes” (Heckel, 1994, p. 72)¹⁸⁶.

Qualquer o caso, o Alexandre de Cúrcio é tão grego quanto macedônio. E, para além da delimitação identitária depreendida pelo emprego de variantes linguísticas, o excerto anterior (6.9.34-36) igualmente permite um vislumbre da técnica narrativa de Cúrcio perante episódios de grande atração temática. Isto é, num nível narrativo, a intercalação de trocas curtas e rápidas entre as personagens caracteriza o diálogo aos modos do romance (Auerbach, 1971), o que atribui ao episódio uma nuance literária que acaba por torná-lo mais dinâmico. As exortações que antecedem e sucedem o diálogo entre Alexandre e Filotas são, também, frutos do próprio engenho de Cúrcio, e o interlúdio de trocas breves, conforme cria a impressão de equiparar o tempo da narração ao do evento narrado, consequentemente adiciona ao suspense e à intensidade da expectativa perante a sentença de Filotas, pois os elementos que afetarão o julgamento são pouco a pouco construídos perante os olhos do leitor, que igualmente passa a considerá-los em sua avaliação pessoal.

Além disso, é certo que a menção ao dialeto macedônio confere uma nuance emotiva à defesa de Filotas, pois ele está prestes a se justificar perante seus compatriotas, que com ele cresceram e compartilham não só o aprendizado das primeiras letras, mas, também, a insatisfação em relação a Alexandre, pela qual está sendo publicamente julgado. O convite ao uso do dialeto seria, portanto, um apelo afetivo ao passado comum entre réu e júri, às origens gregas, e um detalhe que provavelmente favoreceria a simpatia por Filotas, uma vez que a perda da identidade macedônia e adoção da persa é um tema em desenvolvimento a partir do Livro VI, que contempla o excerto em questão. E, ainda que Cúrcio não esclareça se Filotas sabe ou não o dialeto, nem se a proposta de Alexandre seria uma armadilha, é a correspondência feita entre o uso da língua nativa e a aversão aos modos macedônios (6.9.36), de modo geral, o aspecto revelador da maneira como Alexandre, na simultânea função de juiz,

¹⁸⁶ “In fact, by attributing to Darius a reasonable command of the Greek language, Curtius demonstrates that he can be a very good story-teller, that he can manipulate his material in order to create situations that are more plausible than the ones found in his sources” (Heckel, 1994, p. 72).

imperador, general e, neste caso, vítima da conspiração, manipula a noção de identidade aos seus interesses próprios.

Há, por fim, a pungente ironia presente na resposta de Filotas: Alexandre não usa o dialeto macedônio, mas, em vez dele, provavelmente (e na opinião de Yardley, 2004, p. 288, nota 52) se comunica pelo dialeto popular grego, pelo qual é entendido com maior facilidade pelos povos que agrega ao seu corpo militar, dos quais não se excluem os estrangeiros, pois Cúrcio lhes confere o conhecimento do grego. Trata-se de uma denúncia, ironicamente proferida, da imagem contraditória que Alexandre transmite ao exército macedônio e, por extensão, à própria Grécia, no sentido de que a linguagem simbolicamente alude à preservação do traço identitário essencial, o primeiro contato com a ideia de sociedade e de pátria, adquirido ainda na infância. Assim, como uma faca de dois gumes, a acusação de Alexandre acaba por feri-lo de volta, mas, igual às outras de seu corpo, é esta uma ferida que ele ressignifica em seu favor.

4.1.2. General e guerreiro

Se, por um lado, a identidade de Alexandre oscila conforme lhe é conveniente se apresentar como macedônio, grego ou persa, como juiz ou vítima, como afilhado de seus generais ou o comandante que lhes rege, por outro lado, seu comportamento em campo de batalha é, em suas contradições, estável ao longo da obra. Nas instâncias em que toma armas contra seus oponentes, Alexandre é um general e um guerreiro, e, apesar da racionalidade da qual partem sua genialidade de estrategista, bem como sua perspicácia de orador, no fervor da batalha, os motores de Alexandre são a *temeritas* e a *ira*.

Em relação ao comportamento geral no espaço militar, Cúrcio enfatiza a insistência de seu protagonista em lutar nas linhas de frente (4.6.24), primeiro como um general na cavalaria, postura pela qual permeia as alas e confere ordens às tropas, e, então, como um guerreiro infante. Alexandre persegue aqueles que dele fogem (3.11.16), toma prisioneiros e espólios inimigos (3.11.20-26) e, mesmo ferido, recusa-se a deixar a batalha até que tenha sido decidida. Em meio à peleja, ele analisa eventos que lhe parecem auspiciosos (4.6.10-13; 4.15.26-28), muda a estratégia previamente estabelecida de acordo com o desenrolar de sua aplicação (4.13.18-38) e, em mais de uma instância, confere o perdão aos inimigos que o solicitam (4.6.15). Quando abandona seu cavalo e empunha o escudo, ele tende a ser movido ora pela *ira* ou pela *temeritas*, insumo para decisões das quais ele geralmente se arrepende, ora pela imagem exemplar que sua postura fornece aos outros homens (5.14.6), a partir da

qual se verifica o “vigor de soldado” (3.6.19) que o torna uma figura de admiração ao corpo militar.

Com efeito, ao longo do tempo, diversos estudos foram dedicados ao comportamento militar de Alexandre, obras que tanto questionam a genialidade que lhe é reputada pelos feitos em campo de batalha (Spencer, 2002; Gabriel, 2015), quanto os reconhecem como uma inovação na história geral da guerra (Keegan, 2006). Populares biografias (Droysen, 1833; Wilcken, 1967; Green, 1991), nas quais se inspiram filmes, documentários e minisséries igualmente populares, demonstram que a noção de que Alexandre nunca perdeu uma batalha ainda hoje desperta o fascínio do público geral, e, já na Antiguidade, generais e líderes políticos parecem ter buscado emular a glória que circunda a imagem bélica de Alexandre. Dentre eles, Suetônio (*Vida dos Doze Césares, Calígula*, 52, 2007, p. 253) destaca as ordens de Calígula para que a couraça do macedônio fosse extraída de seu sepulcro, buscando, ele próprio, vesti-la, e, anos mais tarde, Nero faria as primeiras tentativas de recriar com suas tropas as célebres “falanges de Alexandre” (Suetônio, *Vida dos Doze Césares, Nero*, 19, 2007, p. 315). No escopo literário, seus êxitos e falhas militares foram especialmente questionados por Sêneca (*Ep.* 94.62-65; *Clem.* 25), autor que contrapõe a boa ventura oriunda da violência à imagem virtuosa pela qual Alexandre tende a ser lembrado, e, no nicho das fontes antigas historiográficas, ao passo que a *Anábasis* de Arriano é reconhecida como um trabalho de maior apuro histórico, graças à ênfase em questões militares, Cúrcio, como comenta McQueen (1967, p. 25), “descreve batalhas e táticas de maneira tão defeituosa e superficial que ele só pode ter tido pouca ou nenhuma experiência com a guerra”¹⁸⁷.

De fato, a descrição de batalhas ao longo das *Histórias de Alexandre* não entretém detalhes estratégicos, nem se demora na narração dos movimentos, das perdas e das personagens menores (o soldado comum) envolvidas no combate. Em vez disso, Cúrcio prefere a descrição imagética dos exércitos, passagens nas quais comenta a suntuosidade dos espólios carregados pelas tropas de Dario (3.3.8-28), ou a visão aterrorizante dos animais que compunham às de Poro (8.14.27-29). Em mais de uma instância, ele atribui à formação macedônia táticas que só seriam atestadas durante o Império Romano¹⁸⁸, bem como difere das outras fontes antigas no que toca ao registro numérico das tropas, observações que rendem à

¹⁸⁷ “[Curtius] describes battles and tactics in so defective and sketchy a manner that he can have had little or no acquaintance with war” (McQueen, 1967, p. 25).

¹⁸⁸ Tarn (1948, p. 96) e Yardley (2004, p. 282, nota 38) atentam para este anacronismo. Cúrcio afirma que, em um confronto próximo ao rio Tigre (5.3.9), sob uma chuva de flechas inimigas, os macedônios protegeram Alexandre pela formação de um *testudo*, tática defensiva romana na qual os soldados usavam os escudos para criar um formato de tartaruga. Isto é, segundo Plutarco (*Vidas, Marco Antônio*, 45.1), ajoelhados, os soldados da primeira fileira formavam uma barreira com seus escudos, enquanto os da fileira seguinte, segurando-os sobre as cabeças, criavam uma espécie de teto.

obra a reputação de pouco zelo historiográfico (cf. Tarn, 1948; Bosworth, 1983; Yakoubovitch, 2009). Por outro lado, no eixo literário, o autor desfruta do espaço militar para a composição de exortações, pelas quais se evidencia o desdobramento de temas e símbolos na narrativa, além de demonstrar certo interesse, igualmente significativo à construção temática do protagonista, por mostras de brutalidade, sofrimento e desespero consequentes da guerra, instâncias nas quais sua narrativa se torna mais descritiva e demorada.

Historicamente e, em linhas gerais, Alexandre participa de cinco grandes batalhas ao longo de sua carreira. A primeira é a Batalha de Queroneia (338 a.C.), possivelmente narrada no perdido Livro I das *Histórias de Alexandre*, na qual o príncipe macedônio lutou ao lado de seu pai contra Atenas e Tebas. Como foi previamente comentado, trata-se do conflito por meio do qual a Macedônia assegurou seu poderio político-militar perante as cidades gregas e, impondo-lhes restrições de autonomia, convidou-as a se unirem na Liga de Corinto, um acordo político que, com a exceção de Esparta, foi admitido por todos os Estados gregos. Dentre as premissas estabelecidas, Filipe propôs a harmonia política entre as cidades, reafirmou a Macedônia como uma potência militar e arquitetou planos de avanço contra a hegemonia persa, a qual, concomitante ao período entre a formação da Liga de Corinto e o assassinato de Filipe, verificava a emergência de Dario III como novo imperador aquemênida.

Durante as campanhas independentes, Alexandre trava três batalhas contra o exército de Dario, das quais o estado fragmentário da narrativa de Cúrcio contempla apenas as duas últimas. São elas, respectivamente, a Batalha de Grânico (334 a.C.), a Batalha de Isso (333 a.C., Cúrcio 3.8.11) e a de Gaugamela (331 a.C., Cúrcio 4.12-16). Diferentemente do que se passa na planície de Gaugamela, a vitória de Alexandre em Grânico e Isso, que eram rios na Antiguidade, foi especialmente significativa à construção de sua reputação militar, na medida em que a dificuldade representada pelo terreno militar não só foi superada pelo exército macedônio, mas, também, previamente contemplada pela estratégia de Alexandre.

Algo similar acontece na Batalha de Hidaspes (326 a.C., Cúrcio 8.13-14), quinta grande batalha de Alexandre, na qual a dificuldade decorrente da proximidade ao rio foi ampliada pelas condições climáticas durante o conflito. Empreendida contra o exército indiano de Poro, líder da região de Paurava (atual Índia e Paquistão), na narrativa de Cúrcio, a Batalha de Hidaspes simboliza, de um lado, a conclusão do objetivo de chegar à Índia, na busca de Alexandre por ultrapassar o itinerário de Líber, e, de outro lado, as alianças políticas orientais que alimentam sua proposta imperial multiculturalista. Ainda que seja a batalha mais breve na obra, a descrição do conflito aborda tanto o encantamento dos macedônios perante a magnificência das tropas indianas, quanto a brutalidade decorrente dos animais de guerra, em

especial, os elefantes que carregavam generais pelo campo. No entanto, para Cúrcio, o aspecto emblemático da luta contra Poro diz respeito à relação de amizade entre os dois generais, quando, aos modos de Glauco e Diomedes (*Il.*, 6.119-236), eles abaixam as armas em meio à peleja e, num diálogo, estabelecem laços de trégua e hospitalidade, pelas quais é restituído a Poro o domínio da região indiana.

Isto posto, nas *Histórias de Alexandre*, o comportamento do protagonista como um general pode ser compreendido, se não pela ênfase em suas táticas e movimentos em batalha, certamente pelos valores que a personagem nutre em si e, portanto, estabelece como parâmetro para medir a competência e o caráter de seus oponentes. Isto é, Cúrcio confere suficiente personalidade e densidade psicológica às suas personagens para que uma decodifique a outra ao leitor, e, assim, enquanto o diálogo entre Dario e Carídemo (3.2.11-14) permite-nos a compreensão da imagem de Alexandre pelos olhos inimigos, a forma como ele os enxerga igualmente denuncia certa imagem de si mesmo e dos valores que ele considera invioláveis no mundo da guerra.

De fato, Alexandre nunca foi derrotado em batalha, embora sua autoridade e reputação tenham, mais de uma vez, sido ameaçadas em conflitos bélicos. Diante da recusa de Tiro ao domínio macedônio, por exemplo, o rei não só sujeitou a cidade a um cerco de seis meses, mas, também, reuniu engenheiros para a construção de torres, pontes e catapultas (4.2-4), pelas quais a forçaria à submissão. E, assim como suas manobras pelos rios Grânico, Isso e Hidaspes, as construções perante a irreverência de Tiro são elementos popularmente atrelados à reputação de Alexandre como um gênio militar e um egrégio general, tanto na tradição literária que o relembra, quanto na própria narrativa de Cúrcio, sobretudo porque a preservação de sua reputação nos assuntos da guerra é, para Alexandre, motivo de grande preocupação:

[1] Hic rex fatigatus statuerat soluta obsidione Aegyptum petere. Quippe cum Asiam ingenti uelocitate percucurrisset, circa muros unius urbis haerebat, tot maximarum rerum opportunitate dimissa. [2] Ceterum, tam discedere inritum quam morari pudebat, famam quoque, qua plura quam armis euerterat, ratus leuiorem fore, si Tyrum quasi testem se posse uinci reliquisset (Cúrcio, 4.4.1-2).

[1] Nesse momento, o cansado rei decidira desfazer o cerco e dirigir-se ao Egito, pois, tendo percorrido toda a Ásia com uma enorme velocidade, agora era detido perante os muros de uma única cidade, perdendo a oportunidade de tantos magníficos negócios. [2] No entanto, retirar-se o envergonhava tanto quanto demorar-se ali: Alexandre pensava que sua reputação – a qual, mais que as armas, garantia-lhe tanto sucesso – sofreria, caso deixasse Tiro testemunha de que ele podia ser vencido (Cúrcio, 4.4.1-2).

O mesmo zelo com a preservação da imagem invencível pode ser atestado na destruição de Gaza (4.6.7-31), episódio célebre das *Histórias de Alexandre*, no qual ele novamente encontra resistência aos seus esforços de dominação. Ambas as cidades constam no itinerário inicial das campanhas, momento no qual, tendo conquistado a maioria das cidades pela Anatólia, os macedônios desviam a rota oriental para o Egito, onde se desenrolam eventos significativos para a carreira de Alexandre, como, por exemplo, suas passagens pelo oráculo de Ámon e a fundação da primeira cidade nomeada Alexandria.

Similar ao que se passou em Tiro, também em Gaza, os macedônios cercaram a cidade e o conflito foi travado aos portões. Alexandre foi gravemente ferido e o governante local, Bétis, um fiel súdito de Dario, pensando-o morto, exultou aos seus a vitória, o que, por sua vez, inflamou ainda mais a *ira* que já acometia Alexandre. Então, quando as muralhas de Gaza finalmente caíram pelo assédio macedônio, narra-se que:

[26] *Sed cum undique telis quo adducto, insolenti gaudio iuuenis elatus, alias uirtutis etiam in hoste mirator. "Non ut uoluisti", inquit, "mories, sed quidquid in captiuum inueniri potest, passurum esse te cogita."* [27] *Ille non interrito modo, sed contumaci quoque uultu intuens regem, nullam ad minas eius reddidit uocem.* [28] *Tum Alexander: "Videtisne obstinatum ad tacendum?", inquit, "num genu posuit? Num uocem supplicem misit? Vincam tamen silentium, et, si nihil aliud, certe gemitu interpellabo."* [29] *Ira deinde uertit in rabiem, iam tum peregrinos ritus noua subeunte fortuna. Per talos enim spirantis lora traiecta sunt, religatumque ad currum traxere circa urbem equi, gloriantes rege Achillen, a quo genus ipse deduceret, imitatum se esse poena in hostem capienda* (Cúrcio, 4.6.26-29).

[26] Quando Bétis foi trazido, cercado por armas de todos os lados, o jovem rei foi tomado por uma insolente satisfação, apesar de, noutras situações, ser ele um admirador da coragem, mesmo em um inimigo. "Você não morrerá do modo que desejou", disse ele, "mas se imagine prestes a sofrer tudo aquilo que se é capaz de inventar para um prisioneiro". [27] Bétis, olhando para o rei com um semblante não só intérrito, mas, também, arrogante, não devolveu nenhuma palavra às ameaças dele. [28] Então, Alexandre disse: "Veem a obstinação com que ele se cala? Por acaso ele se pôs de joelhos? Porventura lançou uma palavra suplicante? Mas eu vencerei o silêncio. Se nada mais, pelo menos o interromperei com gemidos." [29] Em seguida, a ira se transformou em raiva, com a recente boa *fortuna* já insinuando ritos estrangeiros. Com efeito, correias foram passadas pelos tornozelos daquele que ainda respirava e, amarrado a um carro, os cavalos o arrastaram em volta da cidade, enquanto o rei se vangloriava de ter imitado Aquiles, de quem ele próprio se dizia descender, na punição a ser recebida pelo inimigo (Cúrcio, 4.6.26-29).

Por mais de um século, a historicidade do encontro entre Alexandre e Bétis tem sido questionada por historiadores e críticos literários, não em motivo do evidente paralelo entre Alexandre e Aquiles¹⁸⁹, reconhecido pela própria personagem no discurso do narrador, mas,

¹⁸⁹ Há vários paralelos literários entre Alexandre e Aquiles ao longo das *Histórias de Alexandre*: além do encontro entre Alexandre e Bétis, Cúrcio relata a dificuldade de Alexandre no Rio Indo (9.4.9-14) de maneira alusiva à batalha de Aquiles com Escamandro (*Il.* 21.228); as justificativas de Alexandre para seu casamento com Roxane (8.4.26) são as de que também Aquiles havia se unido a uma prisioneira (Cúrcio se refere a Briseida, ainda que não a mencione); e, segundo Heckel (1994, p. 74), o discurso de Clito a Alexandre (8.1.34),

em vez disso, da observação que Cúrcio é o único historiador, ao menos da segunda geração, a narrá-lo. Isto é, nem Arriano (*Anáb.* 2.25-4 – 27.7), nem Diodoro (17.49.1), ou Plutarco (*Vidas, Alex.*, 25.3), autores que abordam a passagem de Alexandre por Gaza, mencionam a punição infligida a Bétis, motivo pelo qual estudiosos como Perrin (1895) e Tarn (1948) pensam-na uma anedota de Cúrcio. Afinal, diz Tarn (1948, p. 268), “Ptolomeu estava lá, e seu silêncio é conclusivo”¹⁹⁰.

De antemão, o excerto viabiliza uma observação linguística a respeito da *ira* como um motivo recorrente em Cúrcio. Como no trecho acima, também, noutras instâncias da obra, Cúrcio repete variações da expressão “*ira in rabiem uersa*” (acima: “*ira deinde uertit in rabiem*”, 4.6.29), pela qual atenta para a transição entre duas manifestações distintas, graduais entre si, da cólera de Alexandre. A transição de *ira* em *rabies* pode ser atestada em episódios como a punição de Bétis (4.6.29), as baixas macedônias em Susiana (5.3.20), o assassinato de Clito (8.1.49) e instâncias outras nas quais a personagem perde o controle de seus sentidos, frente a posturas que considera insolentes, como se passa com Bétis, ou frente ao acúmulo de ferimentos recebidos, como em Susiana. Trata-se não só de uma distinção terminológica, mas, mais do que isso, uma transição entre as etapas da cólera, que apelam ao tema predominante de perda da racionalidade, uma vez que *rabies*, termo latino do qual provém a “raiva” na língua portuguesa (Ernout; Meillet, 1951, p. 992), aproxima-se, mais que a *ira*, da raiva patológica e insana das bestas.

É, também, pela *ira/rabies* que Alexandre age de maneira temerária, observação alinhada à premissa de Sêneca de que “a ira não é útil nem em batalhas ou guerras, pois é propensa à temeridade, e os perigos, enquanto quer impô-los, deles não se acautela” (Sêneca, *Ira*, 1.11.8, 2014, p. 113)¹⁹¹. Verifica-se, assim, ora a relação entre a *ira* e a *temeritas*, em episódios como o conflito contra os *sudrae* (9.5.6-13, adiante), ora entre a *ira* e a *cupidinem uini*, a exemplo do assassinato de Clito. Ambas, combinações cujas consequências físicas e reputacionais são desastrosas para Alexandre. E, se para Sêneca, a ira é o contrário da razão e, portanto, uma mostra de insanidade, para Cúrcio, tal insanidade ainda mais se intensifica pelo potencial da *ira* em se transformar em *rabies*, ultrapassando, no processo, a condição humana para atingir a animal. A cólera de Alexandre é irracional, motivo pelo qual, como Ajax, ele com frequência se arrepende de seus feitos irados, pois são instâncias nas quais, *ira in rabiem uersa*, ele se comporta como o animal selvagem: *terrenti alias, alias timenti* (Cúrcio, 8.2.7).

pouco antes de seu assassinato, também ressoa com aquele entre Aquiles e Agamêmnon (*Il.* 1.165-168). O estudo de Vorhis (2017) explora tais, e outros, paralelos.

¹⁹⁰ “Ptolomy was there, and his silence is conclusive” (Tarn, 1948, p. 268).

¹⁹¹ Tradução de José Eduardo S. Lohner (2014).

Ao cabo de suas análises sobre a punição de Bétis, Vorhis (2017, p. 31), cuja tese explora em minúcias os paralelos entre Alexandre e Aquiles na literatura romana, conclui que, histórico ou fictício, o aspecto mais singular do excerto acima é a noção de que “Cúrcio, enquanto historiador de Alexandre, não era obrigado a incluir esse episódio, da forma como o era diante de, digamos, a Batalha de Gaugamela”¹⁹². E, com efeito, o detalhamento conferido à punição física da personagem não só denuncia o interesse literário de Cúrcio por cenas de predominante violência, ou, então, por convergências entre seu protagonista e as figuras mitológicas por ele emuladas, mas, também, representa um significativo desvio da caracterização construída para Alexandre até então. Noutros termos, a punição de Bétis não é um episódio essencial à compreensão histórica dos feitos de Alexandre, percepção que lhe rende a fama de fictícia, nem é, em tal condição, uma anedota que contribua à imagem clemente e virtuosa que Cúrcio tece até o Livro VI. Em vez disso, a informação de que Bétis ainda respirava (4.5.29), bem como a de que “dois mil cidadãos de Tiro agora pendiam, crucificados, por toda a vasta extensão da praia” (Cúrcio, 4.4.17)¹⁹³, surpreendem e perturbam o leitor, pois a súbita e raivosa perda de temperamento do protagonista (sobre a qual Cúrcio avisa, em 3.12.18) parece incomum ao Alexandre que, pouco antes, aninhava o recém-nascido de Dario no colo (3.12.26) e, pouco depois, levantaria Poro das águas rubras do Hidaspes e cuidaria, ele próprio, das feridas por ele infligidas (8.14.45).

Trata-se de um comportamento contraditório, ora caracterizado pelas relações de amizade na morte, ora pelas de guerra na trégua. Alexandre confere o perdão aos antigos generais de Dario, mas não a Filotas ou Clito. Embriagado, ele decide incendiar uma cidade à qual havia garantido anistia, quando sóbrio (5.7.1-11) e, sob a premissa de vingança dos avanços de Xerxes contra a Grécia, dizima o povo brânquida, apesar de terem-no recebido de bom grado e com grandes honras. O massacre dos brânquidas (7.5.28-35) bem encapsula o comportamento contraditório de Alexandre no que toca às relações de guerra na trégua e na paz: Cúrcio afirma que este povo havia sido persuadido por Xerxes a destruir o santuário de Dídimos, em Mileto, que continha o segundo mais importante oráculo de Apolo, depois de Delfos. Assim, Alexandre reúne aqueles de suas tropas que eram originários de Mileto e pede para que decidam o que fazer. Não havendo consenso entre os homens, Alexandre opta pela destruição da cidade.

¹⁹² “Curtius was not, *qua* Alexander historian, bound to include this episode, the way he certainly was for, say, the battle of Gaugamela” (Vorhis, 2017, p. 31).

¹⁹³ “*Duo millia [...] crucibus adfixi per ingens litoris spatium pependerunt*” (Cúrcio, 4.4.17).

A ironia do episódio é semelhante àquela do julgamento de Filotas, no qual o uso efetivo do dialeto macedônio é posto em xeque. Isto é, se o massacre “tivesse sido imaginado aos próprios autores da traição, seria uma vingança justa e não pareceria crueldade; mas, na realidade, os descendentes, que nem sequer viram Mileto e que, por isso, não poderiam tê-la entregado a Xerxes, pegaram a culpa dos ancestrais” (Cúrcio, 7.5.35)¹⁹⁴. No entanto, a contradição comportamental de Alexandre ultrapassa seu (infundado, na opinião do autor) argumento e atinge a premissa de que ele, mesmo, cercara Mileto no início das campanhas, feito provavelmente narrado no perdido Livro II das *Histórias de Alexandre*. Trata-se de um crime de guerra que, inclusive, infringe os próprios valores da personagem, pois os brânquidas estavam desarmados. O episódio, então, demonstra não só a oscilação do julgamento de Alexandre enquanto general, mas, também, a forma como ele se serve dos propósitos de reparação histórica em função de sua reputação política e militar, sobretudo, neste caso, como maneira de aplacar seus próprios feitos contra a Grécia.

Na obra de Cúrcio, assim como a punição infligida a Bétis, o massacre dos brânquidas tende a ser considerado uma invenção por historiadores e críticos literários, dentre os quais Tarn (1948, p. 272) é especialmente cético. Em ambos os episódios, sobressai-se a *rabies* de Alexandre, cujo consequente sofrimento é narrado em grandes detalhes pelo autor, em função, parece-nos, de um estudo das contradições compreendidas pela postura militar da personagem, ora guiada pela *temeritas*, pela *ira* ou pela *cupidinem uini*, ora pela manutenção de sua reputação individual e pública. E, se por um lado, tais detalhamentos conferem a Cúrcio a pejorativa reputação de ser “um bom escritor, mas um péssimo historiador; um que sacrifica o rigor da abordagem e dos métodos históricos no altar da retórica” (Yakoubovitch, 2009, p. 85)¹⁹⁵, por outro lado, eles são essenciais à compreensão de certos valores considerados invioláveis pela personagem, sumarizados pelo autor nos seguintes termos:

[46] *Nec sane quicquam ingenium eius solidius aut constantius habuit quam admirationem uerae laudis et gloriae: simplicius tamen famam aestimabat in hoste quam in ciue. Quippe a suis credebatur magnitudinem suam destrui posse; eandem clariorem fore, quo maiores fuissent quos ipse uicisset* (Cúrcio, 8.14.46).

[46] Certamente, o gênio dele não tinha nada mais sólido ou constante do que sua admiração por glória e louvor genuínos, mas ele admirava mais sinceramente a fama em um oponente do que em um concidadão, pois acreditava que sua grandeza poderia ser destruída por um dos seus, enquanto a mesma haveria de ser mais ilustre

¹⁹⁴ “*Quae si in ipsos prodicionis auctores excogitata essent, iusta ultio esse, non crudelitas uideretur; nunc culpam maiorum posteris luere, qui ne uiderant quidem Mileto, ideo et Xerxi non potuerant prodere*” (Cúrcio, 7.5.35).

¹⁹⁵ “On le juge généralement bon écrivain mais piètre historien, sacrifiant la rigueur de la démarche et de la méthode historiques sur l’autel de la rhétorique” (Yakoubovitch, 2009, p. 85).

quanto maiores tivessem sido aqueles que ele próprio tivesse vencido (Cúrcio, 8.14.46).

Alexandre sustém a crença de que a grandeza do opositor reflete a sua própria, ao passo que a grandeza dos seus lhe ofusca o brilho, observação pela qual se ilumina, por exemplo, a rapidez com que se escala a fúria do protagonista perante motins e suspeitas de conspirações internas. Em segunda análise, o comportamento em Gaza e Tiro, bem como a observação acima sobre a alteridade do rei, demonstram que Alexandre atribui grande importância àquilo que ele denomina as *belli iura* (4.1.13), isto é, as regras da guerra. Trata-se de um código de honra implícito e universal, que envolve noções como a coragem face ao perigo, a transparência de intenções e movimentos militares, que os tornam justos, e a dignidade pela qual um general deve conceber a si mesmo e ao outro. Quando não está tomado pela *ira*, o Alexandre de Cúrcio se recusa a mover seus exércitos durante a noite, pois surpreender o inimigo desprevenido é, para ele, o comportamento de bandidos e ladrões (4.13.8-9), tanto quanto repreende o ataque contra mulheres, crianças, idosos e, de modo geral, homens desarmados, sob o argumento de que ele prefere se arrepender de uma má sorte do que se envergonhar de sua vitória (4.13.9)¹⁹⁶, sentença proferida pela própria personagem, a qual enfatiza a contradição da brutalidade contra os brânquidas. No episódio em que encontra Artábazo (6.5.1-2), o antigo conselheiro de Dario, Alexandre o elogia por sua infundável fidelidade ao velho rei persa e propõe-lhe sua amizade e hospitalidade, pois a lealdade é, para ele, uma virtude capaz de aplacar antigas inimizades. Em suma, Cúrcio desenvolve as virtudes de seu protagonista nos assuntos da guerra – em especial, suas tendências ao perdão e à compensação – caso o rendido se apresente com a dignidade que ele, enquanto oponente, lhe requer.

Na concepção de Alexandre, são tais valores que justificam a punição infligida a Bétis, bem como os que diferenciam Dario de Poro. Isto é, o caráter dos dois grandes oponentes estrangeiros aos macedônios é medido, por um lado, a partir da maneira (virtuosa ou não) como se apresentam como oponentes e, por outro, pela atenção deles às *belli iura*. Em sua carta resposta a Dario (4.1.7-8; 4.1.10-14, citada anteriormente), por exemplo, Alexandre o acusa de se mover nas sombras e de contratar assassinos em vez de enfrentá-lo pessoalmente, lapsos de caráter reforçados pelas observações do narrador a respeito das falhas do rei persa, manifestas em sua inabilidade de defender o território perante os avanços macedônios, tanto quanto, e com maior importância, de assegurar a segurança de seu povo, ressaltando, para tanto, as instâncias nas quais Dario foge do campo de batalha (3.11.11 e 4.15.32) e abandona

¹⁹⁶ “*Malo me meae fortunae paeniteat, quam uictoriae pudeat*” (Cúrcio, 4.13.9).

sua corte (4.16.12-15), cujos uivos “eram ouvidos de longe, clamando, ao modo bárbaro, que Dario ainda era rei” (Cúrcio, 4.16.15). Assim, a descrição do sofrimento persa resultante das falhas de Dario é um reforço narrativo à concepção que Alexandre nutre de seu oponente como um homem pouco honroso tanto aos seus, como aos outros.

Por outro lado, Poro é um adversário digno. Ao final da Batalha de Hidaspes, por exemplo, desenrola-se a seguinte troca entre os dois reis:

[41] *Quem rex ut uidit adleuantem oculos, non odio sed miseratione commotus: "Quae, malum!" inquit, "amentia te coegit, rerum mearum cognita fama belli fortunam experiri, cum Taxilis esset in deditis clementiae meae tam propinquum tibi exemplum?"* [42] *At ille: "Quoniam", inquit, "percontaris, respondebo ea libertate, quam interrogando fecisti. Neminem me fortiolem esse censebam: meas enim noueram uires, nondum expertus tuas; fortiolem esse te belli docuit euentus. Sed ne sic quidem parum felix sum, secundus tibi."* [43] *Rursus interrogatus, quid ipse uictorem statuere debere censeret: "Quod hic", inquit, "dies tibi suadet, quo expertus es quam caduca felicitas esset."* [44] *Plus monendo profecit, quam si precatus esset: quippe magnitudinem animi eius interritam ac ne fortuna quidem infractam non misericordia modo, sed etiam honore excipere dignatus est* (Cúrcio, 8.14.41-44).

[41] Quando o rei o viu levantando os olhos, foi movido não pelo ódio, mas pela comiseração: “Desgraça!”, disse. “Sabida a fama das minhas conquistas, qual demência o levou a testar a *fortuna* da guerra, quando Taxile seria um exemplo, tão próximo a você, da minha clemência aos rendidos?” [42] E Poro disse: “Já que você pergunta, responderei com a liberdade que me deu ao interrogar. Eu não julgava ninguém mais forte do que eu: de fato, eu conhecia minhas forças, mas ainda não havia experimentado as suas. O resultado da guerra mostrou que você é o mais forte, mas nem assim sou pouco feliz, sendo o segundo a você”. [43] Interrogado de volta, sobre o que o vencedor deveria decidir, Poro declarou: “O que este dia lhe aconselhar. O dia no qual você experimentou o quão transitória é a boa sorte”. [44] O conselho foi mais eficaz do que a súplica teria sido e, sendo a grandeza do coração de Alexandre intérrita e inquebrável, mesmo pela *fortuna*, ele julgou digno acolher Poro não só com misericórdia, mas com dignidade (Cúrcio, 8.14.41-44).

Em suma, como general, Alexandre mede o caráter de seus oponentes a partir dos valores que considera honrosos e a partir da imagem que sustém de si mesmo, de sua competência e grandeza. O rei indiano as reconhece, logo, é perdoado, mas o governante de Gaza a desafia com sua recusa às súplicas e semblante arrogante (4.6.27-28) e, conseqüentemente, *ira in rabiem uersa*, enfrenta uma fúria que ultrapassa a de Aquiles.

Noutra perspectiva, se o comportamento de Alexandre como um general é medido a partir das expectativas projetadas sobre seu oponente, sua postura enquanto guerreiro pode ser compreendida por aquelas que ele projeta sobre si mesmo, seu destino e seu legado. No mundo da guerra, Alexandre quer morrer como um herói, segundo os parâmetros homéricos do que seria a glória em campo militar, o “modo de morrer em combate, na flor da idade, que confere ao guerreiro defunto, como o faria uma iniciação, aquele conjunto de qualidades, prestígios, valores, pelos quais, durante toda a sua vida, a nata dos *áristoi*, dos melhores, entra em competição” (Vernant, 1977, p. 31, *itálicos do autor*).

Dois anos antes de sua morte na Babilônia, Alexandre entra em confronto com o povo *sudracae*¹⁹⁷, originários da região ao norte da Índia, atual Punjabe. Tendo vencido Poro em combate e aplacado, com promessas de retorno à Macedônia, um motim de seus exaustos soldados, ele se depara com um grupo de indianos protegidos pelas muralhas de uma cidade, as quais, ignorando os auspícios de que sua vida corria risco (9.4.27-29), o rei decide escalar. Alvejados por flechas inimigas, os soldados, enquanto tentavam subir pela mesma escada que ele, acabam por quebrá-la, simultaneamente impossibilitando que o rei descesse ou que a ajuda subisse. E, então:

[6] *Pugnabat pro rege primum celebrati nominis fama, deinde desperatio, magnum ad honeste moriendum incitamentum. [7] Sed cum subinde hostis adflueret, iam ingentem uim telorum exceperat clipeo, iam galeam saxa perfregerant, iam continuo labore gauata genua succiderant. [...] [9] Ille ad omnes ictus expositus non aegre tamen exceptum poplitibus corpus tuebatur, donec Indus duorum cubitorum sagittam – namque Indis, ut antea diximus, huius magnitudinis sagittae erant, – ita excussit, ut per thoracem paulum super latus dextrum infingeret. [10] Quo uulnere adflictus magna ui sanguinis emicante remisit arma, moribundo similis adeoque resolutus, ut ne ad uellendum quidem telum sufficeret dextra. [11] Itaque ad spoliandum corpus, qui uulnerauerat, alacer gaudio accurrit; quem ut inicere corpori suo manus sensit, credo, ultimi dedecoris indignitate commotus linquentem reuocauit animum et nudum hostis latus subiecto mucrone hausit. [12] Iacebant circa regem tria corpora, procul stupentibus ceteris. Ille ut, antequam ultimus spiritus deficeret, dimicans tamen extingueretur, clipeo se adleuare conatus est; [13] et postquam ad conitendum nihil supererat uirium, dextera independentes ramos complexus temptabat adsurgere. Sed ne sic quidem potens corporis rursus in genua procumbit manu prouocans hostes, si quis congredi auderet (Cúrcio, 9.5.6-7; 9-13).*

[6] Lutavam em favor do rei, em primeiro lugar, a conhecida fama de seu nome e, em segundo, seu desespero, um estímulo para a morte elevada e honrada, [7] mas o inimigo incessantemente assomava e ele já tinha recebido um grande número de golpes no escudo, pedras tinham quebrado seu capacete, e os joelhos, sobrecarregados pelo contínuo esforço, tinham sucumbido. [...] [9] No entanto, mesmo exposto a todos esses golpes e apanhado de joelhos, Alexandre defendia o corpo sem dificuldades, até que um indiano disparou uma flecha de dois côvados¹⁹⁸ (pois os indianos tinham flechas dessa magnitude, como dissemos anteriormente), que atravessou seu peito e se fincou pouco acima do seu lado direito. [10] Recebida essa ferida, com uma grande quantidade de sangue jorrando, Alexandre largou as armas. Como um moribundo, ele estava tão fraco que nem sequer era capaz de arrancar o dardo com a mão direita, [11] e, assim, quem o havia ferido correu, alegre e entusiasmado, para pilhar o corpo. Alexandre sentiu como se ele colocasse as mãos em seu corpo e creio que a indignidade deste último ultraje o impeliu a renovar o ânimo que ia desvanecendo e, lançada a espada por debaixo do inimigo, ele lhe perfurou o lado exposto. [12] Três corpos jaziam ao redor do rei e o restante dos indianos olhavam com espanto, à distância. Lutando até que seu último suspiro se extinguisse, ainda que morresse, ele tentou se apoiar no escudo e, [13] depois que nada mais restava de força para o esforço, ele tentava se erguer agarrando com a mão direita uns ramos suspensos, mas nem assim era capaz de controlar o corpo.

¹⁹⁷ Ao que tudo indica, não há traduções desse termo para a língua portuguesa. O povo *sudracae* também é chamado de “sudrakas”, termo helenizado oriundo do sânscrito “shudraka”. Em traduções inglesas de Arriano (6.4.3), encontra-se a denominação “oxydracae”.

¹⁹⁸ O côvado é uma medida de comprimento utilizada pelas civilizações antigas, referente ao comprimento do antebraço, isto é, do cotovelo até a ponta do dedo médio.

Pela segunda vez, ele tombou de joelhos, provocando os inimigos com um gesto da mão, para que alguém ousasse enfrentá-lo (Cúrcio, 9.5.6-7; 9-13).

Ainda que abrigue temas, motivos e símbolos em suas entrelinhas, em uma primeira leitura, o episódio é um exemplo da *temeritas* de Alexandre, representada por seu impulso em premeditadamente, e sozinho, enfrentar o oponente. Em resumo, trata-se da ininterrupta busca pela glória, que também o impulsiona sob as muralhas dos *sudracae*, o vetor pelo qual Alexandre desafia o êxito de sua empreitada pela perigosa aliança entre a coragem excessiva e a *temeritas*. Ela está “intimamente relacionada à *virtus* de Alexandre, pois seu desejo de estar sempre na vanguarda e a proeza que ali demonstra inspira seus homens. A sede por *gloria* e a preocupação pela imagem ocasionalmente resultam em *temeritas*, onde Alexandre, por meio de risco excessivo, arrisca seus homens” (Baynham, 1998, p. 115, *itálicos da autora*)¹⁹⁹.

Evidencia-se, desde já, aquele “paradoxo da condição do guerreiro ilíadico [sic]: dada a natureza da sua tarefa, ele precisa expor sua vida a quase todo momento da guerra; mas para atingir seus objetivos, o feito heróico e a glória, ele precisa também manter-se vivo” (Assunção, 1995, p. 55). Portanto, continua o autor, “a coragem não deverá ser considerada um princípio absoluto de conduta sem observância das circunstâncias nas quais o ato tem seu lugar” (Assunção, 1995, p. 55). Trata-se de uma relação, entre a adequação de coragem e circunstância, a qual Alexandre transgride com frequência, mas que, no excerto acima, lhe parece pela primeira vez uma escolha final, pela qual ele não só perde os soldados que desesperadamente sobem a muralha e, no processo, expõem-se às flechas que lhes atingem por cima, mas, também, pela qual certamente se dará sua morte, sozinho e rendido, mas coberto de glória.

No mais, o trecho alude a outros temas pertinentes à personalidade guerreira de Alexandre, como, por um lado, seu ceticismo em relação a augúrios na segunda pêntada e, por outro, a reputação, que, “mais que as armas, garantia-lhe tanto sucesso” (Cúrcio, 4.4.2). É ela o motivo pelo qual os *sudracae* hesitam, apesar do desamparo da personagem, sobretudo porque, no universo em que se desenrola o enredo, Cúrcio previamente fez de Gaza e Tiro avisos sobre as feridas do rei servirem-lhe de combustível para a *ira*, para a fúria deslumbrada no desafio para que os inimigos se aproximem, apesar da flecha que lhe atravessa o peito e de sua incapacidade de pôr-se de pé.

¹⁹⁹ “Alexander’s *temeritas* is, of course, a key note of Curtius’ characterization of the king. It is closely related to Alexander’s *virtus*, since his desire to be always at the forefront and his prowess there inspires his men. This thirst for *gloria* and concern for his image occasionally results in *temeritas* where Alexander, through excessive personal risk, endangers his men” (Baynham, 1998, p. 115, *itálicos da autora*).

Nesse quesito, a reputação de Alexandre no mundo da guerra encontra um significativo símbolo em sua couraça de comandante, peça de armadura que lhe cobre o torso. Cúrcio comenta e constantemente atesta o fato de que Alexandre raramente a usava, graças ao brilho do material, que denunciava sua posição em campo de batalha. Eram os soldados, diz o narrador, os insistentes para que ele a vestisse, não só porque o protegia de feridas mortais, mas, também, e principalmente, porque adicionava à sua imagem um lustre a par de sua patente e reputação. Afinal, quando veste a couraça, ele veste a personagem Alexandre, da maneira como é imaginada pelo inimigo estrangeiro e da maneira como será lembrada, quer pelo imperador Calígula, que a roubará de seu sepulcro, quer pela tradição clássica em geral.

O aspecto simbólico da peça reside nas ocasiões em que é vestida, de modo que um breve panorama de suas aparições é oportuno. (1) Quando finalmente caem as muralhas de Tiro, após seis meses de assédio macedônio, a couraça é mencionada no momento em que Alexandre recebe um golpe quase fatal (4.6.15) de um soldado inimigo que, caído aos seus pés como um redimido, o rei ajudava a se levantar. (2) Às vésperas da batalha de Gaugamela, conflito decisivo para o fim da hegemonia persa, Alexandre demonstrava tamanha confiança que, para a felicidade dos soldados, vestiu a couraça antes de apresentar-se à batalha (4.13.25). (3) No episódio em que atravessavam o deserto em Sogdiana, empreitada da qual resultam grandes perdas no exército macedônio, tendo-os guiado no percurso, agora na entrada do acampamento, Alexandre aguarda a passagem de todos os que com ele caminhavam. A couraça o protegeu de grandes feridas e, apesar de sua saúde vacilante, o rei recusou água e suprimentos até que seus homens os tivessem obtido primeiro (5.6.16). (4) Já na segunda pênstada, impossibilitado de falar pelas feridas que o acometiam, ele empunha armas e veste a couraça como forma de sinalizar aos homens que lutariam contra os citas (7.8.3) e, por fim, (5) no excerto anterior, ela é mencionada quando, sozinho e ajoelhado, mas ainda lutando, Alexandre encara a probabilidade de sua morte (9.5.9).

São episódios nos quais o protagonista se apresenta (aos seus e aos outros) não como um soldado, nem como general, mas como um herói. Seja esta uma intenção de Cúrcio, um fato histórico ou uma coincidência literária, em qualquer caso, a couraça e as armas de Alexandre, extensões de seu corpo e imagem, são elementos mencionados nas instâncias em que a personagem demonstra sua adesão aos valores invioláveis da honra na guerra, isto é, a coragem em face ao perigo, a transparência de suas intenções e de seus movimentos em campo militar e, principalmente, a dignidade heroica com a qual representa a si próprio e seu povo, com a qual receberá não só o oponente, mas, fortuitamente, a própria morte. E, como aos heróis no universo homérico, a possibilidade de ultraje ao corpo e furto das armas (9.5.11,

acima) é uma grande ofensa também a Alexandre, pois a armadura ultrapassa sua função defensiva para imagetivamente representar tanto a imponência do guerreiro vitorioso, quanto, no acaso de sua derrota, a glória do belo cadáver (Vernant, 1977). Assim, nas instâncias em que enfrentará a morte, Alexandre não repensa sua estratégia, nem ordena o recuo, mas, em vez disso, prepara-se para ela como um herói.

A ânsia de Alexandre pela bela morte, da forma como é compreendida por Vernant (1977, p. 31), transparece em várias instâncias da narrativa, seja em momentos nos quais a *temeritas* do protagonista oportuniza situações de extremo risco, seja no fervor de grandes batalhas, quando ocorre a ele que “as recompensas eram maiores que os perigos e, assim como era duvidoso se venceria, em todo caso, uma coisa era certa, que ele morreria com honra e com grande glória” (Cúrcio, 3.8.21)²⁰⁰. A esse respeito, é provável que Alexandre tenha adquirido o desejo pela morte gloriosa, isto é, em tenra idade e em campo de batalha, tanto de sua criação grega, quanto da própria *Iliada*, a qual, como consta em todas as fontes antigas, o rei admirava e carregava consigo. Assim, Alexandre se conduz pelos valores apreendidos dos grandes heróis da literatura, aos quais se compara em busca de equivalência e eventual superação, mas, diferente deles, sua glória imperecível deu-se não pelas condições de sua morte, mas pela impressionabilidade daquilo por ele acumulado em vida, a qual a personagem mede não pelo acúmulo dos anos, mas, em vez disso, das vitórias (9.6.18). Diz ele aos soldados, quando, reunidos em frente à tenda real após o conflito contra os *sudracae*, os homens uma vez mais insistem pelo retorno à terra natal:

[18] *Vos enim diuturnum fructum ex me, forsitan etiam perpetuum percipere cupiatis: ego me metior non aetatis spatio, sed gloriae.* [19] *Licuit paternis opibus contento intra Macedoniae terminos per otium corporis expectare obscuram et ignobilem senectutem, quamquam ne pigri quidem sibi fata disponunt, sed unicum bonum diuturnam uitam existimantes saepe acerba mors occupat. Verum ego, qui non annos meos, sed uictorias numero, si munera fortunae bene computo diu uixi. [...]* [21] *Victor utriusque regionis post nonum regni mei, post uicesimum atque octauum annum uitae uideorne uobis in excolenda gloria, cui me uni deuoui, posse cessare? Ego uero non deero et, ubicumque pugnabo, in theatro terrarum orbis esse me credam.* [22] *Dabo nobilitatem ignobilibus locis, aperiam cunctis gentibus terras, quas natura longe submouerat. In his operibus extinguere mihi, si fors ita feret, pulchrum est. Ea stirpe sum genitus, ut multam prius quam longam uitam debeam optare* (Cúrcio, 9.6.18-19; 21-22).

[18] “Talvez vocês desejem colher frutos duradouros, até perpétuos, de mim, mas eu me avalio não pela extensão da minha vida, mas da minha glória. [19] Eu tive o direito de esperar pela obscura e ignóbil velhice, dentro das fronteiras da Macedônia, contentado com as riquezas paternas e descansando meu corpo – ainda que nem os próprios ociosos regulem o destino, mas, pelo contrário, pensando que uma vida longa é a única boa, a morte prematura frequentemente deles se apodera. Mas eu

²⁰⁰ “*Rursus occurrebat maiora periculis praemia et, sicut dubium esset an uinceret, ita illud utique certum esse, honeste et cum magna laude moriturum*” (Cúrcio, 3.8.21).

conto minhas vitórias, não meus anos, e, se eu levar em conta os favores da *fortuna* para comigo, eu vivi muito tempo. [...] [21] Depois do nono ano do meu reino e vigésimo oitavo da minha vida, sendo o vencedor da Europa e da Ásia, eu lhes pareço poder abandonar a glória cultivada, à qual eu unicamente me consagrei? A verdade é que eu não faltarei com meus deveres e, onde quer que eu lute, confiarei estar diante do teatro do mundo. [22] Eu darei notoriedade aos lugares desconhecidos, mostrarei a todos os povos as terras que a natureza exilou ao longe. Morrer em tais empreitadas, se a *fortuna* assim quiser, é algo nobre. Tal é a estirpe da qual eu sou nascido, que eu deva optar por uma vida farta antes de uma longa” (Cúrcio, 9.6.18-19; 21-22).

Trata-se do excerto que epitomiza a psicologia da personagem, da maneira como Cúrcio a constrói. É uma vida gloriosa e uma morte heroica aquela que Alexandre estima para si mesmo e, ainda que os anais da história possam atestar a concretização de sua glória, a tão estimada captura da quimera à qual Keegan (2006, p. 339) se refere, a bela morte da personagem não é a do herói que morre, nos termos de Vernant (1977) e em suas próprias ambições. Em vez disso, nos de Assunção (1995), ela é a do herói que mata. Daí a significância que Alexandre atribui à grandeza de seu oponente, pois sobrevivê-lo e subjugar-lo acrescenta à sua própria. Daí, também, a simultânea tragicidade e beleza de sua efetiva morte, nem jovem em campo de batalha, nem velho em sua terra natal, mas, em vez disso, adoecido na capital do império por ele construído, uma infusão de realidade que encerra uma vida heroica. Em tudo que se propõe, Alexandre contempla seu papel no teatro do mundo, que lhe tem aplaudido desde então, pois sua busca pela glória rompe o véu literário e se concretiza no histórico, de tal forma que mesmo as parcas “esperaram até que ele tivesse subjogado o Oriente e ouvido o oceano, até que realizasse tudo aquilo de que a mortalidade era capaz” (Cúrcio, 10.5.36-37).

4.1.3. O estatuto divino e a retórica da religião

O terceiro aspecto significativo à compreensão da identidade de Alexandre, não só na obra de Cúrcio, mas, também, no imaginário popular e literário a seu respeito, refere-se à relação do rei com a religiosidade. Macedônio, grego e persa, guerreiro, general e herói, Alexandre também concilia extremos no que toca à reputação que, noutras fontes antigas, herda de nascença, desta vez referentes ao contraponto entre sua ânsia pela imortalidade e sua condição humana. Frente a essa questão, vários estudos canônicos (Tarn, 1948; Edmunds, 1971; Baynham, 1998; para citar alguns), bem como perspectivas recentes (King, 2004; Krause, 2018; Liotsakis, 2021a; Anson, 2022; Vivero, 2023) sondaram os motivos pelos quais a figura de Alexandre oscila entre humano e semideus na literatura antiga e em sua recepção,

bem como as maneiras pelas quais a religiosidade adiciona à reputação político-militar do rei e, portanto, representa uma efetiva tática de controle comportamental daqueles ao seu redor.

Nas *Histórias de Alexandre*, é este um tema que, assim como a *fortuna*, a *húbris* do protagonista e as consequências de ambas ao futuro do império, espalha ramas pelo todo da obra. Desde o contato com a profecia em Górdio (3.1.11-19), até as considerações fúnebres do narrador sobre a espera das parcas (10.5.37), o tema da religiosidade não só atravessa a narrativa por completo, mas, também, manifesta-se de diferentes maneiras em torno de Alexandre, mesmo a despeito de seu suposto estatuto divino. Afinal, macedônios do século IV a.C., grande parte das personagens está alinhada ao panorama de crenças, práticas e tradições compreendidas pelo politeísmo grego (cf. Anson, 2022) e, assim, os episódios nos quais se verifica a presença do divino, seja ela performática, interpretativa ou decretada por Alexandre, representam atraentes oportunidades literárias para a construção da personagem, das quais decorrem implícitas reflexões sobre as implicações e consequências de unir o religioso ao político, a Igreja ao Estado, no cenário imperial.

Pela amplitude e constância do tema, é certo que a religiosidade apresenta diferentes facetas ao longo da narrativa, de modo que um estudo a ela dedicado pode dividir-se em, ao menos, três grandes frentes. Em primeiro lugar, há a efetiva presença do divino, geralmente capturada por meio da crença das personagens, dos ritos e cerimônias por elas realizados, e da interpretação de sonhos, augúrios e fenômenos naturais, questão sobre a qual se dedicam os estudos de King (2005), Anson (2022) e Vivero (2023). Consequentemente, e em segundo lugar, conforme inspira a apreensão, o ânimo ou a complacência das personagens, tal crença é um recurso pelo qual Alexandre manipula o comportamento das massas em acordo aos seus interesses político-militares, por meio daquilo que Liotsakis (2021a) denominou a “retórica da religião”, a qual, na obra de Cúrcio, encontra referentes tanto no discurso do protagonista, quanto no do historiador, cujas crenças e descrenças são expressas a partir da forma como narra eventos religiosos e auspiciosos. Por fim, e em terceiro lugar, há a ânsia de Alexandre pela apoteose²⁰¹, desperta a partir de seu encontro com um oráculo no Egito (4.7.25-32). Neste caso, na esteira de Krause (2018) e Liotsakis (2021a), o estudo se volta aos motivos pelos quais a retórica da religião, da forma como é exercida por Alexandre, é eficaz contra oponentes estrangeiros, mas ineficaz diante de figuras como Filotas, Clito, Hermolau e Calístenes, membros do exército macedônio que se opõem a concedê-lo honras divinas, apesar de seus insistentes esforços para que o façam.

²⁰¹ Segundo Houaiss (2009), o termo “apoteose” se refere ao processo ou à cerimônia de inclusão de alguém entre os deuses.

Em relação à presença geral do divino nas *Histórias de Alexandre*, em primeiro lugar, importa considerar que os deuses do panteão, sobretudo os olímpicos, existem na narrativa porque as personagens neles acreditam e os cultuam. Netuno vem ao auxílio de Tiro (4.4.3-5), pois os cidadãos veem-no nas criaturas marinhas que dão de encontro com a ponte dos macedônios, construída para destruí-los. Similarmente, após o assassinato de Clito, Alexandre reconhece que “o sacrifício anual a Líber não havia sido feito no tempo determinado e, assim, como a matança foi cometida entre vinho e banquetes, a ira do deus teria sido certa” (Cúrcio, 8.2.6). Mesmo a *fortuna*, cujo favor é constante ao longo da obra, não é personificada, nem se apresenta de maneira física às personagens, mas, em vez disso, sua presença narrativa é estabelecida a partir da crença coletiva em seus poderes, e suas ações divinas são representadas pelo resultado dos eventos empreendidos pelas personagens, assim como as forças de Netuno são vislumbradas nas ondas e, as de Líber, na *ira* dos embriagados.

Além dos olímpicos, também são cultuados os deuses presentes nas histórias míticas, divindades tutelares das cidades por onde Alexandre passa com sua marcha, às quais ele igualmente presta honras e dispõe oferendas como uma mostra de sua diplomacia e de adesão aos costumes das cidades hospedeiras. Destes, destaca-se Hércules, sobretudo porque é uma figura de emulação pessoal para Alexandre, da qual o protagonista afirma descender:

[2] *Tyros, et magnitudine et claritate ante omnes urbes Syriae Phoenicesque memorabilis, facilius societatem Alexandre acceptura uidebatur quam imperium. Coronam igitur auream donum legati adferebant, commeatusque large et hospitaliter ex oppido aduexerant. Ille dona ut ab amicis accipi iussit, benigneque legatos adlocutus Herculi, quem praecipue Tyrii colorent, sacrificare uelle se dixit:*
 [3] *Macedonum reges credere ab illo deo ipsos genus ducere, se uero ut id faceret etiam oraculo monitum* (Cúrcio, 4.2.2-3).

[2] Maior e mais ilustre do que todas as outras cidades da Síria e da Fenícia, Tiro parecia mais disposta a estabelecer uma aliança com Alexandre do que se submeter ao seu domínio. Assim, os emissários levaram de presente uma coroa de ouro e, numa demonstração de hospitalidade, tinham transportado da cidade abundantes provisões para os soldados de Alexandre. Ele ordenou que os presentes fossem aceitos como uma demonstração de amizade e, gentilmente, disse aos emissários que queria oferecer um sacrifício a Hércules, deus particularmente venerado pelo povo de Tiro. [3] Os reis macedônios acreditam serem descendentes desse deus e, além disso, ele, mesmo, havia sido aconselhado por um oráculo a conduzir o sacrifício (Cúrcio, 4.2.2-3).

O excerto demonstra que o cerco macedônio contra Tiro é motivado não só pela irredutibilidade da cidade perante o domínio de Alexandre, mas, também, pelo argumento religioso com o qual o rei avança pelos portões. Isto é, os laços diplomáticos estabelecidos mediante o contato inicial com as cidades durante a campanha de conquistas, expressos acima, mas igualmente presente noutras instâncias da obra, com frequência indicam que os valores políticos de Alexandre ultrapassam bens materiais e alianças comerciais e atingem,

também, a religião e tradição dos povos encontrados, as quais lhe servem, inclusive, de ponto comum. Assim, na posição de conquistador, conforme oferece seu culto ao deus tutelar de Tiro, Alexandre expõe sua disposição à diplomacia amistosa e pacífica entre gregos, mas, ao afirmar descender de tal deus, ele igualmente demonstra seu poder (mais que político ou militar) na negociação.

Evidencia-se, desde já, a linha tênue entre a devoção de Alexandre e a afirmação de seu próprio estatuto divino. Por um lado, Tiro deve ceder ao seu controle, pois, como seus cidadãos, também Alexandre está submetido às forças que escapam ao seu controle e que, portanto, devem ser aplacadas, de modo que o argumento para a dominação é estritamente político. Por outro lado, ele provém da divindade cultuada e, assim como seria prudente a Tiro temer a ira divina de Hércules, também o seria temer a de Alexandre. Trata-se de uma mostra de sua retórica da religião (Liotsakis, 2021a, p. 196), isto é, do “uso de uma linguagem codificada que transmite as ideias, crenças e atitudes de um povo em relação à religião, e aponta para uma forma de conquistar ou manipular a audiência”²⁰². E, se é este o procedimento pelo qual, por um lado, Alexandre busca convencer Tiro a ceder aos seus avanços, por outro, é também ele o argumento para que os macedônios avancem:

[17] *At ille, haudquaquam rudis pertractandi militares animos, speciem sibi Herculis in somno oblatam esse pronuntiat dextram porrigentis: illo duce, illo aperiente in urbem intrare se uisum. Inter haec, caduceatores interfectos, gentium iura uiolata, referebat: unam esse urbem, quae cursum uictoris morari ausa esset* (Cúrcio, 4.2.17).

[17] Mas Alexandre, que de maneira alguma era inexperiente em manejar os ânimos militares, anuncia publicamente que a imagem de Hércules lhe foi apresentada em sonho, estendendo-lhe a mão direita: com ele de guia, ele abrindo o caminho, Alexandre viu a si mesmo entrar na cidade. Entre essas coisas, ele incluía referências aos emissários assassinados e às leis das nações violadas: uma só cidade havia ousado deter o curso da vitória (Cúrcio, 4.2.17).

É esta uma das raras instâncias nas quais Alexandre age como um áuspice, observação que induz a hipótese de que o sonho tenha sido inventado (por Alexandre, não por Cúrcio)²⁰³ em função do argumento geral de avanço. Trata-se de uma estratégia comum, mas, via de regra, orquestrada pelo áugure Aristandro, membro da corte macedônia nas campanhas, que era uma figura “popular com Alexandre porque ele tinha uma explicação válida e positiva para quase tudo, e ele previa o sucesso absoluto para qualquer coisa que Alexandre desejasse

²⁰² “Rhetoric is seen, therefore, as an all-encompassing term that refers to the use of codified language that conveys ideas, beliefs and attitudes towards religion and points to its use as a means of winning over, or manipulating, the audience” (Liotsakis, 2021a, p. 196).

²⁰³ O sonho com Hércules às vésperas do cerco de Tiro é também atestado em Arriano (*Anáb.*, 2.18.1) e em Plutarco (*Vidas, Alex.* 24.5). Sobre sonhos nas *Histórias de Alexandre*, cf. Vivero (2024, p. 103-118).

tentar” (Anson, 2022, p. 63)²⁰⁴. Em qualquer caso, seja por meio de Aristandro, seja *in propria persona*, ressalta-se a habilidade estratégica de Alexandre em transmutar questões passionais, como a crença religiosa e o sentimento patriótico dos soldados, em combustível para a conclusão de seus objetivos políticos. No excerto anterior, em especial, tal relação entre a evidência divina depreendida do sonho e as motivações políticas para o avanço contra a cidade são ainda enfatizadas pela menção de Alexandre aos crimes de Tiro, dentre os quais constam a infração contra as leis dos povos (*gentium iura uiolata*, 4.2.17), a qual, numa via de mão dupla, fortalece o apelo religioso e o político da proposta de avanço macedônio. Mais do que isso, tanto a lembrança dos crimes persas cometidos por Xerxes na exortação antes da Batalha de Isso (3.10.5; 3.10.8-9), quanto a menção a Hércules guiando-o pela mão, são estratégias pelas quais Alexandre convence as massas de que a empreitada macedônia estava a serviço de forças maiores, de modo que o esforço coletivo em direção aos seus interesses pessoais resultaria não só na glória do indivíduo e da pátria, mas, também, na realização de um feito desejado pelos deuses.

Em suma, manifestações do divino por meio de sonhos proféticos estão ao dispor do desenvolvimento temático da retórica da religião, tática pela qual Alexandre se serve de questões pessoais e passionais, como a religiosidade das tropas, para argumentar em favor da continuidade de suas empreitadas. E, ao passo que o caráter subjetivo de sonhos proféticos permite-lhe uma ampla margem para a fabulação, o mesmo processo interpretativo perante mostras do divino é feito a partir de superstições, sacrifícios e fenômenos da natureza. Afinal:

Quando Alexandre é incapaz de induzir entusiasmo, em último caso, sacrifícios eram realizados a respeito do avanço para o leste, os quais se mostravam desfavoráveis. [...] Então, confiando nos sacrifícios desfavoráveis, Alexandre não está demonstrando medo de tal avanço, nem cedendo aos desejos de seus soldados. Ele está obedecendo à vontade dos deuses. Ele não estava acima de manipular interpretações (Anson, 2022, p. 60)²⁰⁵.

A estratégia referida por Anson é tanto empregada em função do avanço, sobretudo para a Índia, quanto em função do retorno à Macedônia. Isto é, após a subjugação do Império Persa (o objetivo que motivou a expedição, em primeiro lugar), conforme Alexandre amplia os horizontes das campanhas para o oriente e parte em busca da Índia, o corpo de tropas macedônio passa a aborrecê-lo com queixas de exaustão e com súplicas para que retornem à

²⁰⁴ “Aristander was popular with Alexander because he had a valid, positive, explanation for almost everything, and he forecast ultimate success for whatever Alexander wished to attempt” (Anson, 2022, p. 63).

²⁰⁵ “When Alexander is unable to induce enthusiasm, ultimately sacrifices were performed regarding an advance to the east which came back as unfavorable. [...] Relying on the unfavorable sacrifices, Alexander then is neither showing fear of such an advance, nor giving in to the wishes of his soldiers. He is obeying the will of the gods. He was not above manipulating an interpretation” (Anson, 2022, p. 60).

pátria, sobretudo porque já tinham adquirido a glória (para si e para a Macedônia), os espólios e o controle da Ásia. Então, incapaz de dissuadi-los com recompensas e discursos, deparando-se com motins, cada vez mais frequentes, em seu acampamento, Alexandre mais de uma vez se serve da religiosidade e supersticiosidade dos soldados para convencê-los de que a árdua e longeva empreitada era, na verdade, a concretização da vontade divina, pois a mensagem apreendida de augúrios, presságios e ritos religiosos, favorável ou não, em qualquer caso, não seria ignorada. A manipulação religiosa é, então, não só retórica, mas, também, performática, e, como diante dos portões de Tiro, Alexandre tende a moldá-la segundo seus interesses particulares, pois, como diz Cúrcio, “nada rege a multidão com maior eficácia do que a superstição” (Cúrcio, 4.10.7)²⁰⁶.

No entanto, ainda que sirva de ensejo para o controle temperamental das tropas no todo da obra, sobretudo na primeira pêntada, as manifestações do divino perturbam Alexandre tanto quanto o soldado comum. Águres são consultados antes de batalhas, o movimento das aves é observado e interpretado durante conflitos (4.6.10-13) e, em mais de uma instância, o rei conduz sacrifícios em busca do auxílio divino em suas empreitadas. Antes da Batalha de Isso, por exemplo, Alexandre “[22] ordenou que os soldados repousassem e que, mais tarde, na terceira vigília, estivessem armados e preparados. Ele próprio subiu no topo de um monte e, iluminado por várias tochas, conduziu sacrifícios aos deuses tutelares, segundo os modos tradicionais” (Cúrcio, 3.8.22)²⁰⁷.

A este respeito, a religiosidade particular de Alexandre se dirige sobretudo à *fortuna*, mas também pode ser atestada em referência a deuses como Hércules, Minerva e Líber²⁰⁸. Além de devoto, ele é essencialmente supersticioso, ainda que Cúrcio pareça enfatizar tal traço identitário na primeira pêntada de sua narrativa, mais do que na segunda:

[14] *Apud Macedonas quoque cum forte panem quidam militum frangerent, manantis sanguinis guttas notauerunt, territoque rege Aristander peritissimus*

²⁰⁶ “Nulla res multitudinem efficacius regit quam superstitio” (Cúrcio, 4.10.7).

²⁰⁷ “Itaque corpora milites curare iussit ac deinde tertia uigilia instructos et armatos esse. Ipse in iugum editi montis descendit, multisque conluentibus facibus patrio more sacrificium dis praesidibus loci fecit” (Cúrcio, 3.8.22).

²⁰⁸ Na esfera da recepção de Alexandre no mundo político romano, a devoção do macedônio a Líber e Hércules tem sido apontada como um dos elementos pelos quais se aproximam as figuras de Alexandre e de Marco Antônio, membro do Segundo Triunvirato que, em meados de 31 a.C., envolveu-se num conflito civil com Otávio (posteriormente nomeado Augusto, o primeiro imperador de Roma). Para além de certos paralelos entre Alexandre e Antônio no que toca à *cupido* e às acusações, proferidas por Otávio, das virtudes corrompidas de Antônio, a associação das duas figuras ao culto de Líber e Hércules é outro fator que as aproxima. Sobre a questão, diz Spencer (2002, p. 25): “A ‘escolha’ de Antônio por Hércules e Dioniso o expôs à implicação propagandística nas associações orientais e nas mais negativas características de suas divindades, e ele também foi ligado, por meio desta associação, a Alexandre, outro devoto”. (“Antony's 'choice' of Hercules and Dionysus laid him open to propagandist implication in the most negative characteristics and eastern associations of their divinity, and he was also linked, through this association, with Alexander, another devotee”).

uatum, si extrinsecus cruor fluxisset, Macedonibus id triste futurum ait: contra, cum ab interiore parte manauerat, urbi, quam obsidere destinassent, exitium portendere (Cúrcio, 4.2.14).

[14] Do lado macedônio, também, enquanto alguns dos soldados partiam um pão, eles notaram gotas de sangue escorrendo dos pedaços. Apesar do rei alarmado, Aristandro, o mais experiente dos adivinhos, disse que se o sangue tivesse fluído do exterior do pão, seria um agouro negativo para os macedônios. Como, entretanto, havia escorrido da parte interior, o sangue pressagiava a destruição da cidade que eles haviam decidido sitiar (Cúrcio, 4.2.14).

Eventos como o supracitado são comuns às vésperas de grandes batalhas, motivo pelo qual eles são, possivelmente, mais comuns na primeira pêntada das *Histórias de Alexandre*. Mesmo o narrador afirma que o rei, “depois de Dario ter sido vencido, deixou de consultar adivinhos e profetas” (Cúrcio, 7.7.8)²⁰⁹ e, com efeito, na segunda pêntada da obra, as mostras de supersticiosidade por parte de Alexandre significativamente diminuem, quer pela percepção do protagonista de que o favor da *fortuna* era inquebrantável, quer pela insistência em seu próprio estatuto divino, o qual o transforma de um devoto a um objeto de devoção. Além disso, ainda que a retórica da religião, da maneira como é compreendida por Liotsakis (2021a), seja uma tática empregada por Alexandre desde o início, na segunda pêntada, ela é exercida menos como o meio de encorajar os soldados frente a grandes batalhas e, mais, como uma forma de amenizar as insatisfações e revoltas das massas, sobretudo porque a postura do protagonista frente à religião se desloca da noção de que a campanha militar era a concretização da vontade divina para a noção de que Alexandre era, em si, divino, e, portanto, as tropas não deveriam impedi-lo de agir sobre suas vontades.

Como observa Anson (2022, p. 60), não é incomum que Alexandre incentive cerimônias religiosas nas instâncias em que é incapaz de produzir entusiasmo com discursos comoventes ou promessas de recompensas. Mesmo atos simbólicos, como o incêndio dos espólios até então reunidos durante a campanha contra a Pérsia, para que não representassem um obstáculo à continuidade da marcha rumo ao Oriente (6.6.14-16), são soluções curtas para aplacar a insatisfação macedônia e, via de regra, a performance de atos religiosos, pelos quais Alexandre atesta ou seu próprio estatuto divino, ou o favor de divindades externas, é um meio mais eficaz de convencimento. Em especial, durante os capítulos finais da obra, os quais abrigam o ápice da revolta das tropas contra o rei, são erigidos altares aos deuses olímpicos (9.3.19) e conduzidos sacrifícios (9.1.1) e cerimônias, como a seguinte (8.10.15-17), cujo propósito é não só promover o culto entre as tropas, mas, também, entretê-las. Assim, imediatamente após a conspiração dos pajens (8.6-10), conflito no qual Alexandre promulgou

²⁰⁹ “[...] *post Dareum uictum hariolos et uates consulere desierat*” (Cúrcio, 7.7.8).

vários julgamentos em sua corte, bem como condenou à tortura e à morte alguns de seus consortes, desenrola-se, de súbito, um bacanal²¹⁰ entre os macedônios, sobre o qual o narrador afirma o seguinte:

[15] Credo equidem non diuino instinctu, sed lasciuia esse prouectos, ut passim hederæ ac uitium folia decerperent, redimitique fronde toto nemore similes bacchantibus uagarentur. [16] Vocibus ergo tot milium praesidem nemoris eius deum adorantium iuga montis collesque resonabant, cum orta licentia a paucis, ut fere fit, in omnes se repente uulgasset. [17] Quippe uelut in media pace per herbas adgestamque frondem prostrauere corpora. Et rex fortuitam laetitiam non auersatus large ad epulas omnibus praeberis, per X dies Libero Patri operatum habuit exercitum (Cúrcio, 8.10.15-17).

[15] Acredito que não foi por inspiração divina, mas pela lascívia, que eles foram impelidos a apanhar aqui e acolá folhas de hera e videira e, coroados com a folhagem, a vagar pelo bosque inteiro, como se fossem bacantes. [16] Assim, os cumes de montanhas e colinas ressoavam com as vozes de tantos milhares adorando o deus protetor daquele bosque, quando, como quase sempre acontece, surgida a indisciplina em poucos, ela subitamente se espalhou para todos. [17] De fato, como se em meio à paz, eles deitaram os corpos por entre as ervas e a folhagem acumulada, e o rei, que não se opôs à alegria fortuita, providenciou abundantes banquetes para todos e manteve o exército ocupado com o culto a Líber por dez dias (Cúrcio, 8.10.15-17).

Ao longo das *Histórias de Alexandre*, o rei conduz dois bacanais (8.10.15-17, acima, e, também, em 9.10.24-29), nos quais ele se junta ao exército em procissões e banquetes, fartos em música e vinho. E, diferentemente do que se passa nas *Bacantes* de Eurípides, Cúrcio não associa a cerimônia a práticas sexuais e/ou violentas decorrentes do frenesi religioso, mas, em vez disso, ressalta que Alexandre a conduzia em vias de, simultaneamente, dissolver os rancores de suas tropas após grandes desentendimentos e, exposto no alto do carro carregado pelos macedônios, entre tirsos e guirlandas, aproximar sua imagem àquela de Líber, o qual ele busca superar tanto em estatuto divino, quanto em feitos expedicionários. Os bacanais seriam, portanto, um exemplo da nuance performática da retórica da religião, bem como de sua eficácia em manipular o temperamento das massas.

Na verdade, a significância do culto a Líber diz respeito à dualidade com a qual se manifesta a religiosidade pessoal de Alexandre, pois Líber, como também Hércules e Aquiles, são figuras de culto e devoção, tanto quanto de emulação e superação, não só no que toca aos feitos heroicos ou expedicionários por eles empreendidos, mas, também, ao estatuto divino que lhes caracteriza nas lendas e histórias míticas. Assim, no âmbito religioso, enquanto Líber é o deus ao qual prestar culto (8.10.15-17, acima), cuja *ira* deve ser aplacada com libações

²¹⁰ O termo “bacanal” diz respeito à cerimônia festiva de celebração e culto a Baco (ou Dioniso, o qual, nas *Histórias de Alexandre*, é referido pelo nome “Líber”).

(8.2.6) e cujo culto é, com grande probabilidade, herdado por Alexandre de sua mãe²¹¹, numa perspectiva militar e expansionista, ele surge como o exemplo a ser imitado: Alexandre, “com o espírito elevado ao nível sobre-humano, decidiu não só emular a glória que Líber obtera daqueles povos, mas, também, imitar a fama, ou os divertimentos, das bacantes” (Cúrcio, 9.10.24)²¹². A transição é, portanto, progressiva, no sentido de que as figuras de anterior devoção tornam-se figuras de emulação, então, de imitação e, por fim, de superação, ao menos no que toca à ambição de Alexandre.

A segunda perspectiva analítica da religiosidade nas *Histórias de Alexandre* diz respeito ao estatuto divino do protagonista. Isto é, para além das manifestações performáticas e interpretativas de sinais divinos, bem como de seus efeitos para o controle comportamental das massas, é certo que o tema da religião perpassa a construção de Alexandre tanto quanto, senão mais, a obra em si. De antemão, pela perda dos Livros I e II, é impossível especular se Cúrcio abordou os rumores relativos à concepção e ao nascimento da personagem, os quais, noutras fontes antigas, conferem-lhe o estatuto divino de nascença. Assim, na forma remanescente da obra, o episódio que inaugura a reputação de Alexandre como um semideus está localizado no Livro IV, instância na qual, “não contente com o ápice de seu nível mortal, atormentava sua alma uma necessidade irresistível de se aproximar de Júpiter, o qual ele acreditava, ou queria que fosse acreditado, ser o fundador de sua linhagem” (Cúrcio, 4.7.8)²¹³. A marcha, então, encaminha-se ao oásis de Siuá, no Egito, onde se encontravam os sacerdotes e o oráculo de Ámon, divindade egípcia reconhecida como Júpiter pelos gregos:

[25] *At tum quidem regem propius adeuntem maximus natu e sacerdotibus filium appellat, hoc nomen illi parentem Iouem reddere adfirmans. Ille se uero, et accipere ait et adgnosceret, humanae sortis oblitus.* [26] *Consuluit deinde, an totius orbis imperium fatis sibi destinaret pater; is aequae in adulationem conpositus terrarum omnium rectorem fore ostendit. [...]* [30] *Iouis igitur filium se non solum appellari passus est, sed etiam iussit, rerumque gestarum famam, dum augere uult tali appellatione, corrumpit* (Cúrcio, 4.7.25-26, 30).

[25] Nessa ocasião, conforme se aproximava, o rei foi chamado de “filho” pelo mais velho dos sacerdotes, que lhe assegurou que tal título lhe havia sido conferido por seu pai, Júpiter. Alexandre, esquecido de sua condição humana, disse aceitar e reconhecer o epíteto. [26] Em seguida, ele perguntou se seu pai o destinava ao domínio do mundo inteiro e o sacerdote, propenso à bajulação, revelou que

²¹¹ Dentre as fontes antigas, Plutarco (*Vidas, Alex.* 2.1-2), especialmente, caracteriza Olímpia como uma bacante. No século XX, os romances históricos de Mary Renault popularizaram a noção de que a infância de Alexandre deu-se entre serpentes e tirso, como o acompanhante de Olímpia nas cerimônias dedicadas a Baco e a Orfeu, tanto quanto em suas práticas de feitiçaria.

²¹² “*Igitur, ut supra dictum est, aemulatus Patris Liberi non gloriam solum, quam ex illis gentibus deportauerat, sed etiam famam, siue bacchantium lusus, statuit imitari animo super humanum fastigium elato*” (Cúrcio, 9.10.24).

²¹³ “[...] *ingens cupido animum stimulabat adeundi Iouem, quem generis sui auctorem haud contentus mortali fastigio aut credebatur esse aut credi uolebat*” (Cúrcio, 4.7.8).

Alexandre havia de ser o senhor de todos os povos. [...] [30] Nesses termos, o rei não só permitiu, mas, também ordenou ser chamado de filho de Júpiter e, apesar de desejar que o título aumentasse a fama de seus grandes feitos e conquistas, ele na verdade a diminuía (Cúrcio, 4.7.25-26, 30).

Genuína ou não, a confirmação do oráculo sobre o parentesco olímpiano de Alexandre torna-se um dos pontos cardeais da personagem e, frente a ela, o estudo se fragmenta em algumas considerações, relativas à reputação e ao corpo do protagonista, respectivamente.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o estatuto divino de Alexandre influencia sua relação com as figuras divinas às quais ele se compara ao longo de sua vida e jornada, sobretudo em relação a Hércules, Aquiles e Líber, com quem Alexandre pensa compartilhar laços familiares²¹⁴, em razão do reconhecimento de seu estatuto divino ser um vetor para a concretização de sua glória, não só como conquistador, imperador e general, mas, também, e principalmente, como um herói. Assim, tal reconhecimento (e os meios pelos quais Alexandre busca atingi-lo entre os seus) torna o que era uma relação de emulação e imitação em um objetivo de superação, manifesto ora na punição infligida contra Bétis (4.6.26-29), na qual Alexandre se regozija em ultrapassar a *ira* de Aquiles, ora na conquista das cidades previamente visitadas por Líber (7.9.15), feitos que passam a ser concebidos, ao menos pelo protagonista, como uma confirmação da declaração do oráculo, bem como uma evidência de que Alexandre estaria a par de deuses e heróis, apesar de sua humanidade.

Trata-se de um tópico sobre o qual protagonista e narrador discordam. Seja pela crença de ancestralidade, seja pelas palavras do oráculo, ou, ainda, pela concretização de feitos que lhe remetem às figuras de emulação, uma observação essencial no que toca à concepção da personagem sobre si mesma diz respeito à noção de que Alexandre considera sua carreira impressionante a despeito de suas limitações humanas. Mesmo sua temeridade e ânsia pela morte gloriosa são traços reveladores da concepção de si mesmo como um herói, os quais, somados às mostras de que era capaz de empreender o mesmo que os deuses, bem como ao acato e reverência que lhe prestavam os povos persas e indianos, são utilizados, pela retórica do protagonista, como argumento para que lhe concedam a apoteose enquanto ainda era vivo.

Tal perspectiva ilumina os clamores da personagem perante seus homens em motim, situações nas quais é praxe que Alexandre diga às tropas macedônias coisas do tipo: “[28] Eu lhes rogo e suplico, estando tão próximo do limite da condição humana, não abandonem o seu pupilo e companheiro de armas, para não dizer o seu rei” (Cúrcio, 9.2.28)²¹⁵. Ora, o limite das

²¹⁴ Alexandre afirma ser descendente de Aquiles (4.6.29) e de Hércules (4.2.3); além disso, pelo que lhe conta o oráculo de Ámon, Alexandre compartilharia com Hércules e Líber a paternidade de Júpiter.

²¹⁵ “*Oro quaesoque ne humanarum rerum terminos adeuntem alumnus commilitonemque uestrum, ne dicam regem, deseratis*” (Cúrcio, 9.2.28).

coisas humanas diz respeito ao fim do itinerário de Líber pela Índia, do qual Alexandre estava próximo. Neste quesito, também é oportuna a observação de que Alexandre raramente *pede* algo aos deuses, mas, em vez disso, agradece-lhes com sacrifícios (9.1.1) e altares (9.3.19) pelo que já está feito. Em vez dos deuses do panteão ou, então, da própria *fortuna*, os alvos das súplicas de Alexandre são suas tropas macedônias e gregas, nas instâncias em que o impedem de estender a campanha pela qual ele busca superar os deuses e pela qual se confirmará seu estatuto divino.

De modo geral, o reconhecimento de sua divindade é atingido com maior facilidade entre os estrangeiros do que entre os macedônios, sobretudo porque a maneira mais comum pela qual Alexandre busca instaurar práticas de devoção a si mesmo em seu exército é por meio do exercício da prosquínese (cf. Bowden, 2013; Perez, 2020), um ato de reverência persa no qual os súditos prostram-se aos pés do soberano e veneram-no como a um deus. Trata-se de uma prática veementemente repudiada pela parcela grega e macedônia, não só porque denunciava a soberba de Alexandre, violando os laços de equidade que lhes era legado da infância, mas, também, porque era um costume considerado bárbaro e, portanto, evidenciava a perda da identidade do pupilo e companheiro de armas, para não dizer o rei (9.2.28). Além da adoção de práticas religiosas persas, é possível que a adesão dos povos orientais ao estatuto divino de Alexandre esteja relacionada à bajulação (*adulatio*) ou à apreensão perante a reputação que o encontro com os *sudrae* e a vitória contra Poro lhe rendeu entre os povos da Bactria e das fronteiras indianas. Como o oráculo em Siuá, seja pela precaução, seja pela crença genuína, o fato é que o Oriente concebe Alexandre como o terceiro filho de Júpiter a visitá-lo (os outros dois, Hércules e Líber, 8.10.1), cujo exército era inteiramente composto de deuses (9.1.18), contra os quais seria um sacrilégio tomar armas (7.6.6, adiante), o que, ao menos na narrativa de Cúrcio, mais confirma a eficácia da retórica da religião como uma ferramenta de propaganda política em função de sua reputação, do que atesta a veracidade do estatuto divino do protagonista.

Cria-se, então, uma cadeia psicológica de ação e reação entre rei e tropas. Isto é, o reconhecimento oriental de sua divindade faz com que Alexandre especialmente estime a parcela persa e indiana de seu exército e, não raro, dirija-lhes palavras de conforto em meio a discursos ofensivos contra os gregos e macedônios (10.2-3), os quais, consequentemente, desprezam ainda mais o suposto estatuto divino do rei. Na verdade, como observa Liotsakis (2021a, p. 213), quando comparado aos trabalhos de Plutarco e de Arriano, o relato de Cúrcio é o único a retomar o evento do oráculo em todas as conspirações e conflitos internos ao exército, os quais são exclusivamente orquestrados por personagens de origem macedônia e

grega. Primeiro Filotas (6.7.1 – 7.2.38) menciona o ceticismo coletivo com o qual a declaração do oráculo foi recebida entre os generais, e, então, Clito abertamente repreende a ambição divina de Alexandre (8.1.19 – 8.2.23), acusando-o de estar corrompendo seus costumes tradicionais com fantasias orientais. Sequencialmente, Hermolau, o líder da conspiração dos pajens, quando confrontado sobre seus motivos, responde a Alexandre: “Você pergunta como se não soubesse. Nós tramamos um plano para matá-lo porque você começou a agir não como um imperador para com homens livres, mas como um senhor para com escravos” (Cúrcio, 8.7.1)²¹⁶, tom similar às acusações proferidas por Calístenes de Olinto, cuja tortura e assassinato são ordenados a partir da recusa do historiador a caracterizar Alexandre como um deus no trabalho historiográfico que vinha compondo (8.5.17-20).

Assim, no eixo temático, a *adfectatio immortalitatis*, isto é, a ânsia de Alexandre pela imortalidade, compreende não só o desenvolvimento e as consequências da insatisfação macedônia, outro grande tema da obra, mas, também, o estatuto divino da personagem como um elemento de propaganda política em favor de sua reputação em vida e de seu legado após a morte. É por meio das personagens secundárias, então, sobretudo seus discursos e exortações em conflitos internos, bem como o mapeamento psicológico dos motivos pelos quais elas os empreendem, que Cúrcio reforça uma posição contrária à crença de Alexandre. É da opinião do historiador que, apesar de seu protagonista “desejar que o título [de semideus] aumentasse a fama de seus grandes feitos e conquistas, ele na verdade a diminuía” (Cúrcio, 4.7.30, acima).

Trata-se de uma segunda nuance da retórica da religião nas *Histórias de Alexandre*, a qual está atrelada à dimensão moralista da escrita de Cúrcio. Nesse caso, a retórica se refere “[...] às técnicas narrativas e aos esquemas literários pelos quais os próprios narradores usam a religião em função de enfatizar a relação especial de Alexandre com o divino” (Liotsakis, 2021a, p. 196)²¹⁷, a qual, pela perspectiva cética de Cúrcio, é uma relação política. Ainda que a personagem acredite em seu estatuto divino, é da opinião do historiador que a retórica da religião exercida por Alexandre diz respeito à cunhagem de sua reputação heroica e política perante seus oponentes e aliados, “usando a religião como uma forma de automodelagem, de persuasão ou de manipulação – então, de propaganda política/militar” (Liotsakis, 2021a, p.

²¹⁶ “‘Nos uero’, inquit, ‘quoniam, quasi nescias, quaeris, occidenti te consilium iniimus, quia non ut ingenuis imperare coepisti, sed quasi in mancipia dominaris’” (Cúrcio, 8.7.1).

²¹⁷ “[...] this is the second level of religious rhetoric to which I refer in this chapter: namely the narrative techniques and the literary schemes through which the narrators themselves use religion in order to underline to their readers Alexander’s special relationship with the divine” (Liotsakis, 2021a, p. 196).

196)²¹⁸, sendo essa uma premissa verificada já nos rumores de que o Decreto dos Exilados deveria ser acatado pelas cidades gregas não como uma ordem macedônia, mas como uma ordem divina (10.2.4-7). E, além do posicionamento moral de Cúrcio frente à divindade de Alexandre, sua retórica da religião narrativa, da maneira como é compreendida por Liotsakis, manifesta-se, ainda, no desenvolvimento de episódios como o sonho com Hércules (4.2.17), no qual o narrador revela as maquinações que inspiram o relato do sonho, ou, então, na reiteração das consequências do encontro com o oráculo em todas as conspirações internas à corte macedônia. Por meio de tais esquemas literários, ilumina-se a tese de Cúrcio sob os termos de que a impressionabilidade da carreira de Alexandre, sua reputação de invencibilidade, bem como o epíteto de sua grandeza, dão-se por causa (e não apesar) de suas limitações humanas.

Assim, o contraponto entre reputação e corpo, entre a imagem de Alexandre e seus feitos práticos, previamente visto nos âmbitos das relações pessoais e militares, repete-se perante o estatuto divino da personagem. Como foi comentado anteriormente, o corpo simples e modesto (3.6.19), frequentemente ferido, de Alexandre calha como um símbolo não só do companheirismo compartilhado com os soldados, mas, também, da equidade (se não política, ao menos física) entre eles. Paralelamente, nos assuntos da guerra, o corpo de Alexandre, sobretudo as armas que veste, aludem à imagem heroica com a qual a personagem se apresenta aos oponentes e, aos modos dos heróis épicos, com a qual receberá sua morte gloriosa em campo de batalha. Então, numa terceira perspectiva, o corpo de Alexandre surge como a representação concreta e inquestionável de sua humanidade, em contraponto à reputação divina que lhe é concedida no Oriente e negada no Ocidente.

Dois exemplos são pertinentes à questão. Em primeiro lugar, no episódio em que se encontra com um grupo inimigo na região da Bactria (7.6.1-6), Alexandre foi gravemente ferido por uma flecha que, durante o conflito, atravessara-lhe os músculos da coxa. No dia seguinte, ele recebeu em sua tenda os embaixadores enviados por tal povo e, removendo os curativos que cobriam a extensão e a gravidade da ferida, mostrou-lhes a perna em frangalhos. Segundo o narrador, os embaixadores, “ordenados a sentarem-se, asseguraram que os macedônios não estariam mais tristes do que eles próprios ao saberem da ferida dele, cujo autor eles teriam entregado, se o tivessem descoberto, pois apenas os sacrílegos lutavam contra deuses” (Cúrcio, 7.6.6)²¹⁹.

²¹⁸ “Alexander is presented as using religion as a means of self-fashioning, persuasion or mass-manipulation – thus, political/military propaganda” (Liotsakis, 2021a, p. 196).

²¹⁹ “*Illi iussi considerare adfirmant non Macedonas quam ipsos tristiores fuisse cognito uulnere ipsius; cuius si auctorem repperissent, dedituros fuisse: cum dis enim pugnare sacrilegos tantum*” (Cúrcio, 7.6.6).

Semelhante ao primeiro, o segundo episódio diz respeito às trocas entre Alexandre e os embaixadores citas (7.8.1-30), passagem emblemática da técnica literária de Cúrcio na construção de discurso direto em função da caracterização de personagens, mas, como o anterior, um episódio breve e de pouca importância à compreensão geral das campanhas macedônias. Após uma imprevista batalha contra o povo cita, impossibilitado de falar pelas feridas que lhe acometiam, Alexandre uma vez mais recebe em sua tenda pessoal os embaixadores inimigos. A intensidade e o suspense da cena são construídos pela informação de que, para este povo, “estimando o caráter pela magnitude do corpo, a aparência ordinária de Alexandre parecia de maneira alguma a par de sua reputação” (Cúrcio, 7.8.9)²²⁰ e, em vista ao monólogo do mais velho dos embaixadores, frente ao silêncio de Alexandre, Cúrcio afirma que, ainda que a oratória da personagem fosse passível de críticas, o mesmo não poderia ser dito da acuidade com a qual ele reproduziria o que foi dito (7.8.11). Então, diz o embaixador:

[12] *‘Si di habitum corporis tui auiditati animi parem esse uoluissent, orbis te non caperet: altera manu Orientem, altera Occidentem contingeres; et hoc adsecutus scire uelles ubi tanti numinis fulgor conderetur. [...] [13] Ab Europa petis Asiam; ex Asia transis in Europam. Deinde, si humanum genus omne superaueris, cum siluis et niuibis et fluminibus ferisque bestiis gesturus es bellum. [...] [15] Leo quoque aliquando minimarum auium pabulum fuit; et ferrum robigo consumit. Nihil tam firmum est cui periculum non sit etiam ab inualido. [...] [20] Quid tibi diuitiis opus est, quae esurire te cogunt? Primus omnium satietate parasti famem, ut, quo plura haberes, acrius quae non habes cuperes. [...] [26] Denique, si deus es, tribuere mortalibus beneficia debes, non sua eripere; sin autem homo es, id quod es, semper esse te cogita’* (Cúrcio, 7.8.12-13; 15; 20; 26).

[12] Quisessem os deuses que a aparência do seu corpo se equiparasse ao apetite do seu coração e o mundo não o conteria. Você tocara o Oriente com uma mão e o Ocidente com a outra, e, feito isso, você iria querer saber onde o fulgor do poder divino estaria escondido. [13] Da Europa, você se dirige à Ásia; da Ásia, atravessa para a Europa. Depois, se tiver superado toda a raça humana, você estará disposto a guerrear com florestas e nevascas, com rios e animais selvagens. [...] [15] Também o leão foi, vez ou outra, o alimento de pequenas aves, e a ferrugem consome o ferro. Nada é tão firme que não esteja sob perigo, mesmo dos fracos. [...] [20] Para quê você precisa de riquezas, que só estimulam sua cobiça? Você é o primeiro homem do mundo a alcançar a fome por meio da saciedade, de modo que, quanto mais tem, tanto mais energicamente você deseja o que não tem. [...] [26] Enfim, se você é um deus, você deve retribuir os benefícios aos mortais, não extorqui-los – mas, se você é um homem, sempre se lembre de que é isso que você é” (Cúrcio, 7.8.12-13; 15; 20; 26).

²²⁰ (Cúrcio, 7.8.9): “Admitidos na tenda e ordenados a tomar assento, eles fixaram os olhos no rosto do rei. Creio que, para eles, estimando o caráter pela magnitude do corpo, a aparência ordinária de Alexandre parecia de maneira alguma a par de sua reputação”. (*“Admissi in tabernaculum iussique considerare in uultu regis defixerant oculos; credo, quis magnitudine corporis animum aestimantibus modicus habitus haudquaquam famae par uidebatur”*).

Em suma, os citas enxergam o rei como um latrocida e denunciam sua insaciedade²²¹, especialmente no que toca à conquista de terras, títulos e espólios, uma postura confrontadora que, nas *Histórias de Alexandre*, é incomum aos povos orientais perante a figura de Alexandre, mas que encontra grandes semelhanças à perspectiva grega e macedônia cultivada ao longo da segunda pêntada. O desfecho do episódio contempla o esforço do rei para responder-lhes que consideraria os conselhos ofertados e que confiaria na *fortuna* como guia no percurso de sua vida, e, então, vestida a couraça, *ira in rabiem uersa*, o consequente massacre dos citas em campo de batalha.

Como observam Ballesteros-Pastor (2003) e Aprille (2023), das fontes antigas, Cúrcio é o único autor a narrar o encontro entre o embaixador cita e Alexandre, pois, ainda que o *Epítome de Metz* mencione o envio de um emissário aos macedônios, o monólogo não consta em nenhum outro trabalho, e a fonte da qual Cúrcio se serviu para a reprodução do discurso é desconhecida. Além disso, a fala do embaixador denota certas “críticas ao imperialismo, que Cúrcio propõe em relação aos ideais estoicos e cínicos” (Ballesteros-Pastor, 2003, p. 25)²²², especialmente no que toca ao autoproclamado estatuto divino de Alexandre. Assim como a personagem do embaixador, Cúrcio não só atesta sua descrença na divindade de seu protagonista, mas, também, insiste na onipotência da *fortuna* como a força determinante do destino de pessoas, cidades e empreitadas, quaisquer que sejam, conduzidas quer pelo simples artesão, quer por imperadores e generais. Naturalmente, na esteira dessa observação, reside uma especulação plenamente interpretativa, mas não de todo implausível. Isto é, somada à omissão do episódio noutras fontes, a afirmação do narrador sobre a acuidade com a qual reproduziria o discurso, essa, que é uma das passagens de mais explícita e pungente crítica não só ao comportamento de Alexandre, mas, também, da própria lógica do imperialismo, poderia ser concebida como uma maquinação retórica – ou, nos termos de Liotsakis (2021a), da retórica narrativa da religião – pela qual o autor fala por meio de sua personagem. Trata-se de uma hipótese que, apesar de alimentar a visão de ser Cúrcio o autor antigo mais desfavorável à imagem de Alexandre (Ripoll, 2009, p. 122)²²³, igualmente serve de ensejo à leitura alegórica de seu trabalho, pois a crítica do embaixador cita, conforme ilumina a visão do conquistado perante o conquistador, convém tanto ao comportamento de Alexandre, em

²²¹ No âmbito da tradição clássica, as acusações proferidas pelos embaixadores citas sobre a ambição e a *húbris* de Alexandre (7.8.1-30) posteriormente ressoariam em trabalhos como os de Padre Antônio Vieira, cujo Alexandre afirma a um pirata, no *Sermão do Bom Ladrão* (1665), que “o roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres” (*Bom Ladrão*, IV).

²²² “On a mis en relief aussi la critique de l’impérialisme que Curce propose en rapport avec les idéals cyniques et stoïciens” (Ballesteros-Pastor, 2003, p. 25).

²²³ “Son récit est à la fois le plus dramatique, le plus imprégné de rhétorique, et le plus défavorable à Alexandre de tous ceux que nous ayons conservés” (Ripoll, 2009, p. 122).

específico, quanto de imperadores, generais e conquistadores, em geral. E, no eixo temático, o episódio está repleto de consagrados estereótipos e clichês. Isto é, o discurso do embaixador não só é construído no contraste entre o velho sábio e o jovem herói, que ignora os conselhos que lhes são fornecidos, mas, também, “apresenta toda uma série de lugares-comuns: a sede insaciável de acumular riquezas e de conquistar territórios até os limites do mundo era um elemento habitual da crítica ao imperialismo” (Ballesteros-Pastor, 2003, p. 29)²²⁴.

Quando comparados sob a luz do estatuto divino da personagem, o elemento comum a ambos os episódios é a noção de que o corpo de Alexandre é uma evidência simbólica de sua mortalidade, sobretudo nas instâncias em que ele está ferido, pois se atesta a premissa de que ele sofre e sangra como qualquer outro homem. As feridas, como também a simplicidade do corpo e, ainda, o luto de Alexandre²²⁵ humanizam-no e, como observa o embaixador cita (7.8.15), sua estatura pouco impressionante é díspar não só à reputação que lhe precede, mas, também, e principalmente, à ambição que motiva a extensão de sua empreitada. Alexandre não é um Ájax e, pela severidade de seus ferimentos, também não é divino, de modo que deveria ajustar sua ambição para que fosse coerente àquilo que lhe seria possível na prática. Outra convergência temática entre os dois excertos é a observação de que mesmo ferido, mudo e desarmado em sua tenda pessoal, Alexandre nunca está vulnerável. Mesmo no episódio em que o rei é incapaz de manter-se de pé frente aos *sudracae*, sua reputação militar (e divina) serve-lhe mais que as armas, apesar da fragilidade e da pouca intimidação ofertada pela visão de seu corpo. As únicas instâncias em que Alexandre deixa transparecer vulnerabilidade são, na verdade, os episódios em que ele suplica aos macedônios para que não o abandonem, estando tão próximo da glória e da imortalidade dos heróis aos quais se compara (9.2.28).

Em terceiro lugar, ambos os excertos aludem à tenda pessoal de Alexandre como um espaço temático de violência, de reclusão e, também, de diplomacia, três situações que apontam para a humanidade da personagem. Isto é, após o assassinato de Clito, Alexandre permanece na tenda ensanguentada, onde não só profere seu discurso ao cadáver, mas, também, mutila o próprio rosto, volta a lança alheia contra si mesmo e passa dias em isolamento (8.2.8-12). Além disso, aos modos de Aquiles, a resposta de Alexandre às ofensas

²²⁴ “Dans le cadre d’une scène stéréotypée on peut voir aussi que le contenu du discours présente toute une série de lieux communs: la soif insatiable d’accumuler des richesses et de conquérir des territoires jusqu’aux limites de la terre était un élément habituel de la critique de l’impérialisme” (Ballesteros-Pastor, 2003, p. 29).

²²⁵ Em relação à esposa de Dario (4.10.18-2) e aos filhos de Parmênio: Heitor (4.8.7-9), Nicanor (6.6.18-19) e Filotas (6.7.28). Perante os gregos mutilados (5.5.5-8) e perante Clito (8.2.8-10). Nesses casos e noutros similares, o luto de Alexandre envolve a reclusão em sua tenda, a recusa de água e suprimentos e a realização de atos relacionados ao processo de luto, como arrancar os cabelos e arranhar o rosto.

e rancores pessoais, bem como à hesitação sobre como proceder perante quaisquer adversidades (7.8.1-2), é a reclusão em sua tenda, passagens nas quais o rei recusa água e suprimentos, “obstinado a morrer” (8.2.11), até que sua corte forçadamente intervenha e traga-o de volta ao público. Então, geralmente estabelecidas pela recepção de embaixadas e mensageiros, as situações de diplomacia em sua tenda são episódios nos quais, ao que tudo indica, Alexandre propositalmente demonstra sua mortalidade ao inimigo, representada pela ação de descobrir as feridas (7.6.5) ou de lhes conceder uma visita, apesar de sua impossibilidade de respondê-los (7.8.12-30), pois é da opinião da personagem que sua reputação política, militar e/ou divina se sustenta, apesar de suas limitações humanas.

Assim, a humanidade de Alexandre é, para alguns, uma evidência de seu valor e grandeza e, para outros, um testemunho de que sua reputação divina é não só farsante, mas, também, nociva àqueles submetidos a ela. São opiniões que, sustentadas pelas personagens da trama, ressoam com a opinião corrente sobre a divindade de Alexandre na literatura e no imaginário popular, pois, como afirma Spencer, um dos motivos para a perpétua popularidade do macedônio é sua oscilação entre o mortal e o imortal, entre o caráter mítico da ficção e o humano, da história: “[...] como os heróis semidivinos do mito e da épica, ele emerge como uma figura excitante e perigosa. Mas, diferentemente dos heróis mitológicos, nós pensamos poder localizá-lo em um passado real e histórico” (Spencer, 2002, p. 16)²²⁶.

Em todo caso, apesar dos conflitos dela oriundos e da oscilação da crença em sua veracidade, a humanidade de Alexandre é inescapável e, ainda que, na eulogia, Cúrcio conceba como uma falha advinda da *fortuna* a tendência de Alexandre a “se igualar aos deuses, buscar honras divinas, confiar em oráculos que aconselhavam tais coisas, e irritar-se, com mais impetuosidade do que seria justo, com aqueles que se recusavam a venerá-lo” (Cúrcio, 10.5.33), os próprios macedônios, que mais sofreram com as medidas pelas quais Alexandre buscou assegurar seu estatuto divino, quando deparados com a tragicidade da morte natural e humana do rei, “arrependeram-se de terem negado as honras divinas a ele e admitiram terem sido ímpios e ingratos, porque tinham privado os ouvidos dele de um título que lhes era devido” (Cúrcio, 10.5.11)²²⁷.

Com efeito, a divindade de Alexandre passa a ser efetivamente reconhecida após sua morte, não como um tributo à impressionabilidade de seus feitos ou ao carisma e grandeza de

²²⁶ “One of the reasons why Alexander has retained such an enduring popularity is that like the semi-divine heroes of myth and epic, he emerges as an exciting, dangerous figure. But unlike the heroes of myth, we believe that we can locate him in a ‘real’, historical past” (Spencer, 2002, p. 16).

²²⁷ “*Tum Macedones diuinos honores negasse ei paenitebat, inpiosque et ingratos fuisse se confitebantur, quod aures eius debita appellatione fraudassent*” (Cúrcio, 10.5.11).

seu espírito, como afirma Cúrcio (10.5.11), mas, em vez disso, no plano histórico, como uma maneira de modificar sua imagem de modo conveniente ao estabelecimento dos reinos sucessores. Isto é, uma vez que o território conquistado e cultivado por suas políticas imperiais foi dividido em províncias por seus antigos generais, esta primeira geração de líderes políticos precisava que “o foco do poder e a adoração popular passasse do fundador ‘mítico’ (Alexandre) para eles mesmos, o que resultou numa mudança na forma com qual Alexandre era usado. Seu papel conquistador diminuiu em importância e ele ganhou uma autoridade divina” (Spencer, 2002, p. 9)²²⁸. Noutros termos, a mudança da imagem de Alexandre durante a era dos sucessores, na qual o feito da conquista importava menos do que a aquisição do território na partilha do império, acabou por transformá-lo numa divindade tutelar, especialmente nas cidades por ele fundadas e batizadas com seu próprio nome, ou, então, em regiões como o Egito de Ptolomeu, onde Alexandre não só foi proclamado uma divindade, mas, também, para onde foi levado o seu corpo após a morte.

Trata-se de uma mudança na imagem póstuma de Alexandre, de conquistador à divindade tutelar, pela qual se viabiliza o sistema dinástico de monarquia na era helenística, no qual a transição de poder não mais requer o contato direto com Alexandre, mas, em vez disso, a hereditariedade em relação aos líderes da primeira geração. Assim, ainda que o estatuto divino de Alexandre tenha permanecido, tanto em vida, quanto em morte, mais relevante ao âmbito político-reputacional do que ao propriamente religioso, pode-se pensar que, no fim, ele conseguiu, se não superar seus ídolos, ao menos colocar-se entre eles.

4.2. *FERRUM ROBIGO CONSUMIT*

A partir de uma compreensão sucinta dos componentes estabelecidos na narrativa de Cúrcio para a identidade de Alexandre, dos quais destacamos a relação do rei com os homens, seu comportamento sob as funções de general e guerreiro, bem como sua ânsia pela glória e estatuto divino, enfim podemos nos debruçar sobre as *uitia* (10.5.26), isto é, as falhas, da personagem, muitas delas decorrentes de certa transformação de tais traços identitários ao longo do enredo. Em especial, interessa-nos uma discussão dos principais excertos sinalizadores de certo desvirtuamento moral reconhecido no comportamento de Alexandre. Desses, evidencia-se a reiteração de noções como o favor da *fortuna* sobre a empreitada do rei, sua *iracundiam et cupidinem uini* (irascibilidade e paixão por vinho, 10.5.34) e

²²⁸ “The ruling family required the focus of power and popular adoration to shift from the ‘mythical’ founder (Alexander) to themselves, and this brought about a shift in the way in which Alexander was used. His conquistadorial role decreased in importance and he gained divine authority” (Spencer, 2002, p. 9).

determinados decretos que, dirigidos aos frustrados soldados sob a perspectiva de adesão à continuidade da longa campanha, adicionam à figura e memória de Alexandre nuances reconhecidamente infames.

Em observação aos argumentos de Baynham (1998) e Nudell (2011), e como foi mencionado no início deste capítulo, é esta uma discussão a ser conduzida sob a premissa de que, como personagem protagonista de Cúrcio, Alexandre não perde seus inerentes traços virtuosos, nem sua inclinação natural à clemência, à racionalidade de reação e à amabilidade para com os seus ao longo da obra, pois são virtudes perenes conferidas a ele pelo narrador. Na verdade, a veemente insistência da personagem no cumprimento dos valores de honra na guerra e, mesmo, os motivos pelos quais ela busca instaurar um ambiente multicultural em seu exército, são evidências de que, apesar de enfrentar mudanças ideológicas, Alexandre é eternamente guiado por valores como a lealdade, o perdão e a dignidade em relação a si mesmo e ao outro, quem quer que seja. Como insiste Nudell (2011, p. 75), a personagem tampouco adquire vícios ou traços negativos a partir da segunda pênstada, nem se torna irreconhecível para os seus de maneira súbita, pois seu retrato, mais que um esboço maniqueísta da figura imperial, contempla as consequências e implicações sociais decorrentes do regime autocrático, conforme aumenta a escala de seu poder político e reputação divina.

Um dos aspectos mais emblemáticos do enredo de Cúrcio é a inevitável transformação dos traços essenciais do protagonista, guiada seja por seu amadurecimento nos assuntos pessoais e públicos, seja por desígnios divinos oriundos da *fortuna*, seja, ainda, por estratégias de propaganda política orquestradas pela própria personagem, três possíveis vetores para uma mudança comportamental da qual resultam conflitos que alimentam uns aos outros e que orbitam Alexandre. Para nos servirmos da metáfora do embaixador cita (7.8.15, previamente comentada), trata-se de um processo gradual e inconstante, como a ferrugem que carcome o ferro, no qual a exposição a influências externas e à passagem do tempo eventualmente faz com que os componentes essenciais, conforme modificados, convidem ao mal funcionamento e, mais do que isso, à desfavorável comparação do estado atual com seu prístino original.

Na eulogia fúnebre, Cúrcio divide a avaliação póstuma da personagem em, de um lado, as qualidades naturais (10.5.26-32), dentre as quais constam a coragem, a clemência e, em certa medida, a busca pela glória, e, de outro lado, os vícios (10.5.33-37), atribuídos pelo narrador à juventude e à *fortuna*. A tese geral de Cúrcio, desenvolvida ao longo da obra e epitomizada na eulogia, é a de que Alexandre concentrava tamanho poder em tão tenra idade que não era, nem poderia ser, capaz de controlar a própria grandeza, de modo que, quanto mais lhe era conferido pela *fortuna* ou por genuína excelência humana, tanto mais ele buscava

acumular em seu paiol. Consequentemente, os motivos ressurgentes nos conflitos internos ao acampamento não-raro são a busca de Alexandre pelo utópico multiculturalismo, seu autoproclamado estatuto divino e o prolongamento das campanhas expedicionárias, as quais, no momento em que os macedônios chegam à Índia, ultrapassavam o marco de uma década.

De imediato, tais queixas apontam para a *ingens cupido* da personagem, expressão recorrente na caracterização de Cúrcio para Alexandre e, de modo geral, um tema popular nas obras voltadas ao macedônio, quer na Antiguidade, quer na Modernidade. Nas *Histórias de Alexandre*, ela “parece implicar uma espécie de vontade romântica, um desejo de ir sempre *mais além*” (Stoneman, 2004, p. 93, *itálicos do autor*) das capacidades humanas que limitam a personagem, do poder que lhe foi conferido pelo reino e pelos deuses e, principalmente, da disposição daqueles que com ele caminham. É, portanto, essencial que a discussão dos aspectos sintomáticos de uma mudança moral, comportamental e ideológica da personagem seja precedida por um sucinto panorama voltado à natureza das queixas levantadas durante tais conflitos, da maneira como afetam o propósito e a vida daqueles ao redor do protagonista.

Em primeiro lugar, o projeto multiculturalista de Alexandre diz respeito à superação de antigas e rancorosas dívidas entre a Grécia e a Pérsia, concretizada na primeira pêntada por meio da subjugação do império de Dario III, seguida da tentativa de fazer coexistirem civilizações inimigas em um único ambiente militar, religioso, cultural e político, na segunda. Com efeito, Alexandre empreende medidas públicas e privadas em direção à conclusão deste objetivo. Ele integra às tropas soldados e mercenários oriundos das regiões previamente dominadas ou visitadas pela marcha macedônia, bem como estabelece laços de mútua influência política, sob a cláusula de seu poder absoluto, com líderes estrangeiros, mesmo quando os vence em campo de batalha (a exemplo do que se passa com Poro, 8.14.41-44). Pouco antes de adoecer, uma das famosas medidas militares instauradas pelo rei foi a instrução de 30.000 jovens persas aos modos gregos de combate, guarnição por ele denominada seus “sucessores” (10.3.10), pois representavam a mistura de costumes que, mais que um herdeiro, Alexandre buscava legar ao mundo. E, quando os macedônios chegaram à cidade de Susã (a sudoeste do atual Irã) no itinerário de retorno à Macedônia, ele ordenou e oficializou uma série de casamentos entre seus homens e as mulheres da antiga nobreza persa, “para que”, diz ele, “por meio desta união sagrada, eu talvez possa apagar qualquer distinção entre o vencido e o vencedor” (Cúrcio, 10.3.12)²²⁹. Para o Alexandre de Cúrcio, a imortalidade de seu império reside na miscigenação e, segundo esta lógica, ele próprio

²²⁹ “[...] *ut hoc sacro foedere omne discrimen uicti et uictoris excluderem*” (Cúrcio, 10.3.12).

desposou mulheres estrangeiras: primeiro Roxane (8.4.22-30), a filha de um sátrapa da Bactria, e, então, uma das filhas de seu antigo oponente, Dario III (10.3.12)²³⁰.

Para além de tais medidas, Alexandre também instaura em sua corte certas práticas e costumes tradicionais da cultura persa, os quais, mais que os casamentos ou a integração das tropas estrangeiras, foram concebidos como imperdoáveis ultrajes ao estilo de vida e aos valores macedônios. Caso recuperado o excerto que divide as duas pântadas, no qual Cúrcio comenta e repreende a adoção de tais costumes por parte de Alexandre, evidencia-se que é este um tema já germinado desde o Livro VI, mesmo antes da morte de Dario:

[3] Iacere humi uenerabundos ipsum paulatimque seruilibus ministeriis tot uictores gentium inbuere et captiuis pares facere exspectabat. [4] Itaque purpureum diadema distinctum albo, quale Dareus habuerat, capiti circumdedit uestemque Persicam sumpsit, ne omnem quidem ueritus, quod a uictoris insignibus in deuicti transiret habitum. [5] Et ille se quidem spolia Persarum gestare dicebat, sed cum illis quoque mores induerat, superbiamque habitus animi insolentia sequebatur. [6] Litteras quoque quas in Europam mitteret ueteris anuli gemma obsignabat, iis quas in Asiam scriberet Darei anulus inprimebatur; ut adpareret unum animum duorum non capere fortunam. [7] Amicos uero et equites,—hi namque principes militum,—aspernantes quidem, sed recusare non ausos Persicis onerauerat uestibus. [8] Pelices CCC et LXV, totidem quot Darei fuerant, regiam inplebant; quas spadonum greges, et ipsi muliebria pati assueti, sequebantur. [9] Haec luxu et peregrinis infecta moribus ueteres Philippi milites, rudis natio ad uoluptates, palam auersabantur; totisque castris unus omnium sensus ac sermo erat plus amissum uictoria quam bello esse quaesitum (Cúrcio, 6.6.3-9).

[3] Ele esperava fazer os vencedores de tantos povos se prostrarem no chão em reverência, pouco a pouco imbuindo-os nos trabalhos servis, como se fossem prisioneiros de guerra. [4] Então, ele dispôs sobre a cabeça um diadema púrpura adornado de branco, tal qual Dario usara, e assumiu a vestimenta persa, sequer temendo o agouro de estar trocando as insígnias do vencedor pelo traje do vencido. [5] E, de fato, ele dizia estar ostentando os espólios persas, mas, com eles, Alexandre havia também incorporado os costumes, e um caráter arrogante acompanhava a soberba da aparência. [6] Do mesmo modo, ele selava as cartas enviadas para a Europa com o sinete de um velho anel, mas, nas escritas para a Ásia, seria pressionado o anel de Dario, para demonstrar como o espírito de um não pode conter a fortuna de dois. [7] Aos seus amigos e aos cavaleiros, pois eram os líderes dos soldados, Alexandre havia imposto os trajes persas, e, ainda que os desprezassem, eles não tinham ousado recusar. [8] Trezentas e sessenta e cinco concubinas, precisamente tantas quantas haviam sido as de Dario, enchiam a tenda real; seguiam-nas multidões de eunucos, acostumados a suportar as coisas próprias de mulheres. [9] Os soldados veteranos de Filipe, um grupo rude nos prazeres, publicamente demonstravam aversão a essas coisas, maculadas pelo luxo e pelos modos estrangeiros, e, no acampamento inteiro, havia um único assunto e um único sentimento: que eles haviam perdido mais pela vitória do que acumulado pela guerra (Cúrcio, 6.6.3-9).

²³⁰ Cúrcio não nomeia a filha de Dario desposada por Alexandre, mas, historicamente, sabe-se que seu nome era Estatira II. Green (1991, p. 448) comenta que, na verdade, Alexandre se casou com duas princesas persas nas festividades de Susã: Estatira II, filha de Dario III, e Parístis, a filha de Artaxerxes III (conhecido como Artaxerxes ‘Oco’). Cúrcio omite o episódio de Susã, mas menciona o evento (e o casamento com Estatira) em um discurso atribuído ao próprio rei (10.3.11-14), dirigido aos soldados.

Inaugurado pelo excerto acima, o tema da ofensa aos costumes tradicionais, vinculado à perda da identidade original de Alexandre e à desunião das tropas, é também recuperado na eulogia fúnebre, sob os termos de que “mudar os ornamentos do corpo ao aspecto estrangeiro, imitar os modos dos povos vencidos, os quais, antes da vitória, ele havia desprezado” (Cúrcio, 10.5.33)²³¹, foram *uitia*, isto é, vícios ou falhas de caráter, provenientes do inquebrantável favor da *fortuna* sobre Alexandre. Como um tema, ela se assoma, então, aos dois outros motores da intemperança que caracterizam a personagem, que são sua juventude e sua *ingens cupido*. Por sua vez, no excerto anterior (6.6.3-9), Alexandre justifica a adesão aos costumes estrangeiros pela noção de que, conquistadores como eram, eles estariam ostentando os espólios pilhados do conquistado (6.6.5), pretexto que ele próprio contradiz poucas linhas adiante, conforme ordena o incêndio dos espólios persas para que não atrasassem a marcha em direção ao Oriente (6.6.14-16). Em qualquer caso, é uma tática de convencimento pouco eficaz perante aqueles submetidos aos novos decretos no acampamento, sobretudo em relação aos soldados mais velhos.

Como observa Liotsakis (2021b, p. 265), é comum que o tema da desunião “assuma a forma da divisão entre os membros mais velhos e os mais novos das tropas, aqueles formados ao lado de Filipe e, estes, ao de Alexandre”²³², pois a comparação entre o comportamento de pai e filho sob a mesma coroa, bem como a disparidade de valores culturais entre gerações, são dois motivos recorrentes na narrativa de Cúrcio, para além de dois temas populares na literatura, de modo geral. A título de exemplo, no episódio do assassinato de Clito (8.1.19 – 8.2.12), o narrador não só atribui a insatisfação dos comensais perante a vanglória de Alexandre a todos os velhos soldados presentes no banquete, mas, também, oferece uma introdução ao episódio (8.1.19-21), na qual é feito explícito e, portanto, relevante à percepção do leitor sobre o conflito, que Clito é um veterano. Trata-se de um detalhe que diferencia o trabalho de Cúrcio daqueles de Plutarco e Arriano, autores que ignoram a presença das outras personagens que, instruídas junto a Clito sob Filipe, identificam-se com sua ofensa. Consequentemente, “as objeções de Clito não só refletem seu próprio ressentimento, mas, também, representam a atitude dos outros veteranos macedônios sobre as ações de Alexandre na Ásia” (Liotsakis, 2021b, p. 266)²³³.

²³¹ “[...] *in externum habitum mutare corporis cultum; imitari deuictarum gentium mores, quos ante uictoriam spreuerat*” (Cúrcio, 10.5.33).

²³² “Disunity takes the form of a division between the old and the young members of the troops, the former being moulded on Philip’s side and the second on Alexander’s” (Liotsakis, 2021b, p. 265).

²³³ “His objections, therefore, not only reflect his own resentment, but also represent the attitude of other Macedonian veterans towards Alexander’s choices in Asia” (Liotsakis, 2021b, p. 266).

Em termos similares, no trecho anterior, a informação de que “os soldados veteranos de Filipe, um grupo rude nos prazeres, publicamente demonstravam aversão a essas coisas” (Cúrcio, 6.6.9), conforme estabelece o contraponto entre os valores macedônios protegidos sob Filipe e a adoção de costumes estrangeiros instigada por Alexandre, naturalmente culmina no tema da perda da identidade originária em face à adesão de práticas consideradas bárbaras. Dentre elas, Cúrcio ainda comenta o exercício da prosquínese, pela qual Alexandre “buscava fazer os vencedores de tantos povos se prostrar no chão em reverência, pouco a pouco lhes imbuindo nos trabalhos servis, como se fossem prisioneiros de guerra” (Cúrcio, 6.6.3), comentário do narrador que posteriormente ressoa no discurso de Hermolau, durante a conspiração dos pajens, no qual a personagem afirma que o principal motivo para os motins e revoltas contra Alexandre residiam na mudança comportamental do rei, que agia “não como um imperador para com homens livres, mas como um senhor para com escravos” (8.7.1)²³⁴. Ambos os excertos aludem à violação do pacto sentimental de equidade, bem como do alinhamento de princípios e objetivos, que caracterizavam a relação de soldado e general no início da obra.

Assim, o tema da desunião e insatisfação dos gregos e macedônios perante a inserção de costumes orientais no exército está vinculado à ofensa tomada por estes homens frente não só ao multiculturalismo, mas, também, ao estatuto divino do protagonista. E, como foi comentado anteriormente, Cúrcio é o único dos autores de sua geração a reiterar o encontro de Alexandre com o oráculo de Ámon (4.7.27-30) em todas as intrigas palacianas, elegendo-o como um motivo para a desunião das tropas. Nesse quesito, verifica-se que a contenda macedônia contra a divindade de Alexandre é explicitamente expressa, pela primeira vez, durante o evento da tortura de Filotas, no qual a personagem revela aos carrascos a perspectiva dos soldados, a qual, vociferada por Hegêloco às portas do oráculo, representava a opinião corrente no acampamento. Referimo-nos ao trecho:

[23] Nam cum primum Iouis filium se salutari iussit rex, id indigne ferens ille: 'Hunc igitur regem agnoscimus', inquit, 'qui Philippum dedignatur patrem? Actum est de nobis, si ista perpeti possumus. [24] Non homines solum, sed etiam deos despicit, qui postulat deus credi. Amisimus Alexandrum, amisimus regem: incidimus in superbiam nec dis, quibus se exaequat, nec hominibus, quibus se eximit, tolerabilem' (Cúrcio, 6.11.23-24).

[23] Com efeito, quanto o rei ordenou que fosse saudado como filho de Júpiter pela primeira vez, Hegêloco, tolerando isso com indignação, disse: “Ora, nós reconhecemos como rei este que despreza Filipe como pai? Se podemos admitir isso, estamos acabados. [24] Quem exige ser acreditado um deus desdenha não só dos

²³⁴ “‘Nos uero’, inquit, ‘quoniam, quasi nescias, quaeris, occidenti te consilium iniimus, quia non ut ingenuis imperare coepisti, sed quasi in mancipia dominaris’” (Cúrcio, 8.7.1).

homens, mas, também, dos deuses. Nós perdemos Alexandre, perdemos o rei! Nós caímos sobre uma soberba tolerável nem aos deuses, aos quais ele se iguala, nem aos homens, dos quais ele se exclui” (Cúrcio, 6.11.23-24).

Isto é, pensam os soldados que, ao afirmar Júpiter como seu pai, Alexandre renega a descendência (logo, a tradição) macedônia e, por extensão, desafia o próprio direito político legado a si pelo sistema dinástico a partir de seu pai, observação alinhada à perda dos costumes macedônios que cresce sob o governo de Alexandre, mas que certamente não seria tolerada sob o de Filipe. Além disso, o soldado Hegêloco ainda afirma que a asserção do rei sobre seu estatuto divino é uma postura que subestima a imponentia e poder divino, segundo a hipótese de que, se um homem comum é capaz de se equiparar aos deuses e, mesmo, superá-los, como Alexandre vinha tentando, então a dimensão que separa o mortal do imortal é reduzida à insignificância. Por meio desse raciocínio, reproduzido por Filotas em seu suplício, quer numa maquinação que satisfaça os carrascos, quer numa reprodução fiel do que se passou às portas do oráculo, Cúrcio identifica a emulação (e posterior busca pela superação) empreendida por Alexandre em relação aos deuses e heróis míticos tanto com a *húbris*, quanto com uma postura herege, da qual se depreende a noção do desvirtuamento que, mais que cultural, é também religioso.

Trata-se de uma máxima ainda agravada pela maneira com a qual o protagonista busca o reconhecimento de sua divindade na corte macedônia, uma vez que, pelo exercício da prosquinese, Alexandre desafia não só o fato de o divino ser inalcançável, mas, também, o conjunto de práticas culturais seculares pelas quais cada povo afirma sua devoção e submissão aos deuses. Isto é, Alexandre “queria ser não só dito, mas acreditado, o filho de Júpiter, como se ele pudesse comandar os pensamentos dos homens do mesmo modo que suas línguas, e ele ordenou aos macedônios o costumes dos persas de saudarem-no prostrando o corpo, respeitosamente, no chão” (Cúrcio, 8.5.5)²³⁵. Neste quesito, como observam Bowden (2013) e Perez (2021), estudos recentes voltados ao protocolo da prosquinese na corte de Alexandre, a performance da prática era, em essência, um sinal de submissão religiosa à figura regente, na medida em que é apresentada pelo narrador e concebida pelos soldados como o reconhecimento público do poder (ou, ao menos, da reputação) divino/a de Alexandre, motivo pelo qual o historiador Calístenes, ciente de sua responsabilidade na fabricação da memória histórica, recusa-se a fazê-la. E, como anteriormente, Alexandre justifica sua insistência no reconhecimento de seu próprio estatuto divino pela noção de que a campanha pela Índia seria

²³⁵ “*Iouis filium non dici tantum se, sed etiam credi uolebat, tamquam perinde animis imperare posset ac linguis, iussitque more Persarum Macedonas uenerabundos ipsum salutare, prosternentes humi corpora*” (Cúrcio, 8.5.5).

facilitada caso aquele povo pensasse ser ele um deus (8.8.15-17), pretexto que, como o referente à ostentação dos espólios persas, surte pouco ou nenhum efeito sobre os macedônios.

Conforme Alexandre, tomado pela *ira* e/ou pelos efeitos inebriantes do vinho, reage às imposições de Clito e de Calístenes com a tomada de armas, conseqüentemente, tanto a ação de responder diretamente ao rei, quanto a de publicamente rejeitar seus decretos, passam a ser concebidos como atos de uma proibição velada, mas amplamente conhecida, na corte macedônia. Afinal, é significativo o comentário de Cúrcio a respeito do controle de Alexandre sobre as línguas dos homens, o qual dá de encontro com a informação, no trecho citado anteriormente, de que mesmo os trajes persas forçados aos generais, “ainda que os desprezassem, eles não tinham ousado recusar” (Cúrcio, 6.6.7), sobretudo porque o destino de Clito e o de Calístenes tornou-se um exemplo, tanto quanto uma advertência, das conseqüências da liberdade de expressão sob o governo de Alexandre. Daí o silêncio dos soldados, apesar da humilhação que lhes acometia, no episódio em que Alexandre se casa com Roxane, uma mulher indiana de linhagem comum (8.4.30). Daí, também, o crescente número de bajuladores na corte macedônia durante a segunda pêntada da obra, os quais “eram preferidos pelo rei, mesmo em favor de parentes e dos mais elevados generais dos exércitos, pois, naquele tempo, eles abriam o céu a ele e proferiam que Hércules, Líber, Castor e Pólux haviam renunciado à nova divindade” (Cúrcio, 8.5.8)²³⁶.

No entanto, o Alexandre de Cúrcio é um exímio estrategista e, naturalmente, as medidas por ele tomadas para a resolução dos conflitos em seu exército não são, nem poderiam ser, a guerra civil, pois o enfrentamento das tropas interromperia o curso da marcha macedônia, motivada pela *ingens cupido* que impulsionava a personagem em direção à glória e à superação de seus ídolos. Em vez disso, Alexandre opera invisivelmente, ora decretando a interceptação das cartas enviadas pelos soldados a seus familiares (7.2.36-37), nas quais se queixavam de exaustão e denunciavam a corrupção moral do rei, ora separando os insatisfeitos e rebeldes no acampamento (7.2.35), para que, isolados, não contaminassem o restante das tropas com ideias de amotinamento. Em tais passagens, e noutras similares, vislumbra-se o despotismo mencionado por Spencer (2002, p. 10)²³⁷, bem como a faceta tirânica de Alexandre, sobretudo em relação à emboscada orquestrada para Calístenes, cujos

²³⁶ “[...] *et cetera urbium suarum purgamenta, quae propinquis etiam maximorumque exercituum ducibus a rege praeferebantur, hi tum caelum illi aperiebant, Herculemque et Patrem Liberum et cum Polluce Castorem nouo numini cessuros esse iactabant*” (Cúrcio, 8.5.8).

²³⁷ “In Alexander we find a figure who could, temporarily at least, unite the Greek world under one banner, but in doing so he committed ‘Greece’ to a monarchy; monarchy was always susceptible to accusations of despotism, of orientalism and excess” (Spencer, 2002, p. 10).

princípios, conforme dão de encontro com a espada do rei, acabam por torná-lo um mártir aos olhos das outras personagens, da Grécia e do próprio leitor.

Assim, tanto as causas dos conflitos que ocupam a segunda pêntada da obra, quanto suas consequências para as personagens que os empreendem, repousam na sutil transição comportamental e ideológica que Cúrcio arquiteta para Alexandre, a partir dos traços identitários que já o caracterizavam desde o Livro III, a exemplo do controle temperamental frente à prosperidade garantida pela *fortuna* e da *ingens cupido*, que o impulsiona para além do Helesponto. Como viremos a concluir nestes capítulos finais, é pela transformação de tais traços, em contato com o excesso de poder, de *felicitas* e de *cupido*, que Cúrcio constrói, se não a ruína de Alexandre, certamente o comportamento que lhe rende a reputação de infame, seja nas cartas enviadas à Macedônia por aqueles dela saudosos, seja na tradição clássica que, como Sêneca, Padre Antônio Vieira ou John Dalberg-Acton, reconhece que o poder inevitavelmente corrompe, e o poder absoluto corrompe absolutamente²³⁸.

4.2.1. Alexandre, o afortunado

Apesar das diversas facetas que compõem a identidade política, guerreira e divina de Alexandre, é evidente que, na obra de Cúrcio, seu traço mais emblemático é o fato de ser ele um homem *afortunado*, uma personagem que está, paradoxalmente, à mercê da *fortuna*, “a qual, de toda a humanidade, só ele tinha sob seu poder” (Cúrcio, 10.5.35)²³⁹.

De modo geral, a *fortuna* é a personagem mais enigmática das *Histórias de Alexandre*, ainda que sua presença e influência no cotidiano das outras personagens, especialmente líderes como Dario, Poro e Alexandre, seja constante. Segundo Baynham (1998), autora que dedica uma parte significativa de seu estudo à questão, Cúrcio aborda o tema da *fortuna* por meio de três conceitos, que são “a *fortuna* pessoal de Alexandre, no sentido de um sucesso inevitável ou de boa sorte, [aspecto] o qual está conectado, por sua vez, às ideias do historiador sobre *fatum* (destino) e, finalmente, à capacidade infalível da *fortuna* para corromper o *ingenium* daqueles a ela submetidos” (Baynham, 1998, p. 111, *itálicos da autora*)²⁴⁰. E, com efeito, o potencial corrosivo da sempiterna prosperidade conferida a Alexandre pela *fortuna* é mencionado pelo narrador desde os capítulos iniciais do texto, em

²³⁸ Célebre citação do historiador britânico John Dalberg-Acton, popularmente conhecido como Lorde Acton, retirada de uma de suas cartas ao bispo Creighton, supostamente em 1887. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/acton-acton-creighton-correspondence>. Acesso em 23 de março de 2025.

²³⁹ “[*Fortuna*] quam solus omnium mortalium in potestate habuit” (Cúrcio, 10.5.35).

²⁴⁰ “Essentially, Curtius’ development of *fortuna* is related to three concepts. Alexander’s personal *fortuna* in the sense of an inevitable success or good luck, which is connected, in turn, to the historian’s ideas on *fatum* (destiny), and finally to unfailing *fortuna*’s capacity to corrupt the *ingenium* of its subject” (Baynham, 1998, p. 111, *itálicos da autora*).

sua forma remanescente, numa passagem na qual Cúrcio alude aos conflitos que, graças à inabilidade de Alexandre para controlar sua *fortuna*, tomariam forma decisiva no futuro da narrativa. Referimo-nos ao trecho previamente comentado neste estudo:

[18] *Equidem hac continentia animi si ad ultimum uitae perseuerare potuisset, feliciorem fuisse crederem, quam uisus est esse [...]* [19] *Sic uicisset profecto superbiam atque iram, mala inuicta, sic abstinuisset inter epulas caedibus amicorum, egregiosque bello uiros et tot gentium secum domitores indicta causa ueritus esset occidere.* [20] *Sed nondum fortuna se animo eius superfuderat: itaque orientem tam moderate et prudenter tulit, ad ultimum magnitudinem eius non cepit* (Cúrcio, 3.12.18-20).

[18] Certamente, se ele tivesse sido capaz de preservar essa moderação de temperamento até o fim de sua vida, acredito eu que ele teria sido mais feliz do que pareceu ser. [...] [19] Assim, ele, sem dúvida, teria dominado a soberba e a ira, flagelos invencíveis; assim, nos banquetes, ele teria hesitado em matar, sem claros motivos, amigos e egrégios guerreiros que com ele subjugaram tantos povos. [20] Mas a *fortuna* ainda não havia envolvido o coração dele: no levante, ele a sustentou com moderação e prudência, porém, por fim, não conteve a magnitude dela (Cúrcio, 3.12.18-20).

No entanto, antes de um atributo particular do protagonista ou uma força corrosiva de seu *ingenium* (isto é, seu gênio, sua natureza), uma primeira e ampla concepção da *fortuna* nas *Histórias de Alexandre* diz respeito ao seu posto como uma divindade, cujos desígnios ditam e manipulam o destino (*fatum*) de todas as personagens, civilizações e negócios. Como uma força divina, a *fortuna* está acima de estratégias e maquinações (3.8.29), o que a torna especialmente temida às vésperas de grandes batalhas, e, de modo geral, cabe a ela a responsabilidade do desenrolar de quaisquer triunfos ou tribulações enfrentadas pelas personagens. Segundo esta concepção, identificada com a grega *týkhe*, como uma divindade que maneja o fio da vida e dita o desenvolvimento de eventos humanos (mas que se distingue das parcas²⁴¹, 10.5.37), a *fortuna* em Cúrcio se aproxima da de Hesíodo (*Teog.* 360), deusa nascida do encontro entre Oceano e Tétis, e, portanto, uma divindade do panteão grego, ainda que, tanto tal aproximação literária, quanto a própria identificação da *fortuna* com uma deusa, preveja largas ressalvas: Cúrcio não lhe personifica, não lhe confere quaisquer atributos além da volatilidade, nem explora a mitologia relacionada a ela. Além disso, diferentemente do que se passa perante outras divindades (como Líber, Hércules, Júpiter/Ámon etc.), não lhe é dirigido qualquer ato de devoção: não são erigidos altares em sua homenagem, nem realizados sacrifícios, cultos ou cerimônias, suplicantes ou gratas, por seu favor. Em vez disso, o poder divino da *fortuna* é reconhecido pelas personagens (e transposto na narrativa ou por discursos

²⁴¹ Divindades romanas que determinam o destino dos seres humanos, conforme manejam o “fio da vida”, identificadas com as *moiras* gregas. São três irmãs: Nona (Cloto), que tece o fio, Décima (Láquesis), que o estica, e Morta (Átropos), que o corta.

a elas atribuídos, ou por comentários do narrador, como no excerto anterior) como uma força externa que ora beneficia, ora prejudica suas empreitadas, pois seu favor é mutável e alheio ao ímpeto e à ambição humana.

Como acontece às personagens épicas, trágicas e romanescas, o favoritismo da *fortuna* concede a Alexandre a boa-aventurança e a segurança em quaisquer façanhas, mesmo naquelas oriundas de sua *temeritas*. Ela mantém o inimigo à distância durante a travessia dos rios Grânico e Tigre (4.9.22) e garante que os macedônios não sejam vistos quando, como bacantes, Alexandre os guiava em frenética procissão (8.10.18). Neste ponto, entretanto, a noção de que a *fortuna* conduz as personagens a desavenças, bem como lhes traz, sãs e salvas, de volta ao ponto do qual partiram, não é suficiente para que ela seja identificada com a *fortuna* (ou a *týkhe*) do romance antigo, o qual, como discutido anteriormente, exerce certa influência formal e temática nas *Histórias de Alexandre*. Teoricamente, é certo que “o romance grego pode ser caracterizado como o reino da *Týkhe*, entendida como a casualidade ou, caso se prefira, talvez de modo mais acurado: como o mero *acontecimento*” (Brandão, 2005, p. 223, *itálicos do autor*). E, continua Brandão, comparando o gênero à tradição clássica que o antecede, verifica-se que “a morte de Heitor e o destino de Édipo não dependem da *Týkhe*, pois são regulados pelos planos de deuses e poetas. [...] Já a metamorfose de Lúcio deve-se apenas a uma confusão de frascos, planejada por ninguém” (Brandão, 2005, p. 222, *itálicos do autor*). Noutro exemplo, o “Ulisses de Homero erra de acordo com os desígnios dos deuses, enquanto Antia e Habrócomes vagam sem saber para onde nem por quê” (Brandão, 2005, p. 223).

São concepções distintas do intento divino sobre a vida de personagens na literatura antiga que alicerçam a compreensão dos efeitos da *fortuna* sobre Alexandre, pois representam um ponto de convergência entre as tradições épica e romanesca na narrativa de Cúrcio. Isto é, diferentemente dos heróis do romance, Alexandre não vaga sem saber para onde nem por quê, mas, em vez disso, como Ulisses ou Édipo, ele vaga e erra conforme os desígnios da *fortuna*, os quais escapam ao seu alcance e pelos quais foi decretada a extensão não só de sua jornada (9.3.14), mas, também, de sua vida (10.5.36). Se Alexandre confunde frascos, é porque a *fortuna* prefere um ao outro, e se, *por acaso*, escolhe o veneno em vez do elixir, é porque era este o seu lote. Trata-se de uma observação que, talvez, justifique a crença de Cardoso (2011, p. 144) de que as *Histórias de Alexandre*, “graças a suas qualidades literárias, possa ser considerada como um romance histórico ou um poema épico em prosa”.

Ainda no âmbito genérico, como no romance, também na história antiga, a *fortuna* é uma personagem popular, sobretudo nas tendências retóricas de produção historiográfica

durante e a partir do Período Helenístico (Marincola, 1997). Nesse quesito, entende-se que “uma vívida reviravolta no destino de um indivíduo era um tema bem conhecido na literatura antiga, e a historiografia não era exceção. [...] Com frequência, a *týkhe* decide grandes questões por pequenas margens, ou sua natureza errática provoca uma reviravolta completa no indivíduo” (Baynham, 1998, p. 120, itálicos da autora)²⁴². Além disso, em observação ao paradigma teórico-histórico discutido no primeiro capítulo deste estudo, diante do tema da *fortuna* na história antiga, verifica-se que:

A perda da autonomia política talvez tenha espelhado a perda de autonomia pessoal, como é atestado na crescente importância, para historiadores, da *fortuna* (*tύχη*) como uma força inescapável, por vezes irresistível, atuando na história. Cada vez mais, as individuais reviravoltas da *fortuna* tornaram-se um assunto histórico (Marincola, 1997, p. 23, itálicos do autor)²⁴³.

Trata-se de uma tendência temática da vertente retórica da historiografia, a qual Cúrcio não só segue, mas, também, com sua obra, desenvolve. Isto é, pela esteira de Marincola, entende-se que, sendo a *fortuna* a restrição ao livre-arbítrio e à autonomia de Alexandre, ela, na esfera literária, alude à perda de autonomia pessoal do homem comum que lê sobre Alexandre em meio à natureza autocrática do Império. Através dessa lente, Cúrcio delicadamente estaria sobrepondo a *fortuna* à *húbris* de seu protagonista, o qual, como foi comentado anteriormente, pode ser interpretado como uma alegoria da figura imperial romana no século I d.C. Afinal, se, por um lado, “[...] o sucesso de Alexandre foi devido não só a sua grande *uirtus* e *ingenium*, mas ao favor ou desígnio de determinado poder inexplicável” (Baynham, 1998, p. 116, itálicos da autora)²⁴⁴, por outro lado, os infortúnios e as falhas de Alexandre também o foram, já que a *fortuna* exerce uma influência soberana sobre o todo da personagem. Consequentemente, se as campanhas de Alexandre parecem intermináveis e seus decretos, questionáveis, cabe ao leitor considerar que, apesar da ambição que o caracteriza, ele também é movido por forças divinas, as quais justificam suas ações, pois é da opinião do autor que assim funcionam os homens, dos quais não se excluem os imperadores. Epitomizada por Cúrcio na eulogia fúnebre de Alexandre (10.5.33-36), na qual ele atribui à *fortuna* as falhas da personagem, tal tese é ainda coerente à mensagem geral das *Histórias de*

²⁴² “A vivid reversal of fate for an individual was a well-known theme in ancient literature, and historiography was no exception. [...] Frequently, *tyche* decides important issues by small margins, or its erratic nature spells a complete turnabout for an individual” (Baynham, 1998, p. 120, itálicos da autora).

²⁴³ “The loss of political autonomy was perhaps mirrored in the loss of personal autonomy as seen in the growing importance to historians of fortune (*tύχη*) as an inescapable, at times irresistible, force at work in history. It was individual reversals of fortune that became more and more the stuff of history” (Marincola, 1997, p. 23, itálicos do autor.).

²⁴⁴ “Alexander’s success was due not only to his own great *virtus* and *ingenium*, but to the favor or design of some inexplicable power” (Baynham, 1998, p. 116, itálicos da autora).

Alexandre, referente ao potencial benéfico e próspero do governo imperial, caso o *princeps* esteja apto a conciliar suas inerentes virtudes à *felicitas* que lhe é garantida tanto pela *fortuna*, quanto pela centralização de poder político.

Isto posto, e na esteira de Baynham (1998, p. 111), importa-nos considerar que, na narrativa de Cúrcio, o tema da *fortuna* é desenvolvido por duas frentes simultâneas: de um lado, a crença pessoal do historiador/narrador na ideia de *fatum*, da forma como está relacionado aos conceitos de *fortuna* e *felicitas*, e, de outro lado, a influência da *fortuna* no desenvolvimento antitético das personagens Alexandre e Dario. No que toca ao primeiro tópico, verifica-se que Cúrcio estabelece um paradigma terminológico e conceitual pelo qual diferencia a ideia de *fatum* daquela de *fortuna* e *felicitas*, noções cuja constância e reiteração ao longo da obra foram ora eleitas como argumentos para a adesão do autor ao estoicismo²⁴⁵, ora apontadas como mostras de seu domínio da técnica narrativa em relação à nuance filosófica da historiografia (Albrecht, 1997, p. 1091). Em termos linguísticos, distinguem-se a *fortuna* e o *fatum* na medida em que o *fatum* corresponde ao destino e, a *fortuna*, à força que o controla, quer em direção à prosperidade (*felicitas*), quer ao infortúnio e à ruína. Mais do que isso, “a *felicitas* de Alexandre é sua pura e insólita sorte, que, vez ou outra, prova-se ser a diferença entre o sucesso e a falha” (Baynham, 1998, p. 122, *itálicos da autora*)²⁴⁶. No entanto, mesmo diferenciada de *fatum*, na narrativa de Cúrcio, a *fortuna* exerce a dupla função de ser a sorte e controlá-la, motivo pelo qual Alexandre teme a súbita reviravolta de sua *fortuna*, em vez da interrupção de sua *felicitas*: “A própria *fortuna*, pela qual, ao soprar favoravelmente, Alexandre havia executado tantos negócios, ele, não injustamente, passava a temer. Pelas coisas que ela lhe havia concedido, ele refletia sobre o quão mutável ela era” (Cúrcio, 3.8.20)²⁴⁷, sendo a qualidade instável da *fortuna*, e não de seu favor para as personagens, um dos principais aspectos que dificulta a identificação dela com uma divindade propriamente dita no universo da obra.

Ainda assim, como a *fortuna* é sempre favorável a Alexandre, por meio de sucessivas instâncias em que se atesta sua recorrente *felicitas*, apesar da temeridade de suas decisões e da *húbris* que o impulsiona adiante, ao cabo de sua vida, o *fatum* da personagem é glorioso. Trata-se do aspecto que o diferencia de outros líderes políticos, como Dario, bem como o que

²⁴⁵ Dos trabalhos mencionados neste estudo até então, destacam-se os de McQueen (1967, p. 30) e de Baynham (1998, p. 111). O consenso da fortuna crítica a respeito da escola filosófica à qual Cúrcio pertence aponta para uma mistura de diferentes concepções teóricas e filosóficas por parte do autor, sem qualquer adesão restrita a determinada corrente.

²⁴⁶ “Alexander’s *felicitas* is his uncanny, sheer good luck, which sometimes proves to be the difference between success and failure” (Baynham, 1998, p. 122, *itálicos da autora*).

²⁴⁷ “*Illam ipsam fortunam, qua adspirante res tam prospere gesserat, uerebatur, nec iniuria, ex his quae tribuisset sibi, quam mutabilis esse reputabat*” (Cúrcio, 3.8.20).

certamente influencia a vitória de um sobre o outro, ainda que Cúrcio não explique os motivos pelos quais Alexandre é o *fortunatus rex* e, Dario, o *infortunatus rex*. Em vez disso, ele permite ao leitor vislumbrá-los a partir das ações e palavras de suas personagens.

Para Baynham (1998), um dos principais parâmetros nos quais repousa a antítese entre Dario e Alexandre diz respeito à relação entre a *fortuna* e o *ingenium*, da forma como caracterizam ambas as personagens como simetricamente opostas. Por *ingenium*, a autora entende noções como a natureza, o caráter e/ou o gênio humano, o qual, inerente ao homem, pode ser modificado pela ação da *fortuna*, seja ela uma força cósmica ou divina. É o que também pensa Ribeiro (2020, p. 14), o qual, sobre a questão, afirma que “apesar do monarca ter-se declarado filho de Júpiter, Quinto Cúrcio o retrata como homem. Como tal, Alexandre é movido pela força de seu caráter [*ingenium*]” (Ribeiro, 2020, p. 14, itálicos nossos), ainda que tal caráter seja influenciado pela recorrente *felicitas*, que, por sua vez, confere a Alexandre a impressão de invencibilidade. No entanto, para Baynham, quando comparado a Dario, “em *ingenium*, Alexandre é o homem de *vis*, enquanto Dario é o de *ignavus* (covardia); e, com maior importância, Dario é *infelix*, ou *infortunatus*, enquanto Alexandre é o *fortunatus rex*” (Baynham, 1998, p. 118, itálicos da autora)²⁴⁸.

É essa uma intrincada cadeia conceitual, composta por termos latinos recorrentes na própria caracterização que Cúrcio faz para suas personagens. Noutros termos, para Baynham, o gênio de Alexandre é marcado por uma predominante força e/ou valor (*uis*) que, somada (ou, talvez, já abrangendo) outros aspectos da personagem, como sua virtude e clemência, tornam-no não só digno do favoritismo da *fortuna*, mas, também, apto a sustentar o posto de afortunado com moderação, ainda que ele frequentemente não o faça. Por outro lado, o comportamento de Dario na primeira pêntada da obra lhe rende a reputação, para as personagens e para o leitor, de *ignavus*, isto é, de um homem (mais do que isso, um imperador) indolente e covarde, premissa que se atesta nas instâncias em que ele foge do campo de batalha à rédea solta (3.11.11 e 4.15.32), que contrata assassinos e suborna mercenários para que traíam Alexandre, em vez de enfrentá-lo pessoalmente (4.1.14 e 4.10.16), e que pune com a morte a franqueza de seus conselheiros (3.12.17-19). Portanto, Dario é indigno de *felicitas* e talvez seja esse o motivo pelo qual Cúrcio o caracteriza como o *infortunatus rex*.

²⁴⁸ “In *ingenium*, Alexander is the man of *vis*, whereas Darius is *ignavus* (cowardly); and, more importantly, Darius is *infelix* or *infortunatus*, whereas Alexander is the *fortunatus rex*” (Baynham, 1998, p. 118, itálicos da autora).

Ainda que coerente, tal concepção demanda algumas observações. Em primeiro lugar, parece-nos que a antítese entre as personagens Dario e Alexandre repousa sobre três principais aspectos, que são, respectivamente, o espaço militar, o ofício político e a caracterização moral, sobretudo em relação ao *ingenium* dos dois reis. No espaço militar, Cúrcio ilustra e enfatiza a disparidade comportamental entre eles, na medida em que Alexandre ataca e Dario, inapto a defender, apesar da superioridade numérica de suas tropas em relação às macedônias, foge: primeiro em Isso (3.11.11) e, depois, em Gaugamela (4.15.32). Além disso, Alexandre tende a assumir a vanguarda, quer da cavalaria, quer da infantaria, em oposição a Dario, que, na retaguarda, permanece em sua carruagem: “seja o meu exemplo”, diz ele aos infantes, “um de coragem ou de covardia” (Cúrcio, 4.14.26)²⁴⁹. Por fim e, de modo geral, Alexandre luta por glória, enquanto Dario luta por sobrevivência. É o que afirma ele próprio aos soldados que empunharão armas em Gaugamela: “Pouco antes, os senhores de terras as quais o oceano banha, de um lado, e o Helesponto cerca, do outro. Agora, há de se lutar, não pela glória, mas pela sobrevivência, e por aquilo que vocês valorizam mais que a sobrevivência: a liberdade” (Cúrcio, 4.14.9)²⁵⁰.

Já nos assuntos políticos, enquanto Alexandre opera pela intimidação, o comportamento geral de Dario é caracterizado pela negociação. Este três vezes oferece terras, títulos e espólios a Alexandre, sob a perspectiva de restituir sua família e, na mesma exortação às vésperas de Gaugamela, afirma aos soldados que, dos requerimentos vinculados ao seu posto de liderança: “Quanto às minhas incumbências, eu adquiri um exército que campinas quase infinitas com custo acomodariam, distribuí armas e cavalos, providenciei para que não faltassem provisões a tamanha multidão e escolhi um lugar onde a linha de batalha poderia ser estendida. [13] O resto está em suas mãos” (Cúrcio, 4.14.12-13)²⁵¹. Diametralmente oposta a essa passagem, consta a afirmação de Alexandre aos soldados macedônios mediante um motim em seu acampamento, pela qual lhes suplica para que não o forcem a interromper a marcha pela Índia: “E eu que lhes rogo, eu que nada, nunca, lhes instruí sem que me expusesse primeiro aos perigos, que quase sempre cobri a linha de batalha com meu escudo...” (Cúrcio, 9.2.29)²⁵². Além do mais, durante uma reunião de conselheiros, o general persa Nabarzanes, cujos planos de conspirar contra Dario já haviam sido revelados ao leitor

²⁴⁹ “[...] *siue fortitudinis exemplum, siue ignaviae fuero*” (Cúrcio, 4.14.26).

²⁵⁰ “*Terrarum*”, inquit, ‘*quas Oceanus hinc adluit, illinc claudit Hellespontus, paulo ante domini iam non de gloria, sed de salute et, quod saluti praepontis, libertate pugnandum est*’” (Cúrcio, 4.14.9).

²⁵¹ “*Quod mearum fuit partium, exercitum, quem paene immensa planities uix caperet, comparavi, equos, arma distribui, commeatus ne tantae multitudini deessent prouidi, locum, in quo acies explicari posset, elegi. [13] Cetera in uestra potestate sunt*” (Cúrcio, 4.14.12-13).

²⁵² “*Et is uos rogo, qui nihil unquam uobis praecepi quin primus me periculis obtulerim, qui saepe aciem clipeo meo texi*” (Cúrcio, 9.2.29).

pela onisciência do narrador (5.9.2-3), diz a Dario que os deuses se opunham a eles na guerra contra a Macedônia, pois “[...] a pertinaz *fortuna* não deixa de pesar sobre os persas” (Cúrcio, 5.9.4)²⁵³. Tal comentário, ainda que se apresentasse como uma justificativa para que Dario transferisse seu poder aos generais até que Alexandre fosse subjugado, é, numa perspectiva ampla, essencialmente verdadeiro: Dario é infeliz em suas negociações com Alexandre, seus consortes voltam-se contra ele (5.12.20), suas estratégias de batalha, graças à ação da *fortuna*, desmancham-se durante o conflito e lhe ocasionam inúmeras perdas (3.8.20), e mesmo a mesa onde o rei aquemênida fazia suas refeições eventualmente se torna um banco para que Alexandre repouse os pés (5.2.13-15), visão que é tomada como um augúrio positivo para os macedônios, mas que igualmente representa a humilhação e o constante infortúnio dos persas.

Trata-se de uma observação que ressoa com a reputação dos dois reis. Por um lado, as constantes falhas e, de modo geral, o infortúnio de Dario, certamente somado à cobiça de seus comensais, é um dos motivos pelos quais seus homens buscam usurpar-lhe o trono. Por outro lado, o apreço dos macedônios por Alexandre tem raízes não só em aspectos particulares daquele rei, como seu vigor de soldado e demonstrações de equidade para com seus homens (3.6.19-20), mas, também, na noção de que, “desde o princípio, Alexandre nada parecia empreender sem o apoio divino, pois que, como a *fortuna* lhe estaria à disposição em qualquer lugar, até a temeridade havia desembocado em glória” (Cúrcio, 3.6.18). Portanto, ao passo que Nabarzanes reconhece que os deuses se opunham ao êxito persa, as tropas macedônias admitem que o sucesso e a grandeza de Alexandre constam nos planos divinos.

Assim, como generais e diplomatas, Alexandre é o líder dotado de *uis*, tanto quanto de *uirtus*, caso observada sua atenção aos valores de honra na guerra, enquanto as ações e palavras de Dario acabam por caracterizá-los como *ignauus* e, portanto, merecidamente *infortunatus*. Contudo, e em segundo lugar, a antítese entre os dois reis, evidente nos assuntos da guerra e do governo, progressivamente se anuvia ao longo da narrativa, especialmente no que toca à caracterização moral das duas personagens e ao alicerce que a imagem e cultura de Dario representam ao multiculturalismo de Alexandre. Afinal, é mister considerar, como o faz Baynham (1998, p. 134), que “Cúrcio é um escritor sutil demais para apresentar uma caracterização de qualquer dos dois reis como um mero estereótipo”²⁵⁴.

Atestável noutras instâncias, uma passagem que exemplifica a premissa acima diz respeito ao episódio do Livro IV no qual, de súbito, desenrola-se o infortúnio da morte de

²⁵³ “[...] *pertinax fortuna Persas urgere non desinit*” (Cúrcio, 5.9.4).

²⁵⁴ “Curtius is far too subtle a writer to present his characterization of either king as a mere stereotype” (Baynham, 1998, p. 134).

Estatira, esposa de Dario tomada como espólio de guerra por Alexandre. Às vésperas da Batalha de Gaugamela, o narrador comenta que a rainha persa havia sucumbido pela fadiga decorrente da árdua jornada e, tendo ouvido os uivos e lamentos das outras prisioneiras, o eunuco Tiríotes, antigo comensal de Dario que também havia sido agregado aos prisioneiros macedônios, orchestra uma fuga e dirige-se ao acampamento persa, para comunicar ao rei o falecimento de sua esposa. Com a notícia, Dario se desespera ao pressupor que Estatira teria sido assassinada por Alexandre ao recusar-lhe um avanço sexual. Entre as ameaças de Dario e a angústia de Tiríotes, o episódio é carregado de expressões lamuriosas, até que, após uma insistente e lacrimosa jura do eunuco sobre a virtude de Alexandre, dá-se o seguinte:

[34] *Ille quaestioni corpus offerre, deos testes inuocare, caste santeque habitam esse reginam.* [35] *Tandem, ut fides facta est uera esse, quae adfirmaret spado, capite uelato diu fleuit, manantibusque adhuc lacrimis, ueste ab ore reiecta, ad coelum manus tendens: “Di patrii”, inquit, “primum mihi stabilite regnum; deinde, si de me iam transactum est, precor ne quis potius Asiae rex sit, quam iste tam iustus hostis, tam misericors uictor”* (Cúrcio, 4.10.34-35).

[34] Tiríotes oferecia o corpo à tortura e invocava os deuses como testemunhas de que a rainha fora tratada de forma casta e santa. [35] Finalmente, quando foi aceito como verdadeiro o que o eunuco afirmava, com a cabeça coberta, Dario chorou durante muito tempo. Com lágrimas ainda escorrendo, ele descobriu o rosto e, estendendo as mãos ao céu, disse: “Ó deuses pátrios, primeiro, estabilizai-me o reino; depois, se meu destino já está traçado, peço que ninguém mais reine sobre a Ásia, a não ser esse homem – esse inimigo tão justo, esse vencedor tão misericordioso” (Cúrcio, 4.10.34-35).

É esta uma das mais louváveis passagens das *Histórias de Alexandre*, na qual um oponente admite a virtude do outro e, mais do que isso, reconhece a impossibilidade de que outro homem, senão tal inimigo, assuma seu posto, no acaso de sua morte. Com efeito, Cúrcio caracteriza o imperador aquemênida como um homem desafortunado, e Albrecht (1997, p. 1091) tem razão ao denominá-lo uma personagem constante neste aspecto. Não só o luto do rei persa, mas, também, a eventual aceitação da virtude de Alexandre para com assuntos pessoais, demonstram que o infortúnio de Dario o torna uma personagem, mais que desafortunada, trágica (Baynham, 1998, p. 134), cujo *fatum* é nem o reencontro com sua família, nem a glória decorrente do êxito frente à força macedônia, nem, ainda, a sobrevivência pela qual luta, pois seu fim é o de um imperador traído e abandonado, por seus próprios generais, aos cães e às aves de rapina. E, ainda que a covardia seja um de seus traços característicos, é inegável que, nas *Histórias de Alexandre*, Dario “era um homem de natureza gentil – Cúrcio com frequência o descreve com termos como *sanctus* (virtuoso) e *mitis*

(suave) – mas, ainda assim, ele carecia de uma personalidade forte” (Baynham, 1998, p. 134, *itálicos da autora*)²⁵⁵.

Ainda no âmbito da caracterização moral de protagonista e antagonista, da maneira como se relaciona ao tema predominante da *fortuna*, verifica-se que a reviravolta de sua boa-sina é, para Alexandre, um risco do qual lhe avisam não seus generais, conselheiros ou áugures, mas, em vez disso, seus oponentes. Quer movido por sua crença pessoal nas noções de *fatum* e de *fortuna*, quer lhes atribuindo à *persona* narradora da história e, em qualquer dos casos, servindo-se do discurso antagonista para dialogar com o protagonista, o fato é que Cúrcio, mais de uma vez, cria situações nas quais inimigos estrangeiros avisam Alexandre sobre a mutabilidade da *fortuna*. Na segunda carta enviada ao rei, Dario lhe adverte que “[...] ao modo das aves, cuja leveza natural os impele aos astros, Alexandre se deixaria levar pela mente fútil e pueril: naquela idade, nada era mais difícil do que controlar tamanha *fortuna*” (Cúrcio, 4.5.3)²⁵⁶. É este um excerto que, diga-se de passagem, tanto pelo conteúdo do conselho, quanto pela dinâmica temática de ter sido ofertado de um inimigo ao outro, ressoa com outros trabalhos canônicos. Em seu estudo sobre a *fortuna* na obra de Tito Lívio, por exemplo, Lazarus comenta que “Aníbal [...] avisa Cipião que sua juventude e sua sucessão inquebrantável de vitórias o iludiram, levando-o a ignorar o grande risco que correria ao se envolver em uma batalha decisiva (30.30.11-12)” (Lazarus, 1979, p. 130)²⁵⁷. A mensagem de Dario é precisamente a mesma, a qual também é transmitida a Alexandre pelo monólogo do velho embaixador cita, passagem em que o rei é avisado para que “segure firme a *fortuna* com as mãos, pois ela é escorregadia e não pode ser contida contra a vontade. [...] Imponha freios a sua prosperidade, você irá mais facilmente governá-la. [25] Os nossos costumam dizer que a *fortuna* não tem pés, mas asas e mãos. Quando ela estender as mãos, agarre também as asas” (Cúrcio, 7.8.24-25)²⁵⁸, caso contrário, ela voará para longe, concedendo-lhe a queda ao abismo. E, como comenta Cúrcio no início do Livro III, se Alexandre tivesse sido capaz de controlar seu temperamento diante da prosperidade, como lhe aconselha o embaixador, “assim, ele, sem dúvida, teria vencido a soberba e a ira, flagelos invencíveis; assim, nos

²⁵⁵ “He was a kind-natured man - Curtius frequently describes the king with words like *sanctus* (virtuous) and *mitis* (mild) - yet he lacked strength of personality” (Baynham, 1998, p. 134, *itálicos da autora*).

²⁵⁶ “*Vereri se ne, auium modo, quas naturalis leuitas ageret ad sidera, inani ac puerili mente se efferret: nihil difficilius esse, quam in illa aetate tantam capere fortunam*” (Cúrcio, 4.5.3).

²⁵⁷ “Hannibal [...] warns Scipio that his youth and his unbroken succession of victories have deluded him into ignoring the great risk which he would run by engaging in a decisive battle (30.30.11-12)” (Lazarus, 1979, p. 130).

²⁵⁸ “*Proinde fortunam tuas pressis manibus tene: lubrica est, nec inuita teneri potest. Salubre consilium sequens quam praesens tempus ostendit melius: inpone felicitati tuae frenos; facilius illam reges. [25] Nostri sine pedibus dicunt esse Fortunam, quae manus et pinnae tantus habet; cum manus porrigit, pinnae quoque comprehendit*” (Cúrcio, 7.8.24-25).

banquetes, ele teria hesitado em matar, sem claros motivos, amigos e egrégios guerreiros que com ele subjugaram tantos povos” (Cúrcio, 3.12.19).

Sejam eles um elemento temático deliberadamente orquestrado pelo autor, sejam uma coincidência narrativa ou, então, um detalhe histórico, em qualquer caso, os avisos inimigos sobre a mutabilidade da *fortuna* ilustram, em primeiro e imediato plano, a significância que Cúrcio atribui ao desenvolvimento psicológico de suas personagens. Oponentes oferecem valiosos conselhos, cujas entrelinhas abrigam a promessa de que, assim como Alexandre agora os derrota, também um dia será ele o derrotado, se não por mão inimiga, certamente pelo desígnio divino. Em segundo plano, o excerto anterior exemplifica a noção de que a caracterização moral é o meio pelo qual Cúrcio deturpa a clara delimitação entre a virtude do protagonista e a covardia do antagonista, sobretudo porque tal linha, feita mais tênue a cada capítulo, eventualmente desemboca no efeito corrosivo da *fortuna* sobre Alexandre.

Em tom similar à avaliação de Baynham (1998, p. 134) sobre o rei persa, Albrecht afirma que Dario “[...] foi precipitado da boa à má sorte, a qual aprendeu a suportar e preservou sua dignidade. Cúrcio se demora no aspecto comovente e trágico deste grande oponente de seu herói” (Albrecht, 1997, p. 1091)²⁵⁹. Afinal, assim como Alexandre não segue, à risca, o estereótipo de um imperador megalomaniaco, também Dario não segue o de um vilão covarde e ingênuo e, como a Albrecht, parece-nos que a escolha de Cúrcio a demorar-se na caracterização trágica de tal antagonista é intencional. Isto é, a antítese entre Alexandre e Dario repousa não só na disparidade entre ambas as personagens sob a coroa, mas, também, na diferença geracional pela qual o autor as distingue, ainda que, historicamente, os dois reis tenham ascendido ao trono em data próxima (Stoneman, 2004, p. 63-66). Pelos conselhos fornecidos sobre a imprudência da juventude, bem como pela tendência geral a negociar bens em vez de atacar fisicamente, e, ainda, pelo valor atribuído à instituição familiar, Cúrcio caracteriza Dario como um homem não só mais velho, mas, também, mais sábio que Alexandre. E, para além da popular dinâmica temática entre o velho e o novo rei que disputam o mesmo território, Cúrcio ainda estabelece um contraste representacional entre o velho e o novo mundo, ao menos no que toca aos modos culturais de manutenção imperial. Mesmo a proposta multiculturalista de Alexandre após a subjugação de Dario, assim como as mostras, historicamente atestadas, de confluência literária durante o Período Helenístico (Mandel, 1980; Marincola, 1997; Morgan, 2007), demonstram que Alexandre amplia os horizontes culturais e político-comerciais com suas campanhas, não só viabilizando, mas, na

²⁵⁹ “He [Darius] was precipitated from luck into bad luck, learnt to endure it and preserved his dignity. Curtius dwells on the moving and tragic features of this great opponent of his hero” (Albrecht, 1997, p. 1091).

verdade, instigando a mistura de costumes e a coexistência entre o Ocidente e o Oriente, a partir da superação de antigas mágoas e dívidas que, antes, na época representada por Dario, separava-os.

Em todo caso, apesar dos conselhos que, com frequência, lhe são ofertados, bem como de seu próprio temor em relação à momentaneidade de sua *felicitas*, na obra de Cúrcio, a *fortuna* de Alexandre é constante e inquebrantável, mesmo no dia de sua morte, pois ela designou que sua vida e glória teriam o mesmo fim (10.5.36). Trata-se de uma passagem enigmática da eulogia fúnebre, pela qual se é possível depreender que a *fortuna* não permitiu que Alexandre fosse destituído de dignidade durante sua vida, como acontece a Dario. Ainda assim, Cúrcio não constrói os conselhos fornecidos por oponentes como promessas vãs, lançadas ao vento. Isto é, Alexandre não sofre o súbito revés da *fortuna*, mas as consequências de seu excesso, da maneira como Dario, previamente, lhe havia avisado que aconteceria. Com a *fortuna* fixa em sua retaguarda, conforme a *felicitas* de Alexandre é recorrente e, portanto, prevista como garantida, ela o induz à *temeritas* e à *húbris*, que são, por sua vez, a causa de sua ruína, pois “a avareza por glória e o insaciável desejo por fama permitiam que nada fosse visto como inacessível ou remoto” (Cúrcio, 9.2.9)²⁶⁰, seja tal crença direcionada ao rumo das campanhas expedicionárias, seja à busca por ultrapassar sua própria mortalidade. Tal tese é ainda reforçada por Cúrcio em sua eulogia, na qual afirma que, “ainda que ele tenha devido muito à virtude, ele devia mais à *fortuna*, a qual, de toda a humanidade, só ele tivera sob seu poder. Quantas vezes ela o conduzira de volta da morte! Quantas, ela o cobriu em perpétua prosperidade, tendo ele se transportado às cegas ao perigo!” (Cúrcio, 10.5.35)²⁶¹.

Assim, confiante no êxito que lhe é garantido pela *fortuna*, Alexandre não só cede ao excesso das paixões e à insistência nas medidas pelas quais atingirá a glória, mas, também, contempla seu potencial político, religioso e heroico como irrestrito. É a *fortuna* a responsável pela tendência do protagonista a, por um lado, “se igualar aos deuses, buscar honras divinas, confiar em oráculos que aconselhavam tais coisas, e irritar-se, com mais impetuosidade do que seria justo, com aqueles que se recusavam a venerá-lo” (10.5.33), e, por outro lado, “mudar os ornamentos do corpo ao aspecto estrangeiro, imitar os modos dos povos vencidos, os quais, antes da vitória, ele havia desprezado” (10.5.33). Como foi comentado

²⁶⁰ “*Rursus auaritia gloriae et insatiabilis cupido famae nihil inuium, nihil remotum uideri sinebat*” (Cúrcio, 9.2.9).

²⁶¹ “*Fatendum est tamen, cum plurimum uirtuti debuerit, plus debuisse fortunae, quam solus omnium mortalium in potestate habuit. Quotiens illum a morte reuocauit! quotiens temere in pericula uectum perpetua felicitate protexit!*” (Cúrcio, 10.5.35).

anteriormente, são duas posturas que residem no cerne de todos os conflitos internos, os quais rapidamente consomem em chamas todo o acampamento tais que pequenos focos de incêndio.

Uma observação final é pertinente ao tópico da antítese entre Dario e Alexandre, da maneira como importa ao desenvolvimento temático da *fortuna* na narrativa de Cúrcio. Um mestre na arquitetura de sutis motivos que serão posteriormente úteis ao desenrolar do enredo²⁶², Cúrcio não só faz do conselho de Dario sobre a *fortuna* uma promessa cumprida, mas, também, atribui sonhos proféticos à personagem, os quais metaforicamente ilustram seu destino²⁶³. Às vésperas da Batalha de Isso, o imperador aquemênida acorda perturbado e ansioso, pois “[...] o acampamento de Alexandre pareceu-lhe acender com o fulgor de um grande fogo e, depois, Alexandre foi conduzido até ele, em roupas que o próprio Dario havia usado. Em seguida, ele foi levado a cavalo pela Babilônia e, subitamente, desapareceu” (Cúrcio, 3.3.3)²⁶⁴. Ora, é este o fim de Alexandre, apresentado ao leitor no capítulo inicial da obra (em sua forma remanescente) a partir de um sonho do antagonista. Isto é, nos capítulos finais das *Histórias de Alexandre*, sobretudo do Livro VIII em diante, a corte macedônia incendeia-se de conflitos e intrigas, os quais rapidamente se espalham aos soldados e forçam Alexandre à tomada de medidas infames, como o isolamento dos rebeldes e a implicação de figuras problemáticas, como Calístenes de Olinto, em conspirações das quais eram alheios. E, como foi discutido na introdução deste capítulo, um dos principais motivos para tais conflitos é a implementação de costumes, práticas e trajes persas junto ao exército macedônio, pois remontavam às roupas que, anteriormente, tornavam reconhecível o inimigo. Então, incapaz de extinguir a revolta dos homens, Alexandre eventualmente cede ao retorno à Macedônia, cavalgando primeiro em direção à Babilônia, onde, de fato, desaparece, tanto da visão concebida em sonho, quanto do próprio teatro do mundo.

Com efeito, Dario é uma personagem que desvenda Alexandre ao leitor, quer por suas falas e ações que, comparáveis às do protagonista, acabam por caracterizá-lo, quer pela própria lógica narrativa da construção antitética, cujos conceitos fundamentais aludem às falhas e às virtudes de Alexandre. Isto é, como observa Baynham (1998, p. 128, *itálicos da autora*), “da mesma forma que a *fortuna* de Alexandre excede a de Dario, também o faz o

²⁶² Numa veia estruturalista de análise, o sonho de Dario às vésperas de Isso poderia ser considerado aquilo que Genette (1995, p. 38) denomina uma prolepse narrativa. Isto é, a menção a determinado evento ou detalhe que, inserido no início do texto, alude ao futuro das personagens e da trama.

²⁶³ Sobre sonhos nas *Histórias de Alexandre*, cf. Vivero (2023).

²⁶⁴ “*Castra Alexandri magno ignis fulgore conlucere ei uisa sunt, et paulo post Alexander adduci ad ipsum in eo uestis habitu, quo ipse fuisset, equo deinde per Babylona uectus, subito cum ipso equo oculis esse subductus*” (Cúrcio, 3.3.3).

potencial dela para o mal”²⁶⁵, sobretudo porque, seja ela compreendida como uma divindade ou como o acaso, seja ela controlada por Alexandre ou a força que o controla, a *fortuna* na narrativa de Cúrcio se resume à premissa de que ela “[...] geralmente faz aqueles que ela coagiu a confiarem unicamente nela mais ávidos por glória do que capazes de suportar” (Cúrcio, 4.7.29)²⁶⁶. Conforme lhe concede sucessivas vitórias, ela instiga a *cupido* do protagonista, o qual, certo da própria competência e grandeza, como um ingênuo pássaro, “se deixa levar pela mente fútil e pueril” (Cúrcio, 4.5.3). No processo, acaba ele mesmo por condenar seus amigos e generais ao abismo que se abre sob seus pés.

4.2.2. *Cupido* e a corrupção das virtudes

Para além da viagem de aventuras e da atuação da *fortuna* sobre as desavenças das personagens, as *Histórias de Alexandre* ainda compartilham, com o romance antigo, o tema da *cupido*, entendida como o desejo, geralmente amoroso, que acomete as personagens da trama. Sobre a manifestação do tema neste gênero antigo, e a partir da máxima ditada por Huet de que “o amor deve ser o tema principal do romance [antigo]”²⁶⁷, o estudo de Carlos García Gual (1972) propõe que, “[...] nas peripécias e aventuras dos jovens protagonistas dos relatos românticos, o amor é o fio que tece a trama de suas vicissitudes mais ou menos complicadas. O primeiro romancista grego define sua obra como o relato de uma ‘experiência amorosa’, um *páthos erotikón*” (Gual, 1972, p. 10, itálicos do autor)²⁶⁸. Por primeiro autor, Gual se refere a Cáriton de Afrodísias, o qual, na introdução de *Quéreas e Calíroe*, afirma que tratará de “uma história de amor que aconteceu em Siracusa”²⁶⁹ e, assim, elege o *páthos erotikón* como um elemento fundamental do romance.

Como observa Brandão (2005, p. 82-89), é esta uma visão generalizada do gênero, sobretudo no que toca ao romance de expressão grega, ao qual foi popularmente conferido o

²⁶⁵ “Since Alexander’s *fortuna* exceeds that of Darius, so does his potential for evil” (Baynham, 1998, p. 128, itálicos da autora).

²⁶⁶ “[...] *sed fortuna, quos uni sibi credere coegit, magna ex parte avidos gloriae magis quam capaces facit*” (Cúrcio, 4.7.29).

²⁶⁷ A obra de Huet, mencionada por Gual (1972, p. 10) é denominada “*Traité sur l’origine des romans*” (1670). A citação original do autor é a seguinte: (Huet, 1670, p. 3): “Os romances são ficções de aventuras românticas, escritas em prosa e com arte, para o prazer e a instrução dos leitores. A se adicionar, as aventuras amorosas, porque o amor deve ser o principal tema do romance”. (“Romans sont des fictions d’aventures amoureuses, écrites en prose avec art, pour le plaisir et l’instruction des lecteurs. D’ajoute, d’aventures amoureuses, parce que l’amour doit être le principal sujet du Roman”). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k650112/f11.image.r=1>. Acesso em 31 de março de 2025.

²⁶⁸ “En las peripecias y aventuras de los jóvenes protagonistas de los relatos románticos el amor es el hilo con el que se enhebra la trama patética de sus avatares, más o menos complicada. El primer novelista griego define su obra como el relato de una ‘experiencia amorosa’, un *páthos erotikón*” (Gual, 1972, p. 10, itálicos do autor).

²⁶⁹ CÁRITON DE AFRODÍSIAS, *Quéreas e Calíroe*. Tradução de Adriane da Silva Duarte. São Paulo: Editora 34, 2020, p. 17.

apelido de romance idealizado ou romance de amor e aventuras. Para o autor, ainda que o *páthos erotikón* e a viagem aventureasca sejam temas predominantes, mesmo intercalados em tais tramas, no *cópus* do romance antigo há obras que tendem a um mais que ao outro e que podem, portanto, ser categorizados separadamente, ora como romances paradoxográficos, cuja ênfase é o aspecto aventureso da história, ora como romances eróticos, voltados ao amor entre as personagens. Assim, enquanto Eros reina em *Quéreas e Calíroe*, de Cáriton, pouco há de sua presença em *Das narrativas verdadeiras*, de Luciano, ainda que ambas as obras possam ser compreendidas no mesmo *cópus* literário.

Diferentemente do que se passa no romance, nas *Histórias de Alexandre*, o tema da *cupido* não é um correspondente exclusivo ao *páthos erotikón*, sobretudo porque Cúrcio é um autor reservado e pessimista no que toca aos amores de suas personagens. Com frequência, os laços eróticos são um motivo de infortúnio: a conspiração de/contra Filotas é iniciada por dois amantes, Dimno e Nicômaco (7.7.2-10), como também o é a conspiração dos pajens (8.6.7-9), cujo fundamento é o ressentimento de Sótrato em relação a Alexandre, dados os açoites que o rei desferiu no jovem Hermolau, por quem Sótrato nutria uma profunda paixão. Também Dario sofre a perda de sua esposa, retida junto aos macedônios (4.10.18-34) e, em geral, personagens dedicadas à oferta de prazer, como cortesãs e eunucos, tendem a ser caracterizadas como depravadas e manipuladoras, especialmente nos episódios em que, acompanhadas de Alexandre, oferecem-no conselhos tendenciosos.

Além disso, a narrativa de Cúrcio contempla o tema da *cupido* (em sentido amplo, mas também em correspondência à paixão erótica) como indissociavelmente atrelado às ações da *fortuna*. Isto é, como foi discutido no capítulo anterior, a *fortuna* acolhe Alexandre como um favorito e, por demasiada prosperidade, acaba por exercer certo efeito corrosivo sobre sua virtude, na medida em que alimenta seu ego e atribui uma impressão de invencibilidade à alteridade da personagem, que, por sua vez, passa a falhar no controle de seu temperamento. Explica-se, assim, a crescente presença de Alexandre em meio a cortesãs e eunucos, festas e banquetes, na segunda *pêntada* da obra, conforme a influência da *fortuna* sobre ele aproxima-se do ápice. No entanto, a personagem não é subitamente atingida por paixões avassaladoras, nem parece dedicar ao amor (e à concepção de um herdeiro) muita atenção. Em vez disso, nas *Histórias de Alexandre*, a *cupido* diz respeito ao desejo desenfreado de atingir a glória heroica, à qual o protagonista dedicou sua vida e empreitada (9.6.21), de modo que, instigada pela prosperidade da *fortuna*, ela é um apetite insaciável que move Alexandre pela trama, seja em direção ao amor, seja à guerra.

O elemento chave para a compreensão da *cupido* como um tema nas *Histórias de Alexandre* diz respeito à impossibilidade de que seja aplacada. Segundo Baynham (1998), a “*Cupido* e seu equivalente grego, *pothos*, ocorrem com relativa frequência na tradição alexandrina como uma explicação da motivação do rei – quer para uma conquista difícil ou para a jornada a um lugar exótico” (Baynham, 1998, p. 90, itálicos da autora)²⁷⁰. Mais do que isso, a *cupido* de Alexandre não só se refere aos amores do rei ou ao desejo ambicioso de perdurar suas campanhas expedicionárias, mas, também, à própria aspiração de ascender ao plano imortal (por sua estirpe divina) e de superar seus ídolos (pela emulação de figuras heroicas). Para nos servirmos das palavras do velho embaixador cita, Alexandre é “[...] o primeiro homem do mundo a alcançar a fome por meio da saciedade, de modo que, quanto mais tem, tanto mais energicamente [ele] busca o que não tem” (Cúrcio, 7.8.20)²⁷¹.

Consequentemente, conforme a *cupido* de Alexandre é um impulso implacável fomentado pela prosperidade da *fortuna*, ela habita o cerne de grande parte das intrigas palacianas e conspirações no exército macedônio, pois os soldados não compartilham da *laboris patientia* (10.5.26), nem da ambição, que caracterizam o protagonista. Trata-se de uma noção reconhecida por ele próprio. No Livro IX, por exemplo, tendo subjugado Poro em campo de batalha e aflito pela maneira com a qual anunciaria a continuidade da marcha às tropas, Alexandre pondera:

[10] *Et interdum dubitabat an Macedones tot emensi spatia terrarum, in acie et in castris senes facti per obiecta flumina, per tot naturae obstantes difficultates secuturi essent: abundantes onustosque praeda magis parta frui uelle, quam acquirenda fatigari. [11] Non idem sibi et militibus animi. Sese totius orbis imperium mente complexum adhuc in operum suorum primordio stare, militem labore defetigatum proximum quemque fructum finito tandem periculo expetere* (Cúrcio, 9.2.10-11).

[10] De tempos em tempos, ele duvidava dos macedônios. Tendo percorrido tão extenso território, tendo envelhecido na batalha e no acampamento, eles o seguiriam pelos rios que surgiam como obstáculos e pelas dificuldades estorvantes da natureza? Ricos e fartos em espólios, eles mais queriam usufruir o conquistado do que serem extenuados com mais conquista. [11] Ele e os soldados não pensavam da mesma forma: ele mesmo havia idealizado o domínio de todo o mundo e pensava ainda estar no começo de suas obras, enquanto o soldado, fatigado pelo trabalho, desejava colher cada fruto imediato, agora que o perigo finalmente havia passado (Cúrcio, 9.2.10-11).

Por meio das ansiedades de Alexandre, oniscientemente capturadas, Cúrcio não só corresponde a *insatiabilis cupido* (9.2.9) à sede do protagonista por glória, mas, também,

²⁷⁰ “Cupido and its Greek equivalent, *pothos*, occur fairly often in the Alexander traditions as an explanation of the king’s driving or motivation - either for a difficult achievement or for a journey to an exotic place” (Baynham, 1998, p. 90, itálicos da autora).

²⁷¹ “*Primus omnium satietate parasti famem, ut, quo plura haberes, acrius quae non habes cuperes*” (Cúrcio, 7.8.20).

atribui a ele a compreensão de que seu *ingenium* e propósito são incompatíveis com o desejo dos outros homens. Alexandre não é alheio aos motivos pelos quais conspirações e discussões se assomam em seu acampamento, mas, pelo contrário, ele teme que o conflito de interesses entre ele e os seus resulte em separação e abandono, ou, então, em um destino similar ao de Dario. O excerto dialoga diretamente com as denúncias do embaixador cita (7.8.12-26) sobre a insaciedade que o impulsiona eternamente adiante, as quais “[...] se centram em demonstrar que Alexandre atua tal qual um bandido, bem como em censurar seu desejo incessante de conquistar, recorrendo, para tanto, ao famoso motivo historiográfico da πόθος (em latim, *cupido*)” (Aprile, 2023, p. 79, itálicos do autor)²⁷². Assim, o potencial disruptivo e corrosivo da *cupido* é tanto visível aos seus oponentes (7.8.12-26), quanto reconhecido pela própria personagem (9.2.10-11). E, quando comparados, ambos os excertos demonstram que, para Cúrcio, a *cupido* prevalece sobre a razão, de modo que seu aspecto negativo repousa na ação precipitada sobre um instinto irracional, incontrolável e, no caso de Alexandre, excessivo.

Conforme remete à irracionalidade, nas instâncias em que Alexandre está tomado pelas paixões e/ou sob influências que as inspiram (como o fazem o vinho e a cólera), ele tende a agir de maneira irrefletida. Consequentemente, tanto o remorso, quanto a *temeritas* da personagem, são frequentes frutos de sua *cupido*. Trata-se de uma observação do próprio narrador, cuja eulogia computa às falhas de Alexandre a *iracundiam et cupidinem uini* (a irascibilidade e a paixão por vinho), as quais, “assim como a juventude as havia provocado, assim, também, poderiam ter sido apaziguadas pela velhice” (Cúrcio, 10.5.34), pois seriam decorrentes da inabilidade de Alexandre em controlar seu próprio temperamento, frente às vantagens conferidas pela *fortuna* e à grandeza de sua ambição, bem como de certa ingenuidade que, somada à irracionalidade decorrente do vinho e da cólera, aflorariam paixões típicas da juventude.

É também pela chave da irracionalidade que, ao longo da narrativa, Cúrcio constrói o aspecto prejudicial da *cupido* como um tema atrelado a outros três. Em primeiro lugar, há a *ira* de Alexandre, manifesta tanto como uma consequência das instâncias em que a concretização de sua *cupido* é frustrada por personagens secundárias, quanto como, no momento de sua ação colérica, uma amostra de insanidade. Então, há a paixão de Alexandre por vinho e sua participação em eventos relacionados à devassidão, dentre os quais constam festas, banquetes e orgias nos quais a personagem se junta a cortesãs e eunucos. Por fim, há o

²⁷² “Los argumentos centrales del discurso se centran en demostrar que Alejandro actúa como un bandido y en censurar su incesante anhelo de conquistas, recurriendo para ello al famoso motivo historiográfico del πόθος (en latín, *cupido*)” (Aprille, 2023, p. 79, itálicos do autor).

páthos erotikón propriamente dito, isto é, os relacionamentos amorosos de Alexandre com outras personagens da trama, o qual, na obra de Cúrcio, é tão irracional quanto político.

Em primeiro lugar, e como discutido anteriormente, a transição da *ira* de Alexandre em *rabies* é uma amostra do potencial irracional e feroz da personagem, noção depreendida de passagens nas quais sua *cupido* parece ser a de retaliação e, portanto, de violência. Uma vez empreendidos, tais atos tendem a ser justificados ao leitor por meio da onisciência do narrador, que acessa a *psique* do protagonista, ora sob os termos de retribuição às feridas infligidas pelos alvos de sua cólera, ora sob os do desejo de emular figuras heroicas ao ultrapassar-lhes a brutalidade. E, a despeito das escusas, é certo que a *rabies* de Alexandre lhe rendeu uma reputação infame, tanto entre as personagens secundárias das *Histórias de Alexandre*, que passam a temê-lo, quanto noutras obras literárias, contemporâneas a Cúrcio ou não. Conforme propõe a crueldade como o principal traço da tirania, Sêneca, por exemplo, refere-se diretamente ao macedônio nos seguintes termos:

[1] *Crudelitas minime humanum malum est indignumque tam miti animo; ferina ista rabies est sanguine gaudere ac uulneribus et abiecto homine in siluestre animal transire. Quid enim interest, oro te, Alexander, leoni Lysimachum obicias an ipse laceres dentibus tuis? Tuum illud os est, tua illa feritas. o quam cuperes tibi potius ungues esse, tibi rictum illum edendorum hominum capacem! Non exigimus a te ut manus ista, exitium familiare certissimum, ulli salutaris sit, ut iste animus ferox, insatiabile gentium malum, citra sanguinem caedemque satietur; clementia iam uocatur, ad occidendum amicum carnifex inter homines eligitur* (Sêneca, *Clem.*, 25)²⁷³.

A crueldade está longe de ser um vício humano e é indigna da mente gentil do homem: é mera loucura bestial encontrar prazer em sangue e feridas, renunciar à humanidade e transformar-se em uma fera selvagem da floresta. Diga-me, Alexandre, qual é a diferença entre jogar Lisímaco dentro de uma jaula de leão e dilacerar sua carne com seus próprios dentes? É você quem tem a boca do leão e a ferocidade do leão. Como você ficaria satisfeito se tivesse garras em vez de unhas e mandíbulas capazes de devorar homens! Não esperamos que sua mão, a certa assassina de seus melhores amigos, restaure a saúde de alguém; nem que seu espírito orgulhoso, fonte inesgotável de mal para todas as nações, se satisfaça com algo que não seja sangue e matança: chamamos de misericórdia o fato de seu amigo ter como seu algoz um ser humano... (Sêneca, *Clem.*, 25, 2023, p. 89)²⁷⁴.

Tal qual Cúrcio, também Sêneca associa a *cupido* à irracionalidade, ao menos na medida em que distingue os homens das feras. Isto é, o filósofo identifica a crueldade não com um mal humano (*humanus malum*), mas com a fúria bestial (*ferina rabies*), pois tanto a inclinação à crueldade, quanto a violência pela qual ela se concretiza, são considerados aspectos estranhos à “mente gentil do homem” (*indignumque tam miti animo*) e, assim, representativos de uma “renúncia à humanidade” (*abiecto homine*). Trata-se de um panorama

²⁷³ Excerto extraído de: SÊNECA. **De clementia**. Tradução: Susanna Braund. Oxford: Oxford University Press, 2009, 25, p. 136.

²⁷⁴ Tradução de Ana Luiza Cortelasse (2023).

que, em primeira mão, ecoa algumas passagens emblemáticas das *Histórias de Alexandre*, sobretudo o episódio da punição de Bétis (4.6.26-29), no qual a *ira* de Alexandre se transforma em *rabies* e o rei, tendo arrastado seu ainda vivo oponente pelos escombros de Gaza, regozija-se pela semelhança entre seu comportamento e o de Aquiles, para além do episódio referente ao remorso de Alexandre após o assassinato de Clito (8.2.1-12), no qual a personagem denomina-se um animal selvagem, em vista à carnificina conduzida na noite anterior.

Dirigida a Alexandre, a crítica se resume à sentença: “Como você ficaria satisfeito se tivesse garras em vez de unhas e mandíbulas capazes de devorar homens!” (Sêneca, *Clem.*, 25, 2023, p. 89). Dela, depreende-se que, para o autor, a saciedade animalesca de Alexandre só poderia ser suprida pela acessibilidade àquilo que lhe facilitaria a violência (as unhas e mandíbulas do leão), da qual decorreria, mais que o contentamento (*gaudere*), também a satisfação de ceder a um desejo intenso, observação inferida pela exclamação “*O quam cuperes [...]*”. Trata-se, aliás, de um desejo que não remete à sobrevivência, pois, ao recuperar o boato de que Alexandre teria jogado seu consorte, Lisímaco, na jaula de um leão, Sêneca concebe o macedônio como o animal que opera não pela ordem da cadeia alimentar ou pela subsistência, mas, em vez disso, pela violência gratuita que, prazerosa, alimenta seu “espírito orgulhoso” (*animus ferox*)²⁷⁵.

É Pausânias, em sua *Descrição da Grécia* (1.9.5), quem desenvolve a história de que Alexandre teria trancado Lisímaco na jaula de um leão, apenas para ser surpreendido pelo sucesso deste em abater a fera. Assim, se Lisímaco é uma vítima de crueldade na obra de Sêneca, ele é, também, aquele que a resiste, na de Pausânias. Por sua vez, Cúrcio cria uma situação inteiramente diferente: ele relega a história à condição de boato (8.1.17) e, em vez dela, relata que Alexandre, durante a caçada de um leão, teria afastado a mão de Lisímaco para que ele, e não o caçador, pudesse abater a fera (8.1.11-19), pois, ao passo que o enfrentamento do leão é simbólico da crueldade nas obras de Pausânias e de Sêneca, em Cúrcio, ele remete diretamente a Hércules. Consequentemente, Lisímaco não é a vítima, mas o concorrente de Alexandre, sendo o posto disputado aquele que lhes aproxima das façanhas míticas, na medida em que a motivação da personagem é, antes da *rabies* ou da crueldade, sua preocupação com a construção e manutenção de uma reputação heroica.

Nesses termos, entende-se que a *rabies* de Alexandre é uma consequência de sua frustrada *cupido* em relação à manutenção reputacional, de modo que a violência impulsiva é,

²⁷⁵ Sêneca ainda enfatiza a irracionalidade e o aspecto animalesco de Alexandre pelo adjetivo “*ferox*” que caracteriza seu “*animus*”. A expressão admite que o próprio coração, ou espírito, de Alexandre é bestial.

mais que um instinto, também a maneira pela qual a personagem reafirma sua autoridade perante os que a desafiam. Dois mil cidadãos de Tiro foram crucificados após o cerco (4.4.17), pois, de todas as outras, “uma só cidade havia ousado deter o curso da vitória” (Cúrcio, 4.2.17). Em seguida, Bétis responde às ameaças de Alexandre com um silêncio obstinado, negando-lhe as súplicas que, para o rei, seriam o comportamento esperado de um vencido (4.6.27-28). Então, Clito desfavoravelmente o compara a Filipe, desprezando as medidas pelas quais o rei buscava instaurar certo pluralismo cultural em sua corte (8.1.22-42), e, por sua vez, apesar de não enfrentá-lo, Lisímaco ameaça atingir, antes de Alexandre, um feito heroico, cuja reputação o colocaria a par de Hércules (8.1.11-19). Portanto, a *ira* da personagem é uma consequência instintiva da frustração de sua *cupido*, mas, conforme as situações que a provocam ameaçam prejudicar sua reputação, consequentemente, sua crueldade é proposital. Para Sêneca, Alexandre é a fera que mata por prazer; para Cúrcio, ele é a fera que mata para demonstrar aos outros as consequências de ser enfrentada.

A segunda concepção pejorativa da *cupido* nas *Histórias de Alexandre* diz respeito aos elementos relacionados à embriaguez. Nesse caso, o termo *cupido* (frequentemente veiculado em expressões como a *cupidinem uini*, 10.5.34) corresponde não ao “desejo” ou à “ambição”, mas à paixão de Alexandre por vinho, o qual, conforme lhe deturpa os sentidos, consequentemente o impulsiona a ações premeditadas, das quais a personagem, quando sóbria, tende a se arrepender. Mesmo nas vezes em que ela é inofensiva, a postura devassa de Alexandre é frequentemente recriminada pelo narrador, cujo moralismo frente à narração de práticas sexuais conduzidas em festas e banquetes tem lhe rendido a reputação de ser um historiador “conservador” (McKechnie, 1999, p. 48). Um dos exemplos em que tal postura narrativa é proeminente diz respeito ao episódio, previamente comentado, no qual Cúrcio aborda as festas babilônicas que, em meados de 331/330 a.C., entretiveram Alexandre ao longo de um mês:

[36] *Diutius in hac urbe quam usquam constitit rex, nec alio loco disciplinae militari magis nocuit. Nihil urbis eius corruptius moribus, nihil ad inritandas inliciendasque inmodicas cupiditates instructius. [37] Liberos coniugesque cum hospitibus stupro coire, modo pretium flagitii detur, parentes maritique patiuntur. Conuiuiales ludi tota Perside regibus purpuratisque cordi sunt, Babylonii maxime in uinum et, quae ebrietatem sequuntur, effusi sunt. [38] Feminarum conuiuia ineuntium in principio modestus est habitus, dein summa quaeque amacula exuunt, paulatimque pudorem profanant, ad ultimum,—honos auribus habitus sit,—ima corporum uelamenta proiciunt; nec meretricum hoc dedecus est, sed matronarum uirorumque, apud quos comitas habetur uulgati corporis uilitas* (Cúrcio, 5.1.36-38).

[36] O rei se estabeleceu nesta cidade por mais tempo do que em qualquer outra e em nenhum outro lugar ele feriu tanto a disciplina militar. Nenhum costume era mais corrompido do que os daquela cidade, nenhuma outra era mais instruída a estimular

e seduzir paixões imoderadas. [37] Pais e maridos permitem filhos e esposas unirem-se em desonra com os hóspedes, contanto que o preço da infâmia seja pago. Em toda a Pérsia, os banquetes festivos são queridos dos reis e cortesãos, e os babilônios, em particular, são excessivos no vinho e nas coisas que acompanham a embriaguez. [38] Nas festas de participação feminina, em princípio, a postura é modesta. Depois, as mulheres se despem de cada peça dos trajes de cima e, pouco a pouco, profanam o pudor, até que, no fim (e que seja mantida a dignidade dos ouvidos), elas tiram do corpo as roupas mais íntimas. E isso não é indignidade de meretriz, mas de matronas e homens, entre os quais a vulgaridade pública do corpo é considerada cortesia (Cúrcio, 5.1.36-38).

De modo geral, o excerto exemplifica a consistente visão do narrador sobre o vinho ser um combustível de “paixões imoderadas” (*inmodicas cupiditates*), as quais, empreendidas por Alexandre com progressiva frequência a partir do Livro V, adicionam ressalvas à imagem virtuosa que lhe foi atribuída em sua eulogia, sobretudo em relação à “[32] moderação das paixões excessivas, os usos do amor limitado ao desejo natural e prazer nenhum, exceto o autorizado” (Cúrcio, 10.5.32)²⁷⁶. Não se trata, entretanto, de uma contradição de Cúrcio, pois Alexandre não é caracterizado como um homem de frequentes amores, de modo que as consequências de sua inclinação à bebida são, no mais das vezes, a *ira* e a *temeritas*.

Dois exemplos são pertinentes à questão. O primeiro é o assassinato de Clito, cuja introdução informa ao leitor que “tendo se aquecido com muito vinho puro, o rei ególatra começou a celebrar as coisas que havia feito, ato insuportável mesmo aos ouvidos daqueles que julgavam verdadeiro o relato” (Cúrcio, 8.1.22)²⁷⁷. Nesse caso, é o efeito inebriante da bebida que corrompe a racionalidade e agrava o temperamento da personagem em direção ao descontrole, na medida em que, diz o narrador, os sentidos físicos de Alexandre haviam “há muito sido vencidos pelo vinho puro” (Cúrcio, 8.1.43)²⁷⁸, deixando-o “surdo de raiva” (Cúrcio, 8.1.49)²⁷⁹. Portanto, a restauração da sobriedade é, também, a restauração da sanidade, por meio da qual Alexandre é capaz de reconhecer, na manhã seguinte, a magnitude e as consequências de seu crime.

Numa veia similar, Ripoll (2009), para quem o episódio é um exemplo da nuance teatral e trágica das *Histórias de Alexandre*, relaciona a *cupido* do protagonista à noção de *adikèma* (isto é, de injustiça ou ato criminoso). Para o autor, esse evento gira em torno da “[...] exasperação das paixões, que, pelo crime, culmina na ruptura dos laços pessoais sob o efeito de uma dupla responsabilidade: a da vítima [Clito], que provoca sua própria perda por sua *hamartia*, e a do criminoso [Alexandre], que se deixa levar por sua paixão rumo à

²⁷⁶ “[...] *modus inmodicarum cupiditatum; Veneris intra naturale desiderium usus, nec ulla nisi ex permissu uoluptas*” (Cúrcio, 10.5.32).

²⁷⁷ “*In quo rex cum multo incaluisset mero, inmodicus aestimator sui celebrare quae gesserat coepit, grauis etiam eorum auribus qui sentiebant uera memorari*” (Cúrcio, 8.1.22).

²⁷⁸ “[...] *olim mero sensibus uictis*” (Cúrcio, 8.1.43).

²⁷⁹ “*Sed clausae erant aures, obstrepente ira*” (Cúrcio, 8.1.49).

adikèma” (Ripoll, 2009, p. 130, itálicos do autor)²⁸⁰. Isto é, segundo Ripoll, as ofensas de Clito a Alexandre foram a *hamartia* (a falha fatal) da personagem, de modo que ele também é responsável por sua própria morte. Em qualquer caso, o elemento que motiva a vítima e o criminoso é o mesmo, pois o vinho tanto convida Clito a falar livremente, quanto conduz a mão de Alexandre à espada.

O segundo exemplo diz respeito ao incêndio do palácio cerimonial localizado em Persépolis. Trata-se de um feito polêmico na história de Alexandre, cuja veracidade, bem como os motivos pelos quais teria ocorrido, tendem a divergir opiniões de críticos literários e historiadores (Tarn, 1948; Yardley, 2004; Baynham, 1998). Em 1968, o arqueólogo britânico Mortimer Wheeler publicou um estudo de fôlego sobre o assunto, no qual cobriu não só as semelhanças e diferenças entre os relatos antigos, mas, também, as evidências arqueológicas do sítio em Persépolis que lhe permitiram dialogar com Arriano, Diodoro, Plutarco e Cúrcio, ao cabo do qual concluiu que o incêndio do palácio foi o evento mais emblemático da história de Alexandre:

Em 330 a.C., Persépolis contemplou o fim de uma era, mas, pelo mesmo motivo, ela também contemplou o início de outra. Naquele ano, Alexandre pausou na metade de sua grande aventura – o ponto médio no tempo e no espaço. Ele havia atravessado o Helesponto em 334 e estaria prestes a retornar do Punjab em 326. Em Persépolis, ele tinha, para trás, duas mil milhas de urbanização asiática e, para frente, estendiam-se duas mil milhas de deserto, estepe e montanha, com uma margem de vida sedentária, mas, em sua maioria, uma areia-movediça de aldeões nômades ou seminômades e habitantes de tendas. Dali, ao leste, novos problemas aguardavam sua diplomacia, tanto quanto seu generalato. Em muitos aspectos, foi ali que o gênio de Alexandre demonstrou suas qualidades mais duradouras, e Persépolis foi esse divisor de águas (Wheeler, 1968, p. 63)²⁸¹.

Se, para Wheeler, o incêndio de Persépolis foi um evento historicamente representativo da transição entre as campanhas ocidentais e orientais de Alexandre, para Cúrcio, ele foi o marco inicial do desvirtuamento de seu protagonista. Como Heckel (2004, p. 12) observa, nas *Histórias de Alexandre*, o protagonista “não é retratado de maneira negativa até Persépolis, onde seu apreço por beber excessivamente é reconhecido pela primeira vez”²⁸²,

²⁸⁰ “[...] l’exarcebation de passions qui aboutit à la rupture par le crime de liens personnels étroits sous l’effect d’une double responsabilité: celle de la victime qui provoque sa propre perte par son *hamartia*, et celle du criminel qui se laisse entraîner par sa passion dans l’*adikèma*” (Ripoll, 2009, p. 130, itálicos do autor).

²⁸¹ “Persepolis in 330 BC saw the end of an era. But by the same token it also saw the beginning of another. In that year, Alexander paused at the middle point of his great adventure - middle point in time and space. He had crossed the Hellespont in 334, and was to turn back from the Punjab in 326. At Persepolis he had behind him two thousand miles of urbanized Asia; in front of him lay two thousand miles of desert, steppe and mountain, with an ultimate fringe of settled living, but mostly a quicksand of nomadic or semi-nomadic villagers and tent-dwellers. Here, to the East, new problems awaited his statesmanship no less than his generalship. In many ways it was here that Alexander’s genius showed its most enduring qualities. And Persepolis was the turning point” (Wheeler, 1968, p. 63).

²⁸² “Alexander is not placed in a bad light until Persepolis, where his fondness for drinking excessively is first highlighted” (Heckel, 2004, p. 12).

e, com efeito, do incêndio em diante, é adicionada à caracterização do protagonista o traço de suscetibilidade a influências externas e mal-intencionadas, das quais se destacam os costumes estrangeiros e, com maior importância, a opinião de cortesãs, eunucos e bajuladores sobre assuntos pessoais e políticos:

[1] Ceterum ingentia animi bona, illam indolem, qua omnes reges antecessit, illam in subeundis periculis constantiam, in rebus moliendis efficiendisque uelocitatem, in deditis fidem, in captiuos clementiam, in uoluptatibus permissis quoque et usitatis temperantiam, haud tolerabili uini cupiditate foedauit. [2] Hoste et aemulo regni reparante cum maxime bellum, nuper subactis quos uicerat nouumque imperium aspernantibus, de die inibat conuiuia, quibus feminae intererant, non quidem quas uiolari nefas esset, quippe pelices licentius, quam decebat, cum armato uiuere adsuetae. [3] Ex his una Thais, et ipsa temulenta, maximam apud omnes Graecos initurum gratiam adfirmat, si regiam Persarum iussisset incendi: expectare hoc eos, quorum urbes Barbari delessent. [4] Ebrio scorto de tanta re ferente sententiam, unus alter, et ipsi mero onerati, adsentiuntur. Rex quoque audior fuit quam patientior: “Quin igitur ulciscimur Graeciam, et urbi faces subdimus?” [5] Omnes incaluerant mero: itaque surgunt temulenti ad incendendam urbem, cui armati pepercera[n]t (Cúrcio, 5.7.1-5).

[1] No geral, Alexandre tinha notáveis qualidades naturais: a boa índole, excedente à de todos os reis; a perseverança nos perigos a serem enfrentados; a velocidade em labutar e concluir projetos; a boa-fé para com rendidos e a clemência para com prisioneiros; a temperança nos prazeres permitidos e corriqueiros... Mas todas ele maculou com sua paixão insuportável por vinho. [2] Com o inimigo e rival do reino a todo vapor retomando a guerra e com os subjugados, há pouco vencidos, renegando a nova autoridade, Alexandre entregava-se a festas começadas à luz do dia, nas quais mulheres estavam presentes – e não se tratava daquelas cuja violação seria um crime sagrado, pois eram concubinas acostumadas a viver com soldados com maior liberdade do que seria apropriado. [3] Uma dessas era Taís. Embriagada, ela afirmou que Alexandre haveria de adquirir a máxima gratidão entre os gregos, se ordenasse o incêndio do palácio real dos persas, pois era isso que esperavam aqueles cujas cidades os bárbaros haviam destruído. [4] Com uma ébria prostituta opinando sobre tão importante assunto, um ou outro, igualmente saturados pelo vinho puro, concordaram. Também o rei estava mais ávido que paciente: “Por que não vingamos a Grécia, então, e submetemos a cidade à tocha?” [5] Estavam todos inflamados pelo vinho puro e, assim, levantaram-se, bêbados, para incendiar uma cidade que haviam poupado, quando armados (Cúrcio, 5.7.1-5).

Tarn (1948, p. 324), para quem o relato de Cúrcio sobre Persépolis é uma invenção, mostra-se especialmente cético em relação à presença e atuação de Taís na decisão pelo incêndio²⁸³. Com efeito, Arriano não menciona a cortesã e, em vez dela, afirma que Alexandre estava acompanhado de Parmênio, cujos conselhos ao rei insistiam na preservação do palácio, pois passara a ser considerado propriedade macedônia. Segundo Arriano, “Alexandre disse que queria punir os persas pela destruição de Atenas e o incêndio dos templos quando eles invadiram a Grécia, que queria retribuir exatamente todos os danos infligidos aos gregos. Eu

²⁸³ Como observam Tarn (1948, p. 233) e Yardley (2004, p. 283, nota 64), a existência de Taís é historicamente atestada. Ela era uma cortesã ateniense e, em meados de 331/330 a.C., tornou-se uma amante de Ptolomeu, com quem concebeu três filhos.

mesmo compartilho a visão de que não havia sentido nesta ação de Alexandre” (Arriano, *Anáb.*, 3.18.12)²⁸⁴.

Tanto na versão de Cúrcio quanto na de Arriano, o incêndio do palácio persa é idealizado pela personagem como um ato de retribuição à destruição das acrópoles gregas em 480 a.C. (Stoneman, 2004, p. 64), observação da qual deriva a noção de que a *cupido* de Alexandre, em ambas as obras, diz respeito ao seu desejo de concretizar sua reputação como o *ultor Graeciae* (Yardley, 2004, p. 283, nota 55). No entanto, a diferença fundamental entre os dois autores reside na menção da embriaguez de Alexandre, a qual Arriano ignora, bem como à personagem conselheira que o acompanha: em uma versão, um dos mais confiáveis generais macedônios, e, noutra, uma cortesã ateniense. Assim, apesar dos esforços de Tarn (1948, p. 324) para comprovar a ausência de Taís em Persépolis, parece-nos que a atuação a ela conferida por Cúrcio é uma parte essencial das entrelinhas moralistas que caracterizam o episódio, para além da percepção da *cupidinem uini* como um aspecto corrosivo das virtudes de Alexandre (5.7.1), sejam elas políticas (a disposição nobre que o diferenciava de outros monarcas), militares (a coragem frente ao perigo, a velocidade de ação e a clemência aos rendidos) e, mesmo, as virtudes pessoais, das quais o narrador ressalta o autocontrole dos prazeres.

Como observa Yardley (2004, p. 283, nota 66), “mesmo que Alexandre tenha destruído o palácio como um ato político, ele talvez tenha, ainda assim, se arrependido da ação. No momento, ele se encontrava dividido entre seus papéis como o vingador dos gregos e o Grande Rei do Império Persa”²⁸⁵. Cúrcio afirma algo similar: “Sabe-se que, assim que o sono restituiu o juízo, sobrecarregado pela embriaguez, ele se arrependeu e disse que os persas estariam destinados a maiores sofrimentos, caso fossem forçados a vê-lo no palácio e trono de Xerxes” (Cúrcio, 5.7.11)²⁸⁶. Isto é, Alexandre se arrepende de suas ações embriagadas, mas, na justificativa ofertada aos soldados, elas são lustradas pela perspectiva de reparação histórica aos crimes persas cometidos na Grécia. Mais do que isso, Alexandre afirma que o incêndio deveria ser concebido como um ato em prol do bem-estar persa, pois a visão de um grego no trono de Xerxes (o símbolo irrefutável do fim de uma era hegemônica)

²⁸⁴ “Alexander said that he wanted to punish the Persians for their destruction of Athens and burning of the temples when they invaded Greece, and to exact retribution for all the other harm they had inflicted on the Greeks. I myself share the view that there was no sense in this action of Alexander’s” (Arriano, *Anáb.*, 3.18.12, tradução nossa a partir de: ARRIAN, *Alexander the Great: The Anabasis and the Indica*. Tradução de Martin Hammond. Coleção Oxford World’s Classics. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 88).

²⁸⁵ “Even if Alexander did destroy the palace as an act of policy, he may nevertheless have regretted the action later. He was at that time caught between his roles as avenger of the Greeks and Great King of the Persian Empire” (Yardley, 2004, p. 283, nota 66).

²⁸⁶ “*Ipsum, ut primum grauato ebrietate mentem reddidit, paenituisse constat et dixisse maiores poenas Graecis Persas daturus fuisse, si ipsum in solio regiae Xerxis conspiciere coacti essent*” (Cúrcio, 5.7.11).

seria mais desagradável do que a destruição do patrimônio. Em primeiro lugar, trata-se de uma justificativa que exemplifica a premissa de Yardley (2004) sobre a dificuldade com a qual Alexandre concilia um dilema político (os interesses greco-macedônios e a recém-aquisição dos persas); em segundo lugar, no universo da obra, um argumento que não é aceito pelos próprios gregos e macedônios, aos quais “envergonhava uma cidade tão ilustre ter sido destruída por um rei devasso” (Cúrcio, 5.7.10)²⁸⁷.

Em suma, no relato de Arriano, o dilema do rei frente à soberania de duas civilizações historicamente inimigas o conduzem a uma ação questionável, dificuldade que, na obra de Cúrcio, não mitiga, nem justifica seus crimes. Com efeito, ao caracterizar o episódio como uma consequência da embriaguez e de conselhos tendenciosos, Cúrcio faz de Persépolis a primeira instância na qual se verifica o desvirtuamento de Alexandre, ainda que, como observa Nudell (2011, p. 75), o consumo excessivo de bebida fosse algo historicamente comum à cultura macedônia. Consequentemente, o leitor das *Histórias de Alexandre* não só é levado a concordar com os soldados e a condenar o incêndio como o crime de um rei bebedor, em vez de aceitar a justificativa que lhe é ofertada pelo próprio protagonista, mas, também, é capaz de admitir que o moralismo com o qual Cúrcio concebe a bebida e o convívio com cortesãs não é totalmente infundado, pois ambos conduzem Alexandre a práticas hediondas, das quais a própria personagem se arrepende.

De tais considerações decorre o terceiro, e último, aspecto pejorativo da *cupido* nas *Histórias de Alexandre*, desta vez referente ao *páthos erotikón*, da maneira como é característico aos romances antigos gregos e romanos. Nesse quesito, e em geral, a moderação da conduta sexual é um traço consistente do protagonista no todo da obra, mas Heckel (1994, p. 72) tem razão ao denunciar o silêncio de Cúrcio sobre os amores de Alexandre na primeira pentada, sobretudo em relação à prisioneira Barsine, com quem o rei concebe seu primeiro filho. Com efeito, os relacionamentos amorosos de Alexandre são introduzidos na narrativa no Livro VI, a partir do contato da personagem com, primeiro, Taléstris, a rainha das amazonas que lhe propôs um herdeiro (6.5.25-32), e, então, com Bágoas, o eunuco favorito de Dario (6.5.22-23).

Em relação à primeira figura, diz-se que, conforme os macedônios marchavam em direção à Pártia, eles se depararam com um grupo de amazonas, guerreiras organizadas sob um governo estritamente feminino e matriarcal. Líder dessa comunidade, Taléstris solicita uma audiência com Alexandre e, apesar de reconhecer que a aparência física do macedônio não condizia com sua impressionante reputação (6.5.29), ela afirma que havia vindo ao seu

²⁸⁷ “Pudebat Macedones tam praeclaram urbem a comissabundo rege deletam esse” (Cúrcio, 5.7.10).

encontro pela perspectiva de gerar-lhe um herdeiro: “uma menina, ela manteria consigo; um menino, ela entregaria ao pai” (Cúrcio, 6.5.30)²⁸⁸. Alexandre não só aceita a proposta, mas, também, convida a amazona a juntar-se a ele na continuidade das campanhas, oferta que Taléstris recusa em observação às incumbências políticas que lhe cabiam. Ainda assim, “treze dias foram consumidos em obediência ao desejo dela. Então, partiram: ela, para o reino dela, e o rei, para a Pártia” (Cúrcio, 6.5.32)²⁸⁹.

É possível que a notoriedade do ofício político de Taléstris seja o motivo pelo qual ela é a única, dos pares românticos de Alexandre, a não ser recriminada por Cúrcio. Pelo contrário, a rainha amazona é caracterizada como uma mulher respeitável e resoluta, cuja patente, ainda que não se iguale, também não prejudica a imagem e reputação do macedônio. Cúrcio pouco comenta a respeito dela e do suposto filho por ela gerado. Em geral, a postura de Alexandre durante todo o episódio se resume à conformidade e à submissão.

Certamente, o mesmo não pode ser dito de Bágoas, “um eunuco de beleza singular e na exata flor da idade, a quem Dario estivera acostumado e, logo em seguida, também Alexandre se habituou” (Cúrcio, 6.5.23)²⁹⁰. Na verdade, como atestado em passagens como o comentário do narrador sobre os costumes persas adotados por Alexandre (6.6.1-10) e sobre as festas na Babilônia (5.1.36-38), é seguro afirmar que Cúrcio é um autor reservado perante tópicos de natureza sexual, cujos detalhes ele frequentemente ignora e poupa ao leitor. No entanto, não faltam descrições à narração das maquinações empreendidas por Bágoas, sobretudo porque o eunuco persa é uma personagem apta a intervir em assuntos políticos: Bágoas sugere a Alexandre o perdão de Nabarzanes, antigo comandante de Dario (6.5.23), e modifica a opinião do rei sobre Orsines (10.1.22-29), um nobre persa que, recusando-se a cumprimentar o eunuco durante uma audiência com Alexandre, torna-se a vítima de seu rancor. Em meio à narração desta intriga, Cúrcio afirma que Orsines “foi advertido por certas pessoas sobre ele [Bágoas] ser muito querido a Alexandre, mas afirmou respeitar os amigos do rei, não seus prostitutos” (Cúrcio, 10.1.26)²⁹¹. Ultrajado pelo insulto, “[...] o abominável prostituto, que nem na hora de se submeter à desonra se esquecia de seu ardil, sempre que havia acendido o amor do rei por ele, acusava Orsine de avareza, em algumas ocasiões, e até

²⁸⁸ “[*Heredes*] *feminini sexus se retenturam, marem reddituram patri*” (Cúrcio, 6.5.30).

²⁸⁹ “*XIII dies in obsequium desiderii eius absumpti sunt. Tum illa regnum suum, rex Parthienem petiuerunt*” (Cúrcio, 6.5.32).

²⁹⁰ “[...] *Bagoas erat, specie singulari spado atque in ipso flore pueritiae, cui et Dareus adsuetus fuerat, et mox Alexander adsuevit*” (Cúrcio, 6.5.23).

²⁹¹ “*Admonitusque a quibusdam perquam Alexandro cordi esse, respondit amicos regis, non scorta se colere*” (Cúrcio, 10.1.26).

mesmo de deserção, noutras” (Cúrcio, 10.1.29)²⁹². Em geral, ao longo do Livro X, Bágoas pode ser encontrado sussurrando sugestões similares aos ouvidos de Alexandre (10.1.36), que as recebe com seriedade, pois, “apesar do caráter outrora invicto frente à libido, no final, ele desvirtuou-se tão completamente de si mesmo, que passou a seguir o julgamento de um prostituto para que desse reinos a uns e tirasse a vida de outros” (Cúrcio, 10.1.42)²⁹³.

Ainda que, ao que tudo indica, Alexandre não tenha estabelecido quaisquer laços amorosos com Taís, a semelhança entre a forma como ela e Bágoas são apresentados ao leitor é notável, sobretudo em relação à caracterização de ambas personagens resumida aos ofícios da prostituição, bem como à influência negativa que exercem sobre as decisões de Alexandre²⁹⁴. No entanto, tal observação deve vir acompanhada de uma significativa ressalva, sob os termos de que o moralismo de Cúrcio em relação a Bágoas não é uma novidade em sua postura narradora. Como observa Heckel (2004, p. 10), ao longo das *Histórias de Alexandre*, também os persas são caracterizados como um povo afeminado (3.3.14-18; 3.10.10 e 8.1.37), cujas mulheres são mais corajosas do que os homens (8.2.28), enquanto os egípcios são voláteis (4.1.30) e, os gregos, temperamentais (4.5.11). Além disso, é possível que a aversão de Cúrcio aos eunucos de sua trama seja um valor romano de seu tempo, como pensam McKechnie (1999, p. 48) e Heckel (2004, p. 10).

Com efeito, o moralismo de Cúrcio em relação a Bágoas e, mesmo, a Taís, parece-nos, antes de uma espécie de conservadorismo anacrônico ou de certa transparência de valores romanos contemporâneos à escrita, um fruto da visão essencialmente negativa dos amores de Alexandre, quaisquer que sejam, pois o *páthos erotikón* é tematicamente atraente como uma representação concreta (por meio de laços sexuais ou matrimoniais) da degeneração de Alexandre, tanto quanto de seu projeto multiculturalista. Afinal, homens ou mulheres, rainhas ou camponeses, gerais ou prisioneiras, o fato é que, nas *Histórias de Alexandre*, todos os amores do protagonista são bárbaros, sendo este o provável motivo de Cúrcio os retratar em tão negativa luz, bem como de reservá-los à segunda pêntada de sua obra.

²⁹² “[...] *inportunissimum scortum, ne in stupro quidem et dedecoris patientia fraudis oblitum, quotiens amorem regis in se accenderat, Orsinen modo auaritia, interdum etiam defectionis arguebat*” (Cúrcio, 10.1.29). Há de se observar que Cúrcio se refere à paixão de Alexandre por Bágoas pelo termo *amor* (em vez de, por exemplo, *cupido*). É possível que tal escolha enfatize a dissimulação de Bágoas em relação ao sentimento genuíno de Alexandre.

²⁹³ “*Ad ultimum tam ex toto ab semet ipso degeneravit, ut inuicti quondam aduersus libidinem animi arbitrio scorti aliis regna daret, aliis adimeret uitam*” (Cúrcio, 10.1.42).

²⁹⁴ Oposta à versão de Cúrcio é a caracterização de Bágoas no romance histórico *O jovem persa*, segundo livro da coleção “Trilogia de Alexandre” (1972), da autora inglesa Mary Renault. Bágoas não só protagoniza a obra, mas, também, narra em primeira mão os eventos de sua vida, desde o momento em que foi vendido como um prostituto ao rei Dario III, até a eventual “liberdade” que Alexandre lhe concede, e, ainda, os conflitos no exército macedônio que ele, ao lado de Alexandre, testemunha e enfrenta.

Por extensão, e em primeiro lugar, conforme Taís e Bágoas são personagens resumidas à perversão de seus ofícios (aos olhos de Cúrcio), bem como à oportunidade deles consequente para o exercício de certa influência política sobre os movimentos do rei, vislumbra-se o potencial do *páthos erotikón* para a manipulação do *princeps* (para quem, talvez, a companhia de eunucos e cortesãs não seria incomum). Nesse caso, a figura do imperador seria concebida como uma personagem suscetível a sugestões tendenciosas que lhes são ofertadas entre quatro paredes, sendo este um tema que remete tanto às cortesãs e aos eunucos, quanto aos bajuladores em seu entorno. De fato, Alexandre incendiou o palácio em Persépolis, mas é este um comportamento estranho à prudência e racionalidade que o caracterizam na primeira pêntada das *Histórias de Alexandre*, o que, talvez, justifique a substituição de Parmênio por Taís, na narrativa de Cúrcio.

Em segundo lugar, e como foi mencionado anteriormente, sendo o projeto multiculturalista de Alexandre uma das principais causas para a insatisfação grega, e, portanto, uma pauta recorrente no desdobramento de intrigas em sua corte, é certo que as relações amorosas do rei com personagens estrangeiras surge, também, como um motivo para o desgosto e a contenda geral²⁹⁵. Bágoas é desprezado tanto pelo narrador, quanto pelas personagens secundárias, que se recusam a cumprimentá-lo (10.1.26), e o mesmo se passa com outras cortesãs e eunucos não-nomeados que, a partir do Livro V, convivem junto aos macedônios no acampamento. Como o narrador observa no comentário que separa as duas pêntadas da obra, “os soldados veteranos de Filipe, um grupo rude nos prazeres, publicamente demonstravam aversão a essas coisas, maculadas pelo luxo e pelos modos estrangeiros, e, no acampamento inteiro, havia um único assunto e sentimento: que eles haviam perdido mais pela vitória do que acumulado pela guerra” (Cúrcio, 6.6.9)²⁹⁶. Assim, na medida em que a miscigenação é uma das medidas incentivadas por Alexandre ao final de sua campanha em vista à concretização do império culturalmente plural que ele buscava legar às gerações futuras, o desprezo das personagens e do narrador (talvez, também do leitor) para com Taís e

²⁹⁵ No âmbito da recepção clássica no mundo romano, Spencer (2002, p. 25) comenta a proximidade entre as figuras de Alexandre e Marco Antônio no que toca à visão politicamente pejorativa de seus relacionamentos com mulheres estrangeiras. Segundo a autora, as similaridades entre as duas figuras residem, sobretudo, na noção de “Antônio ser escravizado por uma mulher estrangeira e depravada, ser um beerrão e um aproveitador, e querer transferir a capital de Roma para Alexandria, colocando Roma sob o poder de Cleópatra: todos, alusivos a diferentes elementos do mito de Alexandre”. (“Antony being enslaved by a foreign and degenerate woman, being a drunkard and a leecher, wanting to shift the capital from Rome to Alexandria and to put Rome into Cleopatra’s power: all tapping into different elements of Alexander’s mythology”).

²⁹⁶ “*Haec luxu et peregrinis infecta moribus ueteres Philippi milites, rudis natio ad uoluptates, palam auersabantur, totisque castris unus omnium sensus ac sermo erat plus amissum uictoria quam bello esse quaesitum*” (Cúrcio, 6.6.9).

Bágoas repete-se perante Roxane, apesar da inexistência de quaisquer traços que a tornariam uma personagem imoral, como as duas outras.

Filha do nobre Oxiartes e a primeira esposa de Alexandre, Roxane é introduzida e apresentada na narrativa no Livro VIII, após a conspiração de/contra Filotas (6.7-11) e o assassinato de Clito (8.1.19-8.2.12):

[22] *Barbara opulentia conuiuuium, quo regem accipiebat, instruxerat. [23] Id cum multa comitate celebraret, introduci XXX nobiles uirgines iussit. Inter quas erat filia ipsius, Roxane nomine, eximia corporis specie et decore habitus in Barbaris raro. [24] Quae, quamquam inter electas processerat, omnium tamen oculos conuertit in se, maxime regis minus iam cupiditatibus suis imperantis inter obsequia Fortunae, contra quam non satis cauta mortalitas est. [25] Itaque ille, qui uxorem Darei, qui duas filias uirgines, quibus forma praeter Roxanen comparari nulla potuerat, haud alio animo quam parentis aspexerat, tunc in amorem uirgunculae, si regiae stirpi compararetur, ignobilis ita effusus est, ut diceret ad stabiliendum regnum pertinere Persas et Macedones conubio iungi; hoc uno modo et pudorem uictis et superbiam uictoribus detrahi posse: [26] Achillem quoque, a quo genus ipse deduceret, cum captiua coisse; ne inferri nefas arbitrentur: illam matrimonii iure uelle iungi. [...] [29] Hoc modo rex Asiae et Europae introductam inter conuiuiales ludos matrimonio sibi adiunxit et captiua geniturus, qui uictoribus imperaret. [30] Pudebat amicos super uinum et epulas socerum ex deditis esse delectum. Sed post Cliti caedem libertate sublata uultu, qui maxime seruit, adsentiebantur* (Cúrcio, 8.4.22-26; 8.4.29-30).

[22] Oxiartes havia preparado um banquete de barbárica opulência para receber o rei, e [23] enquanto celebrava com muita cortesia, ordenou a entrada de trinta virgens da nobreza. Dentre elas estava sua filha, chamada Roxane, cujo corpo era de um aspecto exímio e cuja postura era de uma elegância rara entre os bárbaros. [24] Embora tivesse avançado junto às escolhidas, ainda assim, ela atraiu para si os olhares de todos, principalmente do rei, já pouquíssimo sob controle de suas paixões em meio às indulgências da *fortuna*, contra quem a humanidade está insuficientemente armada. [25] E, assim, aquele que com nenhum outro sentimento, se não o paternal, havia olhado para a esposa e duas jovens filhas de Dario – às quais ninguém poderia ser comparada em beleza, exceto Roxane –, naquele momento, apaixonou-se de tal modo pela mocinha de estirpe ignóbil, quando comparada à realeza, que pronunciou interessar à estabilidade do império que fossem unidos em casamento os macedônios e os persas, que somente assim a vergonha dos vencidos e a soberba dos vencedores poderiam cair por terra. [26] Também Aquiles, de quem ele próprio descendia, havia se unido a uma prisioneira. E que não julgassem um sacrilégio que Roxane fosse levada: ele queria ser unido a ela por legítimo matrimônio! [...] [29] Deste modo, o rei da Ásia e da Europa se casou com aquela que havia sido apresentada como o entretenimento da festa e estava prestes a gerar com essa cativa aquele que governaria sobre os vencedores. [30] Envergonhava aos amigos que o sogro de Alexandre tivesse sido escolhido dentre rendidos durante um banquete, mas, com a liberdade suspensa depois do assassinato de Clito, eles demonstravam aprovação com a mais servil das expressões faciais (Cúrcio, 8.4.22-26; 8.4.29-30).

De antemão, importa reconhecer que o trecho demonstra a constância de alguns temas e motivos narrativos. Em primeiro lugar, tanto a reação de Alexandre à visão de Roxane (8.4.24), quanto sua susceptibilidade aos conselhos de Bágoas (10.1.42), são concebidos como demonstrações da inabilidade do protagonista para controlar seu apetite e temperamento frente às ações da *fortuna*, “contra quem a humanidade é insuficientemente cautelosa”

(Cúrcio, 8.4.24). Portanto, repete-se no âmbito do *páthos erotikón* a relação de gradual progressividade entre a influência da *fortuna* sobre Alexandre e a voracidade de seu apetite (*cupido*), chave pela qual se evidencia o desvirtuamento moral da personagem, ainda enfatizado pela procedência oriental de Roxane.

Em segundo lugar, como o faz após o assassinato de Clito (8.2.1-12) e o incêndio do palácio em Persépolis (5.7.11), também o matrimônio com a jovem persa requer, aos olhos de Alexandre, uma justificativa aos soldados. Ao passo que a explicação para o assassinato foi a ira de Líber (8.2.6) e, para o incêndio, a vingança grega somada à preservação da dignidade persa (5.7.11), neste caso, Alexandre se justifica por meio da emulação mítica. Afinal, diz ele, mesmo Aquiles, “de quem ele próprio descendia, havia se unido a uma prisioneira” (Cúrcio, 8.4.26). Atesta-se, assim, a transição empreendida pela personagem entre a emulação e a imitação dos heróis com os quais se compara. E, como de praxe na narrativa de Cúrcio, também essa justificativa é pouco eficaz, na medida em que os gregos e macedônios progressivamente tornam-se céticos à retórica de Alexandre e, portanto, a menção a Aquiles pouco lhes importa, sendo a expressão de humilhação e desgosto dos soldados (8.4.30), somada à perspectiva depreciativa com a qual o narrador relata o episódio, dois fatores suficientes para que também o leitor reconheça a frivolidade do argumento de Alexandre.

Há que se mencionar, em terceiro lugar, a reiteração dos banquetes e festividades como um espaço temático convidativo a decisões imprudentes, sobretudo graças ao vinho e à presença de personagens que inspiram a paixão masculina. Nesse quesito, ainda que Roxane e suas companheiras não sejam caracterizadas aos modos de Taís, ela é parte do “entretenimento da festa” (Cúrcio, 8.4.29), e “envergonhava aos amigos que o sogro de Alexandre tivesse sido escolhido dentre os rendidos e durante um banquete” (Cúrcio, 8.4.30). Roxane não é uma personagem imoral, nem manipuladora, como o são Taís e Bágoas, mas, em vez disso, a jovem é depreciada por seu estatuto social, por sua origem e cultura oriental, e, mesmo, pela atuação durante o jantar, aspectos que lhe tornam um objeto de *voyeurismo*, pelos quais é sugerida sua exotividade e, consequentemente, sua atratividade ao conquistador grego. Essa visão do orientalismo – contemplada por Edward Said (1990, p. 19) sob os termos de que o conceito depende “dessa superioridade posicional flexível, que põe o ocidental em toda uma série de relações possíveis com o Oriente, sem que ele perca jamais a vantagem relativa”, porque, no mais das vezes, “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (Said, 1990, p. 17) – expande-se amplamente na esfera da recepção cinematográfica de Alexandre, sobretudo no filme *Alexander* (2004), do diretor norte-americano Oliver Stone. Em cena, Roxane é uma

mulher selvagem e exótica que não entende, nem é entendida por Alexandre, graças à incompatibilidade cultural que tanto os separa, quanto desperta a curiosidade do protagonista. A noite de núpcias do casal é apresentada como a domada de um animal arisco, conforme Roxane ameaça e foge daquele que a persegue e desafia, numa cena simbólica à vitória do conquistador sobre o conquistado, o civilizado Oriente sobre o bárbaro Ocidente.

Cúrcio opera pela lógica contrária. Isto é, o casamento de Alexandre com Roxane é a oficialização e a promulgação de seu compromisso com o ideal multiculturalista adotado ao final das campanhas expedicionárias, o qual está fundamentado na crença de Alexandre sobre a possibilidade e o benefício de coexistirem num mesmo espaço povos e culturas historicamente inimigas. Nas *Histórias de Alexandre*, as núpcias do casal não são a afirmação da supremacia ocidental sobre o Oriente, mas, pelo contrário, são a confirmação da submissão de Alexandre aos modos daquele que era, antes, o bárbaro inimigo. Assim, a *cupido* do protagonista (entendida como *páthos erotikón*) é tanto um sinal de desvirtuamento moral, quanto de transformação cultural, pela qual o idealismo do protagonista passa a ser concebido como uma de suas maiores falhas. No mais, sobre o episódio, Gilley (2018) comenta que: “As ações de Alexandre, para Rufo, são aquelas de um líder corrupto que perdeu qualquer noção de equilíbrio moral e, nesse sentido, Rufo demonstra um etnocentrismo romano sobre o barbárico leste” (Gilley, 2018, p. 308)²⁹⁷. Isto é, o autor defende que, para Cúrcio, Roxane é a personificação da visão romana sobre a habilidade do Oriente para corromper a integridade de uma identidade cultural e, para as personagens secundárias de sua trama, ela calha como a confirmação do temor greco-macedônio sobre a perda de um Alexandre que lhes era familiar; que, movido em prol dos interesses de sua pátria e povo, lhes representava. Seguindo essa leitura, trata-se, aliás, de um temor que cresce e se concretiza silenciosamente, já que, “com a liberdade suspensa depois do assassinato de Clito, eles demonstravam aprovação com a mais servil das expressões faciais” (Cúrcio, 8.4.30).

4.2.3. A tirania de Alexandre

A partir da segunda pêntada das *Histórias de Alexandre*, sobretudo do Livro VIII em diante, momento no qual o assassinato de Clito se cristaliza na memória das personagens da trama como um evento traumático, comentários do narrador sobre a suspensão à liberdade de expressão (8.4.30) tornam-se mais frequentes. Somados a observações sobre a resignação dos soldados macedônios, bem como o advento de bajuladores na corte, eles representam

²⁹⁷ “Alexander’s actions, for Rufus, are those of a corrupt ruler who has lost any sense of moral balance, and in this way, Rufus displays a Roman ethnocentrism over the barbarian East” (Gilley, 2018, p. 308).

componentes de um espaço social no qual predominam a desconfiança e o temor das personagens em relação a Alexandre, cuja infâmia gradualmente excede suas anteriores virtudes, as quais o tornavam uma figura de estima e admiração. Referimo-nos ao terceiro e, neste estudo, último aspecto do desvirtuamento do protagonista, vislumbrado pelas falas e ações, dirigidas sobretudo aos consortes, que denotam sua transformação comportamental em direção à tirania.

Quando conferida a Alexandre, a alcunha de tirano tende a ser concebida como um tópico controverso. Por um lado, como observa Spencer (2002), o general macedônio é uma figura de fascínio e encantamento no imaginário comum, sobretudo em razão de suas façanhas maravilhosas, como o rompimento do nó Górdio e o contato com o oráculo de Ámon, para além da excelência militar, transmitida adiante pelas esferas da recepção clássica cinematográfica, paradidática e romanesca. Por outro lado, no âmbito acadêmico, trabalhos empenhados na imagem demoníaca de Alexandre na literatura persa (Nascimento, 2015) e iraniana (Wiesehöfer, 2011) se juntam àqueles que reconhecem, nas fontes antigas, certa caracterização infame do macedônio (Baynham, 1998; Gabriel, 2015).

Dentre os clássicos, o debate é igualmente polarizado. Como foi comentado em capítulos anteriores, em *De Clementia*, Sêneca elege Alexandre como uma figura exemplar ao conceito de tirania, sobretudo porque, para o autor, não há esperança de que o “[...] espírito orgulhoso [de Alexandre], fonte inesgotável de mal para todas as nações, se satisfaça com algo que não seja sangue e matança” (Sêneca, *Clem.*, 25, 2023, p. 89). Inteiramente contrária à concepção do pensador grego é a de Maquiavel, filósofo italiano renascentista, que propõe:

Mas passemos a Alexandre, homem de tanta bondade que, entre os muitos elogios que lhe são feitos, diz-se que, durante os quatorze anos em que foi imperador, nunca mandou executar ninguém sem julgamento prévio; não obstante, por ter fama de efeminado e de ser governado pela mãe, foi vítima do desprezo, sofreu uma conspiração por parte do exército e foi assassinado (Maquiavel, 2010, p. 112).

Apesar da disparidade representacional na literatura e mídias populares, é certo que as *Histórias de Alexandre* permitem-nos depreender certa transformação do comportamento político de seu protagonista, aliada e coerente à transformação de sua identidade grega e das moderações de suas paixões. Contudo, Cúrcio nunca usa o termo *tyrannus* em referência a Alexandre, nem comenta passagens alusivas ao comportamento infame de maneira explícita, como o faz perante os outros dois elementos da desvirtuação do protagonista (o controle da *fortuna* e os elementos relacionados à *cupido*). Isto em conta, um estudo dedicado à tirania de Alexandre na obra de Cúrcio há de partir do princípio de que é este um tema velado, tanto por parte do protagonista, quanto do autor que o constrói.

Ainda assim, destacam-se do enredo três episódios pertinentes ao tema. O primeiro diz respeito às ações de Alexandre subsequentes ao julgamento e morte de Filotas, as quais denunciam a qualidade sutil e discreta da tirania sob a máscara do governo absoluto. O segundo, ao discurso que antecede o estimado retorno à Macedônia (9.2.28-34; 9.3.1), pelo qual o rei busca persuadir suas tropas ao prolongamento das campanhas por meio de uma exortação comovente e, essencialmente, manipuladora. Por fim, o terceiro episódio condiz com os eventos relacionados à incriminação do historiador Calístenes de Olinto (8.5.5-24), sobrinho de Aristóteles, em uma conspiração da qual ele era alheio.

Compreendidas sequencialmente, as três passagens demonstram aspectos distintos da tirania de Alexandre, ainda que entrelaçados pelo tema da censura à liberdade de expressão, já referida pelo narrador durante o casamento do rei com a jovem Roxane (8.4.30). Por meio de tais trechos, verificam-se elementos como a instauração do estado de censura via a exibição de castigo e o impedimento de comunicação, a manipulação emocional como recurso para o controle das massas, e a incriminação ilegítima como forma de silenciar figuras de resistência. No entanto, de antemão, a discussão sobre a tirania como um tema latente em tais episódios deve ser precedida por algumas considerações de natureza política, relativas àquilo que se entende por “tirania”, bem como ao modo pelo qual opera o governo de Alexandre.

Apesar da aquisição da coroa macedônia ter sido um evento súbito a Alexandre, uma demanda urgente oriunda do assassinato de Filipe II, sendo a dinastia hereditária o sistema político pelo qual era conduzida a monarquia na Macedônia²⁹⁸ (Stoneman, 2004, p. 39-53), desde a infância, Alexandre foi instruído sob a perspectiva de reger. Noutros termos, as incumbências políticas do príncipe precedem sua identidade como general e conquistador, sendo esta uma característica reforçada pela escolha lexical de Cúrcio, que, no mais das vezes, refere-se ao protagonista pelo termo *rex* (rei), em vez de *dux* (general), *princeps* (imperador) ou, mesmo, de seu próprio nome. Portanto, admite-se que o governo de Alexandre é absolutista e, a despeito das intrigas palacianas em sua corte, não tendo sido deposto, nem conferido a estimada apoteose que lhe atribuiria privilégios divinos (ainda que reputacionais), verifica-se que também foi consistente e estável. Na medida em que opera pelo absolutismo, o império de Alexandre não possui (ao menos na narrativa de Cúrcio) uma capital, apesar de contar com alguns pontos de significativo poder, como a Macedônia, hegemônica na Grécia, e a Babilônia, capital cultural do território persa. De modo geral, o centro de poder remete

²⁹⁸ Nesse caso, o termo “monarquia” deve ser entendido em sentido amplo, como referência ao sistema político cujo poder é centralizado na figura do rei (*rex*) e transmitido de geração em geração via a dinastia. No caso de Alexandre, pode-se dizer que seu posto como monarca gradualmente transformou-se no de imperador, processo referido por Cúrcio a partir do emprego de termos como *regnum* (reino) e *imperium* (império).

diretamente à figura e imagem de Alexandre, motivo pelo qual sua morte acarretou a imediata divisão do império em províncias proclamadas por seus antigos generais, mas, em vida, o imperador manejava a extensão territorial por meio da delegação das regiões conquistadas aos generais de sua corte (como Parmênio e Heféstio) ou, noutros casos, aos líderes locais atuantes antes de sua chegada (como Poro).

Nesse quesito, importa considerar que Alexandre governa de maneira soberana, mas, eventualmente, às figuras que ocupavam seu entorno (os generais, conselheiros, familiares e amigos) foram concedidas determinadas regalias que as distinguem do soldado e do súdito comum, de modo que formaram uma pequena aristocracia dentro do acampamento macedônio, um grupo privilegiado e apto a aconselhar o rei. Na primeira pêntada das *Histórias de Alexandre*, tais conselhos dizem respeito às campanhas de conquista e, oriundos de Parmênio, Heféstio ou do áugure Aristandro, buscam guiar Alexandre pela melhor rota e estratégia em vista da dominação do império persa. Já na segunda pêntada, conforme os antigos generais são mortos (ora por Alexandre, ora pela natureza bélica da campanha de conquista) e substituídos por personagens infames, sobretudo cortesãos, eunucos e bajuladores, as sugestões da aristocracia passam a ser tendenciosamente guiadas por interesses particulares de figuras cujo objetivo é a garantia de seu bem-estar na corte. É o que se verifica no caso de Bágoas, por exemplo.

Em relação à aristocracia macedônia, uma observação teórica é oportuna. Em seu *Tratado político*, Spinoza postula que, se o rei escolhe os homens que habitam seu entorno e compõem sua corte, resulta-se que “o Estado que nós cremos ser monárquico absolutamente é na verdade aristocrático, isto não numa forma aberta, mas oculta e, por isso mesmo, muito má” (Spinoza, *Trat. Pol.*, 6.5, 1973, p. 330)²⁹⁹. O autor ainda aponta dois agravantes à atuação aristocrática no governo monárquico, instâncias em que o rei é infante ou doente, de modo que a corte indiretamente governa em seu lugar, “para não falar de um rei que, abandonando-se à sensualidade, governa segundo a vontade desta ou daquela amante, deste ou daquele favorito” (Spinoza, *Trat. Pol.*, 6.5, 1973, p. 330). Em certa medida, é este o caso de Alexandre e, coincidentemente, o exemplo concedido por Spinoza são as próprias *Histórias de Alexandre*, especificamente a passagem comentada anteriormente neste estudo (10.1.22-29), na qual o nobre Orsines reconhece que, na medida em que Bágoas governava Alexandre, ele, consequentemente, governava todo o império.

Trata-se de um primeiro sinal de corrupção política no governo de Alexandre, a qual, segundo a tipologia estabelecida por Aristóteles (*Política*, Livro III), também pode ser

²⁹⁹ Ambos os excertos são traduções de Marilena de Souza Chauí Berlinck (1973).

concebida como um vício do governo monárquico ou como o primeiro sintoma de uma transição à tirania. Neste caso, em observação à distinção entre o monarca influenciado por seus cortesãos e um tirano, Voltaire, em seu *Dictionnaire philosophique* (2005), afirma que “nós chamamos de tirano o soberano que não conhece nada além de seu próprio capricho, que toma a propriedade de seus súditos e então os convoca para ir e tomar a de seus vizinhos”³⁰⁰.

Em suma, Aristóteles e Voltaire denominam “tirano” um monarca que age segundo a manutenção de seu bem-estar pessoal, em detrimento dos interesses e necessidades do povo, definição que, com precisão, epitomiza a trajetória do desvirtuamento político de Alexandre. Em retrospecto, verifica-se que, incapaz de controlar a própria *cupido* sob a prosperidade que lhe era garantida pela *fortuna* e, simultaneamente, incapaz de dissuadir a insatisfação de seus homens, bem como de persuadi-los a acompanharem-no em sua busca pela glória individual, Alexandre passa a remediar a oposição aos seus interesses por meio da demonstração de sua autoridade. Tais atos, empreendidos pessoalmente ou decretados ao público, são ainda agravados pela *ira*, pelo excesso de bebida e por conselhos tendenciosos, de modo que, no mais das vezes, culminam em incriminações forjadas e assassinatos daqueles que o questionam. Assim, o estudo da tirania como um tema das *Histórias de Alexandre* prevê, de imediato, que o protagonista a exerce de maneira reacionária, ou, noutros termos, que ela é visível na maneira com a qual ele responde à objeção de seus interesses pessoais.

Com efeito, a postura tirânica de Alexandre manifesta-se a partir de três principais ações, às quais ele tende a recorrer ao longo da segunda pêntada narrativa. Em primeiro lugar, há a exibição de punição violenta, quer movida pela irracionalidade colérica ou embriagada, como acontece a Bétis e Clito, respectivamente, quer pela racionalidade pressuposta pelo julgamento público, nos casos de Filotas, Amintas e Hermolau. Naturalmente, a consequência da espetacularização de castigo é a infiltração de certo temor de responder ao rei entre os soldados e membros da aristocracia macedônia. Em segundo lugar, constam as instâncias de manipulação emocional das tropas e dos generais que as representam (9.2.28-35, adiante), empreendida via comoventes discursos proferidos por Alexandre, aos quais, graças ao medo que acomete os homens, também não há resposta. Então, em terceiro lugar, os elementos relacionados à censura de liberdade de expressão, dos quais se destacam a interceptação das correspondências pessoais (7.2.36-37), nas quais o comportamento recente do rei seria

³⁰⁰ Sob a rubrica da “tyrannie”: “On appelle tyran le souverain qui ne connaît de moins que son caprice, qui prend le bien de ses sujets, et qui ensuite les enrôle pour aller prendre celui de ses voisins” (Voltaire, *Dictionnaire philosophique*. Los Gallardos: Le chasseur abstrait éditeur, Collection Idéales, 2005).

denunciado, para além do isolamento de rebeldes (7.2.35) e da incriminação de figuras resistentes à censura (8.5.5-24), para que não inspirem o restante dos homens.

Cabe também observar que, como a postura tirânica de Alexandre diz respeito às suas (re)ações na trama, ela é tanto mostrada ao leitor como um tema subentendido, quanto observada pelas personagens em torno do protagonista, as quais testemunham os erros de seus companheiros em primeira mão. Assim, após o assassinato de Clito (8.1.19 – 8.2.12), os generais e conselheiros da corte macedônia aprendem a não participar da conversa quando, à mesa, Alexandre entrega-se à rememoração. E, espectadores da punição infligida a Bétis (4.6.26-29), mas, também, do perdão conferido a Poro (8.14.41-44), eles entendem que, caso rendidos pelo rei como autores de quaisquer crimes, a conduta que lhes pode poupar a vida é a súplica pelo perdão e o apelo à clemência de Alexandre.

Das ações empreendidas por Alexandre, reunidas sob a efígie de sintomas tirânicos, a suspensão da liberdade de expressão é uma manifestação tangível do desvirtuamento político ao longo da obra, sobretudo em razão de sua recorrência como o motivo para a complacência e o silêncio dos homens. Nesse caso, entende-se como “liberdade de expressão” aquilo que Cúrcio denomina a *uerborum licentia* (8.2.2), isto é, uma licença à fala, cuja implícita proibição passa a ser reconhecida após o assassinato de Clito. Trata-se, inclusive, da instância na qual Alexandre mais se aproxima de admitir o ambiente de censura instaurado em sua corte, conforme admite que “[...] havia assumido o ofício do abominável carrasco, tendo castigado liberdade de expressão [*uerborum licentiam*], que poderia ser imputada ao vinho, com uma nefanda carnificina” (Cúrcio, 8.2.2)³⁰¹. Ainda que nomeada nesse excerto, no mais das vezes, a censura à fala tende a ser depreendida pelas personagens (em vez de decretada pelo protagonista) a partir da demonstração de suas consequências, sejam elas o premeditado assassinato na tenda real, ou, inversamente, o estratégico julgamento apresentado ao público.

Um dos exemplos que melhor cabem à questão diz respeito ao julgamento de Filotas. No Livro VI das *Histórias de Alexandre*, o jovem Filotas, filho de Parmênio, é incriminado como o líder de uma conspiração contra a vida do rei (6.7.17-28), acusação da qual decorre seu julgamento perante os homens do exército (6.9-10) e, posteriormente, a tortura que nomearia seus cúmplices (6.10.15-33). Em vez de extinguir o conflito, a morte de Filotas causa comoção entre os homens, e Alexandre, acometido por certo temor de que seria a vítima de uma insurgência iminente, similar à que dera fim a Dario, opta por empreender uma caça-às-bruxas no acampamento. Primeiro, ele ordena o bloqueio das estradas de acesso ao

³⁰¹ “*Detestabile carnificis ministerium occupauerat rex, uerborum licentiam, quae uino poterat inputari, nefanda caede ultus*” (Cúrcio, 8.2.2).

acampamento (6.8.19) e a prisão daqueles que conviviam com o conspirador, dos quais se destaca Amintas, também julgado (7.1.17-40). Em seguida, Alexandre envia assassinos ao encalço de Parmênio, que não teria motivos para desconfiar da súbita visita de seus amigos, pois o rei os disfarçara de mensageiros, encarregados de uma forjada carta, escrita e assinada aos modos de Filotas (7.2.20-34).

Majoritariamente dedicado ao desdobramento desses eventos, o Livro VII se inicia com a oscilação da consciência dos soldados, os quais, tendo testemunhado o julgamento na presença de Alexandre, agora, a sós, ponderam sobre a adequação das punições ordenadas:

[1] *Philotan sicut recentibus eius uestigiis, iure adfectum supplicio censuerant milites, ita, postquam desierat esse quem odissent, inuidia in misericordiam uertit.* [2] *Mouerat et claritas iuuenis et patris eius senectus atque orbitas.* [3] *Primus Asiam aperuerat regi, omnium periculorum eius particeps, semper alterum in acie cornu defenderat, Philippo quoque ante omnes amicus, et ipsi Alexandro tam fidus ut occidenti Attalum non alio ministro uti mallet.* [4] *Horum cogitatio subibat exercitum, seditiosaeque uoces referebantur ad regem.* (Cúrcio, 7.1.1-4).

[1] Apesar de os soldados terem declarado Filotas justamente merecedor de suplicio enquanto os vestígios do crime dele estavam recentes, depois que o homem que odiavam não estava mais entre eles, a hostilidade se transformou em misericórdia. [2] Comovia-os tanto o esplendor e a juventude de Filotas, quanto a velhice e o luto de seu pai³⁰². [3] Parmênio fora o primeiro que abriu a Ásia ao rei, um participante de todos os perigos dele, e sempre defendera uma ala na linha de batalha. Ele também fora o mais estimado amigo de Filipe, e tão fiel ao próprio Alexandre que nenhum outro agente poderia ter sido preferido para matar Átalo³⁰³. [4] Pensamentos desse tipo impregnavam o exército, cujas vozes amotinadas ecoavam até o rei (Cúrcio, 7.1.1-4).

Tendo apresentado ao leitor o sentimento geral das massas, o narrador volta-se à mente de Alexandre, onde reconstrói o encadeamento lógico pelo qual o rei buscava convencer a si mesmo da pertinência de suas ações: “Eles há muito eram suspeitos, pensou consigo mesmo, graças às cartas de sua mãe, pelas quais fora avisado para que se salvaguardasse contra eles” (Cúrcio, 7.1.12)³⁰⁴. E, “Ora, a violência das línguas e a temeridade das palavras que lançavam contra ele não eram nada mais que um indício e testemunho de

³⁰² A situação em que o velho Parmênio se encontra é a *orbitas*, termo latino que nomeia o luto de um pai sobre a perda de seus filhos, para o qual não há correspondentes diretos na língua portuguesa. A condolência dos soldados (e do leitor) pela *orbitas* de Parmênio é ainda ampliada pela noção de que Filotas é o terceiro, e último, filho do general a ser morto nas campanhas de Alexandre, os outros dois, Nicanor (4.8.7-9) e Heitor (6.6.18-19).

³⁰³ Átalo foi vítima de uma vingança de Alexandre. Plutarco (*Vidas, Alex.*, 9.3-6) conta que, durante a juventude do príncipe, Filipe casou-se com Cleópatra, cujo tio, o general Átalo, durante o festim do casamento, promoveu um brinde à esperança de que a nova união traria a Filipe um herdeiro legítimo. Baseado nos rumores de infidelidade que circundavam a figura de Olímpia, o comentário foi uma ofensa a Alexandre, cuja reação violenta motivou seu exílio para a Ilíria. Após a ascensão ao trono macedônio, um dos primeiros atos de Alexandre foi ordenar a Parmênio a morte de Átalo, evento ao qual Cúrcio se refere no trecho em questão (7.1.3) e que foi, talvez, narrado no perdido Livro I das *Histórias de Alexandre*.

³⁰⁴ “*Igitur olim sibi esse suspectos matris suae litteris, quibus esset admonitus ut ab his salutem suam tueretur*” (Cúrcio, 7.1.12).

intento criminoso” (Cúrcio, 7.1.16)³⁰⁵. Então, enfim livre dos supostos conspiradores, mas ainda aflito pela agitação e rumorejo que repercutiam em sua ausência, Alexandre decide o seguinte:

[35] *Alexander, quos libere mortem Parmenionis conquestos esse conpererat, separandos a cetero exercitu ratus, in unam cohortem secrevit, ducemque his Leonidam dedit, et ipsum Parmenioni quondam intimia familiaritate coniunctum.* [36] *Fere idem erant quos alioqui rex habuerat inuisos; nam cum experiri uellet militum animos, admonuit, qui litteras in Macedoniam ad suos scripsisset, iis, quos ipse mittebat, perlaturis cum fide, traderet. Simpliciter ad necessarios suos quisque scripserat quae sentiebat: aliis grauis erat, plerisque non ingrata militia.* [37] *Ita et agentium gratias, et querentium litterae exceptae sunt, et qui forte taedium laboris perlitteras erant questi, hanc seorsus cohortem a ceteris tendere ignominiae causa iubet, fortitudine usurus in bello, libertatem linguae ab auribus credulis remoturus* (Cúrcio, 7.2.35-37).

[35] Alexandre decidiu que deveriam ser separados do restante do exército aqueles que – ele havia sido informado – abertamente lamentaram a morte de Parmênio. Ele os separou em uma unidade e deu o comando dela a Leônidas, que outrora estivera unido pela mais íntima amizade com Parmênio. [36] Esses eram aproximadamente os mesmos homens que o rei já considerava odiosos. Com efeito, desejando pôr à prova a índole dos soldados, ele aconselhou aqueles que houvessem escrito cartas aos seus na Macedônia para que as entregassem aos homens que ele mesmo estava dispensando, pois levá-las-iam com segurança. Cada um havia francamente escrito aos seus parentes o que sentia: para alguns, o serviço militar era penoso, mas, para a maioria, não era desagradável. [37] Assim, apreenderam-se cartas tanto daqueles expressando contentamento, quanto daqueles lamentando, e aos que porventura haviam se queixado do tédio do trabalho pelas cartas Alexandre ordenou formarem uma unidade e acamparem à parte do restante, em motivo de desonra, a fim de fazer uso da força deles na guerra, mas de afastar a liberdade da língua de ouvidos crédulos (Cúrcio, 7.2.35-37).

Caso observados em conjunto e na sequência com a qual são apresentados, tais trechos demonstram que o tema da censura à *uerborum licentia* é gradualmente construído na narrativa, de maneira possivelmente alusiva à lentidão e discrição com a qual seria instaurada na prática. Cúrcio destaca como componentes da censura fatores como o sentimento de culpa e impotência das testemunhas frente ao veredicto injusto do rei, bem como a desconfiança dele para com seus súditos, motivo que o impulsiona à tomada de medidas para conter a disseminação de queixas e questionamentos sobre sua conduta, nomeadamente, a estratégica dificuldade imposta à comunicação entre os homens descontentes e os resignados. Trata-se de um encadeamento de eventos que propositalmente demonstra a impunidade com a qual se escala o comportamento tirânico de Alexandre: primeiro, a exibição da punição, legítima e popularmente aceita, posterior ao julgamento público (6.9-10); então, o reconhecimento da injustiça por parte das massas e do próprio tirano (7.1.1-4 e 7.1.12-16). Em seguida, os movimentos políticos para evitar que a repercussão do ato assumisse a forma de insurgência,

³⁰⁵ “*Iam linguae uiolentiam temeritatemque uerborum, quae in semetipsum iacularentur, nihil aliud esse quam scelesti animi indicem ac testem*” (Cúrcio, 7.1.16).

os quais inauguram o processo ilegítimo de invasão da privacidade e da livre expressão do povo (7.2.35-37), e, por fim, providências infames de silenciamento, empreendidas de maneira sigilosa e desprovidas de julgamento, a exemplo do assassinato de Clito (8.1.43-52) e da incriminação de Calístenes (8.5.5-24), anterior à tortura e morte que lhe são decretadas.

Separadamente, cada trecho ainda possui nuances temáticas, as quais podem ser observadas com maior atenção. No que toca à consciência dos soldados (7.1.1-4), por exemplo, importa considerar que, uma vez que as personagens secundárias testemunham as ações de Alexandre em primeira mão, quer na posição de vítima, quer na de espectador, é por meio da expressão narrativa daquilo que pensam e sentem (via a onisciência do narrador), bem como da síntese do passado que compartilham com o rei, a maneira pela qual Cúrcio sutilmente conduz o julgamento do leitor, levado a reconhecer, junto às personagens, a transformação comportamental de Alexandre. Trata-se, aliás, do mesmo procedimento narrativo que inaugura o episódio do assassinato de Clito, cuja introdução é um sumário dos laços de amizade, familiaridade e lealdade entre a vítima e seu assassino (8.1.19-21)³⁰⁶, os quais são, como também no caso de Filotas e Parmênio, fundamentais à percepção das ações de Alexandre como injustas. Para tanto, Cúrcio apela às relações de apreço e familiaridade: no primeiro caso, ele recupera a figura de Helanique, “[...] que havia educado Alexandre, [e] era amada como uma mãe pelo rei” (Cúrcio, 8.1.21), e, no segundo caso, ele atribui aos soldados o reconhecimento da juventude de Filotas, bem como da velhice de seu pai, cuja longa vida foi dedicada à lealdade ao rei macedônio, fosse ele Filipe ou Alexandre. Trata-se, então, de uma violação de natureza não só política, mas, também, familiar, na medida em que o sentimento de fraternidade e devoção que anteriormente unia rei e súditos é gradualmente transgredido pelo interesse pessoal do monarca, levado a agir em prol da preservação de sua reputação.

Além disso, é certo que a presença de Alexandre durante os julgamentos é, por si só, um elemento capaz de manipular a opinião alheia. Por um lado, ele é a vítima da conspiração, cuja habilidade oratória durante os discursos de acusação e defesa são persuasivos o suficiente para comover as testemunhas, de modo que os homens se solidarizam com seu ultraje como se cometido a eles próprios (7.1.1). Por outro lado, a presença de Alexandre é, também, a

³⁰⁶ O excerto referido foi comentado no segundo capítulo deste estudo. Trata-se de: “Dali, tendo retornado à Maracanda e aceito a justificativa de idade avançada vinda de Artabazo, Alexandre designou a província a Clito. [20] Foi Clito quem, com o escudo, protegeu a cabeça exposta do rei, quando estavam lutando perto do rio Grânico; ele quem, com o gládio, decepou a mão de Rosaces, quando ela ameaçou a vida de Alexandre. Um velho soldado de Filipe, ele era ilustre em muitas operações de guerra [21] e a irmã dele, Helanique, que havia educado Alexandre, era amada como uma mãe pelo rei. Por essas razões, Alexandre confiou à lealdade e tutela dele a parte mais forte de seu império” (Cúrcio, 8.1.19-21).

presença daquele que detém o poder absoluto, uma figura cuja sentença, a despeito do julgamento empreendido, será final. E, conforme são incriminados aqueles que se manifestam após ou durante o julgamento de Filotas, como o faz Amintas (7.1.17-40), naturalmente, a tendência das testemunhas é a solidarização com a vítima e a adesão ao veredicto do rei, pois, nesse caso, são a mesma pessoa.

Por extensão, é certo que o ato de publicamente julgar seus opositores é duplamente vantajoso a Alexandre. Por um lado, ele atende ao costume tradicional macedônio de conferir às tropas a ciência e participação na resolução de conflitos internos ao exército (7.8.25), ao mesmo tempo em que lhes demonstra uma postura justa e transparente de regência, via a resolução de intrigas pessoais, como a conspiração, de maneira legítima. Por outro lado, o julgamento público, como também a divisão dos insatisfeitos no acampamento, torna os acusados exemplos de má conduta àqueles que, apesar de compartilharem da mesma opinião, são levados a observar, julgar e condenar seus compatriotas. Trata-se de uma estratégia cuja vantagem é admitida pelo próprio protagonista, durante o julgamento de Hermolau, líder da conspiração dos pajens: “Com efeito, ainda que o crime supremo tenha sido confessado, eu não só o ouvi pessoalmente, mas, também, forcei-lhes a ouvir, e não sem motivo: eu sabia que, quando permitisse a este bandido falar, ele exibiria o delírio pelo qual foi impelido a me matar – eu, quem ele deveria honrar como um pai!” (Cúrcio, 8.8.2)³⁰⁷. Graças à juventude de Hermolau, Alexandre é capaz de cobrir a conspiração com um véu de afetividade, pelo qual apresenta o crime às testemunhas como uma tentativa de, mais que regicídio, também parricídio, procedimento responsável por contaminar o julgamento das testemunhas com um colateral sentimento de culpa. Assim, Alexandre tanto atrela a *uerborum licentia* à noção de crime contra a figura do rei (e, neste caso, uma figura familiar), quanto insinua o subentendido estado de censura. Como resultado, conforme um homem ocupa a posição de condenar o comportamento de outro, ele não só assiste às consequências da conduta em questão, mas, também, compreende que seus companheiros não o defenderão, caso decida agir sobre suas insatisfações.

Já no que toca às observações de Alexandre (7.1.12-16), numa perspectiva ampla, intertextual e externa ao enredo de Cúrcio, elas coincidem com as premissas de Cícero sobre as relações de amizade nutridas por tiranos. Segundo o autor, “[...] eles, é claro, não podem contar com fidelidade, afeto ou confiança na boa vontade de ninguém. Tudo é suspeito e

³⁰⁷ “*Confessum enim ultimum facinus, tamen, non solum ipse audiui, sed ut uos audiretis expressi, non imprudens, cum permissem latroni huic dicere usurum eum rabie, qua compulsus est, ut me, quem parentis loco colere deberet, uellet occidere*” (Cúrcio, 8.8.2).

alarmante, a possibilidade de amizade não existe para eles. Como alguém pode amar a quem teme ou sabe que é temido?” (Cícero, *Amic.*, 15, 2023, p. 110). Em observação à escala dos atos tirânicos de Alexandre, tal tese também exemplifica as lamúrias do rei após o assassinato de Clito, passagem na qual o narrador onisciente revela que “Alexandre estava ainda mais movido porque percebia aterrorizados os corações de todos os seus amigos, porque ninguém mais ousaria conversar com ele depois disso, porque ele teria de viver em isolamento como um animal selvagem: amedrontando os outros e por eles amedrontado” (Cúrcio, 8.2.7)³⁰⁸. Caso recuperadas as observações de Liotsakis (2021a, p. 209) sobre Cúrcio ser, dentre as fontes antigas, o autor mais dedicado à reconstrução psicológica das personagens, verifica-se que são as ponderações introspectivas de Alexandre, capturadas de sua mente, as instâncias nas quais o protagonista reflete sobre seu próprio comportamento, ora em direção ao remorso, pelo qual as personagens e o leitor o absolvem, ora à paranoia, pela qual é ilustrado o comportamento errático e volátil que, a partir da segunda pênstada, passam a adjetivar sua regência. Não coincidentemente, Cúrcio se serve da locução *temeritatem uerborum* (7.1.16) em referência ao discurso dos opositores, pois a liberdade de expressão na corte macedônia passa a ser concebida, por Alexandre, como uma mostra de *temeritas* advinda do corpo militar. Ao empregar a expressão em uma passagem que reproduz as ponderações do protagonista, Cúrcio ilustra a ciência de Alexandre sobre sua própria opressão, na medida em que o ato de respondê-lo é, por ele mesmo, tomado como uma conduta ingênua e irrefletida, em vista das punições já demonstradas às massas.

Por fim, em relação às medidas empreendidas por Alexandre em vias de impedir a disseminação de informações no acampamento (7.2.35-37), há de se reconhecer que são eficientes procedimentos de controle das massas. No desenrolar do episódio, o isolamento dos insatisfeitos tanto dissolve a comoção pública dos homens, quanto os inspira à demonstração de maior empenho e competência, pelos quais reconquistariam as graças do rei (7.2.38). Afinal, ao separá-los do restante das tropas, Alexandre não só os torna exemplos de um comportamento recriminável, na medida em que a exaustão é ressignificada aos termos da ociosidade, mas, também, impede que reclamações se tornem um motivo comum pelo qual os homens poderiam se unir em intervenções, motins e futuras conspirações, as quais de certo interromperam o curso de seus interesses pessoais.

³⁰⁸ “*Ceterum magis eo mouebatur, quod omnium amicorum animos uidebat attonitos; neminem cum ipso sociare sermonem postea ausurum: uiuendum esse in solitudine, uelut ferae bestiae, terrenti alias, alias timentī*” (Cúrcio, 8.2.7).

Trata-se de uma hipótese que se concretiza poucos capítulos depois. Ainda que o rei tenha reprimido a revolta no Livro VII, momento em que se iniciava a segunda etapa das campanhas de conquista³⁰⁹, graças à integração de tropas estrangeiras ao pelotão macedônio, à reafirmação do suposto estatuto divino do rei e ao prolongamento das campanhas, outra insurgência estava fadada a tomar forma. Assim, no Livro IX das *Histórias de Alexandre*, quando ao rei é oferecida a oportunidade de conduzir sua campanha ao interior da Índia, ele convoca uma assembleia geral no acampamento (9.2.12), em vias de anunciar às tropas seus planos futuros. Trata-se da reunião pela qual será estabelecido o final das campanhas expedicionárias macedônias e o subsequente retorno à pátria. No entanto, tal decisão é precedida por um longo discurso do rei, cujo objetivo é, uma vez mais, conquistar a adesão das tropas à continuidade da empreitada:

[28] *‘Per uos gloriamque uestram, qua humanum fastigium exceditis, perque et mea in uos et in me uestra merita, quibus inuicti contendimus, oro quaesoque ne humanarum rerum terminos adeuntem alumnum commilitonemque uestrum, ne dicam regem, deseratis. [29] Cetera uobis imperaui; hoc unum debiturus sum. Et is uos rogo, qui nihil umquam uobis praecepi quin primus me periculis obtulerim, qui saepe aciem clipeo meo texi. Ne infregeritis in manibus meis palmam, qua Herculem Liberumque patrem, si inuidia afuerit, aequabo. [30] Date hoc precibus meis, et tandem obstinatum silentium rumpite. Vbi est ille clamor, alacritatis uestrae index? Vbi ille meorum Macedonum uultus? Non agnosco uos, milites, nec agnosci uideor a uobis. Surdas iamdudum aures pulso, auersos animos et infractos excitare conor.’ [31] Cumque illi in terram demissis capitibus tacere perseuerarent: ‘Nescio quid’, inquit, ‘in uos inprudens deliqui, quod me ne intueri quidem uultis. In solitudine mihi uideor esse. Nemo repondet; nemo saltem negat. [32] Quod adloquor? Quid autem postulo? Vestram gloriam et magnitudinem uindicamus. Vbi sunt illi, quorum certamen paulo ante uidi contententium, qui potissimum uulnerati regis corpus exciperent? Desertus, destitutus sum, hostibus deditus. [33] Sed solus quoque ire perseuerabo. Obicite me fluminibus et beluis et illis gentibus, quarum nomina horretis: inueniam, qui desertum a uobis sequantur. Scythae Bactrianique erunt mecum, hostes paulo ante, nunc milites nostri. [34] Mori praestat quam precario imperatorem esse; ite reduces domos; ite deserto rege ouantes! Ego hic aut uobis desperatae uictoriae aut honestae morti locum inueniam’.* [9.3.1] *Ne sic quidem ulli militum uox exprimi potuit. Expectabant ut duces principesque ad regem perferrent uulneribus et continuo labore militiae fatigatos non detrectare munia, sed sustinere non posse. Ceterum illi metu attoniti in terram ora defixerant* (Cúrcio, 9.2.28-34; 9.3.1).

[28] “Por vocês e por sua glória, pela qual excedem o nível humano; por meus méritos para com vocês e pelos seus para comigo, por meio dos quais resistimos invictos, eu lhes rogo e suplico que, estando tão próximo do limite da condição humana, não abandonem o seu pupilo e companheiro de armas, para não dizer o seu rei. [29] Todas as outras coisas, eu lhes ordenei; por esta uma coisa eu estarei em dívida com vocês. E eu que lhes rogo, eu que nada, nunca, lhes instruí sem que me expusesse primeiro aos perigos, eu que quase sempre cobri a linha de batalha com meu escudo... Não quebrem em minhas mãos o ramo de palmeira com o qual, se a

³⁰⁹ Em linhas gerais, pode-se dizer que a primeira etapa das campanhas macedônias envolvia a dominação do Império Persa de Dario III, um objetivo simbolicamente concluído pela conquista da Babilônia e pela morte do rei aquemênida. Já a segunda etapa das campanhas diz respeito ao itinerário rumo ao Oriente, pelo qual Alexandre chega ao Hindu Kush, à região conhecida como Sogdiana (atual Uzbequistão) e às fronteiras da Índia.

inveja não se impuser, eu alcançarei Hércules e Líber³¹⁰. [30] Concedam este meu pedido e enfim quebrem este silêncio obstinado! Onde está aquele brado indicativo do seu entusiasmo? Onde, aquele olhar dos meus macedônios? Eu não os reconheço, soldados, nem pareço por vocês reconhecido. Há muito dou de encontro com ouvidos surdos e tento reanimar corações distantes e partidos”. [31] Em todo caso, os homens mantiveram o silêncio, com as cabeças baixas rumo ao chão. “Eu não sei onde eu, sem a intenção, errei”, disse Alexandre, “porque vocês nem sequer querem olhar para mim. Eu pareço estar sozinho, ninguém me responde, ninguém ao menos me nega algo. [32] Com quem eu falo? O que eu solicito? É a sua glória e grandeza que reivindicamos! Onde estão aqueles que, há pouco, eu vi disputando para que o melhor carregasse o corpo ferido do rei? Estou desertado, abandonado, entregue aos inimigos. [33] Mas mesmo sozinho, irei perseverar com a marcha. Joguem-me aos rios, às feras, àqueles povos de cujos nomes vocês têm pavor: abandonado por vocês, eu encontrarei quem me siga. Os citas e os bactrianos estarão comigo; há pouco inimigos, agora são meus soldados. [34] É melhor morrer do que ser um imperador suplicante. Vão! Voltem às suas casas. Vão triunfantes, por terem desertado o rei! Aqui eu encontrarei um caminho, ou para a vitória, da qual são cétricos, ou para uma morte digna”. [9.3.1] Nem assim ele foi capaz de extrair uma palavra dos soldados, os quais esperavam que seus líderes e generais anunciassem ao rei que eles estavam feridos e fatigados pelo contínuo serviço militar, que não rejeitavam suas obrigações, mas eram incapazes de cumpri-las. Estes, porém, atônitos pelo medo, mantiveram fixados os olhos no chão (Cúrcio. 9.2.28-34; 9.3.1).

Em ampla perspectiva, o comovente discurso de Alexandre retoma e exemplifica o encadeamento temático abordado nos capítulos anteriores deste estudo, referente ora ao modo pelo qual a *fortuna* estimula a ambição e a *cupido* do protagonista, ora à concepção por ele nutrida de si mesmo como um herói, ora, ainda, ao objetivo pessoal de emular (neste caso, superar) as figuras míticas com as quais se compara. Mais que temas subentendidos pelas ações do enredo ou pelos valores do narrador, tais questões são componentes da personalidade de Alexandre, admitidas e explicadas pela própria personagem àqueles em seu entorno. Nesse sentido, um dos notáveis sinais de densidade psicológica atribuída a Alexandre diz respeito à passagem: “Joguem-me aos rios, às feras, àqueles povos de cujos nomes vocês têm pavor: abandonado por vocês, eu encontrarei quem me siga” (Cúrcio, 9.2.33). Ela estabelece uma referência direta à reprimenda proferida pelo velho embaixador cita: “Da Europa, você se dirige à Ásia; da Ásia, atravessa para a Europa. Depois, se tiver superado toda a raça humana, você estará disposto a guerrear com florestas e nevascas, com rios e animais selvagens [...]” (Cúrcio, 7.8.13)³¹¹. Trata-se de um paralelo intratextual demonstrativo da forma como Alexandre se lembra das críticas previamente lançadas contra ele, bem como da tendência a aceitá-las como desafios insignificantes a sua impetuosa tenacidade, a qual prevalecerá, mesmo no acaso do abandono e da deserção.

Para além da reiteração temática e da demonstração de como opera o raciocínio de Alexandre, outro traço predominante do discurso acima diz respeito a certo tom sentimental,

³¹⁰ Metáfora de Cúrcio. O ramo e a folhagem da palmeira, como também do louro, são símbolos de vitória.

³¹¹ “*Ab Europa petis Asiam; ex Asia transis in Europam. Deinde, si humanum genus omne superaueris, cum siluis et niuibis et fluminibus ferisque bestiis gesturus es bellum*” (Cúrcio, 7.8.13).

oriundo quer de uma ternura genuína para com os soldados, quer de uma afeição artificial pela qual ele busca convencê-los. Na verdade, o apelo de Alexandre às relações de amizade e companheirismo surte (ou, ao menos, parte deste intuito) um efeito geral de manipulação emocional das massas, a qual também pode ser compreendida como um elemento da postura tirânica do rei.

Três observações corroboram essa leitura. A primeira diz respeito à referência direta à parcela macedônia do exército, àqueles que iniciaram as campanhas junto ao rei, dos quais é um pupilo e companheiro de armas (9.2.28), pois serviram sob Filipe e viram-no crescer. Noutros termos, a primeira estratégia empregada em vista à dissuasão da oposição e manipulação das massas é a recuperação dos laços equidade e companheirismo que, até então, compunha o elo entre rei e súditos macedônios. No entanto, e em segundo lugar, conforme Alexandre percebe a ineficácia da tática emocional, depreendida pelo silêncio dos homens, ele passa a acusá-los de deslealdade e abandono, atribuindo a eles, em vez de a si próprio, a responsabilidade pelo esquecimento da origem compartilhada. Trata-se de um procedimento similar à acusação, por parte de Alexandre, de Filotas se recusar a utilizar o dialeto macedônio durante sua defesa. Referimo-nos ao trecho: “Mais alguém vê que até mesmo da língua pátria Filotas se afasta? O fato é que ele é o único que desdenha aprendê-la. Mas, que fale plenamente, da forma como lhe agrada, contanto que vocês se lembrem de que ele se opõe tanto à nossa língua quanto aos nossos costumes” (Cúrcio, 6.9.36)³¹². Em ambos os casos, Alexandre acusa uma personagem de uma conduta por ele, mesmo, transgredida, assim defletindo sua culpa no conflito e posicionando-se como a vítima, seja da conspiração, seja do abandono, seja, ainda, da perda do companheirismo.

Relacionado aos anteriores, o terceiro motivo pelo qual o discurso anterior pode ser denominado um exemplo de manipulação emocional das massas diz respeito aos pressupostos forjados e exagerados de Alexandre sobre o desejo dos homens de abandonarem-no. Nesse quesito, Cúrcio cria um contraponto entre as noções de incapacidade e desinteresse, diferença à qual Alexandre finge ser alheio. Isto é, apesar de acusá-los de deslealdade, ociosidade e desinteresse à continuidade das campanhas, Alexandre entende que a desmotivação dos homens advinha, na verdade, da exaustão, noção atestada pela introdução ao discurso, na qual o narrador onisciente expõe as ponderações do protagonista sob os termos de que: “Ele e os soldados não pensavam da mesma forma: ele, mesmo, havia idealizado o domínio de todo o

³¹² “*Ecquid uidetis, adeo etiam sermonis patrii Philotan taedere? Solus quippe fastidit eum discere. Sed dicat sane, utcumque ei cordi est, dum memineritis aeque illum a nostro more quam a sermone abhorrere*” (Cúrcio, 6.9.36).

mundo e pensava ainda estar no começo de suas obras, enquanto o soldado, fatigado pelo trabalho, desejava colher cada fruto imediato, agora que o perigo finalmente havia passado” (Cúrcio, 9.2.11)³¹³. E, ainda que não obtenham resposta, tanto as acusações de Alexandre, quanto seu apelo à devoção e ao companheirismo, são formas bem-sucedidas de transformar a exaustão em culpa, ressignificação ainda agravada pela menção à morte gloriosa como inevitável desfecho da empreitada (9.2.34), observação que vincula à exaustão das massas a noção de desonra, bem como pelo elogio à lealdade das tropas estrangeiras (9.2.33), cuja mera presença no exército era já um ultraje aos macedônios.

Enfim, o excerto acima aponta que Alexandre se apresenta como a vítima do silêncio das massas, apesar de saber ser o motivo dele. Nesse caso, trechos como “nem assim ele foi capaz de extrair qualquer palavra dos soldados, os quais esperavam que seus líderes e generais anunciassem ao rei que eles estavam feridos e fatigados do contínuo serviço militar, que não rejeitavam suas obrigações, mas eram incapazes de cumpri-las” (Cúrcio, 9.3.1), e, também, “estes [os generais], porém, atônitos pelo medo, mantiveram fixados os olhos no chão” (Cúrcio, 9.3.1), apontam para o silêncio dos soldados como uma resposta à onda de terror que assola o acampamento macedônio, suscitada pelas exhibições de castigo, julgamento e assassinato cometidos conta a *uerborum licentia* a mando de Alexandre.

A partir do assassinato de Clito (8.1.19 – 8.2.12), a onda de medo e apreensão que abate a parcela greco-macedônia das tropas, referente ao soldado comum e ao cortesão, propicia duas condutas de passível adoção frente às posturas tirânicas e temperamentais do rei. Como visto no excerto anterior, a primeira é o silêncio, denotativo da conformidade e complacência das massas, o qual tanto o narrador comenta, no episódio do casamento de Alexandre com Roxane (8.4.30), quanto o próprio protagonista questiona aos soldados, sob as queixas de que “Eu pareço estar sozinho, ninguém me responde, ninguém ao menos me nega algo” (Cúrcio, 9.2.32). É esta a primeira instância na qual Alexandre reconhece seu isolamento sob a coroa, mais temido do que amado. Uma vez que o silêncio das massas simboliza a resignação, em vez do engajamento, ele incomoda ao rei, pois tanto denuncia o temor que ele inspira em seus súditos, quanto é incompatível ao idealismo e efervescente *cupido* que o caracterizam, para além de não corresponder à conduta prevista de súditos que, para Alexandre, deveriam idolatrá-lo.

³¹³ “Non idem sibi et militibus animi. Sese totius orbis imperium mente complexum adhuc in operum suorum primordio stare, militem labore defetigatum proximum quemque fructum finito tandem periculo expetere” (Cúrcio, 9.2.11).

Oposta à primeira, a segunda conduta comportamental inspirada pelo medo é a fala, a qual não deve ser franca ou despretensiosa, mas, em vez disso, especificamente, a *adulatio*. Igualmente movidos pelo temor, mas atuando na teatralidade da corte em vista da garantia da sobrevivência, aqueles que não se calam perante Alexandre bajulam-no, de modo que conferem a ele a confirmação de quaisquer suspeitas que venha a nutrir sobre as outras personagens, bem como o embasamento na condução de objetivos inatingíveis, a exemplo do reconhecimento de seu estatuto divino.

Na verdade, o tema da bajulação é construído na narrativa de maneira ora implícita, ora explícita. Exemplos do primeiro caso são as instâncias nas quais os homens de Alexandre justificam suas ações coléricas e/ou embriagadas, apesar de considerarem-nas injustas. Após o assassinato de Clito, “[...] para que Alexandre se envergonhasse menos do assassinato, os macedônios também decretaram merecida a morte de Clito e teriam ainda proibido a sepultura, se o rei não a tivesse ordenado” (Cúrcio, 8.2.12)³¹⁴. Similarmente, após o incêndio de Persépolis, o narrador afirma que “envergonhava aos macedônios uma cidade tão ilustre ter sido destruída por um rei devasso” (Cúrcio, 5.7.10), mas “o acontecimento tornou-se sério e eles exigiram de si mesmos acreditar ter sido justamente aquele o modo como ela devia ser destruída” (Cúrcio, 5.7.10)³¹⁵.

Por sua vez, as manifestações explícitas da *adulatio* correspondem tanto a comentários do narrador, quanto à criação de personagens estereotipadas como bajuladoras, sobretudo como homens que “[...] eram preferidos pelo rei, mesmo em favor de parentes e dos mais elevados generais dos exércitos, pois, naquele tempo, eles abriam o céu a ele e proferiam que Hércules, Líber, Castor e Pólux haviam renunciado à nova divindade” (Cúrcio, 8.5.8)³¹⁶. De modo geral, a bajulação tende a ser exercida não como a confirmação da competência militar de Alexandre, da qual ele é confiante, mas como um apelo àquilo que o rei busca conquistar, nomeadamente, o reconhecimento de seu estatuto divino no acampamento. Com efeito, as personagens bajuladoras nas *Histórias de Alexandre*, dentre as quais se destaca o artista Cleon, são caracterizadas como membros politicamente influentes da aristocracia macedônia, dispostos à traição de seus consortes em vista da obtenção das graças do rei, e, então, à lisonja do rei em vista de seus interesses próprios, sejam eles a sobrevivência ou a ascensão social.

³¹⁴ “Pudebat Macedones tam praeclaram urbem a comissabundo rege deletam esse” (Cúrcio, 5.7.10).

³¹⁵ “Itaque res in serium uersa est, et imperauerunt sibi ut crederent illo potissimum modo fuisse delendam” (Cúrcio, 5.7.10).

³¹⁶ “[...] et cetera urbium suarum purgamenta, quae propinquis etiam maximorumque exercituum ducibus a rege praeferebantur, hi tum caelum illi aperiebant, Herculemque et Patrem Liberum et cum Polluce Castorem nouo numini cessuros esse iactabant” (Cúrcio, 8.5.8).

A figura de Cleon é emblemática para o desdobramento dos eventos que deram fim ao historiador Calístenes de Olinto, sendo este o episódio que melhor encapsula o aparecimento de bajuladores como um sintoma da tirania de Alexandre. Sobrinho do filósofo Aristóteles, cuja tutela e instrução constituíram parte da educação do rei, Calístenes foi recrutado junto às tropas para que, em observação ao seu ofício como escritor, mantivesse um registro do dia a dia das campanhas macedônias, bem como das conquistas particulares de Alexandre. Numa perspectiva extratextual, tal relato foi, com grande probabilidade, uma das fontes documentais das *Histórias de Alexandre*, ainda que Cúrcio pouco comente sobre o texto, em si, ou sobre seu escritor, salvo no que toca aos eventos que desencadearam sua incriminação na conspiração dos pajens (pois Calístenes servia-lhes de professor durante as campanhas), da qual decorreram sua tortura e morte, em 328 a.C.

O episódio referido é relatado no Livro VIII, pouco depois do assassinato de Clito (8.1.19 – 8.2.12). Determinado a conduzir a marcha em direção à Índia, Alexandre “já com todos os preparativos, tendo calculado que o momento era maduro para a ideia depravada que outrora havia concebido, começou a refletir sobre a maneira pela qual usurparia honras divinas” (Cúrcio, 8.5.5)³¹⁷. O rei, então, “[...] ordenou aos macedônios o costumes dos persas de saudarem-no prostrando o corpo, respeitosamente, no chão” (Cúrcio, 8.5.6)³¹⁸, oficializando em sua corte a adoção da prosquinese, à qual os gregos e macedônios, mais que os persas, opunham-se. Então, em vias de dissolver a oposição greco-macedônia à prática, Alexandre arquiteta um plano (8.5.9-10) com o artista Cleon, um grego propenso à bajulação: o rei convidaria sua aristocracia para um jantar, do qual subitamente se ausentaria em motivo de uma pendência inesperada. Alexandre, na verdade, esconder-se-ia atrás de uma cortina e, por sua vez, Cleon seria responsável por iniciar uma discussão despretensiosa, por meio da qual convenceria seus compatriotas, dentre os quais, Calístenes, a prestarem as honras religiosas que o rei tanto merecia.

A cena do banquete forjado seria suficiente para ilustrar o motivo pelo qual Albrecht (1997) compreende as *Histórias de Alexandre* sob o gênero histórico-trágico. Em cena, as personagens defendem posições antitéticas: de um lado, há Cleon, o artista bajulador, disposto a corromper a virtude de seu ofício para obter o favor do rei, e, de outro, Calístenes, o artista insubmisso, determinado a preservar a integridade de seu trabalho historiográfico a despeito dos caprichos de Alexandre. Fora de cena, o leitor junta-se ao rei como um invisível

³¹⁷ “*Iamque omnibus praeparatis ratus, quod olim praua mente conceperat, tunc esse maturum, quonam modo caelestes honores usurparet coepit agitare*” (Cúrcio, 8.5.5).

³¹⁸ “[...] *iussitque more Persarum Macedonas uenerabundos ipsum salutare, prosternentes humi corpora*” (Cúrcio, 8.5.5).

espectador e somente a ele é revelado o esconderijo, de onde Alexandre está apto a ouvir uma conversa que seria conduzida com franqueza, dada sua fingida ausência. Por meio dessa composição, Cúrcio não só constrói o suspense e a crescente expectativa da cena, mas, também, confia ao leitor uma informação à qual as personagens secundárias (com a exceção do bajulador) são alheias, referente ao fato de que Alexandre ouve os motivos pelos quais Calístenes se recusa a venerá-lo, bem como a retratá-lo como uma divindade em seu trabalho historiográfico. Consequentemente, diante do ardil de Alexandre para incriminar Calístenes em uma conspiração, pela qual será ordenada sua tortura e morte (8.8.20-23), o leitor tanto saberá os motivos egocêntricos por trás de tal decisão, quanto contemplará seu papel como o impotente cúmplice de um tirano.

Enquanto Calístenes é uma figura histórica documentada, a existência empírica de Cleon foi um tópico de desacordo para a fortuna crítica de Alexandre ao longo do tempo. Edmunds (1971, p. 387), por exemplo, argumenta que é uma personagem inventada em vista da composição teatral da cena; já Bosworth (1995, p. 78) aceita sua existência histórica. Com efeito, a versão de Arriano não menciona Cleon e, em seu lugar, atribui o papel rival de Calístenes ao grego Anaxarco (*Anáb.*, 4.10.6), figura ignorada por Cúrcio. Qualquer o caso, como observa Perez (2021), cujo estudo se debruça sobre o episódio pelo escopo da teatralização, a atuação de Cleon é fundamental nas *Histórias de Alexandre*, quer como a personificação da bajulação consequencial de governos tirânicos, quer como uma personagem necessária ao roteiro pelo qual Cúrcio organiza a cena: “Alexandre deve estar ausente, o bajulador deve começar a falar, os gregos e macedônios devem ser a audiência que está ouvindo e os nobres persas devem se prostrar ao chão perante o rei quando ele retornar, como um exemplo aos outros” (Perez, 2021, p. 6)³¹⁹.

Como personagem literária, assim como Bágoas é um estereotipado manipulador, também Cleon é reduzido ao ofício da bajulação, uma figura “[...] cujas palavras sempre buscam agradar, mas jamais expressar a verdade [...], cujo único propósito ao falar é satisfazer” (Cícero, *Amic.* 25, 2023, p. 133). Sua função é a de alimentar o ego de Alexandre e, para tanto, ele é infiltrado na aristocracia macedônia como um disseminador de propaganda política. Sobre a questão, Perez insiste que, na narrativa de Cúrcio, a existência de Cleon é performática, motivo pelo qual “[...] a bajulação deve ser reexaminada como parte de um problema maior: a corrupção do discurso. Mais precisamente, a passagem faz um uso

³¹⁹ “Alexander must be absent, the flatterer must start speaking, the Greeks and Macedonians must be the audience listening and the Persian nobles are expected to prostrate themselves before the king when he comes back, to set an example for others” (Perez, 2021, p. 6).

específico da teatralidade, mostrando que as distorções da linguagem fazem a vida na corte parecer uma constante encenação” (Perez, 2021, p. 2)³²⁰. Por “corrupção do discurso”, a autora entende a *adulatio* (a bajulação), que é, por sua vez, “a linguagem da escravidão” (Perez, 2021, p. 5)³²¹.

Assim, tanto o aparecimento de bajuladores, quanto o temeroso silêncio que denuncia a impotência das massas, podem ser tomados como consequências de um governo absoluto que tende à tirania. Perez compreende esta relação sob os termos de que “[...] o poder tirânico é então definido por sua habilidade para corromper a linguagem e a comunicação, a ponto de romper a relação entre o caráter e o discurso, entre pensar e dizer” (Perez, 2021, p. 5)³²². E, na medida em que a vida aristocrática se torna a encenação de consentimento, Cúrcio faz de Calístenes uma figura de inabalável resistência, quer à propaganda política de Cleon, quer à demonstração, por parte dos convivas persas, do comportamento que lhe era esperado, quer, ainda, à implícita pressão exercida pelas políticas tirânicas de Alexandre.

A resistência de Calístenes pode ser compreendida por duas perspectivas diferentes, referentes à oposição política e à responsabilidade historiográfica. No que toca ao primeiro caso e, na esteira de Bowden (2013), um estudo comparativo do episódio em questão, da maneira como é abordado pelos autores antigos, demonstra que ele assume maiores proporções no relato de Arriano, que não só expande os discursos de Calístenes (ao menos em relação à versão de Cúrcio), mas, também, faz da cena um marco decisivo para a inimizade entre Alexandre e o historiador, por meio do simbolismo atribuído ao ato de beijar o rei. Nesse quesito, Bowden afirma que a prática real de conferir um beijo aos súditos era um procedimento corrente na cultura persa, posteriormente atestado dentre os protocolos de conduta aristocrática do Império Romano, cujos imperadores ofereciam um beijo aos *amici*, como afirmação do *status* social compartilhado. Isto é, “nas cortes em que era utilizado, é evidente que o beijo era valorizado pelos cortesãos precisamente porque transgredia a barreira entre súdito e monarca, para aqueles privilegiados o suficiente para que fossem permitidos beijar o rei” (Bowden, 2013, p. 70-71)³²³.

³²⁰ “First, flattery should be re-examined as part of a larger problem: the corruption of speech. More precisely, the passage makes a specific use of theatricality, thus showing that the distortions of language which are highlighted make court life appear as constant role playing” (Perez, 2021, p. 2)

³²¹ “Adulatio is a corrupted speech, the language of enslavement” (Perez, 2021, p. 5).

³²² “Tyrannical power is thus defined by its ability to corrupt language and communication, to the extent that it breaks the relationship between character and speech, between thinking and speaking” (Perez, 2021, p. 5).

³²³ “In those courts where it was used, it is clear that it was valued by courtiers precisely because it broke down the barrier between subject and monarch for those privileged enough to be allowed to kiss the king” (Bowden, 2013, p. 70-71).

Trata-se de um detalhe significativo, quer por sua presença no relato de Arriano, quer por sua ausência, no de Cúrcio. Na *Anábase de Alexandre*, Calístenes longamente discorre sobre as diferentes implicações entre as práticas de prestar reverência ao rei (a prosquínese) e beijá-lo, pois “[...] homens se cumprimentam com um beijo, mas divindades, imagino que em motivo de estarem distantes de nós e não nos permitirem tocá-las, são por este motivo honradas com nossa reverência” (Arriano, *Anáb.*, 4.11.3)³²⁴. E, no momento em que se encerra o simpósio, conforme Calístenes se aproxima do rei, “[...] um dos Companheiros, Demétrio, filho de Fítonas, disse a Alexandre que ele vinha sem ter realizado a reverência. Alexandre se recusou a aceitar o beijo oferecido e Calístenes respondeu-lhe dizendo: ‘Eu irei embora, então, um tanto mais pobre de um beijo’” (Arriano, *Anáb.*, 4.12.5)³²⁵.

Ao passo que, na versão de Arriano, Calístenes primeiro distingue a prosquínese e o beijo como medidas dedicadas a deuses e reis, respectivamente, e, então, recusa-se a admitir a divindade de Alexandre, Cúrcio, que nada menciona sobre a prática do beijo, prescreve todo e qualquer ato de reverência como um que propositalmente mescla a submissão política e a religiosa. Ciente desta ambiguidade, Calístenes se opõe à admissão da divindade de Alexandre tanto quanto às medidas pelas quais o rei busca afirmá-la, pois paulatinamente assumem a forma do assassinato e da aliança com bajuladores. Assim, afirma Perez, Cúrcio faz de Calístenes “[...] uma figura de resistência ao torná-lo a personificação da livre eloquência ameaçada pela dramaturgia da tirania, e, portanto, o foco de uma reflexão sobre discurso e verdade sob a autocracia” (Perez, 2021, p. 3)³²⁶.

Numa perspectiva extratextual, segundo Nudell (2011) e Gilley (2018), trata-se de uma discussão (o termo empregado pelos autores é *topos* – um lugar comum, um tópico de argumentação) contemporânea à mente romana do século I d.C., época, como observa Nudell (2011, p. 35), de tumultuosa transição entre os governos republicano e imperial. Especificamente, Gilley (2018, p. 319) atenta que o epíteto atribuído por Cúrcio a Calístenes (*uindex publicae libertatis*, 8.5.20) possui ecos notadamente republicanos. Sobre tudo na cena

³²⁴ “Men greet each other with a kiss, but divinities, I imagine because they have their seat far above us and we are not allowed to touch them, are for that reason honoured with our obeisance” (Arriano, 4.11.3, tradução nossa a partir de: ARRIAN, Alexander the Great: *The Anabasis and the Indica*. Tradução de Martin Hammond. Coleção Oxford World’s Classics. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 114).

³²⁵ “But as Callisthenes approached for the kiss, one of the Companions, Demetrius the son of Phythonax, told Alexander that he was coming without having done obeisance. Alexander refused to accept the offered kiss, and Callisthenes responded by saying, ‘I shall go back, then, the poorer by one kiss’” (Arriano, 4.12.5, tradução nossa a partir de: ARRIAN, Alexander the Great: *The Anabasis and the Indica*. Tradução de Martin Hammond. Coleção Oxford World’s Classics. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 115).

³²⁶ “Curtius depicts him as a figure of resistance by making him the embodiment of free eloquence threatened by the dramaturgy of tyranny, and thus the focus of a reflection on discourse and truth under autocracy” (Perez, 2021, p. 3).

do banquete forjado, pela posição antitética das personagens em relação à submissão moral, performática e político-religiosa aos caprichos de Alexandre, “Cleon e Calístenes tornam-se representantes do debate entre o Principado, com seu culto imperial e ênfase no imperador, e a República, com sua ênfase no coletivo” (Gilley, 2018, p. 319)³²⁷. Assim, propõe o autor, “a justaposição da segurança do Estado e o desejo de Alexandre em seguir em frente para gerar mais glória implicam que o excesso de glória, para um imperador, ameaça a segurança do Estado, ou, em outras palavras, que impor limites à conquista beneficia o Estado” (Gilley, 2018, p. 312)³²⁸. Com efeito, trata-se da mensagem depreendida da eulogia de Cúrcio, na qual a glória de Alexandre e a admiração do império por ele construído são admitidas com atenção às falhas de seu regime, dentre as quais consta a irritabilidade frente às recusas de veneração por parte de seus súditos. Assim, para tais autores, na medida em que a personagem Calístenes se sobressai pela preservação da *uerborum licentia* e atua como um *uindex publicae libertatis*, ele demonstra a disparidade entre o modelo republicano de conduta cidadã nos assuntos do Estado e a expectativa de submissão absoluta prevista pelo mau exercício, na visão de Cúrcio, do imperialismo, seja macedônio ou romano.

Conforme Calístenes se sobressai como uma figura de resistência no cenário em que predominam a conformidade resignada ou a *adulatio*, Alexandre passa não só a cultivar um inominável ressentimento em relação a ele, mas, também, a maquinar o meio pelo qual virá a silenciá-lo, antes que inspire seus compatriotas. Com efeito, ao longo do Livro VIII, o historiador torna-se um alvo: o apelo de Cleon para que cessasse a oposição ao estatuto divino de Alexandre, por exemplo, “[...] era claramente dirigido a Calístenes. A seriedade e resoluta franqueza do homem eram odiosas ao rei, como se, sozinho, detivesse os macedônios dispostos a tal obediência” (Cúrcio, 8.5.13)³²⁹. E, apesar de o rei ter perdoado os outros convivas que se manifestaram como contrários ao exercício da prosquinese durante o banquete, “[...] Calístenes, há muito suspeito por sua contumácia, foi alvo de uma ira mais obstinada” (Cúrcio, 8.6.1)³³⁰. Cria-se, assim, uma situação conflituosa para Alexandre. Por um lado, caso permita que a resistência de Calístenes à censura e à performance da prosquinese sejam impunes, ele concederá aos homens um modelo de inspiração. Por outro lado, caso opte por assassiná-lo, como fez com Clito, ou por publicamente julgá-lo e castigá-lo, como fez

³²⁷ “Cleon and Callisthenes become stand-ins for the debate between the Principate, with its imperial cult and emphasis of the emperor, and the Republic, with its emphasis on the collective” (Gilley, 2018, p. 312).

³²⁸ “The juxtaposition of the state’s safety with Alexander’s desire to keep going to generate more glory implies that too much glory for a ruler threatens the safety of the state, or in other words, placing limitations on conquest works to benefit the state” (Gilley, 2018, p. 312).

³²⁹ “*Haud perplexe in Callisthenen dirigebatur oratio. Grauitas uiri et prompta libertas inuisa erat regi, quasi solus Macedonas paratos ad tale obsequium moraretur*” (Cúrcio, 8.5.13).

³³⁰ “[...] *in Callisthenen olim contumacia suspectum peruicacioris irae fuit*” (Cúrcio, 8.6.1).

com Filotas, Amintas, Hermolau, Bétis e outros, Alexandre não só estará reconhecendo seu governo como tirânico, mas, também, fará de Calístenes um mártir, punido pela *uerborum licentia*.

Sobre a questão, o estudo de Bowden (2013) atenta para uma similaridade entre a postura de Alexandre, personagem de Cúrcio, e o imperador Nero, figura histórica, a qual o autor considera incontornável, bem como exclusiva das *Histórias de Alexandre*. Trata-se de uma leitura que ultrapassa o universo da narrativa em busca de correspondentes temáticos na realidade empírica, de modo que remete à suposta dimensão alegórica da obra de Cúrcio, comentada previamente neste estudo. Segundo Bowden, “pode-se sugerir que o início do período imperial oferecia um modelo específico à caracterização, feita por Cúrcio, de Calístenes como um inocente filósofo assassinado por um tirano: o jovem Sêneca, forçado a cometer suicídio por Nero” (Bowden, 2013, p. 75)³³¹. E, de fato, a incriminação e eventual morte de Calístenes são assim comentadas pelo narrador:

Callisthenes quoque tortus interiit, initi consilii in caput regis innoxius, sed haudquaquam aulae et adsentantium accommodatus ingenio. [22] Itaque nullius caedes maiorem apud Graecos Alexandro excitauit inuidiam, quod praeditum optimis moribus artibusque, [...] non tantum occiderit, sed etiam torserit indicta quidem causa (Cúrcio, 8.8.21-22).

Também Calístenes pereceu, torturado. Ele era inocente do plano inicial contra a vida do rei, mas de modo algum compatível com a natureza das cortes e dos bajuladores. [22] Por consequência, o assassinato de ninguém despertou maior ódio contra Alexandre entre os gregos, por ter ele não só matado um homem particularmente dotado de excelente caráter e talento, mas, também, tê-lo torturado sem sequer uma causa declarada (Cúrcio, 8.8.21-22).

A despeito de uma interpretação da personagem Calístenes como uma alegoria ao filósofo Sêneca, a qual certamente contribuiria à datação de Cúrcio como um escritor localizado no final da dinastia Júlio-Claudiana, parece-nos que o paralelo estabelecido por Bowden é pertinente à simbologia da personagem no universo da obra. Isto é, assim como a figura de Sêneca remete à instrução do imperador Nero nas virtudes necessárias à regência, também Calístenes, por meio de seu vínculo de parentesco com Aristóteles, emblema a perda das virtudes que caracterizavam Alexandre, sobretudo em relação à livre expressão exercida pela aristocracia (de Parmênio, de Heféstion e de Aristandro), e, também, à clemência e equidade que o tornavam uma figura de admiração às personagens secundárias na primeira pêntada da obra. A morte de Calístenes, sem julgamento ao crime forjado e sob sigilosa

³³¹ “It can be suggested that the early imperial period offered a potential specific model for Curtius’ depiction of Callisthenes as a guiltless philosopher killed by a tyrant: the younger Seneca, forced to commit suicide by Nero” (Bowden, 2013, p. 75).

tortura, é o símbolo da corrupção de Alexandre e, por extensão, a manifestação concreta, ainda que por ele velada, de sua tirania.

Numa nota final, há de se considerar que a resistência de Calístenes remete, mais que à discordância com as medidas políticas de Alexandre, à responsabilidade de seu ofício como historiador. Não sem motivo, o rei confia ao artista Cleon a tarefa de persuadi-lo (8.5.13), pois são figuras ideologicamente opostas em relação à preservação da virtude e dos valores éticos requeridos pela composição do texto histórico. Pela antítese, Cúrcio atribui a Alexandre tanto a admissão da improbabilidade de que lhe seja concedida a apoteose em vida, quanto a estratégia de recorrer à segunda melhor opção, relativa à concretização de sua reputação divina por meio do caráter memorial da literatura. Por sua vez, Calístenes é ciente de que a atribuição de um epíteto divino ao rei seria um fruto de pressão política, do qual se resultaria a cumplicidade com a tirania, bem como a violação da veracidade com a qual ele se compromete. Trata-se de uma responsabilidade reforçada em sua resposta aos avanços do bajulador, durante o banquete: “Sem dúvidas, Cleon, eu e você fazemos deuses! De nós, o rei receberá a garantia de sua divindade! Eu gostaria de submeter o seu poder à prova: faça alguém rei, se você é capaz de fazer um deus. É mais fácil conceder o céu do que um império?” (Cúrcio, 8.5.18)³³².

Com efeito, Calístenes é o mais formidável oponente e, também, vítima de Alexandre (Perez, 2021, p. 12), pois Cúrcio faz dele a única personagem que retém um poder maior do que o protagonista nos assuntos aos quais ele dedicou sua vida e empreitada. Todos os esforços de Alexandre, quer direcionados ao estabelecimento da coexistência entre povos anteriormente inimigos, quer às demonstrações de heroísmo pelas quais obteria uma morte gloriosa, são essencialmente exercidos em função da construção de sua reputação, sendo essa uma tarefa que tanto depende daquilo que ele faz, na prática, quanto daquilo que Calístenes registra, na teoria. Por meio dessa chave, a morte de Calístenes é o último, e mais importante, sinal da tirania de Alexandre, identificado como a manipulação da história e da memória coletiva. Para tanto, Cúrcio opera por termos, mais que alegóricos, metalinguísticos, representativos da importância e responsabilidade de seu próprio ofício literário, pois Calístenes é o responsável pela construção da personagem Alexandre, da maneira como será lembrada e cantada pelas gerações futuras. Consequentemente, na obra de Cúrcio, Alexandre

³³² “*Scilicet ego et tu, Cleo, deos facimus! A nobis diuinitatis suae auctoritatem accepturus est rex! Potentiam tuam experiri libet: fac aliquem regem, si deum potes facere. Facilius est caelum dare quam imperium?*” (Cúrcio, 8.5.18).

é uma personagem atormentada por sua condição de personagem, pois é capaz de reconhecer que a grandiosidade de sua lembrança cabe à literatura, mais que à vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi dedicado ao estudo de duas principais questões, referentes à obra *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, de Quinto Cúrcio Rufo. A primeira delas diz respeito à apresentação e discussão dos elementos essenciais ao estudo da narrativa e do autor por trás dela, e, a segunda, à construção literária da personagem Alexandre.

O método adotado para a condução das pesquisas e análises desenvolvidas ao longo deste estudo foi, em partes, a revisão da literatura teórico-crítica voltada a Cúrcio, ora estrangeira, ora nacional. Nesse quesito, o recorte teórico priorizou trabalhos escritos a partir do século XX, uma vez que seus antecessores ignoravam o advento do gênero romanesco. Dos selecionados, foram consultadas pesquisas e obras conduzidas em inglês, francês, espanhol e italiano, cujas contribuições, quando citadas de maneira direta, contaram com uma tradução nossa ao português. Também buscamos, sempre que possível, recorrer à literatura teórica brasileira, responsável por colateralmente atribuir perspectivas recentes a discussões predominantemente seculares.

Diante da fortuna crítica, procuramos estabelecer uma relação de dialogismo teórico suficiente para abarcar as questões de maior importância, sobretudo em relação à datação, à autoria e ao gênero literário das *Histórias de Alexandre*. Ainda assim, muitas discussões foram sumarizadas, e questões como (1) a literatura crítica anterior ao século XX, (2) as fontes das quais Cúrcio se serviu para a composição da obra, (3) as diferenças e semelhanças entre seu relato e as outras fontes antigas, (4) as alegorias interpretativas de suas personagens, e (5) a recepção de Cúrcio nas eras subsequentes ao século I d.C., não foram exploradas em minúcias.

Em vista de contemplar o primeiro objetivo, dedicamos o primeiro capítulo à discussão de tópicos como a autoria da obra, seu gênero literário e a datação do autor. Também foi proposta uma síntese histórica dos principais eventos da vida de Alexandre, figura central da obra de Cúrcio. Ao cabo desse capítulo, concluímos que Quinto Cúrcio Rufo foi um autor romano, cuja datação aponta para meados do século I d.C., ainda que não haja suficientes evidências para precisar a data de composição das *Histórias de Alexandre*. A partir de um mapeamento da fortuna crítica, observamos que as hipóteses mais prováveis para o imperador romano sob o qual Cúrcio escreve apontam ora para Cláudio (41 a 54 d.C.), ora para Vespasiano (69 a 79 d.C.). Já em relação ao gênero literário ao qual a obra pertence, procuramos construir um breve panorama teórico das opções preferidas pela crítica, nomeadamente, o romance e a historiografia antiga. Tais considerações foram sucedidas pela

hipótese de que Cúrcio não teria sido alheio ao advento do romance e que a ressurgência de tendências retóricas de produção historiográfica durante o século I d.C. teriam se infiltrado nos métodos narrativos do autor, de maneira inconsciente ou proposital. Caso seja aceita, a hipótese seria suficiente para explicar as nuances literárias e retóricas do trabalho historiográfico ao qual Cúrcio se propõe.

Em relação à segunda questão examinada por este estudo (a construção da personagem Alexandre em *Histórias de Alexandre*, de Quinto Cúrcio Rufo), optamos pela ramificação da análise em duas frentes: a primeira, voltada aos procedimentos narrativos pelos quais Cúrcio caracterizou sua personagem e, a segunda, aos elementos temáticos do enredo que eram componentes desta caracterização. Além da recorrência à teoria moderna e antiga, romanesca e historiográfica, a partir do segundo capítulo, também foram frequentemente considerados excertos das *Histórias de Alexandre*, cujo original latino foi extraído da edição francesa de Henri Bardon (1947) para a coleção *Les Belles Lettres*. A tradução para a língua portuguesa foi fruto de nossa lavra autoral e buscou, no mais das vezes, manter-se próxima ao estilo sintático do autor e às raízes lexicais correspondentes entre as línguas portuguesa e latina, de maneira a evitar a proposital adição de nuances literárias ou interpretativas ao texto de Cúrcio.

No segundo capítulo, destacamos três procedimentos narrativos recorrentes na obra. O primeiro diz respeito à seletividade de Cúrcio a partir das fontes documentais para a história de Alexandre, bem como aos modos da narração, ora prolongada, ora sumariada, dos episódios selecionados (procedimento que denominamos “ênfase”). O segundo aspecto narrativo que destacamos remete à postura onisciente do narrador, da qual decorre a densidade psicológica das personagens. Nesse tópico, também foram discutidas as diferentes *personas* de Cúrcio, relativas à sua pessoa empírica como autor da obra e ao narrador literário que guia o enredo. Por fim, o terceiro procedimento narrativo observado foi a construção e a atribuição de discursos direto, indireto e indireto-livre às personagens da trama, dos quais resulta a personalidade e autonomia de cada uma.

No terceiro capítulo, procuramos investigar os principais componentes da personagem Alexandre, da maneira como foram construídos por Cúrcio e vinculados ao eixo temático de sua obra. Para tanto, primeiro sondamos as questões identitárias atribuídas ao protagonista, a exemplo de seu compromisso com a Macedônia, sua ambição heroica e sua religiosidade. Depois, e com base em tal fundamentação, voltamo-nos às ações da personagem, as quais, pelo excesso da *fortuna*, de *cupido* e de poder político, foram narrativamente construídas como alusivas a certo grau de degeneração do caráter e conduta de Alexandre. A análise foi majoritariamente arquitetada por meio da observação do desenvolvimento das personagens e

dos temas ao longo do enredo, bem como da comparação de eventos temporal e espacialmente distantes no universo da obra. Esse método permitiu-nos compreender tanto os traços inerentes de Alexandre, quanto sua transformação identitária e comportamental ao longo do tempo, da maneira como Cúrcio a enxerga e apresenta.

Tomados em conjunto, os três capítulos demonstraram que, em primeiro lugar, as *Histórias de Alexandre* são uma obra de datação imprecisa e esparsas lacunas, mas que, apesar disso, contemplam os principais eventos concernentes à vida da figura histórica em questão. Com efeito, dentre as fontes antigas a obra de Cúrcio pode ser dita tão historiográfica e fidedigna quanto as outras. Como membro do *cópus* da literatura latina, as *Histórias de Alexandre* se destacam pela nuance retórica e romanesca que envolvem o enredo histórico e pela complexidade do protagonista, cujos dilemas, tribulações e êxitos são, mais que eventos históricos, por Cúrcio traduzidos ao tema geral da limitação humana frente à expectativa de grandeza. A obra também pode ser dita a pioneira de uma tendência literária datável do século IV d.C., denominada a coleção “Alexandre Latino” (Stoneman, 1999), bem como um certo hipotexto de obras modernas, quais sejam, os sermões de Antônio Vieira (1655) ou as tragédias de Racine (1666). Reminiscências das *Histórias de Alexandre* também podem ser encontradas na minissérie documental *The Making of a God* (dir. Tony Mitchell, 2024), cuja divisão dos eventos em duas temporadas ecoa a divisão de Cúrcio em duas *pêntadas*.

Em segundo lugar, concluímos que o aspecto singular da narrativa de Cúrcio, quando comparada às outras fontes antigas mas, também, em relação à sua potência como narrativa romana no século I d.C., diz respeito ao desenvolvimento temático ao longo da trama, o qual vincula noções como a centralização de poder político e a busca pela dignificação heroica e religiosa aos dilemas do protagonista, de maneira a torná-lo uma personagem complexa, atual e ciente das implicações e responsabilidades de sua própria influência. Para Cúrcio, Alexandre não busca conquistar seu epíteto como “o Grande”, que lhe pertence de nascença; ele busca descobrir aquilo que existe além da grandeza, para que possa, também, conquistá-lo. Assim, por meio da reconstrução literária do material histórico, Cúrcio explora e explica as motivações, suspeitas e ambições desse grande conquistador, personagem que enfrenta mudanças ideológicas, identitárias e comportamentais ao longo do tempo, conforme entram em conflito sua inquebrantável prosperidade e seu crescente poder político-militar. Consequentemente, a nuance literária que envolve a figura histórica de Alexandre, o Grande, permite ao leitor, antigo ou moderno, compreendê-lo em seus dilemas e ações, decisões e arrependimentos, sejam eles clementes ou cruéis, os quais, em todo caso, tanto exemplificam

quanto advertem sobre as consequências e as implicações da centralização de poder em um cenário imperial, autocrático e, talvez, tirânico.

Por fim, concluímos que as *Histórias de Alexandre* são uma obra de próspero potencial aos Estudos Clássicos brasileiros. Dada a preservação e extensão do texto, o original latino de Cúrcio poderia constituir um objeto de estudo ao estudante de latim e à área geral da linguística histórica e, considerando a conciliação de conteúdo histórico à narrativa literária, a obra oferece uma larga margem de exploração e investigação ao pesquisador dedicado à literatura latina e à tradição literária de Alexandre, o Grande. No presente momento, as *Histórias de Alexandre* não possuem uma tradução integral à língua portuguesa, acadêmica ou comercial, que esteja disponível ao público, de modo que também se evidencia seu potencial ao estudante e profissional da tradução. No mais, ressaltamos que as questões históricas relativas ao autor e seu período histórico, bem como as questões literárias referentes às personagens e aos temas da obra, quer contempladas por este estudo ou não, são um objeto inesgotavelmente convidativo a novas leituras e perspectivas, às quais este estudo espera ter contribuído.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Michael von. **A history of Roman Literature**: From Livius Andronicus to Boethius. Vol. 1. Leiden; New York; Brill: Brill, 1997.

ALEXANDER. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos: Warner Bros, 2004. CD (175 min.), son., color.

ALLEN, Brooke. Alexander the Great: Or the Terrible? **The Hudson Review**, New York, v. 58, n. 2, Summer 2005, p. 220-230.

ANSON, Edward M. Religion and Alexander the Great. **Karanos**, Arkansas, v. 5, 2022, p. 51-74.

APRILLE, Guillermo. Crítica del imperialismo em dos discursos de las ‘Historiae’ de Curcio Rufo. **Circe, de clásicos y modernos**, Espanha, v. 27, n. 1, jan./jun. 2023, p. 65-86.

APULEIO. **O Asno de Ouro**. Tradução: Ruth Guimarães. São Paulo: Editora Cultrix, 1963.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

ARRIAN. **Alexander the Great**: The Anabasis and the Indica. Tradução: Martin Hammond. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ARRIGUCCI JR, Davi. Teoria da narrativa: posições do narrador. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 31, n. 57, 1998, p. 9-45.

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. Nota crítica à ‘bela morte’ vernantiana. **Clássica**, São Paulo, v. 7, n. 8, 1995, p. 53-62.

ATKINSON, John Edward. **A Commentary on Book 3 of Q. Curtius Rufus’ Historiae Alexandri Magni**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Cape Town, Cape Town, 1971.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: A representação da realidade na literatura ocidental. Tradução: George Bernard Sperber. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

BADIAN, Ernst. **Collected papers on Alexander the Great**. London; New York: Routledge, 2012.

BALLESTEROS-PASTOR, Luis. Le discours du scythe à Alexandre le Grand (Quinte-Curce 7.8.12-30). **Rheinisches Museum für Philologie**, Alemanha, v. 146, n. 1, 2003, p. 23-37.

BAYNHAM, Elizabeth. An Introduction to the Metz Epitome: Its traditions and value. **Antichthon**, Cambridge, v. 29, 1995, p. 60-77.

BAYNHAM, Elizabeth. **Alexander the Great**: The unique history of Quintus Curtius. Michigan: Michigan University Press, 1998.

BEARD, Mary. **Doze Césares**: Imagens de poder do mundo antigo ao moderno. Tradução: Stephanie Fernandes. São Paulo: Todavia, 2022.

BOOTH, Wayne C. **The Rhetoric of Fiction**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

BOSWORTH, Albert Brian. History and Rhetoric in Quintus Curtius Rufus: A Commentary on Q. Curtius Rufus 'Historiae Alexandri Magni' Books 3 and 4 by J. E. Atkinson. **Classical Philology**, Chicago, v. 78, n. 2, 1983, p.150-161.

BOSWORTH, Albert Brian. **A historical commentary on Arrian's History of Alexander**: Volume II, Commentary on books IV-V. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BOSWORTH, Albert Brian. Plus ça change... Ancient Historians and their Sources. **Classical Antiquity**, California, v. 22, n. 2, 2003, p. 167-198.

BRAIT, Beth. **A personagem**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A invenção do romance**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

BOWDEN, Hugh. On kissing and making up: court protocol and historiography in Alexander the Great's 'experiment with proskynesis'. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, London, v. 56, n. 2, 2013, p. 55-77.

CANDIDO, Antonio, *et al.* A Personagem do Romance. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2018, p. 51-81.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CÁRITON DE AFRODÍSIAS. **Quéreas e Calírroe**. Tradução: Adriane da Silva Duarte. São Paulo: Editora 34, 2020.

CART, A. *et al.* **Gramática latina**. Tradução: Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CEIA, Carlos. Sobre o conceito de alegoria. **Matraga**, Rio de Janeiro, n. 10, 1998. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/>. Acesso em 26 abr. 2025.

CHÂTILLON, Walter de. **The Alexandreis of Walter de Châtillon**: A Twelfth-Century Epic. Tradução: David Townsend. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996.

CERDAS, Emerson. **A 'Ciropedia' de Xenofonte**: Um romance de formação na Antiguidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2011.

CÍCERO. **De Oratore**: Book III. Tradução: H. Rackham. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942.

CÍCERO. **Letters to his friends**: Volume III. Tradução: W. Glynn Williams. Massachusetts, Harvard University Press, 1960.

CÍCERO. **Sobre a Amizade. Para saber envelhecer**. Tradução: Fabio Kataoka. Barueri: Camelot Editora, 2023.

CRUSE, Mark. **Illuminating the ‘Roman d’Alexandre’**: The manuscript as monument. Cambridge: Gallica, 2011.

CURRIE, Harry MacL. Quintus Curtius Rufus: The Historian as Novelist? **Groningen Colloquia on the Novel**, Groningen, v. 3, 1990, p. 63-77.

DEMPSIE, William Alan Robert. **A commentary on Q. Curtius Rufus ‘Historiae Alexandri’ Book X**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de St. Andrews, Escócia, 1992.

DEVINE, Andrew. The ‘Parthi’, the Tyranny of Tiberius, and the Date of Q. Curtius Rufus. **Phoenix**, Ontario, v. 33, n. 2, 1979, p. 142-159.

DIODORUS. **The library**, Books 16-20: Phillip II, Alexander the Great and the Successors. Tradução: Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2019.

DOSSON, Simon Noël. **Étude sur Quinte-Curce**: sa vie et son œuvre. Paris: Hachette et Cie., 1887.

DROYSEN, Johann Gustav. **Alexandre, o Grande**. Tradução: Regina Schöpke, Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

EDMUNDS, Lowell. The religiosity of Alexander. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, North Carolina, v. 12, n. 3, 1971, p. 363-391.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine**. 3. ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

EURÍPIDES. **Teatro Completo II**: Os Heraclidas; Hipólito; Andrômaca; Hécuba. Tradução: Jaa Torrano. São Paulo: Editora 34, 2022.

FARIA, Ernesto. **Gramática Superior da Língua Latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante / Ministério da Educação, 1962.

FEARS, Jesse Rufus. Parthi in Q. Curtius Rufus. **Hermes**, Darmstadt, n. 102, 1974, p. 623-625.

FORSTER, Edward Morgan. **Aspects of the Novel**. New York: Harcourt, 1927.

FOWLER, Roger. **A Dictionary of Modern Critical Terms**. London and Boston: Routledge & Kagan Paul, 1973.

GABRIEL, Richard A. **The madness of Alexander the Great and the myth of military genius**. England: Pen & Sword Books Limited, 2015.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Tradução: Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.

GIL, Luis. **Censura en el Mundo Antiguo**. Madrid: Revista de Occidente, 1961.

GILLEY, Dawn L. The Latin Alexander: Constructing Roman Identity. In: MOORE, K. R. **Brill's Companion to the Reception of Alexander the Great**. Leiden & Boston: Brill, 2018.

GREEN, Peter. **Alexander of Macedon, 356-323 B.C.**: A historical biography. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1991.

GUAL, Carlos García. **Los orígenes de la novela**. Madrid: Ediciones ISTMO (Colección Fundamentos, v. 16), 1972.

HAMBURGUER, Kate. **The Logic of Literature**. Tradução: Marilyn J. Rose. 2. ed. Bloomington; London: Indiana University Press, 1973.

HAMILTON, John R. The date of Quintus Curtius Rufus. **Historia**: Zeitschrift für Alte Geschichte, Wiesbaden, v. 37, n. 4, 1988, p. 445-456.

HAMMOND, Nicholas Geoffrey Lemprière. **Three historians of Alexander the Great**: The so-called Vulgate authors – Diodorus, Justin and Curtius. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HECKEL, Waldemar. **The Last Days and Testament of Alexander the Great**: A Prosopographic Study. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1988.

HECKEL, Waldemar. Notes on Q. Curtius Rufus' History of Alexander. **Acta Classica**: Proceedings of the Classical Association of South Africa, Cape Town, v. 37, n. 1, 1994, p. 67-78.

HECKEL, Waldemar. Introduction to the History of Alexander the Great (1983). In: QUINTUS CURTIUS RUFUS. **The History of Alexander the Great**. Tradução: John Yardley. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 1-16.

HESÍODO. **Teogonia**. Tradução: Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2022.

HOLZBERG, Niklas. The genre: novels proper and the fringe. In: SCHMELING, Garrett. **The Novel in the Ancient World**. Leiden; New York; Koln: Brill, 1996, p. 10-28.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução: Christian Werner. São Paulo: Ubu Editora / SESI-SP Editora, 2018.

HORRILLO, Miguel Ángel Rodríguez. Reminiscencias herodoteas y elaboración literaria en las ‘Historias’ de Quinto Curcio Rufo. **Myrtia**, Saragoça, n. 30, 2015, p. 119-144.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** [recurso eletrônico]. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Editora Objetiva, 2009. Software para computador.

ISAGER, Jacob. Alexander the Great in Roman Literature from Pompey to Vespasian. **Analecta Romana Instituti Danici: Supplementa**, Roma, v. 20, 1993, p. 75-84.

JOURDAN, Camilla Alves. Chorar até ‘saciar-se do pranto’: mulheres e homens enlutados nos épicos homéricos. **Mythos** – Revista de História Antiga e Medieval, Imperatriz, ano 7, n. 3, jun. / set. 2020, p. 44-64.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KING, Carol J. **Alexander and Divination: Dreams, Omens, and Aristander of Telmessus in the Alexander Historians**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Brown, Rhode Island, 2004.

KRAUSE, Stephany Guedes. **Heroico, bastardo e divino: A deificação da figura mítica de Alexandre o Grande e a relação com sua paternidade egípcia**. Monografia (Bacharelado em História) – Programa de Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LA ILÍADA LATINA: Diario de la Guerra de Troya de Dictis Cretense e Historia de la Destrucción de Troya de Dares Frigio. Tradução: Felisa Del Barrio Vega, Vicente Cristóbal López. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

LAZARUS, Francis M. Fortuna and Rhetorical Structure in Livy. **The Classical Journal** (The Classical Association of Middle West and South), Luisiana, v. 74, n. 2, dec. / jan. 1979, p. 128-131.

LIOTSAKIS, Vasileios. Beloved of the Gods, Son of the Gods, Rival of the Gods: Alexander and the Rhetoric of Religion in Plutarch, Arrian and Curtius Rufus. In: PAPAIOANNOU, Sophia *et al.* (ed.). **Rhetoric and Religion in Ancient Greece and Rome**. (Trends in Classics – Supplementary Volumes, v. 106). Berlin; Boston: De Gruyter, 2021a, p. 193-221.

LIOTSAKIS, Vasileios. Disunity and the Macedonians in the Literature of Alexander: Plutarch, Arrian and Curtius Rufus. In: MICHALOPOULOS, Andreas *et al.* (ed.). **The Rhetoric of Unity and Division in Ancient Literature**. (Trends in Classics – Supplementary Volumes, v. 108). Berlin; Boston: De Gruyter, 2021b, p. 245-275.

LLEWELLYN-JONES, Lloyd; TOUGHER, Shaun. Alexander the Gay and the Gloryhole that was Greece. In: STONEMAN, R. (ed.) **A history of Alexander the Great in World Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 424-448.

LOURENÇO, Frederico. **Nova Gramática do Latim**. Campinas: Kírión, 2022.

LUCIANO. **Diálogos dos Mortos**. Tradução: Henrique G. Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MAAS, Wilma Patrícia. **O cânone mínimo**: O ‘Bildungsroman’ na história da literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MAHECHA, Jaime Alberto Palacios. Las cartas en la historia de Alejandro Magno de Quinto Curcio Rufo como Elemento Literario de Crítica Política. **Literatura**: teoría, historia, crítica, Bogotá, n. 10, 2009, p. 255-302.

MANDEL, Joshua. L’Historiographie Hellénistique et son Influence sur Cicéron. **Euphrosyne**, Paris, v. 10, 1980, p. 7-24.

MANZONI, Alessandro. **Del Romanzo Storico e altri scritti sulla storia e l’invenzione**. Milano: Mimesis Edizioni, 2024.

MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARTIN, Thomas R.; BLACKWELL, Christopher W. **Alexandre, o Grande**: Um homem e seu tempo. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MCKECHNIE, Paul. Manipulation of Themes in Quintus Curtius Rufus Book 10. **Historia**: Zeitschrift für Alte Geschichte, Wiesbaden, v. 48, n. 1, 1999, p. 44-60.

MCQUEEN, E. I. Quintus Curtius Rufus. In: DOREY, Thomas Alan. **Latin Biography**. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1967, p. 17-45.

MILNS, Robert D. The date of Curtius Rufus and the ‘Historiae Alexandri’. **Latomus**, Bruxelas, v. 3, n. 25, 1966, p. 490-507.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **The Development of Greek Biography**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História e biografia. In: FINLEY, Moses. **O legado da Grécia**: uma nova avaliação. Tradução: Yvette Viana Pinto de Almeida. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 180-210.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MONFERRER, Luis Pomer. **Estudio del Uso del Estilo Directo y del Estilo Indirecto en las “Historiae Alexandri Magni Macedonis” de Quinto Curcio Rufo**. Tese (Doutorado em Filologia Clássica) - Departamento de Filologia Clássica, Valência: Universitat de Valencia, 2002.

MORGAN, John Robert. Fiction and History: Historiography and the Novel. *In*: MARINCOLA, John (ed.). **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 553-565.

NASCIMENTO, Rodrigo Nunes. **From blessed to accursed: the demonization of Alexander in Persian apocalyptic literature**. Monografia (Bacharelado em História) – Programa de Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NOVAK, Maria da Gloria; NERI, Maria Luiza; PETERLINI, Arioaldo Augusto (org.). **Historiadores latinos**: Antologia Bilingue. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NUDELL, Joshua P. S. **Not one, but Three (Roman) Alexanders**: The evolution of the Roman accounts of Alexander the Great. Tese (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Missouri-Columbia, Missouri (EUA), 2011.

OAKLEY, Stephen P. **Studies in the Transmission of Latin Texts**: Volume I – Quintus Curtius Rufus and Dictys Cretensis. Oxford: Oxford University Press, 2020.

PAUSÂNIAS. **Descrição da Grécia**: Livro I. Tradução: Maria de Fátima Sousa e Silva. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

PELTONEN, Jaakkojuhani. **Alexander the Great in the Roman Empire**: 150 BC to AD 600. London; New York: Routledge, 2019.

PEREZ, Claire. Curtius Rufus' Roman reading of the proskynesis debate: Theatricality of power and free eloquence in the 'Histories of Alexander the Great'. **New Classics**, Lyon: Université Jean Moulin, v. 3, maio 2020, p. 1-17.

PEREZ, Claire. Alexandre émule d'Achille dans les Histoires d'Alexandre le Grand de Quinte-Curce: modalités et enjeux d'un exemplum mythique dans un discours sur le pouvoir monarchique. **Revue des études anciennes**, Paris, v. 124, n. 1, 2022, p. 3-18.

PERRIN, Bernadotte. Genesis and Growth of an Alexander-Myth. **The Johns Hopkins University Press** (Transactions of the American Philological Association – 1869-1986), Baltimore (EUA), v. 26, 1895, p. 56-68.

PETRÔNIO. **Satíricon**. Tradução: Cláudio Aquati. São Paulo: Editora 34, 2021.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**: Como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PLINY. **Letters**, Volume I. Books 1-7. Tradução: Betty Radice. Cambridge; Massachusetts (EUA): Harvard University Press, 1969.

PLUTARCO. **Vidas paralelas**: Alexandre e César. Tradução, introdução e comentário: Maria de Fátima Silva e José Luís Brandão. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

POLÍBIO. **História pragmática**: Livros I a V. Tradução e introdução: Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva, 2016.

POUILLON, Jean. **O tempo no romance**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.

PSEUDO-CALÍSTENES. **Vida y Hazañas de Alejandro de Macedonia**. Tradução: Carlos García Gual. Madrid: Editorial Gredos, 1977.

QUINTE CURCE. **Histoires**: Tome Premier (Livres III-VI). Tradução: Henri Bardon. Paris: Société d'Édition 'Les Belles Lettres', 1947.

QUINTE CURCE. **Histoires**: Tome Second (Livres VII-X). Tradução: Henri Bardon. Paris: Société d'Édition 'Les Belles Lettres', 1947.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição Oratória**: Tomo III (Livros VII, VIII e IX). Tradução: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

QUINTUS CURTIUS RUFUS. **Histories of Alexander the Great**. Tradução: John Yardley. Oxford: Oxford University Press, 2004.

RACINE, Jean. **Alexandre le Grand**: Tragédie. Paris: Pierre Trabouillet, 1666.

RADET, Georges. La Valeur Historique de Quinte-Curce. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Paris, v. 68, n. 5, 1924, p. 356-365.

RAGUSA, Giuliana. **A Ilíada de Homero**: Guia de Leitura. São Paulo: Editora Mnema, 2024.

RIBEIRO, Matheus Álvares. **A Construção de um Modelo de Princeps**: Quinto Cúrcio e a imagem de Alexandre, o Grande, durante o século I d.C. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

RIPOLL, François. Les intentions de Quinte Curce dans le récit du meurtre de Clitus (VIII, 1, 19-52). **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, Lyon, n. 1, 2009, p. 120-142.

RODRIGUEZ, Jenaro Costas. **Aspectos del vocabulario de Q. Curtius Rufus**: Estudio Semántico-lexicológico y Contribución al Problema de su Datación. Tese (Doutorado em Filologia) - Programa de Pós-Graduação em Filologia Clássica, Universidade de Salamanca, Salamanca, 1980.

RODRIGUEZ, José Luis Riestra. Digresiones Geograficas en Quinto Curcio. **Polis**: Revista de Ideas y Formas Políticas de la Antigüedad Clásica, Madrid, v. 3, 1991, p. 137-146.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2018, p. 9-51.

RZEPKA, Jacek. Conspirators, companions, bodyguards: A note on the so-called 'Mercenaries' Source' and the Conspiracy of Bessus (Curt. 5.8.1-11). **Ancient History Bulletin** (AHS), Minnesota (EUA), v. 23, 2009, p. 19-31.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANO, Lucia. História e Ficção no Romance Grego e o Caso de Siracusa em ‘Quéreas e Calíroë’, de Cáriton de Afrodísias. **Eutomia**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2015, p. 69-91.

SENECA. **De clementia**. Tradução: Susanna Braund. Oxford: Oxford University Press, 2009, XXV.I, p. 136.

SÊNECA. **Tratado sobre a Clemência**. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SÊNECA. **Sobre a Ira. Sobre a tranquilidade da alma**. Tradução: José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SÊNECA. **Sobre o Ócio, Clemência. Da Providência**. Tradução: Ana Luiza Cortelasse. Barueri: Camelot Editora, 2023.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução: Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.

SHARPLES, Ian. Curtius’ treatment of Arrhidaeus. **Mediterranean Archeology**, Sydney (AUS), v. 7, 1994, p. 53-60.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Pequeno Dicionário de Literatura Latina**: Biográfico, Crítico e Bibliográfico – das origens ao século VIII d.C. São Paulo: Cultrix Editora, 1968.

SPENCER, Diana. **The Roman Alexander**: Reading a Cultural Myth. Exeter: University of Exeter Press, 2002.

SPINOZA, Baruch de. **Pensamentos metafísicos. Tratados da correção do intelecto. Ética. Tratado político. Correspondência**. Tradução: Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1973.

STEELE, Robert B. Quintus Curtius Rufus. **The American Journal of Philology**, Baltimore (EUA), v. 36, n. 4, 1915, p. 402-423.

STONEMAN, Richard. The Alexander Romance: from History to Fiction. In: MORGAN, J. R. (ed.). **Greek fiction**: The Greek Novel in Context. London; New York: Routledge, 1994, p. 117-130.

STONEMAN, Richard. The Latin Alexander. In: HOFMANN, Heinz (ed.) **Latin Fiction**: The Latin Novel in Context. London; New York: Routledge, 1999, p. 141-157.

STONEMAN, Richard. **Alexandre, o Grande**. Tradução: Ana Paula Lopes. Lisboa: Edições 70, 2004.

STONEMAN, Richard. (ed.) **A history of Alexander the Great in World Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SUETÔNIO. **Os doze Césares**. Tradução: João Gaspar Simões. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

SUETONIUS. **De Grammaticis et Rhetoribus**. Tradução: Robert Andrew Kaster. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1995.

TACITUS. **The Annals and The Histories**. Tradução: Alfred John Church e William Jackson Brodribb. Chicago: The University of Chicago, 1952.

TARN, William Woodthorpe. **Alexander the Great**. Cambridge: Cambridge University Press, 1948.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**: Livro I. Tradução: Anna Lia Amaral de Almeida Prado. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VELOSO, Anne Caroline Ferreira. O Alexandre romano de Quinto Cúrcio Rufo. In: SOUZA, Adílio Júnior de (Org.). **Estudos Clássicos e Filológicos**: Manuscritos Latinos. Araraquara: Letraria, 2024. Disponível em: <https://www.letraria.net/download/estudos-classicos-e-filologicos-manuscritos-latinos/>.

VERNANT, Jean Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, São Paulo, n. 9, 1977, p. 31-62.

VIEIRA, Padre Antônio. **Essencial**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2011.

VIVERO, Manuel Albaladejo. Alejandro Magno y los sueños en la obra de Curcio. In: ABURTO, Leslie Lagos (ed.). **Alejandro Magno**: Propuestas de estudio, investigación y reflexión. Chile: GEIMA Historia Antigua, 2023, p. 103-121.

VIZENTIN, Marilena. Espelhos contrapostos: Alexandre e o modelo de Imperador romano. **Revista Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 8, nº 15, 2009, p. 157-166.

VOLTAIRE. **Dictionnaire philosophique**. Espanha: Le chasseur abstrait, 2005. Disponível em: [Dictionnaire philosophique](#). Acesso em 25 abr. 2025.

VORHIS, Justin Grant. **The Best of Macedonians**: Alexander the Great as Achilles in Arrian, Curtius and Plutarch. Tese (Doutorado em Filosofia Clássica) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia Clássica, University of California, Los Angeles (EUA), 2017.

WATERS, Matt. **Ancient Persia**: A Concise History of the Achaemenid Empire, 550–330 BCE. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WHEELER, Mortimer. **Flames over Persepolis**: Turning-point in History. New York: Reynal & Company, Inc, 1968.

WIESEHÖFER, Josef. The ‘accursed’ and the ‘adventurer’: Alexander the Great in Iranian tradition. In: ZUWIYYA, Z. David (ed.). **A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages**. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 113-133.

WILCKEN, Ulrich. **Alexander the Great**. Tradução: G. C. Richards. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1967.

WILSON, Rawdon. The Bright Chimera: Character as a Literary Term. **Critical Inquiry**, Chicago (EUA), v. 5, n. 4, Summer, 1979, p. 725-749.

WOODMAN, Anthony John. **Rhetoric in classical historiography**: Four studies. London; New York: Routledge, 1988.

XENOFONTE. **Ciropédia**. Tradução: Lucia Sano. São Paulo: Fósforo, 2021.

YAKOUBOVITCH, Igor. Les 'Histoires d'Alexandre le Grand' de Quinte-Curce: Une Question de Genre. **Actes des Congrès Nationaux des Sociétés Historiques et Scientifiques**, Paris, v. 134, n. 4, 2011, p. 85-96.